



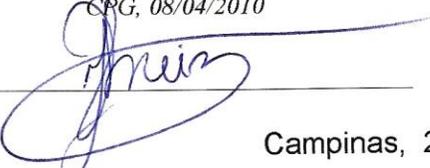
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

TRANSFORMAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO NO RAMO QUÍMICO - 1994-2008

Fabiano Lago Garrido

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Economia Social e do Trabalho, sob a orientação do Prof. Dr. José Dari Krein.

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendido por **Fabiano Lago Garrido** em 08/04/2010 e orientado pelo Prof. Dr. José Dari Krein.*

CPG, 08/04/2010

Campinas, 2010

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

G193i	<p>Garrido, Fabiano Lago. A indústria química brasileira e as transformações na configuração do trabalho, 1994-2008/ Fabiano Lago Garrido. – Campinas, SP: [s.n.]. 2010.</p> <p>Orientador : José Dari Krein. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.</p> <p>1. Economia – Brasil. 2. Indústria química. 3. Emprego. 4. Sindicalismo. I. Krein, Jospe Dari. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.</p> <p>10-033-BIE</p>
-------	---

Título em Inglês: The Brazilian chemical industry and changes on labor configuration, 1994-2008

Keywords: Brazilian economy ; Chemical industry ; Employment ; Trade Unions

Area de Concentração : Economia Social e do Trabalho

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora: Prof. Dr. José Dari Krein

Prof. Dr. Anselmo Luis dos Santos

Prof. Dr. Cássio da Silva Calvete

Data da defesa: 08-04-2010

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Dissertação de Mestrado

Aluno: FABIANO LAGO GARRIDO

“Transformações na configuração do trabalho no ramo químico - 1994-2008”

Defendida em 08 / 04 / 2010

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. JOSÉ DARI KREIN
Orientador – IE / UNICAMP



Prof. Dr. ANSELMO LUIS DOS SANTOS
IE / UNICAMP



Prof. Dr. CÁSSIO DA SILVA CALVETE
PUC / RS

Para
Mariana e Manuela
Que renovaram meu amor pela vida e minha
crença na humanidade

AGRADECIMENTO

Primeiramente gostaria de expressar a minha profunda gratidão aos meus mestres e amigos da Unicamp/CESIT, que nas aulas do mestrado e na convivência cotidiana me colocaram em contato com os grandes temas nacionais e me ajudaram a compreender um pouco melhor nosso país. Agradeço aos Prof. Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, Prof. Paulo Baltar, Prof. Valdir Quadros, Prof. Davi José Nardy Antunes, Prof. Marcelo Proni, Prof. Márcio Pochmann, Prof. Eduardo Fagnani e Professora Eugênia Leone. Ao Gori e a Alice, pela paciência que tiveram comigo nas inúmeras vezes que solicitei apoio para solucionar dúvidas no trabalho com os dados da PNAD e da RAIS. Ao amigo e Prof. Anselmo Luiz dos Santos, pelo constante acompanhamento e apoio ao meu desenvolvimento acadêmico, por sua contribuição a realização deste trabalho, e por sua amizade e companheirismo nos momentos mais difíceis. Ao Prof. e orientador José Dari Krein, pelo apoio, paciência e dedicação, sem as quais a conclusão deste trabalho não teria sido possível.

Agradeço aos amigos que acompanharam a trajetória deste trabalho e ajudaram com discussões, observações e críticas. Ao Arlei Medeiros, Nilza e Nádía pelo apoio que me deram a partir de sua experiência prática com o tema desta dissertação. Ao Maringoni, pelas sugestões e observações feitas em parte deste trabalho. Ao amigo e companheiro Rodrigo Paixão, pelo apoio e as informações dadas também a partir de sua experiência de trabalho. À Denise Simeão, que sempre incentivou meus estudos e minha formação. À Marilane Teixeira, pelo modo paciente com que me ajudou a elucidar várias questões relacionadas a este estudo, por meio de seus artigos, publicações e sua experiência adquirida em vários anos de trabalho em assessoria política e econômica no meio sindical.

Aos meus pais e irmãos que mesmo distantes continuaram sempre presentes em minha vida, compartilhando minhas mais importantes decisões. À Mariana, minha amada companheira, pelo apoio prático e afetivo, pela paciência e pelo carinho, sem o qual jamais teria concluído este trabalho. À minha filha Manuela, minha fonte permanente de inspiração.

Resumo

A presente dissertação fará uma análise dos impactos da dinâmica macroeconômica nacional sobre o desempenho dos segmentos do ramo químico brasileiro e as transformações na configuração do perfil sócio ocupacional de seus trabalhadores, avaliando de que modo estas questões influenciaram na relação entre capital e trabalho e condicionaram o processo de negociação coletiva e de organização sindical neste âmbito setorial, durante os períodos de 1994-2004 e de 2004-2008. Para isso, faremos uma avaliação do desempenho econômico e uma caracterização da estrutura produtiva das empresas do setor químico em diferentes contextos, ressaltando suas implicações para a configuração do trabalho e das diferentes estratégias de organização sindical e negociação coletiva. A avaliação do desempenho econômico e a caracterização da estrutura produtiva serão feitas a partir de um levantamento sistemático de informações setoriais, relacionando-as com a dinâmica mais geral da economia brasileira. As transformações na configuração do trabalho são analisadas a partir do levantamento do perfil sócio ocupacional dos segmentos que compõem a Indústria Química brasileira, buscando identificar as particularidades e similitudes das principais modificações que ocorreram no mercado de trabalho dos segmentos de produtos químico/petroquímicos; farmacêuticos; limpeza, perfumaria, higiene pessoal e cosméticos; e plásticos. Por fim, as mudanças que ocorreram no processo de organização sindical e nas negociações coletivas serão analisadas considerando as condicionantes estruturais de cada contexto econômico, social e político, assim como o papel desempenhado pelos atores participantes deste processo.

Abstract

The present dissertation will analyze the impacts of national microeconomics dynamics on Brazilian chemical industry performance and its changes on workers social profile, searching the means of how these matters influenced the relation among capital and labor and conditioned collective negotiation processes and trade unions organization in this sector during the periods of 1994-2004 and 2004-2008. With this objective, we will evaluate economic performance and build a characterization of chemical companies in terms of its production structure in various contexts, highlighting its implications for labor configuration and differences on trade unions strategies and collective negotiations. The evaluation of economic performance and the characterization of companies production structure will be built from a systematic search of sector information, relating these facts to Brazilian economic dynamics in general. Changes on labor configuration will be analyzed from social profile information of each sector in Brazilian chemical industry, looking for identities and differences among the main changes made in labor market for chemical/petrol sector, pharmacy sector, cleaning, scents and personal hygiene products and the plastic chain. We will conclude the study with an analysis of changes on trade unions organizations and collective negotiations, taking into consideration structural limits of each context, social and political, as well as the roll played by all groups involved in the process.

Lista de tabelas, gráficos e quadros

Lista de Tabelas	Págs.
Tabela 1.1 - Indicadores de atividade econômica. Brasil, 1999-2007.	26
Tabela 1.2 - Dados macroeconômicos Brasileiro, 1994-2008. Médias Anuais no Período.	27
Tabela 1.3 - Faturamento líquido da Indústria Química Brasileira. Anos Selecionados.	36
Tabela 1.4 - Desembolsos totais do BNDES segundo a intensidade tecnológica das indústrias. Brasil, 2002-2007.	47
Tabela 1.5 - Faturamento líquido da indústria química mundial. 2008.	50
Tabela 1.6 - Distribuição das empresas e do emprego no ramo químico por segmento. Brasil, 2008.	51
Tabela 1.7 - Distribuição das empresas e do emprego no ramo químico por segmento e grandes regiões. Brasil, 2008.	51
Tabela 1.8 - Principais setores industriais no Brasil, 2006.	52
Tabela 1.9 - As 10 maiores empresas da indústria farmacêutica. 1999-2007.	58
Tabela 1.10 - Principais países no mercado mundial de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. 2007.	64
Tabela 2.1 - Evolução do emprego no ramo e nos segmentos. Brasil, 1994-2004-2008.	74
Tabela 2.2 - Distribuição do emprego no ramo químico por segmentos e subsetores. Brasil, 1994-2004-2008.	77
Tabela 2.3 - Ocupados por segmentos do ramo químico, segundo o porte das empresas. Brasil, 1994-2004-2008.	79
Tabela 2.4 - Nível de remuneração nos segmentos do ramo químico segundo o gênero. Brasil, 1994-2004-2008.	82
Tabela 2.5 - Empregados nos segmentos do ramo químico por faixas salariais. Brasil, 1994-2004-2008.	84
Tabela 2.6 - Emprego e massa salarial por segmento do ramo químico. Brasil, 1994-2004-2008.	87
Tabela 2.7 - Nível de emprego e remuneração nos segmentos do ramo químico. Brasil, 1994-2004-2008.	87
Tabela 2.8 - Ocupação e renda do trabalho no ramo químico. Brasil, 1994-2004-2008.	88
Tabela 2.9 - Empregados nos segmentos do ramo químico segundo a faixa etária. Brasil, 1994-2004-2008.	89
Tabela 2.10 - Empregados nos segmentos do ramo químico segundo o grau de instrução. Brasil, 1994-2004-2008.	91
Tabela 2.11 - Estrutura funcional nas empresas do ramo químico. Brasil, 1994-2004-2008.	95
Tabela 2.12 - Grupos e subgrupos ocupacionais. Brasil, 2008.	97
Tabela 3.1 - Cidades com maior número de empregados no ramo químico. Estado de São Paulo, 2008.	103
Tabela 3.2 - Técnicos de vendas especializadas. Estado de São Paulo, 2008.	105
Tabela 3.3 - Representação das bancadas de negociação por segmento – São Paulo, 2008.	107
Tabela 3.4 - Representação da FEQUIMFAR no ramo químico e nos segmentos. São Paulo, 2008.	110
Tabela 3.5 - Base dos sindicatos filiados a FETQUIM por municípios. Estado de São Paulo, 2008.	112
Tabela 3.6 - Representatividade dos sindicatos ligados a FETQUIM. Estado de São Paulo, 2008.	113
Tabela 3.7 - Representatividade dos sindicatos ligados ao CONLUTAS no ramo químico. Estado de São Paulo, 2008.	114
Tabela 3.8 - Reajuste na data base em relação à inflação*. Ramo químico. Estado de São Paulo, 1996-2008.	136
Tabela 3.9 - Variação da PLR no ramo químico. Estado de São Paulo, 1995-2008.	137
Lista de Gráficos	Págs.
Gráfico 1.1 - Taxas médias anuais de variação do PIB por períodos selecionados. Brasil.	13
Gráfico 1.2 - Variação real do PIB (%). Brasil, 1980-2008.	19
Gráfico 1.3 - Taxa de investimento em relação ao PIB (em %). Brasil, 1990-2009.	20
Gráfico 1.4 - Evolução da dívida total líquida do setor público (% do PIB). Brasil, Jan.1991/junho 2009.	21
Gráfico 1.5 - Indústria de Transformação - Índice de produção Industrial (2002=100). Brasil, 1991-	28

2008.	
Gráfico 1.6 - Indústria de Transformação - Valor Adicionado preços básicos (%PIB). Brasil, 1991-2008.	29
Gráfico 1.7 - Brasil, Irlanda e Países Asiáticos selecionados. Proporção do Valor Adicionado da Indústria de Transformação no Valor Adicionado Total em cada Economia. 1970-2007 (em %).	30
Gráfico 1.8 - Saldo da balança comercial (FOB) – US\$ (milhões). Brasil, 1990-2008.	31
Gráfico 1.9 - Geração de emprego formal. Brasil, 1995-2008.	32
Gráfico 1.10 - Pessoal empregado na indústria - índice. Brasil, 1991-2008.	32
Gráfico 1.11 - Geração de emprego formal por faixas de renda. Brasil, 1994-2008.	33
Gráfico 1.12 - PIB, FBCF e consumo das famílias. Brasil, 1992-2008.	34
Gráfico 1.13 - Evolução do faturamento líquido por segmentos da Indústria Química	36
Gráfico 1.14 - Participação da indústria química no PIB brasileiro. 1991-2008. (em %)	37
Gráfico 1.15 - Rentabilidade do patrimônio – segmento de produtos químicos de uso industrial. Brasil, 1988-2007.	38
Gráfico 1.16 - Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido. Brasil, 1995-2007. Mediana das 500 maiores empresas (%)	39
Gráfico 1.17 - Nível de emprego. Produtos químicos de uso industrial. Brasil. Anos Selecionados.	39
Gráfico 1.18 - Participação dos segmentos do ramo químico no valor adicionado da indústria de transformação. Brasil, 1996-2007. (em %)	44
Gráfico 1.19 - Importações e exportações brasileiras de produtos químicos. 1990-2009.	45
Gráfico 1.20 - Faturamento da Indústria Farmacêutica. Brasil, 1997-2007.	60
Gráfico 1.21 - Produtos farmacêuticos - balança comercial. Exportações e Importações Brasileiras. 1997-2008	62
Gráfico 1.22 - Indústria Farmacêutica no Estado de São Paulo. Índice de nível de emprego industrial. Período: Janeiro de 2000 a Novembro de 2008	63
Gráfico 1.23 - Faturamento da Indústria do Plástico. Brasil, 2000-2008.	69
Gráfico 1.24 - Produção de Produtos Transformados Plásticos. Brasil, 2000-2008.	70
Gráfico 1.25 - Importação e Exportação de transformados plásticos. Brasil, 2000-2008.	70
Gráfico 2.1 - Empregados nos segmentos do ramo químico segundo o gênero. Brasil, 1994-2004-2008.	81
Gráfico 2.2 - Emprego nos segmentos do ramo químico segundo a faixa salarial. Brasil, 2008. (Em %)	86
Gráfico 2.3 - Empregados nos segmentos do ramo químico segundo a faixa etária. Brasil, 2008.	90
Gráfico 2.4 - Ocupados no ramo químico segundo o tempo de permanência no emprego. Brasil, 1994-2004-2008.	93
Gráfico 3.1 - Greves por setores de atividade e períodos políticos. Brasil, períodos selecionados.	138
Lista de Quadros	Págs.
Quadro 1.1 - Principais segmentos do ramo químico (CNAE 2.0). Brasil.	49
Quadro 1.2 - Cadeia Petroquímica	68
Quadro 3.1 - Principais diferenças entre as Convenções de Trabalho dos farmacêuticos e demais segmentos do Ramo Químico – Estado de São Paulo, 2009.	123
Quadro 3.2 - Principais iniciativas institucionais nas relações de trabalho, após o Plano Real. Brasil, 1994-2000.	130

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1.....	9
<i>Economia nacional e o ramo químico no Brasil.....</i>	9
1. A crise da dívida e a ruptura do padrão de financiamento.....	9
2. O ajuste dos anos 90.....	16
3. Tendência de recuperação entre 2004-2008.....	26
4. A manutenção dos limites estruturais.....	40
5. Caracterização dos principais segmentos.....	48
5.1. <i>Ramo Químico.....</i>	<i>49</i>
5.2. <i>Químico e petroquímico.....</i>	<i>53</i>
5.3. <i>Farmacêutico.....</i>	<i>57</i>
5.4. <i>Produtos de limpeza, higiene, perfumaria e cosméticos.....</i>	<i>63</i>
5.5. <i>Plástico.....</i>	<i>66</i>
Capítulo 2.....	73
<i>Transformações na configuração do trabalho.....</i>	73
1. O emprego nos segmentos do ramo químico.....	73
1.1. <i>O emprego nos subsetores.....</i>	<i>75</i>
2. O emprego segundo o porte dos estabelecimentos.....	77
3. O emprego segundo o gênero.....	80
4. O emprego segundo as classes de renda.....	83
5. Emprego, renda média e massa salarial.....	86
6. O emprego segundo a faixa etária.....	88
7. O emprego segundo o grau de escolaridade.....	90
8. Tempo de permanência no emprego.....	92
9. Estrutura funcional nas empresas do ramo químico.....	94
10. Síntese das transformações.....	97
Capítulo 3.....	101
<i>Constituição dos atores, ação sindical e negociação coletiva.....</i>	101
1. A configuração das bancadas de negociação.....	105
2. Caracterização das entidades sindicais dos trabalhadores.....	108
3. A razão da divisão das bancadas.....	114
3.1. <i>A Força Sindical e o surgimento da FEQUIMFAR.....</i>	<i>115</i>
3.2. <i>A CUT e a formação da FETQUIM.....</i>	<i>117</i>
3.3. <i>A CONLUTAS.....</i>	<i>120</i>
3.4. <i>A convenção coletiva dos segmentos de limpeza e farmacêutico.....</i>	<i>120</i>
3.4.1. <i>O caso do segmento de Limpeza.....</i>	<i>121</i>
3.4.2. <i>O caso do segmento Farmacêutico.....</i>	<i>122</i>
4. Negociação coletiva e ação sindical em diferentes contextos.....	126
4.1. <i>Negociação coletiva nos anos 80 e 90.....</i>	<i>128</i>
4.2. <i>Negociação coletiva e novas agendas (2004-2008).....</i>	<i>134</i>
Considerações Finais.....	147
Referências Bibliográficas.....	155

Introdução

Esta dissertação irá analisar os impactos da dinâmica macroeconômica nacional, nos períodos 1994-2004 e 2004-2008, sobre o desempenho dos mais importantes segmentos do ramo químico brasileiro e na configuração do perfil sócio ocupacional de seus trabalhadores, com o objetivo de avaliar de que modo estas questões influenciaram na relação entre capital e trabalho e nos processos de negociações coletivas e de organização sindical neste âmbito setorial.

A relevância deste estudo justifica-se pela importância do ramo químico enquanto um setor estratégico para o desenvolvimento nacional, e por suas conexões com diversos outros setores de atividade econômica do país. Formado por um conjunto de segmentos distribuídos em uma cadeia produtiva extremamente diversificada e heterogênea, o ramo químico está entre os setores mais importantes da indústria brasileira e mundial. Além da elevada participação no PIB e no emprego na indústria de transformação, este ramo de atividade tem se destacado pelo papel estratégico que assume na relação com quase todas as cadeias e complexos industriais, em que é fornecedor de matérias-primas e produtos para todos os setores produtivos. De acordo com os dados do IBGE, a participação da indústria química no PIB total foi de 3,1% em 2008, tendo ocupado a terceira posição no conjunto da matriz industrial em 2006, respondendo por 11% do PIB da indústria de transformação. Além disso, sua complexidade oferece ainda um rico espaço de estudo sobre o comportamento das diversas estruturas industriais em diferentes momentos econômicos, já que no interior desta cadeia produtiva convivem desde os grandes conglomerados industriais, organizados sob a forma de oligopólios (intensivos em capital), até as pequenas estruturas produtivas, de menor poder econômico (intensivas em mão de obra), ambas compreendendo diferentes níveis de conteúdo tecnológico, dependência externa e volume de investimentos.

Neste sentido, qualquer diagnóstico mais consistente sobre o alcance das políticas industriais e de desenvolvimento adotadas pelo país nas últimas duas décadas, dificilmente

poderá prescindir de uma avaliação sobre a dinâmica deste ramo de atividade industrial, tendo em vista sua relação com os demais setores de atividade econômica e seu papel no desenvolvimento de um complexo industrial moderno. Mas a construção de um diagnóstico sobre este ramo de atividade e seus diferentes segmentos não é uma tarefa fácil, tendo em vista a diversidade na composição de seus processos industriais, as características diferenciadas das empresas, a composição da mão de obra e a divisão estabelecida pelos sindicatos patronais e de trabalhadores para a realização de negociações coletivas. Segundo a própria ABIQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química), a classificação da indústria química já foi motivo de muitas divergências, o que dificultava a comparação e análise dos dados estatísticos referentes ao setor. Em algumas ocasiões, indústrias independentes, como a do refino do petróleo, por exemplo, eram confundidas com a indústria química propriamente dita. Em outras, segmentos tipicamente químicos, como os de resinas termoplásticas e de borracha sintética, não eram incluídos nas análises setoriais.

Buscando contornar estas dificuldades e, ao mesmo tempo, apreender a dinâmica específica de cada estrutura produtiva, a análise das transformações que ocorreram no ramo químico levará em consideração a característica própria de cada segmento que o compõem. Neste sentido, optou-se por estabelecer um critério de subdivisão para a análise do desempenho econômico, das transformações no perfil sócio ocupacional e do processo de negociação coletiva no ramo químico a partir da classificação de quatro segmentos principais: produtos químico-petroquímicos, produtos farmacêuticos, produtos de limpeza, higiene, perfumaria e cosméticos (LHPC) e produtos plásticos. A subdivisão da Indústria Química nestes quatro segmentos respondeu a dois critérios de agregação: a terminologia adotada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) para a definição das classes de atividade; e a dinâmica das negociações coletivas e da relação entre capital e trabalho no setor químico no estado de São Paulo, em que foram considerados os segmentos que fazem parte da mesma base de representação sindical, sendo excluídos os demais (borracha, papel, papelão e celulose).

Considerando as especificidades destes segmentos, este estudo abordará três questões fundamentais para a compreensão da composição estrutural e do emprego da

indústria química, assim como as transformações na configuração do trabalho e nas estratégias de ação sindical neste setor, nos períodos 1994-2004 e 2004-2008, quais sejam:

1º) As especificidades dos segmentos que compõem a indústria química brasileira no que se refere a sua estrutura produtiva, analisando os impactos da dinâmica macroeconômica nacional na reconfiguração e no desempenho dos mesmos;

2º) Os impactos da dinâmica macroeconômica e social sobre o mercado de trabalho setorial e as mudanças do perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores nos segmentos que compõem a indústria química brasileira;

3º) As mudanças na estratégia de organização e negociação coletiva frente às transformações que ocorreram em relação ao perfil sócio-ocupacional e as novas demandas trabalhistas surgidas em decorrência dos diferentes cenários econômicos, sociais e políticos.

Considerando os impactos da conjuntura macroeconômica sobre o desempenho da indústria química, este estudo buscará identificar as alterações no perfil sócio-ocupacional diante de um processo específico de reestruturação ocorrido neste setor, além de suas implicações para a definição das estratégias de ação sindical. O conhecimento do perfil sócio-ocupacional destes empregados irá fornecer ainda um mapeamento mais amplo da configuração do mercado de trabalho nos segmentos da indústria química, levando em conta a relação de gênero, remuneração, jornada de trabalho, posição na ocupação, tipo de ocupação, idade, cor ou raça, anos de estudo, faixa etária e escolaridade.

A título de contextualização deste estudo setorial, elaborou-se um apanhado geral sobre o desempenho da economia brasileira nos períodos 1994-2004 e 2004-2008, com o objetivo de possibilitar uma análise sobre as determinantes da dinâmica macroeconômica sobre as transformações sofridas pela indústria química brasileira, considerando as especificidades de cada um dos segmentos que a compõem, a partir da análise dos principais indicadores setoriais. Este constitui o tema do primeiro capítulo.

O segundo capítulo trata das transformações no perfil sócio ocupacional dos empregados, relacionando as diferenças e similaridades entre os segmentos e sua relação com as mudanças verificadas no mercado de trabalho brasileiro. O terceiro capítulo irá analisar, de que forma as mudanças nos cenários econômicos, sociais e políticos, junto às mudanças no perfil sócio ocupacional, interferiram nas estratégias de ação sindical nos

últimos anos, dando ênfase para os processos de negociação coletiva a partir da análise dos contratos coletivos de trabalho. Na conclusão busca-se salientar os principais resultados desta dissertação.

O período de tempo para esta análise inclui uma breve descrição do cenário macroeconômico dos anos de 1980, de modo introdutório a análise principal, que estará centrada nas conseqüências macroeconômicas do plano de estabilização da economia (Plano Real, 1994) e da crise brasileira sobre a estrutura industrial e o emprego, indo até o período mais recente, entre 2004-2008, quando a melhoria das condições macroeconômicas inaugura uma nova dinâmica setorial, que se reflete no desempenho das empresas, na composição da mão de obra e na relação entre capital e trabalho no plano das negociações coletivas.

A economia brasileira passou por importantes mudanças estruturais ao longo dos anos noventa, com repercussões na geração de emprego, na renda e na reorganização dos setores produtivos. Observamos, ao longo deste período, a redução do emprego industrial e a elevação do emprego no comércio e nos serviços, em um contexto de maior flexibilização das leis trabalhistas e reestruturação das empresas, frente ao novo cenário competitivo imposto pela abertura de nossa economia. As mudanças estruturais que resultaram em uma relativa modernização da maioria dos setores da indústria brasileira se deram em um contexto em que a economia nacional se tornou mais vulnerável, aumentando sua dependência externa. Esta relativa modernização foi levada a cabo por meio de um conjunto de ajustes de caráter defensivo, adotado pelas empresas frente ao novo cenário competitivo inaugurado pela abertura da economia e com o propósito de reduzirem os custos de contratação da força de trabalho, através da flexibilização dos contratos, do tempo de trabalho e da remuneração. A implementação de tais medidas, foi facilitada pelas mudanças de cunho liberal na legislação trabalhista e pelo enfraquecimento dos sindicatos em um quadro marcado pela explosão do desemprego e da informalidade nos anos de 1990. Embora a redução do emprego formal e a precarização das relações de trabalho tenha se apresentado enquanto uma tendência comum a praticamente todos os setores da atividade econômica, uma compreensão mais ampla a respeito dos impactos da crise brasileira sobre o mundo do trabalho deve considerar as especificidades de cada segmento, para uma

análise mais particularizada deste processo. A indústria de transformação é, neste sentido, um exemplo de como os impactos da crise e das políticas macroeconômicas foram diferenciados, em extensão e intensidade, sobre os distintos setores da atividade econômica no país.

No que pese a manutenção de algumas restrições macroeconômicas ao desenvolvimento, a exemplo das altas taxas de juros, a permanência do alto endividamento externo e uma política fiscal restritiva apoiada em elevados superávits primários, a partir de 2004 a economia brasileira retomou sua trajetória de maior crescimento médio do PIB. Uma conjuntura internacional marcada pela maior expansão do comércio e o aumento da liquidez permitiu ao país criar condições internas mais favoráveis ao investimento público e privado, que se refletiram no aumento das exportações, da atividade industrial, do emprego formal, da valorização da renda do trabalho e na ampliação do crédito. Esta melhoria relativa do ambiente macroeconômico interferiu de modo positivo sobre a atividade industrial e o emprego em diferentes setores, inaugurando uma nova dinâmica no desempenho das empresas, na configuração do emprego e na ação sindical que contrastou, em vários aspectos, com a dinâmica observada nos anos 90, ainda que os limites estruturais para o desenvolvimento nacional não tenham sido superados.

A metodologia adotada para este estudo contou com uma sistematização bibliográfica com o propósito de avaliar os impactos da crise brasileira sobre a economia e o mercado de trabalho nacional e, em particular, sobre o desempenho dos segmentos que compõem o ramo químico. A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) constituirá nossa base de dados para a análise das mudanças no perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores. Para este caso, serão consideradas as bases de dados da RAIS correspondentes aos anos de 1994-2004-2008. A metodologia compreende ainda uma pesquisa bibliográfica sobre a estruturação dos sindicatos no setor químico e seu desenvolvimento no período selecionado para a análise. Também foram consultadas publicações específicas dos sindicatos e realizadas entrevistas com dirigentes e assessores sindicais vinculados ao ramo químico no estado de São Paulo, onde se buscou perceber os avanços, retrocessos, vitórias e derrotas das organizações sindicais ao longo deste processo e quais os novos desafios que devem ser enfrentados atualmente pelos sindicatos. Por fim

foi realizada uma pesquisa baseada nas convenções coletivas de trabalho dos sindicatos do ramo químico no estado de São Paulo, visando identificar a evolução das negociações coletivas em cada um dos períodos selecionados. Devido ao seu peso e importância econômica no conjunto do ramo químico brasileiro, a grande concentração da mão de obra e a presença dos mais importantes sindicatos e entidades patronais, o estado de São Paulo constituirá o universo de análise para o estudo que será desenvolvido no terceiro e último capítulo desta dissertação sobre as relações entre capital e trabalho, a partir das negociações coletivas realizadas nos diferentes períodos.

Nossa hipótese é que o maior dinamismo da economia nacional e o fortalecimento do mercado de trabalho no período 2004-2008, embora tenham proporcionado, nos segmentos do ramo químico, um melhor desempenho econômico das empresas, o crescimento do emprego formal, e o fortalecimento da ação sindical, o mesmo não foi suficiente para reduzir, de modo significativo, a heterogeneidade e a desigualdade entre as diversas estruturas industriais presentes no ramo químico brasileiro. Estas características diferenciadas mantiveram-se principalmente no que se refere à dependência externa, a participação do capital estrangeiro, a capacidade de investimento do capital nacional, o tamanho das empresas, os índices de inovações tecnológicas, o nível médio da remuneração, e aos avanços das negociações realizadas no âmbito das empresas em cada segmento do ramo químico.

A recuperação relativa do nível de emprego formal, por exemplo, teve maior incidência nos segmentos que tendem a gerar postos de trabalho menos qualificado. Além disso, foi acompanhada por uma mudança no perfil sócio ocupacional dos empregados que manteve, e em alguns casos aprofundou a heterogeneidade entre os diferentes segmentos e suas respectivas estruturas industriais. As melhores condições para a ação sindical, neste quadro de melhor desempenho da economia brasileira, e que se refletiu no aumento real dos salários e em conquistas em cláusulas sociais, não reverteu a tendência iniciada nos anos 90, da negociação realizada por empresa, numa dinâmica em que as maiores podem conceder benefícios que vão além do negociado nos contratos coletivos de trabalho e que, no caso do estado de São Paulo, abrangem os diferentes segmentos (químico/petroquímico; farmacêutico; LHPC; e Plástico). Ainda que esta possa ser considerada uma opção legítima e válida adotada pelos sindicatos, visando ampliar benefícios em empresas com maior

poder econômico, a mesma expressa mais uma face da diferenciação entre os segmentos, apesar de todos eles assinarem a mesma convenção coletiva, como é o caso do estado de São Paulo.

Embora a manutenção destas diferenças em relação a constituição das empresas e da mão de obra sejam, em alguma medida, justificáveis pela própria natureza da atividade desenvolvida pelos segmentos, são as condicionantes estruturais e macroeconômicas que marcaram a origem e a trajetória percorrida pelos segmentos, influenciando de modo decisivo para o aprofundamento da heterogeneidade estrutural ao longo do tempo. Por este motivo, o alcance de uma maior homogeneidade entre as estruturas industriais, e do ramo químico em particular, seria algo possível dentro de uma determinada política de desenvolvimento, voltada para o fortalecimento e a promoção da indústria nacional e a valorização do trabalho. Os sindicatos do ramo químico, em sua difícil tarefa de representar milhares de trabalhadores em diferentes estruturas produtivas, não são capazes, por si, de alcançar uma maior hegemonização entre os segmentos, sendo fundamental para isso a existência de políticas públicas de regulação do trabalho e da atividade econômica em geral e neste âmbito setorial em particular. Neste contexto, a ausência de políticas públicas de regulação setoriais, associado a dinâmica de negociação por empresas, acaba pressionando para a maior segmentação das negociações e, por essa via, aprofundando a heterogeneidade entre os trabalhadores dos diversos segmentos.

O problema que queremos elucidar é de que modo a dinâmica macroeconômica nacional e a atuação dos sindicatos, considerando suas várias vertentes políticas e ideológicas, influenciam a dinâmica setorial e as relações estabelecidas entre capital e trabalho no âmbito das negociações coletivas e da organização sindical. Nossa hipótese, é que a diferenciação entre as conformações sindicais no ramo químico, embora tenham um papel importante na definição do nível de mobilização e do conteúdo das reivindicações da categoria, não definem, por si só, os avanços e retrocessos do ponto de vista das negociações coletivas. Relação esta que está condicionada, em última instância, pela própria dinâmica macroeconômica e as deficiências estruturais de cada segmento do ramo químico, associado a ausência de políticas públicas de regulação.

Neste sentido, embora o crescimento econômico possa proporcionar melhores condições objetivas para o aumento do emprego e das remunerações, o mesmo carece de

políticas públicas setoriais voltadas para o fortalecimento dos pólos industriais menos dinâmicos; o aumento da capacidade produtiva nacional (tornando-a menos dependente de insumos e tecnologia); e para uma maior igualdade salarial e de proteção ao trabalho entre os segmentos. O crescimento econômico, quando não acompanhado de políticas públicas de regulação em nível nacional e setorial acaba, mesmo num contexto econômico mais favorável para a atividade das empresas e dos próprios sindicatos, aprofundando as desigualdades intersetoriais que, por sua vez, não podem ser são resolvidas apenas pela atuação sindical, por mais representativa que seja.

Capítulo 1

Economia nacional e o ramo químico no Brasil

Analisaremos neste capítulo de que modo as principais mudanças macroeconômicas e estruturais ocorridas no âmbito nacional influenciaram a dinâmica setorial do ramo químico no Brasil em dois diferentes períodos do ponto de vista do desempenho da economia brasileira e da atividade industrial (1994-2004 e 2004-2008). Além de uma caracterização mais ampla do ramo químico buscaremos identificar as diferenças e similitudes entre os segmentos que o compõem e em que medida as transformações macroeconômicas contribuíram para aprofundar os limites ou aumentar as possibilidades para o desenvolvimento deste setor de atividade econômica.

A análise sobre a dinâmica setorial estará relacionada aos diferentes contextos macroeconômicos vividos na história recente do país, com uma breve introdução sobre os acontecimentos que caracterizaram os anos oitenta enquanto um importante marco da ruptura com o padrão anterior de financiamento e de crescimento elevado da economia brasileira, seguida da análise das transformações estruturais que ocorreram na economia brasileira a partir de 1994, quando o país ingressou em um modelo de crescimento instável de baixo dinamismo, caracterizado pela abertura da economia, a estabilidade monetária, altas taxas de juros e a prolongada valorização cambial. Fatores estes responsáveis pela criação de um novo tipo de especialização produtiva e um novo padrão de inserção do país no comércio internacional que condicionou o desenvolvimento da atividade industrial em geral e do ramo químico em particular.

1. A crise da dívida e a ruptura do padrão de financiamento

A crise dos anos oitenta marcou a ruptura com o padrão anterior de financiamento e de crescimento elevado da economia brasileira, inaugurando um longo período marcado pela alta volatilidade do produto interno bruto e o baixo crescimento médio da economia. A

vulnerabilidade externa da economia brasileira veio novamente à tona com a crise internacional de 1979, quando o segundo choque do petróleo provocou a reversão das condições de financiamento externo, agravadas pela alta das taxas de juros internacionais e seu forte impacto sobre a trajetória já ascendente do endividamento externo brasileiro, tendo como consequência o estrangulamento ainda maior do fluxo de capitais externo para os países endividados de nosso continente, entre eles o Brasil¹.

A principal consequência da crise brasileira nos anos 80 foi a ruptura do padrão de financiamento baseado em recursos externos, comprometendo o padrão de financiamento do setor público adotadas desde as reformas dos anos 60 e desencadeando um processo de aceleração inflacionária que passou a exigir a geração de mega-superávits comerciais e novos mecanismos de financiamento público, capazes de cobrir o passivo externo. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para enfrentar a crise da dívida nos anos 80 resultaram no repasse ao setor público de uma parte expressiva da dívida contraída pelo setor privado², promovendo a socialização dos custos da dívida externa brasileira em um processo que ficou conhecido como a “estatização da dívida”. O crescente endividamento do setor público agravou a crise dos mecanismos de financiamento e aprofundou a deterioração da situação fiscal do Estado, através da redução da carga tributária bruta e do aumento no volume de transferências (direta e indireta) de recursos para o exterior, através do choque exportador e o pagamento de juros sobre a dívida externa, e do crescente déficit nas empresas estatais, devido ao enorme passivo financeiro acumulado no período anterior.

Frente às dificuldades geradas pelo cenário internacional, a política econômica adotada no Brasil buscou adotar medidas para reduzir o “*excesso de demanda interna*”, considerada pelo governo a causa da aceleração inflacionária. Além das medidas restritivas,

¹ Com o aumento das taxas de juros a níveis próximos a 20% ao ano em termos reais, os países endividados passaram a ter dificuldades para honrar seus compromissos financeiros internacionais, o que resultou em uma série de moratórias externas ao longo dos anos 80 - o Brasil decretou moratória unilateral da dívida externa em 1987. Como consequência, o fluxo de capitais externo para estes países, e para o Brasil, foi praticamente interrompido.

² Com isso o setor privado se preservou e teve condições de fazer seu saneamento financeiro naquele período, ao mesmo tempo em que o setor público arcava com os custos dos elevados juros internacionais, aumentando seu endividamento externo. O aumento do endividamento externo já era visível no ano de 1979, antes mesmo da crise da dívida, quando os juros líquidos da dívida externa já correspondiam a 28% do valor das exportações e o país apresentou um déficit em transações correntes da ordem de US\$ 10,8 bilhões. Este montante foi apenas parcialmente coberto pela entrada de capitais de US\$ 7,7 bilhões, ocasionando uma queima de reservas de US\$ 2,2 bilhões. Este processo de reversão da balança de pagamento, tornando-se negativa em 1979, pode ser considerado como a primeira manifestação da crise cambial que viria a afetar o país nesse período.

responsáveis pela abertura de um quadro recessivo interno neste período, a política ortodoxa adotada buscou enfrentar a escassez de crédito externo através do aumento das exportações, perseguindo *megas* superávits comerciais como forma de obter um maior equilíbrio da balança de pagamentos e o crescimento do produto.

Mas segundo alguns críticos do modelo ortodoxo os problemas enfrentados pela economia brasileira não eram resultantes de um *excesso de demanda interna*, mas sim da combinação de fatores resultantes da crise internacional, a exemplo do encarecimento dos empréstimos e da elevação da taxa de juros, com a conseqüente interrupção nos fluxos de capitais para o país e a explosão da dívida externa - o que havia provocado uma grande desarticulação dos mecanismos de financiamento até então adotados pela economia brasileira e cujo endividamento no período anterior esteve baseado em um sistema de taxas de juros flutuantes. Quando os juros internacionais disparam, o modelo de endividamento externo como mecanismo de financiamento interno desaba.

O esforço exportador obteve relativo êxito na reversão do saldo da balança comercial - passando de uma situação deficitária em 1980 para uma condição superavitária em 1983 e 84³ -, mas a política restritiva sobre a demanda interna provocou uma profunda recessão no mesmo período. O sucesso do ajustamento externo deveu-se em parte à própria recessão, que levou a uma grande queda nas importações, paralelamente aos estímulos ao aumento das exportações⁴, além de ter sido beneficiada também pelas medidas do II PND, que criaram maior competitividade externa em alguns setores da economia.

Mas apesar dos superávits obtidos, eles foram insuficientes para o equacionamento das contas internas, que continuaram pressionadas pelas exigências de pagamento dos serviços da dívida externa⁵. Os incentivos ao setor exportador garantiram uma recuperação

³ Devido ao esforço exportador o país passou de um déficit em 1980, para um superávit da ordem de US\$ 6,5 bilhões em 1983 e um recorde de US\$ 13 bilhões em 1984.

⁴ As medidas em prol do setor exportador compreenderam: a) intensa desvalorização real do cruzeiro, levando à elevação na relação câmbio/salário; b) elevação do preço dos derivados de petróleo; c) estímulo à competitividade da indústria brasileira, através da contenção de alguns preços públicos, e de subsídios e incentivos à exportação. Entre as medidas para a contenção da demanda interna, destacam-se: a) redução do gasto e dos investimentos públicos, com vistas a reduzir o déficit do setor público; b) arrocho salarial, com redução do salário real a partir de uma política salarial que mantinha os valores abaixo da inflação – o governo apoiava-se ainda na pressão do desemprego, em alta devido o quadro recessivo; e c) aumento da taxa de juros interna e restrição ao crédito.

⁵ A contradição fundamental desta política de ajuste externo, do ponto de vista da melhoria das contas internas e do enfrentamento da crise fiscal do Estado, esteve no fato de que a maior parte do superávit obtido pelo esforço exportador

conjuntural entre os anos de 1984 e 1986, quando se atingiu uma temporária estabilização da dívida. Esta estabilização, no entanto, continuou sendo pressionada pela continuidade do quadro de aceleração inflacionária e pelo desequilíbrio fiscal do setor público que, com a adoção dos novos mecanismos de financiamento, sofreu uma elevação significativa de sua dívida interna. Estas dificuldades foram se agravando à medida que ao longo dos anos 80 não houve uma alteração no fluxo de capitais externos, que continuaram com reduzido ingresso no país.

A crise da dívida, o desequilíbrio externo e a necessidade de transferência de recursos ao exterior constituíram-se nos principais agravantes do problema de financiamento do setor público brasileiro nos anos 80 e condicionaram, por sua vez, a política macroeconômica adotada ao longo deste período, em um contexto de elevada inflação e crises cambiais e fiscais que representaram sérias restrições à retomada do crescimento. As dificuldades para a superação da crise podem ser entendidas pelos limites das próprias opções de política macroeconômica adota pelo governo neste período. O esforço exportador e o pagamento dos serviços da dívida, ao mesmo tempo em que se constituíram em um mecanismo de transferência de pesados recursos ao exterior, amarravam o conjunto da política monetária e fiscal, já que impediam uma maior acumulação de reservas e a conseqüente instabilidade da moeda nacional. O Estado, por outro lado, ao manter uma política cambial de desvalorização da moeda, enquanto um dos principais mecanismos de incentivos a exportação, acabava provocando um aumento dos custos da dívida em moeda nacional e seu impacto sobre o setor público, na condição de maior devedor.

Este círculo vicioso do endividamento foi debilitando cada vez mais as condições de financiamento do setor público. Esta situação levou o governo a buscar novos mecanismos de financiamento interno através da adoção de uma política monetária baseada na emissão de títulos da dívida pública indexada ao dólar ou papeis denominados em moeda nacional

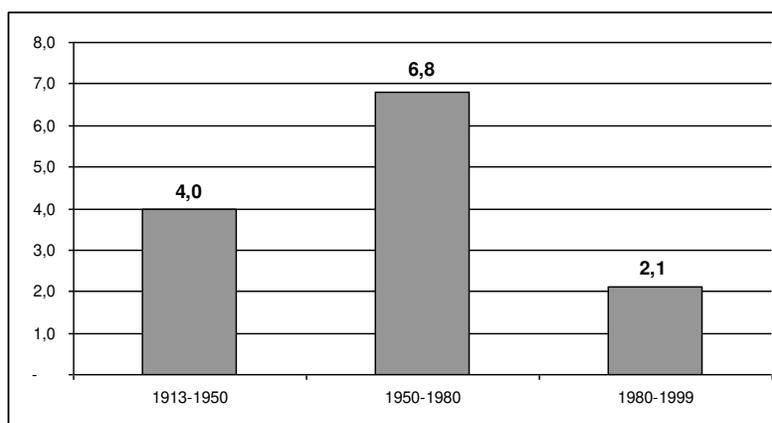
neste período foi resultante da atividade vinculada ao setor privado da economia. Dessa forma, o ônus da dívida (devido ao processo anterior de “estatização”), continuaria a exercer seu maior impacto sobre o setor público (cerca de 70%), forçando-o a realizar um grande esforço de poupança para o pagamento de seus serviços (juros e amortizações), em um cenário onde as divisas geradas pelas exportações estavam concentradas no setor privado.

com elevadas taxas de juros. Este mecanismo é o que vai configurar a criação de uma moeda indexada na economia brasileira.

Com isso as expectativas dos agentes capitalistas sobre o valor do câmbio e dos juros (enquanto variáveis determinantes do valor da moeda e dos títulos públicos) passaram a ditar a dinâmica dos demais preços na economia, em um contexto onde a estagnação e a inflação foram corroendo a função de reserva de valor da moeda. Esta corrosão da moeda enquanto reserva de valor levava os agentes a trocarem suas riquezas em moeda por títulos públicos, vendidos pelo governo com altas taxas de juros e com o compromisso de recompra em curto prazo. O que significa uma nova transferência para o setor público do ônus monetário provocada pela aceleração inflacionária e as desvalorizações cambiais.

A crise da dívida, o fechamento do crédito internacional para os países endividados da América Latina, o choque do petróleo, as elevadas taxas de juros e a adoção pelo governo brasileiro de um modelo recessivo impuseram uma forte queda da atividade econômica. O que se refletiu na redução da taxa média anual de crescimento do PIB para 2,1% no período 1980/99, representando menos da metade do período 1950/80 (de 6,78%).

Gráfico 1.1
Taxas médias anuais de variação do PIB por períodos selecionados. Brasil.



Fonte: POCHMANN, 2001:37.

Esses anos foram marcados por uma crise econômica aguda e prolongada, de caráter estrutural, combinando estagnação com aumento da inflação. A recessão continuada contribuiu para um agravamento ainda maior das condições do mercado de trabalho e da

exclusão social, com um crescimento absoluto e relativo da pobreza nesta década. Este processo levou a uma interrupção do nível crescente de assalariamento⁶ e à consolidação de uma estrutura ocupacional ainda mais precária. Consolida-se, portanto, a trajetória para uma “década perdida”, de baixo crescimento econômico, de aceleração inflacionária, de estagnação da renda e de agravamento da crise social.

Neste contexto, a desaceleração da atividade industrial atingiu níveis históricos: segundo dados do IBGE, entre 1967-1973, o período do chamado “milagre econômico”, a produção da indústria cresceu 13,3% e o PIB, 11,9% anuais; enquanto entre os anos 1980 e 1990 a taxa média anual de crescimento da industrial teve um índice negativo de -0,2%, ao passo que o PIB aumentava em média 1,6% a.a., ou aproximadamente -0,6% a.a. em termos per capita. Esta situação levou as indústrias a buscarem novas estratégias de crescimento, voltadas para o mercado externo, buscando uma maior racionalização e modernização da capacidade existente em detrimento do investimento na expansão da produção e na instalação de novas unidades produtivas. Com isso, a produção industrial foi gradativamente perdendo participação no emprego e na formação do PIB nacional para os setores do comércio e dos serviços.

“Ao longo da década de 1980 a indústria brasileira foi submetida a sucessivos choques num contexto de forte instabilidade macroeconômica. As empresas reagiram reorientando as estratégias de crescimento para o mercado externo, reduzindo os níveis de endividamento, aumentando o mark up, realizando investimentos localizados (nos setores exportadores) e de tipo defensivo (racionalização e modernização da capacidade produtiva) em detrimento dos investimentos em expansão ou instalação de novas unidades de produção. No plano da estrutura industrial os reflexos foram o aprofundamento da heterogeneidade estrutural intersetorial, intrasetorial (entre empresas exportadoras e não exportadoras) e intrafirma (entre produtos e linhas de produção modernizadas e não modernizadas)”. (LAPLANE E SARTI. 2006: 302-303).

Apesar do impacto negativo que o baixo crescimento econômico provocou no mercado de trabalho, com um menor nível de expansão do emprego, o volume de emprego na década de 80 não sofreu uma queda tão drástica como na década seguinte. A sustentação do nível de ocupação nos anos 80 foi resultante da capacidade de absorção da atividade

⁶ Em 1980 o país atingiu um nível elevado de assalariamento de 2/3 dos ocupados urbanos e com um número crescente de empregados com registro em carteira, portanto com o acesso aos direitos trabalhistas e sociais garantido na lei (Baltar, Dedecca, 1991).

terciária, no comércio e nos serviços, verificando ainda a melhora em alguns indicadores sociais, devido em parte ao fato de que o novo processo de democratização veio acompanhado de adoção de alguns programas sociais, envolvendo uma maior participação de governos estaduais e municipais e ações comunitárias relativamente autônomas.

É importante destacar ainda os limites que o fortalecimento da ação sindical e a ampliação da regulação pública do trabalho nos anos 80 – expressões da alteração na estrutura produtiva e social do período anterior e do processo de democratização – impuseram às pressões econômicas e políticas de arrocho salarial, decorrentes de desvalorizações cambiais e da aceleração do processo inflacionário. Neste período, o sindicalismo ganha força e garante, através do aumento do número de greves, a ampliação dos direitos sociais e trabalhistas. Conquistas estas consagradas na Constituição de 1988 (licença maternidade, a elevação da multa do FGTS de 10% para 40%, permissão de sindicalização dos servidores públicos, benefícios assistenciais e aposentadorias aos trabalhadores rurais, regulamentação e ampliação dos direitos do trabalhador doméstico), e que foram expressão de um movimento mais geral de organização das forças populares e democráticas no país.

No período anterior a crise dos anos 80 a forte participação do Estado brasileiro na regulação da estrutura industrial química e petroquímica visava reduzir a dependência externa, por meio do processo de substituição de importações, e formar um corpo empresarial no setor. Para isso foi adotado um modelo tripartite (1/3 do capital) com participação do Estado, capital nacional e capital internacional, o que possibilitou a formação de um complexo industrial composto por diversas empresas com relações de complementaridade. Neste arranjo empresarial o papel de regulação setorial assumido pelo Estado foi cumprido pela empresa estatal Petrobrás Química S.A. (Petroquisa)⁷, subsidiária da Petrobrás. A Petroquisa foi a principal responsável pela organização do arranjo empresarial no setor químico e petroquímico brasileiro durante os anos 70 e até metade dos anos 80, selecionando grupos econômicos nacionais, grupos estrangeiros detentores de

⁷ O decreto que autorizou a criação da Petroquisa (N.º 1.981, de 28 de dezembro de 1967) foi o que fixou as condições da instalação e expansão dessa indústria, na realidade, orientado para as grandes unidades industriais ou pólos petroquímicos, uma vez que o país até então era carente da produção dos denominados produtos básicos, que, por sua vez, eram obtidos a partir de refinados do petróleo.

tecnologia, coordenando e fornecendo instrumento de política setorial para o fortalecimento desta atividade no país.

Em meados da década de 80, o parque industrial petroquímico está totalmente instalado, mas tem início um período recessivo. Esgota-se não só a substituição de importações como fonte de dinamismo econômico, mas também a capacidade de endividamento do Estado. No entanto, com a crise dos anos 80, a capacidade de coordenação setorial da Petroquisa foi progressivamente se enfraquecendo, devido ao aumento do endividamento público decorrente das políticas adotadas a partir da crise da dívida externa e a consequente redução da capacidade de coordenação e financiamento por parte do Estado neste período. Frente a este quadro os grupos privados que haviam se constituído no setor passaram a reivindicar menor intervenção estatal e maiores liberdades para atuação no mercado, o que na prática significava reduzir a participação da Petroquisa enquanto empresa pública estatal reguladora deste arranjo industrial.

“A incapacidade de exercer as funções de grupo financeiro, articulando e interagindo empresas, e a crescente perda de capacidade de intervenção setorial pela deterioração do padrão de regulação do Estado possibilitaram que os grupos econômicos privados pressionassem por maior liberdade na definição de estratégias para as suas empresas. Como as empresas foram ganhando experiência, operando com eficiência e alcançando níveis de aprendizado, seus grupos econômicos correspondentes passaram a obter maiores condições técnicas, tamanho e tradição na atividade petroquímica e a requerer maiores definições para suas políticas globais de expansão. Os recorrentes pedidos por maior liberdade para determinar estratégias mais ousadas levaram o discurso da importância da presença da Petroquisa, existente até a primeira metade dos anos 80 (amadurecimento do sócio privado nacional, avalista de todo o atual sistema petroquímico e responsável pela evolução da indústria), a transformar-se em declarações a favor de seu afastamento no período que se segue (esgotamento da função estatal no desenvolvimento setorial)”. (CARIO, 2000: 43).

2. O ajuste dos anos 90

Nos anos 80, apesar da ausência de mudanças profundas na estrutura produtiva e de emprego e de avanços na organização e na luta sindical que culminou na ampliação de alguns direitos trabalhistas e sociais na Constituição de 88, a incapacidade de superação da crise econômica foi fator decisivo para impedir as resoluções das grandes questões sociais e dos problemas do mercado e das relações de trabalho no Brasil. O aprofundamento das políticas ortodoxas e a consequente deterioração dos mecanismos de controle da atividade

econômica por parte do Estado, contribuiu para a persistência deste quadro de semi-estagnação da economia e de agravamento da crise social brasileira.

No decorrer dos anos 1990, a abertura financeira e comercial, as privatizações, a reforma administrativa, os programas de demissão voluntária, o ajuste fiscal e a reestruturação produtiva e tecnológica em alguns ramos de atividade, contribuíram ainda mais para o aprofundamento da vulnerabilidade externa do país e a precarização do mercado e das relações de trabalho.

Estes longos anos de estagnação provocaram uma verdadeira regressão social que se expressou no aumento da pobreza, no desemprego explosivo, na ampliação das ocupações precárias, informais e ilegais, na redução dos rendimentos do trabalho e no próprio desmonte do Estado e na redução das políticas sociais, além de uma política voltada para a flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas conquistados no processo constituinte de 1988⁸, na tentativa de estabelecer um novo marco legal que facilitasse o aprofundamento dos ajustes no âmbito das empresas⁹.

Nesse período, a participação do emprego industrial na economia regrediu, caindo para 12% do total dos empregos, uma situação equivalente a 1940, antes, portanto, da principal fase de industrialização brasileira. Ocorreu um verdadeiro achatamento da renda do trabalho, que representava 50% da renda nacional total em 1980 e ficou um pouco abaixo dos 36% em 2002. O desemprego passou de 1,8 milhões de trabalhadores desocupados em 1989 para 8 milhões em 2002. Além disso, as condições de trabalho pioraram significativamente. “Anualmente, são quase 5 milhões de pessoas a mais buscando alguma remuneração para compensar o rebaixamento salarial das famílias (...) 3,2 milhões de brasileiros possuem duplo ou triplo trabalho.” (POCHMAN, 2009: 58-59).

⁸ Para uma leitura mais aprofundada deste processo ver KREIN, José Dari. *Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil 1990-2005*. Tese de Doutorado, Unicamp/IE. 2007; e SANTOS, Anselmo Luís dos. *Trabalho em Pequenos Negócios no Brasil: impactos da crise do final do século XX*. Tese de Doutorado, Unicamp/IE. 2006.

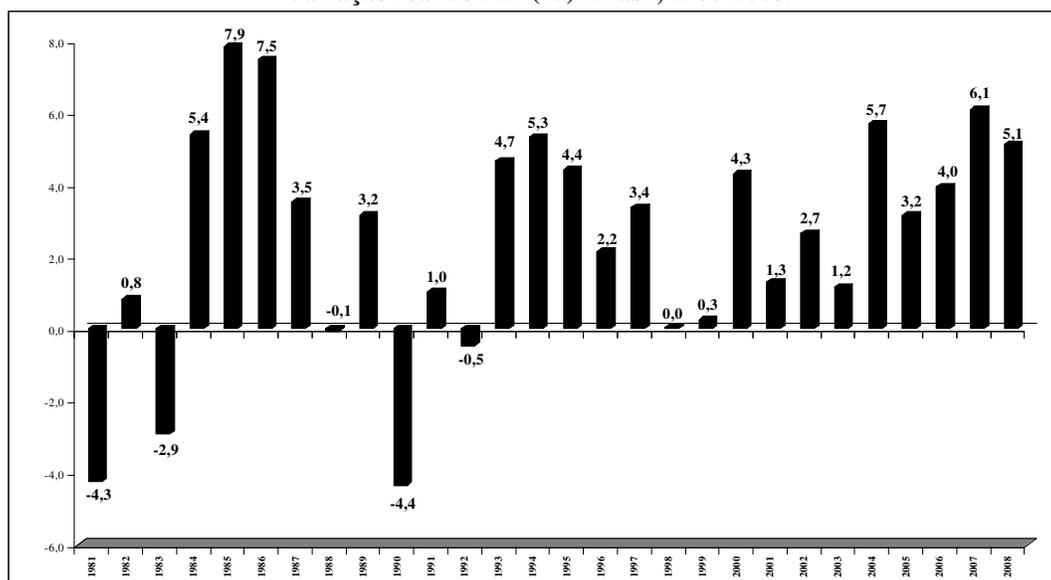
⁹ “Na busca por maior flexibilidade, as empresas realizaram diversas formas de ajuste: racionalização do emprego; desverticalização da produção e promoção de novas redes de fornecedores; criação de novos mercados; fragmentação e realocação espacial da produção; maior utilização de métodos e técnicas com vistas à maior racionalização, modernização e redução de custos, mudanças no perfil de aplicações patrimoniais. As empresas modificaram também as suas relações com parceiros e clientes (fornecedores, compradores, consumidores finais), as formas de distribuição dos produtos e as relações com os mercados.” (SANTOS. 2006: 32).

O plano de estabilização da economia brasileira (Plano Real, 1994) constituiu-se na principal ferramenta de uma política macroeconômica liberal e conservadora que predominou durante todo este período. Os pressupostos deste plano de estabilização, voltado para a busca da estabilidade monetária através do estabelecimento de uma âncora cambial e uma âncora fiscal trouxe graves implicações para a economia do país após uma sucessão de eventos que foram colocando em xeque os argumentos e previsões de seus formuladores.

A maior abertura comercial, ao invés de impor disciplina competitiva aos produtos domésticos e garantir ganhos de produtividade, levou a quebra de vários setores da indústria nacional pela sua incapacidade em competir com os menores preços dos produtos importados e pela ausência de uma política de proteção à indústria nacional, resultando na eliminação de milhares de postos de trabalho.

Assim, a estabilidade dos preços não criou condições para o cálculo econômico de longo prazo e nem tampouco estimulou suficientemente os investimentos privados, tendo em vista que esta estabilidade, baseada na sobrevalorização do real em relação ao dólar, gerou sucessivos déficits comerciais que se tornaram insustentáveis já no final de 1998, levando à desvalorização do câmbio a partir de 1999 e à necessidade do fortalecimento de uma nova âncora: o regime de metas de inflação (NAKATANI, 2009:33), reforçando o caráter recessivo do plano. De acordo com os dados do IBGE, a desaceleração da atividade industrial, determinada pelo quadro macroeconômico recessivo e a abertura comercial, implicou na queda de 16,5% do emprego na indústria de transformação no período 1990-2007. Ainda segundo o IBGE, a agropecuária sofreu uma queda de 12,9% e a indústria extrativa de 49,6% do emprego no mesmo período, no qual somente o setor de serviços obteve crescimento do emprego, de 13,7%. O índice de crescimento do PIB nos anos 1990/96 (2,8%) só ficou acima do período 1980/1990 (1,6%), ficando abaixo do patamar alcançado pela década perdida da economia brasileira. O mesmo comportamento foi observado no índice de crescimento da indústria, de -0,2% entre 1980/1990 e de 2,0% entre 1990/1996. Considerando o período 1980/1996, a média anual de crescimento da economia brasileira e da indústria foi o pior dos últimos noventa anos.

Gráfico 1.2
Variação real do PIB (%). Brasil, 1980-2008.



Fonte: IBGE, IPEADATA.

Por outro lado, as privatizações e a entrada dos capitais atraídos pelos altos juros não removeram os gargalos de ofertas na indústria e na infra-estrutura e muito menos reduziram os custos e melhoraram a eficiência (ver BIONDI, 2003 e CARNEIRO, 2002). O saldo desta política de alienação do patrimônio público foi o dismantelamento de grande parte da estrutura produtiva nacional, com o coeficiente de importação subindo de 5,7% em 1990 para 20,3% em 1998 (CARNEIRO, 2002:315)¹⁰. Vale ressaltar que os setores em que se observou maior aumento desse coeficiente foram os de uso intensivo de capital, com especial destaque para o setor químico (CARNEIRO, 2002: 323).

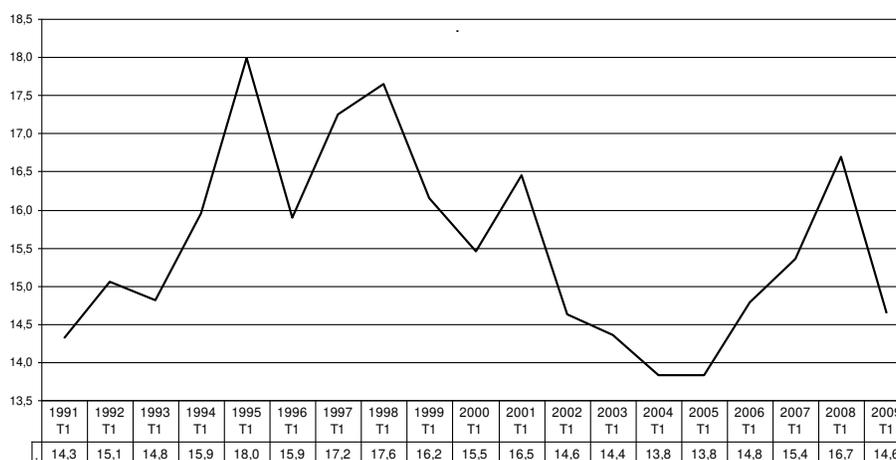
Sem possibilidade de escoar a pressão externa pelo aumento da competitividade, o peso do ajuste recaiu, necessariamente, sobre o Estado. A política de estabilização significou a redução da capacidade de investimento e de gastos por parte do Estado. A taxa de investimento do Estado sobre o investimento total caiu de um patamar acima dos 30% em 1990 para pouco mais de 10% em 1999 (POCHMAN, 2009:102). A taxa de investimento em relação ao PIB também sofreu grande retração a partir de 1995, atingindo

¹⁰ Essa variável seria uma análise apenas de especialização caso o coeficiente de exportação tivesse compensado a perda do ponto de vista da importação, o que não ocorreu, sendo que o índice de exportações saiu de um nível de 8% para 14,8% no mesmo período.

o seu pior patamar em 2003 e mantendo-se em níveis historicamente baixos até os anos recentes.

Gráfico 1.3
Taxa de investimento em relação ao PIB (em %). Brasil, 1990-2009.

(Preços de 2006)



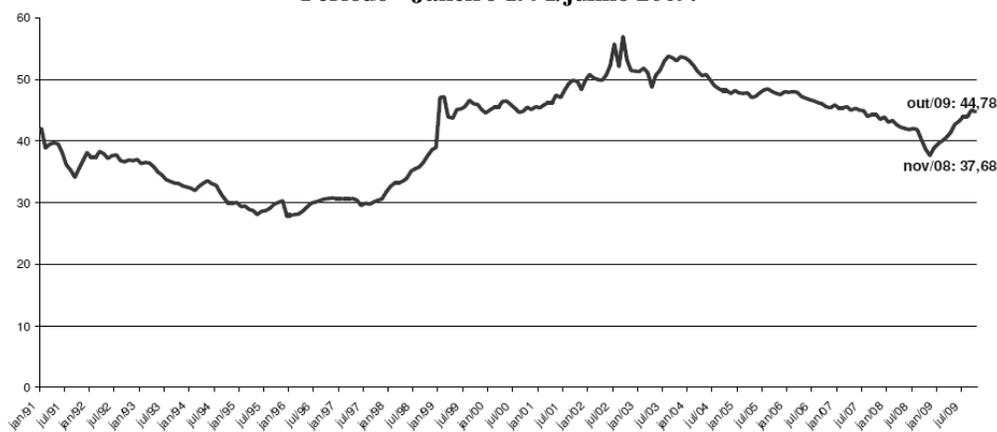
Fonte: Ipeadata.

A abertura comercial e as privatizações provocaram ainda o aumento da participação do capital estrangeiro, aprofundando a desnacionalização da economia brasileira num processo em que a poupança externa atraída foi canalizada na maior parte para a compra de empresas já instaladas, numa operação de fusões e aquisições que além de não ter gerado riqueza nova foi responsável pelo incremento da remessa de lucros e dividendos para o exterior (CARNEIRO, 2002).

A abertura comercial e financeira, somada à valorização cambial e à elevação da taxa de juros resultou em elevados déficits na conta comercial e na conta corrente, determinando um crescimento explosivo da dívida pública e consolidando uma crescente dependência e vulnerabilidade externa, o que ampliou as restrições ao crescimento econômico. A relação Dívida Pública/PIB retomou uma trajetória de queda somente a partir

de 2003, devido aos elevados superávits primários obtidos ao longo dos últimos anos e à queda das taxas de juros¹¹.

Gráfico 1.4
Evolução da dívida total líquida do setor público (% do PIB). Brasil.
Período - Janeiro 1991/junho 2009.



Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Finanças Públicas (BCB Boletim/F. Públ.).

Comentário: Quadro: Dívida líquida do setor público. Obs.: Compreende governo federal e Banco Central, governos estaduais, governos municipais e empresas estatais (federais, estaduais e municipais).

Periodicidade: Mensal. **Unidade:** (% PIB).

A partir de 1998 o ajuste fiscal foi aprofundado por meio das políticas de obtenção de superávit primário para o pagamento de uma dívida já muito elevada. Isso resultou numa restrição fiscal ainda maior, com impactos negativos sobre os níveis de investimentos e o gasto público. As reduções dos gastos operacionais no setor público visaram compensar, pelo menos em parte, a expansão das despesas com encargos financeiros decorrentes da explosão da dívida total líquida do setor público que passou de 30,4% do PIB em dezembro de 1994 (R\$ 153 bilhões) para 53,7% do PIB em outubro de 2004 (R\$ 945 bilhões)¹².

O ajuste fiscal foi aprofundado ainda mais a partir da crise financeira que atingiu o Brasil em 1999, quando a política cambial sofreu sua primeira grande inflexão, com a flexibilização da paridade do real em relação ao dólar. A partir deste ano o ajuste fiscal tomou a forma de grandes superávits primários – obtidos por uma combinação de aumento

¹¹ Esta trajetória de queda na relação Dívida Pública/PIB foi novamente interrompida a partir de novembro de 2008, devido à redução dos superávits primários e do ritmo de crescimento econômico que elevaram o grau de endividamento público para 45% do PIB em outubro de 2009. Ao mesmo tempo, a valorização cambial ocorrida a partir de abril de 2009, diferentemente dos períodos passados, tem contribuído para aumentar a dívida pública, uma vez que o setor público é credor em câmbio.

¹² Além das altas taxas de juros enquanto fator de elevação da dívida pública, a desvalorização do câmbio no início de 1999 e sua posterior flutuação também contribuíram diretamente para esta elevação – de 45% para 50% entre final de 1998 a 2000 (CARNEIRO, 2002:395).

da carga tributária e corte de gastos públicos, que buscavam garantir um maior equilíbrio na relação Dívida/PIB. Relação esta que continuava pressionada pelos altos juros praticados no país e que proporcionaram alta rentabilidade ao capital financeiro.

“Do ponto de vista da demanda agregada, as autoridades econômicas abstiveram-se de realizar uma política contracionista no período 1994-1998, ou seja, o crescimento da carga de juros não foi compensada pela elevação do superávit primário, implicando o aumento proporcional do déficit operacional. Essa preservação do déficit operacional e o seu financiamento pela emissão de títulos da dívida pública, todavia, não tiveram impacto expansionista sobre a demanda efetiva, pois não se materializaram em poder de compra, mas em aumento da riqueza financeira. Após 1999, com a deterioração do financiamento externo e flutuação do câmbio, a política fiscal adquiri um caráter francamente contracionista via realização de superávits primários para compensar a carga de juros”. (CARNEIRO, 2002: 388-389).

A partir da desvalorização cambial de 1999, ficou claro que o maior esforço de contenção dos gastos públicos através do superávit primário não atingiu seu nível necessário para a redução da taxa de juros, que continuou entre as mais altas do mundo. Com isto, a política fiscal se insere em um esforço de ajustamento que pode ser comparado com o esforço de enxugar gelo. Isto é, a elevação do superávit primário, tendo em vista um maior equilíbrio na relação Dívida/PIB, esbarra na manutenção das altas taxas de juros, voltadas para garantir a remuneração do capital financeiro e o regime de metas de inflação a partir da redução da demanda interna.

Do ponto de vista industrial o ajuste dos anos 90 foi ainda mais intenso do que o observado nos anos 80, com forte impacto na reestruturação das empresas e na redução do emprego vinculada a este setor de atividade econômica, submetido ao constrangimento do novo padrão de concorrência inaugurado pela abertura comercial e sufocado pelas altas de juros, que fizeram com que a indústria nacional reduzisse ainda mais sua capacidade de investimento na esfera produtiva, aprofundasse sua desnacionalização por meio dos processos de fusões e aquisições e mantivesse seu atraso e dependência tecnológica em relação aos países desenvolvidos ou em desenvolvimento que apresentaram um maior dinamismo de sua atividade industrial no mesmo período.

“O ajuste nos anos 1990 foi ainda mais intenso. As empresas reagiram à abertura e à política econômica, aprofundando a especialização e a racionalização da

capacidade produtiva, com forte redução do emprego. O ajuste foi realizado com baixo investimento, introduzindo mudanças organizacionais e abandonando linhas de produtos. As empresas nacionais procuraram parceiros estrangeiros para estabelecer acordos de complementação de linhas de produtos importados e de prestação de serviços no mercado doméstico. O ajuste apresentou acentuadas desigualdades entre setores, entre empresas e mesmo no interior das empresas. A sobrevalorização da taxa de câmbio e os juros elevados fizeram com que as empresas industriais procurassem atalhos para melhorar rapidamente sua competitividade, atualizando produtos, substituindo insumos nacionais por importados e modernizando equipamentos. Paradoxalmente, a melhora rápida da eficiência dos produtores locais (tanto empresas nacionais como filiais de empresas estrangeiras) foi facilitada pelo relativo atraso tecnológico acumulado nos anos 1980, particularmente nos setores voltados para o mercado interno. Mas uma vez, a indústria brasileira colheu os benefícios da condição de *late comer*. Em contrapartida, mais uma vez os produtores locais ficaram restritos à imitação dos avanços desenvolvidos anteriormente no exterior e, com raras exceções, não realizaram esforços genuinamente inovadores. As formas típicas de atualização tecnológica consistiram na adoção da tecnologia “incorporada” em projetos de produtos e em equipamentos adquiridos no exterior. A importação foi, do ponto de vista das empresas, o caminho mais curto e mais barato para ganhar acesso às inovações “disponíveis” no exterior e para aumentar sua competitividade.” (LAPLANE E SARTI. 2006: 303-304).

A indústria química brasileira passou por grandes transformações ao logo dos anos noventa. O primeiro impacto importante da dinâmica macroeconômica sobre este segmento se deu a partir do governo Collor, quando através da abertura comercial se impôs um novo cenário competitivo para a indústria nacional. Além do aumento da concorrência através da entrada massiva de produtos importados no país, a indústria química, assim como os demais setores industriais, deparou-se ainda com uma forte recessão neste período, com impactos negativos nos níveis de investimento e emprego. Além disso, os reflexos da flutuação dos preços internacionais dos produtos químicos na dinâmica de formação dos preços nacionais foi um outro elemento que interferiu na capacidade competitiva deste setor.

Estes fatores pressionaram no sentido de uma ampla reestruturação produtiva das empresas na busca de melhores condições de competição, com a adoção de medidas de ajustes relacionadas à capacidade produtiva e ao desenvolvimento de novas estratégias de mercado. Em relação à capacidade produtiva os ajustes foram materializados por meio de uma série de processo de fusões, aquisições, desestatização, fechamento de fábricas e de

linhas de produtos que haviam perdido competitividade, além da adoção de inovações tecnológicas e de técnicas gerenciais visando o aumento da produtividade. O ajuste voltado para as novas estratégias de mercado esteve concentrado principalmente na tentativa de ampliação do mercado exportador como alternativa para a produção nacional.

O fim do controle de preço dos produtos químicos, exercido pelo governo federal por meio do Conselho Interministerial de Preços (CIP) de 1968 a 1991¹³, foi um agravante a mais para a indústria química nacional, no contexto da abertura comercial e da maior concorrência que resultou deste processo, tendo em vista que este mecanismo de controle garantia uma maior proteção aos preços nacionais da indústria química, lhe dando poder de mercado e amenizando a pressão exercida pelos preços internacionais. O controle de preços era estabelecido levando em consideração uma série de fatores, tais como: a utilização da capacidade produtiva das empresas, os custos variáveis, os custos fixos, as despesas de operação e, por fim, o retorno médio sobre o investimento.

Com o fim deste mecanismo de proteção o preço passou a ser determinado pela relação de oferta e demanda, acompanhado pela progressiva redução das tarifas alfandegárias, num contexto da ampla abertura comercial que provocou mudanças drásticas nas condições de concorrência. Neste sentido, a redução do preço interno e o aumento da competição pressionaram no sentido de uma maior reestruturação do mercado nacional de produtos químicos, com uma maior internacionalização do setor e a precarização das relações de trabalho por meio da redução do emprego formal e a ampliação da mão de obra terceirizada.

Ainda no contexto da abertura comercial, uma tendência importante tem sido a perda de atratividade da indústria frente ao setor de serviços na atração de investimento direto estrangeiro. Tal processo teve impacto direto sobre a capacidade do setor químico em atrair novos investimentos, expressos na redução da sua participação no montante de investimento estrangeiro atraídos para a indústria. Em 1989, antes, portanto, do processo de abertura comercial e da crise econômica do governo Collor, a indústria de transformação era responsável por 71% do estoque de capital estrangeiro investido no Brasil. Com a

¹³ A CIP foi extinta pelo decreto do presidente Collor de 25/04/1991.

menor atração de fluxos de investimento ao longo dos anos 90, essa participação foi reduzida para 55% em 1995, 22,7% em 1996 e 13,3% em 1997. Considerado em seu conjunto, o setor de serviços atraiu 83,7% do total investido. Na indústria de transformações, o setor de produtos químicos foi proporcionalmente o maior detentor do investimento direto estrangeiro em 1995 (cerca de 11%), sofrendo drástica redução em 1996 e 1997, para 2,9% e 2,4% respectivamente.

A indústria química também sofreu os impactos das privatizações realizadas nos anos 1990. Desde a criação do Programa Nacional de Desestatização-PND, em 1991, das 68 empresas e participações acionárias estatais federais que foram privatizadas, a maioria pertencia aos setores de siderurgia, química e petroquímica, fertilizantes e energia elétrica. No setor químico e petroquímico foram privatizadas as seguintes empresas: Petroflex, Copesul, Nitriflex, Polisul, PPH, CBE, Poliolefinas, Deten, Oxiteno, PQU, Copene, Salgema, CPC, Polipropileno, Álcalis, Pronor, Politeno, Nitrocarbono, Coperbo, Ciquine, Polialden, Acrinor, Koppol, CQR, CBP, Polibrasil e EDN. (Fonte: BNDES – resultados consolidados do PND, 31.12.2002).

“As empresas do Sistema Petroquisa foram as primeiras a serem incluídas no PND, demonstrando o desejo de iniciar o processo de privatização pelas áreas consideradas livres – setores estabilizados – em contraposição à zona restrita – setores com atraso no investimento e em má situação financeira - e à zona fechada – setores com impedimento legal. Essa providência seguiu a prática internacional de se iniciar processo de privatização em segmentos que apresentam riscos reduzidos de fracasso, facilidade de deslanchar rapidamente o programa, baixa expectativa com relação às dificuldades a serem enfrentadas e boa aceitação das várias empresas pelo mercado. Tinha-se a expectativa de que, por serem empresas que oferecem boa rentabilidade, passivo não-oneroso, sem requisitos de grandes investimentos e com preços competitivos no Exterior, o programa de privatização petroquímico viesse a ocorrer sem traumas e gerasse aprendizado para avançarem setores que possuem empresas com qualidades opostas às petroquímicas”. (CARIO, 2000: 43).

3. Tendência de recuperação entre 2004-2008

O melhor desempenho da economia mundial favoreceu uma tendência de recuperação da economia brasileira entre os anos de 2004 e 2008. A retomada do crescimento do PIB, impulsionado inicialmente pelo aumento das exportações, consolidou-se com a ampliação do consumo e do investimento neste período, o que se refletiu também no aumento das importações (Tabela 1.2.1). Este melhor desempenho da economia mundial se refletiu em um crescimento mais elevado da maioria das economias periféricas, tendo o Brasil obtido um crescimento médio anual do PIB da ordem de 4,5% entre os anos de 2004 e 2008, igualando-se ao desempenho do PIB mundial no mesmo período. Para melhor ilustrar a diferença com o período anterior, é pertinente lembrarmos que nos anos oitenta e noventa, quando a economia mundial teve um crescimento médio anual de 3,4% em cada uma destas décadas, o crescimento médio anual da economia brasileira foi de apenas 1,6% e 2,7%, respectivamente.

Tabela 1.1
Indicadores de atividade econômica. Brasil, 1999-2007.

Ano	PIB (var. anual)	Deflator Implícito	Exportação (var. anual)	Importação (var. anual)	Preço médio do Dólar (em R\$)	Consumo (var. anual)	Investimento (var. anual)
1999	0,3	8,5	-6,1	-14,7	1,81	0,6	-12,2
2000	4,3	6,2	14,7	13,4	1,83	3,0	10,3
2001	1,3	9,0	5,7	-0,4	2,35	1,1	-2,6
2002	2,7	10,6	3,7	-15,0	2,92	2,7	-11,1
2003	1,1	13,6	21,1	2,2	3,08	-0,4	-1,6
2004	5,7	8,0	32,0	30,1	2,92	3,9	11,8
2005	3,2	7,2	22,6	17,1	2,43	3,9	-2,4
2006	4,0	6,2	16,2	24,2	2,18	4,5	10,4
2007	5,7	3,7	16,6	32,0	1,95	5,9	14,0

Fonte: IBGE, Contas Nacionais; Banco Central. (In. BALTAR, 2009).

Além do crescimento do produto nacional, observa-se ainda o crescimento do PIB industrial e a recuperação do PIB agropecuário, assim como o aumento da arrecadação e do consumo do governo, com um melhor nível de investimento e a redução da taxa de desemprego (IBGE) e de juros (Selic).

Tabela 1.2
Dados macroeconômicos Brasileiro, 1994-2008. Médias Anuais no Período.

	1994-1998	1999-2002	2003-2006	2007-2008
Varição real %				
PIB preços de mercado	2,5	2,1	3,5	5,4
PIB industrial	1,8	1,1	3,4	4,1
PIB da agropecuária	3,2	5,5	3,2	5,2
Participação no PIB – dados reais %				
Arrecadação do governo*	28,6	32,7	34,0	-
Consumo corrente do governo	20,2	20,2	20,0	19,2
Investimento agregado	18,9	17,4	16,0	18,9
Exportações	8,7	10,9	14,4	15,1
Importações	12,8	11,6	11,5	15,9
% da PEA				
Taxa de desemprego	-	11,7	10,9	8,6
Varição anual %				
IPCA	9,4	8,8	6,4	5,2
Juros %				
Selic (taxa efetiva)	33,1	19,8	18,4	12,2

* Valores Correntes.

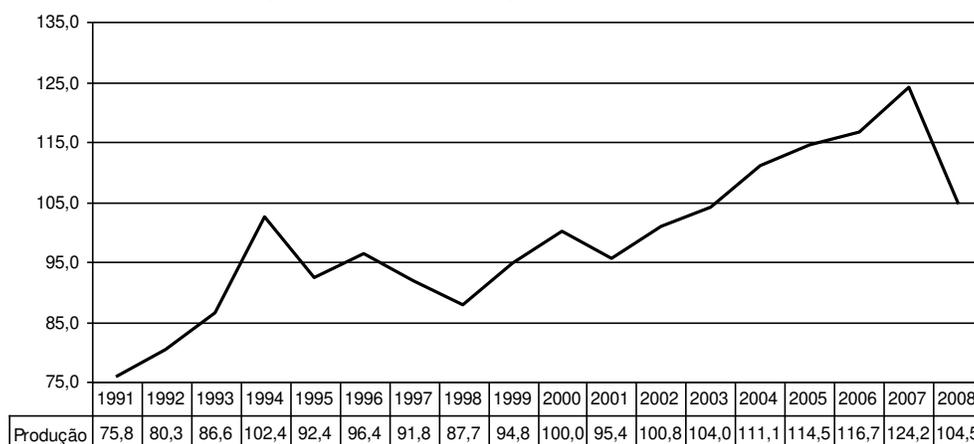
Fonte: Dados originais das Contas Nacionais e PIB Trimestral, disponíveis em www.ibge.gov.br, e do Boletim do Banco Central, www.bcb.gov.br. Foram usadas na Tabela as informações disponíveis no banco de séries de dados do website www.planejamento.org. (In. FONSECA, 2009).

Em relação ao PIB total, o crescimento médio do período 2004-2008 (de 4,5%) foi praticamente o dobro do verificado nos anos de 1994-1998 (2,5%) e 1999-2002 (2,1%), sendo que nos dois últimos anos analisados (2007-2008), antes, portanto, da eclosão da crise econômica e financeira internacional, a economia brasileira registrou um crescimento médio de 5,4%, consolidando assim a trajetória de recuperação iniciada em 2004, ano em que o aumento do PIB (5,7%) foi o maior daqueles últimos dez anos, desde a criação do plano real em 1994 (5,3%). Do ponto de vista do PIB industrial, a evolução da média entre os diferentes períodos considerados indica também um forte crescimento do produto na indústria nacional, atingindo, respectivamente, entre 2003-2006 (3,4%) e 2007-2008 (4,1%), de duas a quatro vezes a média dos períodos subseqüentes.

A produção industrial brasileira sofreu uma forte queda a partir de 1994 quando a política macroeconômica de juros altos, abertura comercial e baixo crescimento do PIB lhe impuseram um conjunto de restrições que resultaram, até o ano de 1998, em uma variação negativa de 14,7% da produção na indústria de transformação. A partir de 1999, com o fim da paridade cambial e a conseqüente melhora das condições de exportações, a produção industrial conseguiu recuperar o fôlego por um breve período, até 2000, quando novamente voltou a retrair-se aos mesmos patamares de 1996, para recuperar novamente uma trajetória ascendente a partir de 2001 e que se manteve até meados de 2008, antes da crise financeira

internacional resultante da explosão da bolha imobiliária nos EUA e que resultou na retração do comércio mundial. (Gráfico 1.5).

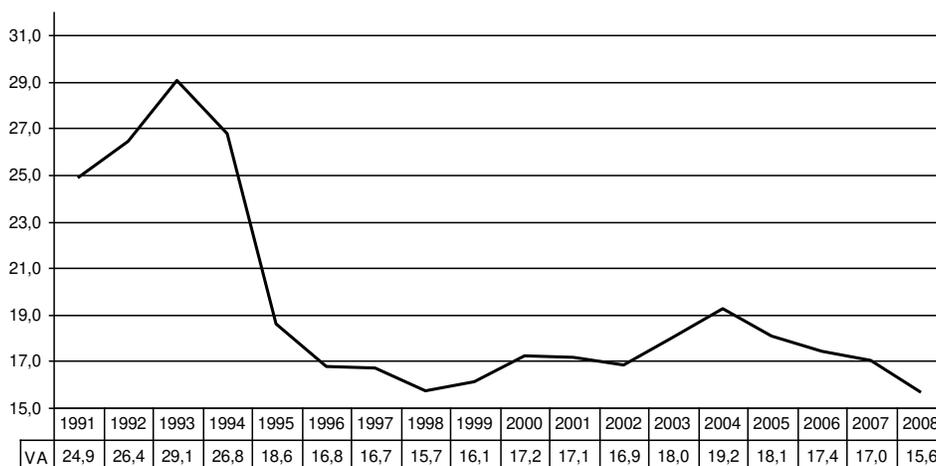
Gráfico 1.5
Indústria de Transformação - Índice de produção Industrial (2002=100). Brasil, 1991-2008.



Fonte: Ipea. Elaboração própria.

O aumento do índice de produção foi acompanhado de um relativo aumento da participação do valor adicionado da indústria de transformação no PIB, entre 1999 e 2004 (16% para 19% do PIB). Este crescimento, no entanto, não foi sustentável e logo entrou numa trajetória de baixa, a partir de 2005, atingindo o menor nível dos últimos 10 anos em 2008 (15,6% em relação ao PIB), após um período em que crescimento econômico foi, em grande medida, sustentado pelo fortalecimento da atividade do setor primário vinculado a exportação de commodities. A queda também refletiu o aumento da taxa de juros a partir do último trimestre de 2004, quando a atividade econômica entrou em desaceleração devido à combinação inadequada entre a posição da taxa de câmbio em nível elevado e a aceleração da taxa de juros.

Gráfico 1.6
Indústria de Transformação - Valor Adicionado preços básicos (% PIB). Brasil, 1991-2008.



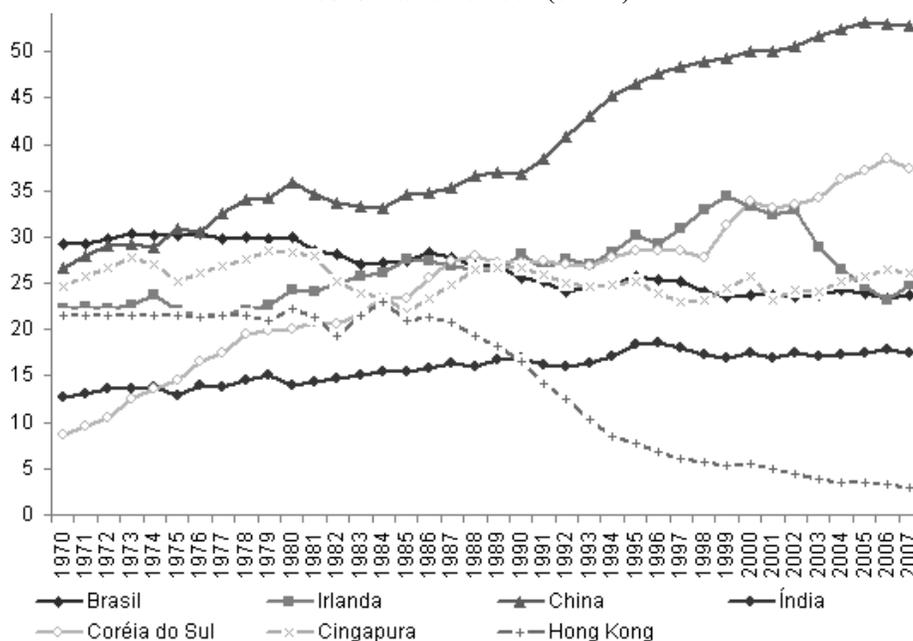
Fonte: Ipea. Elaboração própria.

Estudo recente divulgado pelas Nações Unidas¹⁴ sobre o valor adicionado dos setores de atividade das principais economias constata que vários países cuja média das taxas de crescimento anual foi igual ou superior a 5% entre 1970 e 2007 registraram aumento da participação da indústria de transformação em suas estruturas produtivas, com destaque para as economias asiáticas (China e Coréia do Sul), em uma tendência inversa da verificada no Brasil. Segundo o estudo, o Brasil tem passado por uma redução da participação de sua indústria de transformação na estrutura produtiva, passando da média de 30% do valor adicionado no período 1972/1980 para 23,7% em 2007. Mais um dado que indica a relativa desindustrialização da economia brasileira. No valor adicionado total mundial, o VA do Brasil participou com 2,2% em 2007. No início da série respondia por 1,5%. Mas, na média dos anos 1980, chegou a representar 2,9% do VA total mundial. A propósito, o País tem conseguido manter essa proporção na economia do globo graças à agropecuária, cuja proporção média dos anos 1970, de 3,3% do VA da agropecuária mundial, subiu para 5,2% no período 2000-2007. O gráfico abaixo resume a trajetória do VA da indústria de transformação nas principais economias em desenvolvimento entre 1970 e 2007.¹⁵

¹⁴ Divisão de Estatística das Nações Unidas. In. www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=73&infoid=4508

¹⁵ Embora a redução da participação da atividade industrial seja uma tendência comum nos países desenvolvidos frente o crescimento das atividades de serviço, no Brasil esta redução foi reflexo do chamado processo de “desindustrialização”.

Gráfico 1.7
Brasil, Irlanda e Países Asiáticos selecionados
Proporção do Valor Adicionado da Indústria de Transformação no Valor Adicionado Total em cada Economia. 1970-2007 (em %).

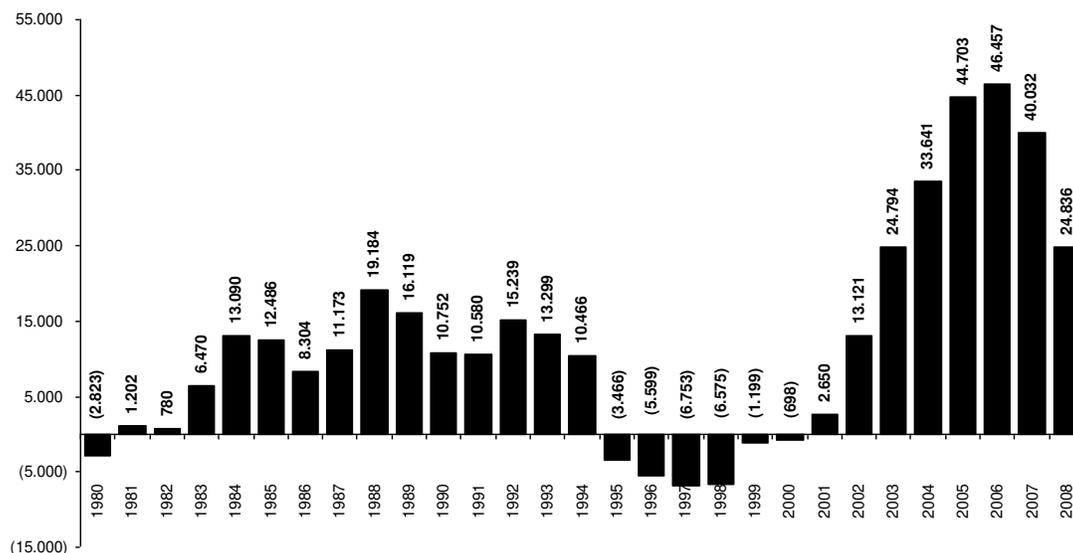


Fonte: Divisão de Estatística das Nações Unidas. Elaboração IEDI.
Tabelas com dados em US\$ a preços constantes de 1990.

O ciclo recente de crescimento da economia brasileira e suas repercussões positivas sobre a produção e o emprego industrial foi impulsionado, num primeiro momento, pela sensível melhora dos termos de troca, reflexo do aumento da demanda externa pelos nossos produtos junto à elevação dos preços, resultando em níveis recordes de exportações e o consequente superávit no comércio externo e na conta corrente do balanço de pagamentos. A reversão do déficit na balança comercial, iniciada em 1999 devido à mudança no regime cambial e a desvalorização do real, logo resultou num rápido crescimento do saldo comercial brasileiro a partir de 2001, acumulando um resultado de US\$227,6 bilhões entre 2002 e 2008, o qual se beneficiou também do aumento do preço das commodities no mercado internacional. Devido a este comportamento apresentado pela balança comercial e seus efeitos positivos sobre o saldo do balanço de pagamentos, o país passou a conviver com uma situação de menor exigência de financiamento externo e uma relativa redução da vulnerabilidade externa.

Esta expansão, além de influenciada pelo cenário externo extremamente favorável, também esteve apoiada por um conjunto de medidas que contribuíram para o aquecimento do mercado interno, associado à melhora das condições de crédito e a expansão dos níveis de emprego e renda, tais como: a expansão do crédito ao consumidor, o crescimento do emprego formal, aumento real do salário mínimo e a ampliação das políticas sociais de transferência de renda.

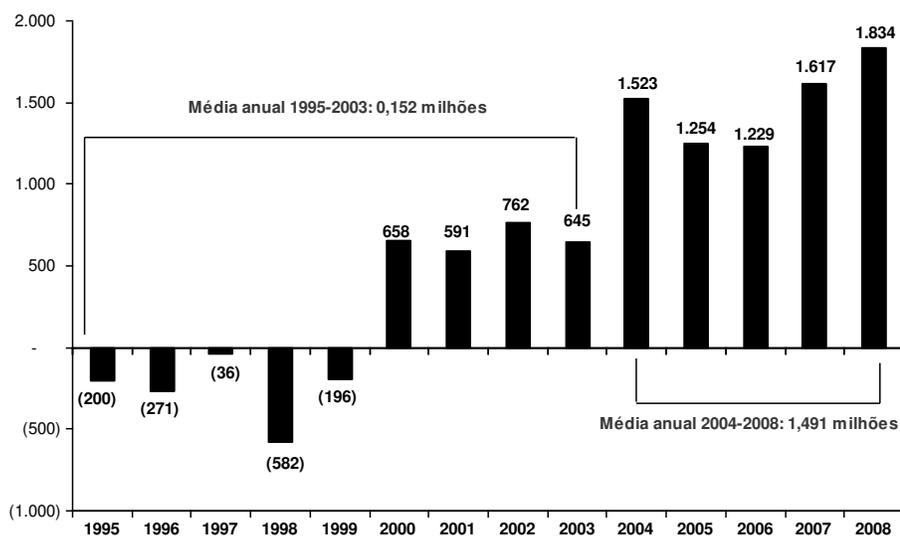
Gráfico 1.8
Saldo da balança comercial (FOB) – US\$ (milhões). Brasil, 1990-2008.



Fonte: Banco Central do Brasil. Seção Balanço de Pagamentos (BCB Boletim/BP). Elaboração própria.

A expansão da demanda interna esteve refletida no aumento do consumo das famílias, que vem crescendo acima do PIB desde o início de 2005. Em relação ao crédito bancário, segundo os dados do Banco Central, o volume disponível passou de R\$383 bilhões em dezembro de 2002 para R\$ 944 bilhões em janeiro de 2008, dando um salto de 22% para 34,8% do PIB nestes cinco anos. O emprego formal no conjunto do mercado de trabalho nacional, segundo os dados da RAIS, também passou por uma forte recuperação entre 2004-2008, período em que foram criados 7.457 milhões de novos postos de trabalhos, perfazendo uma média anual de 1,49 milhões de empregos formais gerados no Brasil. No período anterior (1995-2003), de menor crescimento do PIB, o total de empregos formais criados foi de 1.371 milhões, o que correspondeu à criação de apenas 152 mil empregos por ano.

Gráfico 1.9
Geração de emprego formal. Brasil, 1995-2008.

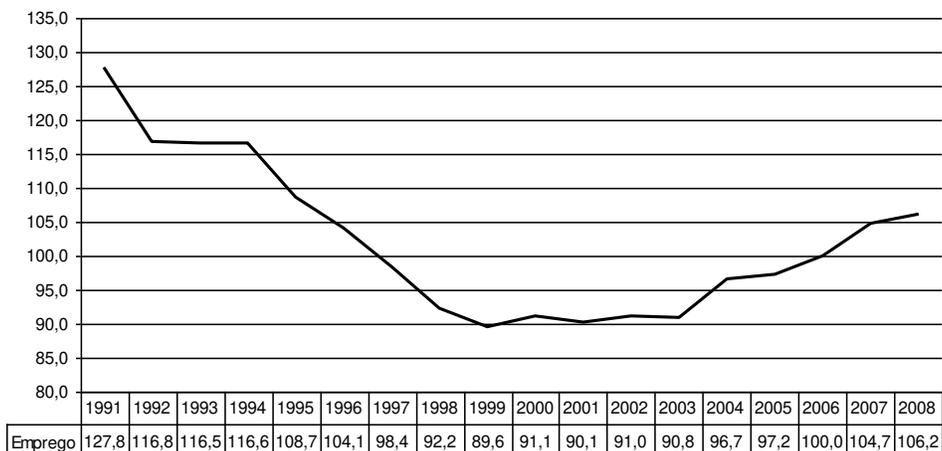


Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

O número de pessoal ocupado na indústria também sofreu alteração positiva neste contexto mais amplo de melhoria do mercado de trabalho nacional no período 2004-2008. Após uma forte queda no período 1991-1999, o emprego na indústria iniciou sua trajetória de recuperação a partir de 1999, indicando os efeitos positivos do fim da paridade cambial num contexto ainda marcado por um baixo crescimento da economia. No período 2004-2008 esta intensificação do número de ocupados na indústria dá um salto ainda maior, refletindo o maior crescimento do PIB e da produção industrial neste período.

Gráfico 1.10
Pessoal empregado na indústria - índice. Brasil, 1991-2008.

(2006 = 100)

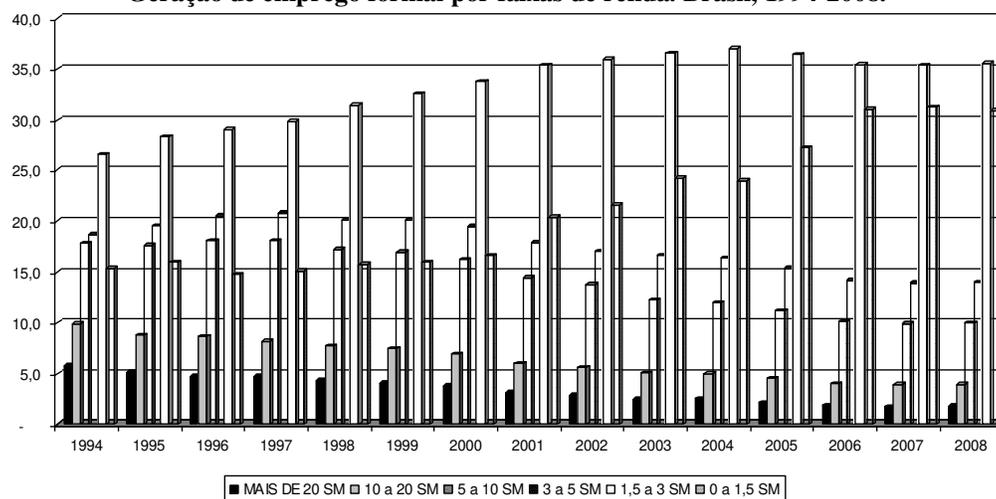


Fonte: Ipea. Elaboração própria.

O aumento do grau de formalização contribuiu para uma melhor estruturação do mercado de trabalho no período, sendo um dado extremamente relevante neste contexto o fato de que 80% dos empregos criados entre 2003 e 2007 tenham sido empregos formais (assalariados privados – empresas e famílias – com carteira assinada, empregos públicos). Uma tendência claramente oposta da verificada nos anos 90, em que apenas as ocupações sem vínculos formais mostravam aumentos significativos. Este maior ritmo de crescimento do emprego formal, associado ao aumento da renda e a ampliação do crédito, foi o que permitiu o crescimento do consumo das famílias acima do crescimento do PIB.

No entanto, apesar do impacto positivo do crescimento econômico recente sobre o mercado de trabalho, os dados da RAIS indicam que o maior crescimento da população ocupada se deu quase que exclusivamente nas faixas de renda entre 0 e 1,5 salários mínimo, mantendo ainda uma grande proporção de empregados de baixa remuneração enquanto um traço característico da economia brasileira.

Gráfico 1.11
Geração de emprego formal por faixas de renda. Brasil, 1994-2008.



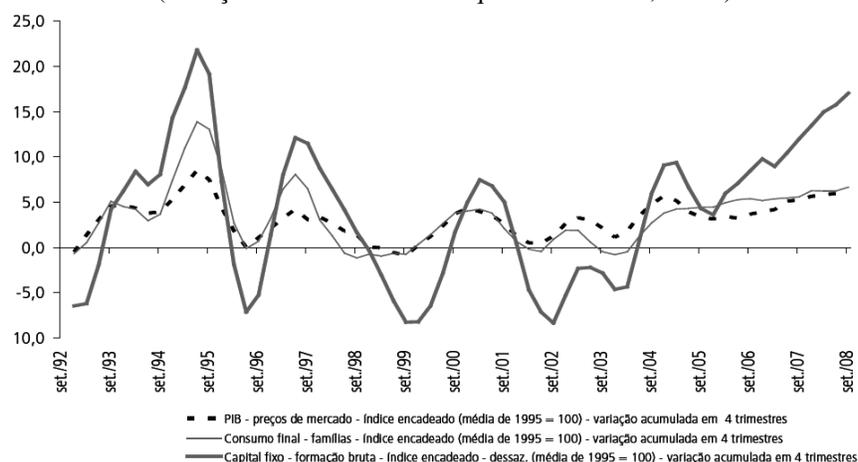
Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

Outro elemento importante para a manutenção de uma demanda interna aquecida foi o maior aumento real do salário mínimo, em comparação com o período anterior. Sua valorização, de 15% de ganho real entre os anos 1996 a 2002, atingiu um patamar de 32% de ganho real no período de 2003 a 2007 – um aumento considerável, ainda que insuficiente para repor as perdas históricas do salário mínimo. Em relação às políticas

sociais e de transferência de renda, destaca-se o programa bolsa-família, que em outubro de 2006 chegou ao montante de 11.009.341 famílias beneficiadas, representando em termos populacionais a cobertura de aproximadamente 48 milhões de pessoas, cerca de 25% da população brasileira estimada pelo IBGE para aquele ano. Em termos regionais a maior concentração de famílias beneficiadas está localizada na região nordeste (49,8%) e sudeste (26,1%), seguidas pelo sul (9,1%), norte (9,1%) e centro-oeste (5,1%)¹⁶.

A formação bruta de capital fixo (FBCF) – um indicador do aumento do investimento na economia – também teve uma trajetória ascendente neste mesmo período, ficando acima do crescimento do PIB desde o final de 2004, indicando um crescimento contínuo e sustentado, não verificado desde o início dos anos noventa.

Gráfico 1.12
PIB, FBCF e consumo das famílias. Brasil, 1992-2008.
 (variação real acumulada em quatro trimestres, em %)



As condições macroeconômicas foram se desenvolvendo como parte de um cenário de múltiplas combinações positivas, externas e internas, criando uma dinâmica favorável ao crescimento do emprego, do crédito e do investimento. Baltar (2009), em recente estudo sobre as perspectivas para o investimento no Brasil, faz uma boa síntese sobre o encadeamento deste processo:

“O crescimento da exportação, desde 2003, provocou crescente superávit no comércio externo e também na conta corrente do balanço de pagamentos. Num momento de grande liquidez no mercado financeiro internacional, as amplas

¹⁶ BOYADJAN, In. MARQUES E FERREIRA (Org.), 2010.

liberdades para o capital entrar e sair do País e para o capital estrangeiro ser aplicado no mercado financeiro doméstico, junto com a continuação das políticas de restrição monetária e de altas taxas de juros, contribuíram para reforçar os efeitos provocados pelos superávits em conta corrente, no sentido de valorização da moeda nacional. Além disto, a entrada de capital no mercado financeiro doméstico e a captação de empréstimos externos por bancos e grandes empresas que operam no Brasil, nos bancos internacionais e no mercado financeiro internacional, favoreceram a articulação de empréstimos de longo prazo em moeda nacional. A inflação diminuiu, contando com os impactos positivos da valorização da moeda nacional sobre os preços praticados no mercado interno. O crescimento do PIB foi reforçado pelo consumo e investimento, favorecidos pelo crescimento do emprego e da renda e pela ampliação das possibilidades de compra a prazo. O crescimento do PIB, entretanto, foi acompanhado de forte aumento das importações que reduziu o superávit do comércio externo. Além disso, o baixo preço do Dólar contribuiu para aumentar os déficits na conta de serviço e de renda financeira, reduzindo fortemente o superávit da conta corrente, que finalmente se tornou deficitária antes da queda das exportações, já na crise internacional que começou em 2008”. (BALTAR, 2009).

O melhor desempenho da economia brasileira teve impactos positivos sobre diversos indicadores do ramo químico, a exemplo do faturamento líquido. A série histórica sobre o faturamento do ramo e dos segmentos, compreendendo o período 1990-2008, permite uma visão mais ampla dos impactos dos diferentes períodos econômicos sobre a rentabilidade das empresas. A variação percentual do faturamento líquido total da indústria química entre 1990 e 2002, período em que o PIB teve um crescimento médio anual de 1,9%, foi de apenas 17,29%, refletindo os constrangimentos impostos por um cenário de semi-estagnação doze anos após o início do Plano Real. Considerando o período 2003 até 2008, em que o crescimento médio anual do PIB foi de 4,1%, a variação do faturamento total foi de 168,13%, indicando uma forte evolução em momentos de maior crescimento econômico, marcado pelo fortalecimento do mercado interno e o crescimento da renda. Apesar da diferenciação existente entre os dois períodos analisados, a indústria química manteve, entre 1990 e 2008, uma variação média anual de seu faturamento líquido total da ordem de 7,8% a.a., atingindo um patamar bem acima da média anual de crescimento do PIB brasileiro no mesmo período (2,6% a.a.), sem que nenhum de seus segmentos tenha ficado abaixo deste patamar de crescimento médio do PIB.

Tabela 1.3
Faturamento líquido da Indústria Química Brasileira. Anos Selecionados.

(em US\$ bilhões)

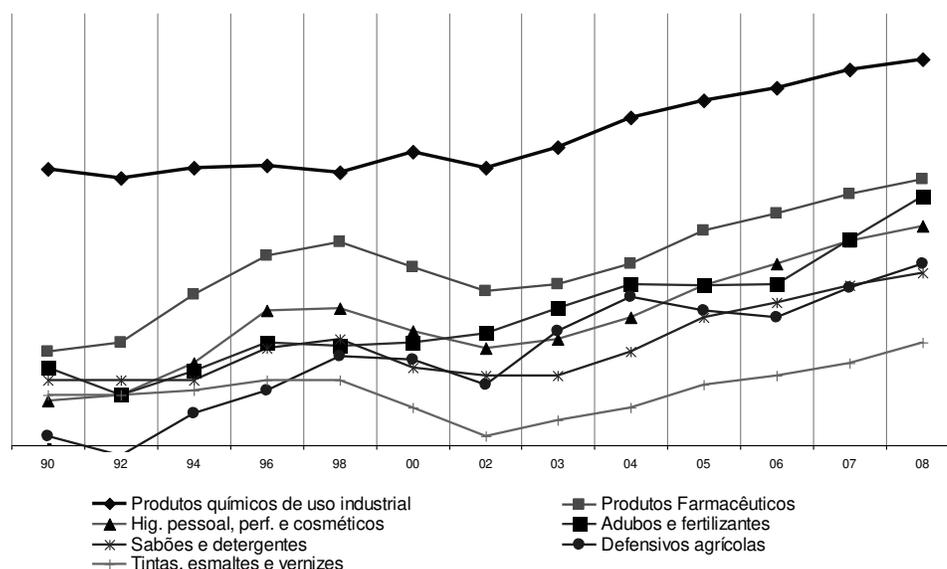
SEGMENTOS	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	% a.a.
Produtos químicos de uso industrial	19,0	17,4	19,2	19,9	18,5	22,8	19,4	24,1	33,0	39,4	45,4	55,1	61,2	6,7
Produtos Farmacêuticos	2,7	3,0	5,0	7,6	8,7	6,7	5,2	5,6	6,9	9,9	11,9	14,6	17,1	10,8
Higiene pessoal, perf. e cosméticos	1,6	1,7	2,4	4,2	4,3	3,4	2,8	3,1	3,9	5,5	6,9	8,8	10,4	11,0
Adubos e fertilizantes	2,3	1,7	2,2	3,0	2,9	3,0	3,3	4,3	5,6	5,5	5,6	9,0	14,2	10,6
Sabões e detergentes (1)	2,0	2,0	2,0	2,8	3,1	2,3	2,1	2,1	2,7	3,9	4,6	5,5	6,3	6,6
Defensivos agrícolas	1,1	0,9	1,4	1,8	2,6	2,5	1,9	3,4	4,9	4,2	3,9	5,4	6,9	10,8
Tintas, esmaltes e vernizes	1,7	1,7	1,8	2,0	2,0	1,5	1,1	1,3	1,5	1,9	2,1	2,4	3,0	3,2
Outros	1,4	1,5	1,6	1,5	1,7	1,4	1,5	1,6	1,8	2,0	2,2	2,7	2,8	3,9
TOTAL	31,8	29,9	35,6	42,8	43,8	43,6	37,3	45,5	60,3	72,3	82,6	103,5	122,0	7,8

Fontes: ABIQUIM e associações dos segmentos.

(1) O faturamento de 1990 a 1994 foi estimado pela ABIQUIM em US\$ 2 bilhões.

Dos oito segmentos analisados quatro deles tiveram uma variação média anual acima de 10% entre 1990 e 2008, quais sejam: produtos farmacêuticos (10,8%); higiene pessoal, perfumaria e cosmético (11,0%); adubos e fertilizantes (10,6%) e defensivos agrícolas (10,8%). O segmento de maior participação no faturamento líquido da indústria química (produtos químicos de uso industrial – responsável por mais de 50% do faturamento total do setor) obteve um crescimento médio anual menor em relação aos demais segmentos acima, de 6,7%.

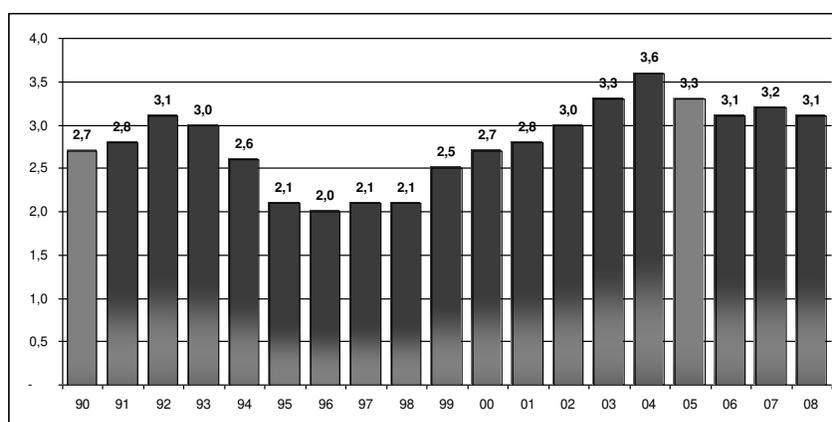
Gráfico 1.13
Evolução do faturamento líquido por segmentos da Indústria Química
 (em US\$ bilhões)



Fontes: ABIQUIM e associações dos segmentos.

A participação da Indústria química no PIB total também refletiu os diferentes períodos da atividade econômica no país e o processo de abertura comercial (gráfico 1.4.3), acompanhando, em geral, o desempenho da economia. Após ter passado por um período de redução de sua partição no PIB total, entre os anos de 1994 a 2000, iniciou uma nova fase de recuperação iniciada em 2001/2002 e que se manteve até 2008, antes que as repercussões da crise econômica e financeira internacional tivessem chegado com mais força ao Brasil.

Gráfico 1.14
Participação da indústria química no PIB brasileiro. 1991-2008. (em %)



Fonte: ABIQUIM.

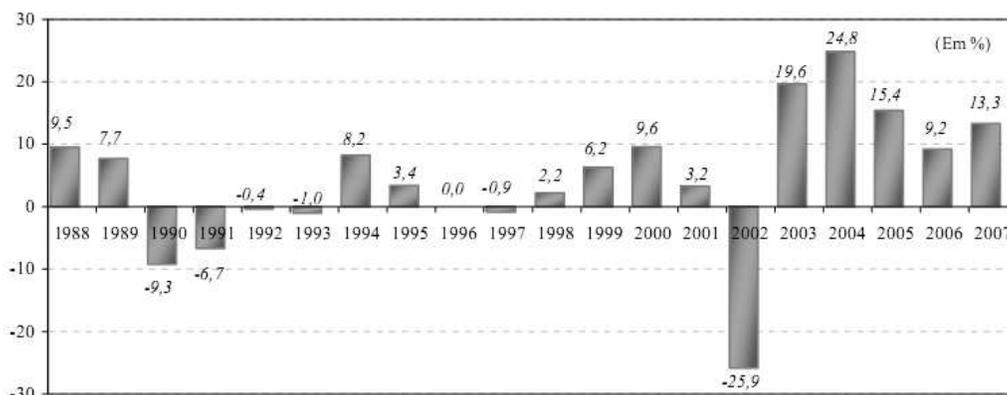
A rentabilidade do patrimônio¹⁷ do segmento de produtos químicos de uso industrial (*produtos inorgânicos; produtos orgânicos; resinas e elastômeros; produtos e preparados químicos diversos*), responsável por 50% do faturamento total do setor, apresentou sensível melhora a partir de 2003, embora não tenha mantido o mesmo nível nos anos subsequentes (gráfico 1.4.5). Esta oscilação indica a permanência das limitações estruturais que ainda caracterizam este importante segmento do ramo químico, em que os resultados de 2006 e 2007 foram significativamente afetados pela forte elevação nas despesas com compra de matérias-primas (que pressionaram o lucro operacional das empresas), e pelo aumento das importações de diversos produtos, para atender parte do consumo aparente nacional, frente a incapacidade da produção local em atender o aumento da demanda.

¹⁷ Rentabilidade do Patrimônio = Resultado Líquido / Patrimônio Líquido.

Mas apesar destas oscilações após a recuperação verifica a partir de 2003 em relação à rentabilidade do patrimônio no caso do segmento químico de uso industrial (responsável por 50% das vendas do ramo químico), refletindo os limites estruturais que ainda persistem do processo após a abertura comercial iniciada nos anos noventa, é importante avaliarmos a relação deste indicador com o comportamento geral da economia brasileira e seus impactos sobre o conjunto das empresas.

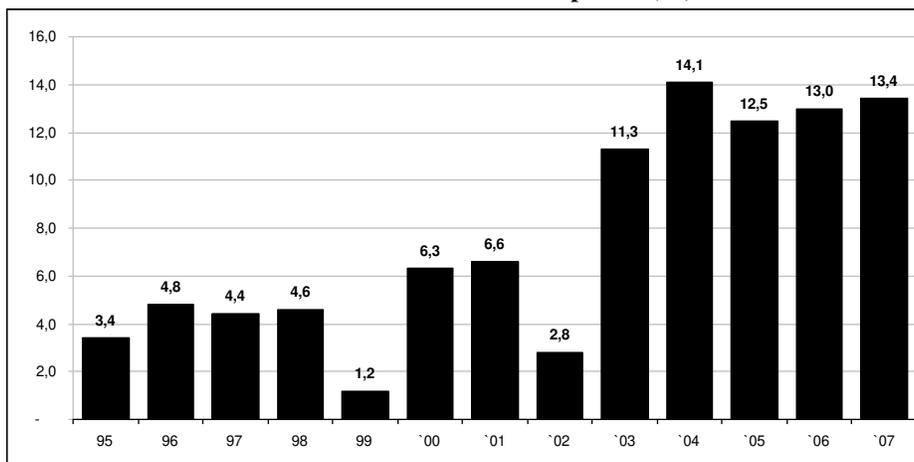
Neste sentido vale ressaltar que o aumento do faturamento líquido foi um dado comum ao conjunto das empresas brasileiras a partir de 2003, não sendo, portanto, um comportamento isolado do segmento de produtos químicos de uso industrial, o que indica a relação deste indicador com a melhora das condições macroeconômicas no período recente. Numa análise mais ampla do desempenho das empresas podemos observar que o ano 2007 foi, por exemplo, o quinto ano consecutivo em que a rentabilidade das 500 maiores sociedades anônimas brasileiras ficou acima dos 10%, algo que não ocorria desde o início dos anos de 1980 (gráfico 1.16). (Conjuntura Econômica: 2008).

Gráfico 1.15
Rentabilidade do patrimônio – segmento de produtos químicos de uso industrial.
Brasil, 1988-2007.



Fonte: ABIQUIM. Análise de Balanços 2007.

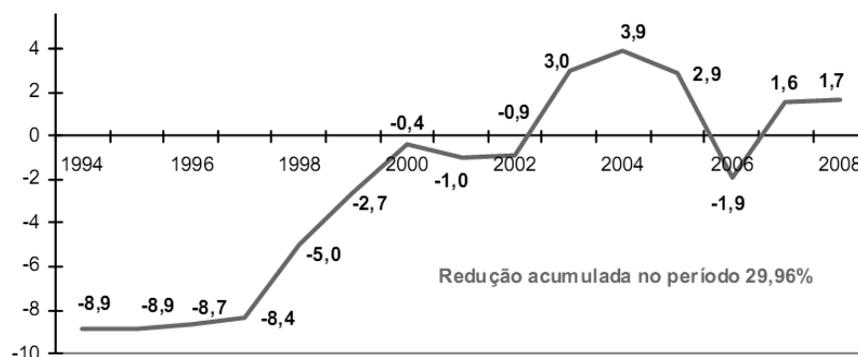
Gráfico 1.16
Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido. Brasil, 1995-2007.
Mediana das 500 maiores empresas (%)



Fonte: Conjuntura Econômica (Agosto 2008).

No caso do Brasil, os dados de emprego no ramo químico apontam para uma recuperação ainda muito lenta se compararmos com a perda sofrida nos anos 90. Considerando apenas o segmento de produtos químicos de uso industrial (responsável por mais de 50% do faturamento do ramo e cerca de 30% dos empregos), vemos que a evolução do emprego neste segmento entre 1994 e 2008, no que pese os índices positivos a partir de 2003, continuou acumulando uma perda considerável de 29% dos postos de trabalho. Entre janeiro de 1990 e agosto de 2009, o número de pessoas ocupadas neste segmento caiu 55,27%. No pós-Plano Real, entre julho de 1994 e agosto de 2009, o recuo é de 27,34%.

Gráfico 1.17
Nível de emprego. Produtos químicos de uso industrial. Brasil. Anos Selecionados.
Em % sobre o ano anterior



Fonte: ABIQUIM. O custo da mão-de-obra na indústria química brasileira – 1994 / 2008.

4. A manutenção dos limites estruturais

A melhora observada nos indicadores macroeconômicos e do mercado de trabalho no período 2004-2008 não representou, contudo, uma mudança significativa dos fundamentos da política econômica e de desenvolvimento. Neste sentido, os avanços decorrentes da retomada do crescimento econômico no período recente, com suas repercussões positivas já indicadas sobre o emprego, a renda e o faturamento das empresas – e que também irá se refletir no desempenho da indústria química –, podem não ter significado a superação dos impasses para o desenvolvimento brasileiro à medida que os limites estruturais de nossa economia parecem ainda não terem sido enfrentados.

Este diagnóstico mais geral sobre a permanência das deficiências estruturais, especialmente no tocante a estrutura industrial, ainda que de forma resumida, torna-se importante no contexto desta dissertação para a avaliação que faremos a seguir sobre as características peculiares de cada segmento do ramo químico, tendo em vista que este é um ramo industrial onde se manifestaram amplamente os problemas provocados pelas políticas liberais adotadas no país desde o início dos anos noventa, sem que o melhor desempenho econômico recente deste segmento tenha os superado, entre eles: a dificuldade de acesso a matérias primas, a desorganização das cadeias produtivas, a redução das linhas de financiamento, e o enfraquecimento da capacidade produtiva nacional devido à abertura econômica, que pôs um fim a política de substituição de importações e a uma política tarifária de defesa da produção nacional que ainda não foram restabelecidas.

Dois artigos recentes discutem os limites estruturais da política de desenvolvimento que vem sendo adotada por mais de duas décadas no Brasil. O primeiro deles é de autoria de Ricardo Carneiro, intitulado “Impasses do desenvolvimento brasileiro: aspectos estruturais”¹⁸. O segundo é o artigo de Mansueto Almeida, intitulado “Desafios da real política industrial brasileira do século XXI”¹⁹. Na abordagem destes artigos, os autores consideram que, no que pese a retomada do crescimento econômico no período recente, não

¹⁸ CARNEIRO, Ricardo. Impasses do desenvolvimento brasileiro: aspectos estruturais. In. Debates contemporâneos, economia social e do trabalho, 7: economia e trabalho: Brasil e México / organizadores Paulo Eduardo Andrade Baltar, José Dari Krein e Carlos Salas. – São Paulo: LTr, 2009.

¹⁹ ALMEIDA, Mansueto. Desafios da real política industrial brasileira do século XXI. Texto para discussão no 1.452. Ipea – Brasília, dezembro de 2009. <http://www.ipea.gov.br>

foram enfrentados, em termos satisfatórios, as restrições estruturais que ainda continuam permeando o desenvolvimento brasileiro.

Segundo CARNEIRO, a diferença entre o atual modelo de desenvolvimento e o modelo do período da substituição de importações é que o primeiro (adotado no pós-1980), teve o consumo condicionado por variações descontínuas na renda, resultantes dos programas de estabilização com drástica redução da inflação, associados à ampliação do crédito, onde o comportamento da balança comercial guarda relação com os ciclos de crescimento internacional com impactos expressivos em preços e quantidades exportadas. Enquanto que no segundo modelo, durante a fase de substituição de importações, o dinamismo do crescimento é dado pela diferenciação da estrutura produtiva, em que o investimento ocupa uma posição dominante. Processo que permite aos países em desenvolvimento, devido ao esforço substitutivo das importações, incorporarem segmentos mais avançados do ponto de vista tecnológico, aproximando-se assim do nível de desenvolvimento dos países desenvolvidos.

Com a globalização esta tendência sofre uma nítida reversão, sendo que no caso brasileiro os segmentos atualmente mais dinâmicos da indústria – os baseados em recursos naturais – não coincidem com os setores dinâmicos dos países desenvolvidos ou mesmo dos países emergente que obtiveram um maior nível de desenvolvimento industrial nas duas últimas décadas. Um exemplo dado pelo autor está na evolução percentual da estrutura do valor adicionado da indústria de transformação: enquanto nos países desenvolvidos a participação no VTI industrial do segmento de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicação (setor emblemático da nova onda tecnológica) passou de 3,1% em 1993 para 25% em 2006, e nos países em desenvolvimentos esta evolução foi em média de 5,4% para 11%, no Brasil observa-se uma regressão deste segmento, que teve sua participação no VTI industrial reduzida de 3,5% para 3,1% entre 1993 e 2006.

O aumento da participação dos setores industriais baseados em recursos naturais, em detrimento dos mais avançados do ponto de vista tecnológico, expressa o baixo dinamismo de nossa economia no período pós-globalização e estaria segundo CARNEIRO, associado a três fatores considerados cruciais: à pequena diferenciação da estrutura produtiva, à

internacionalização assimétrica e à insuficiente ampliação da infraestrutura do país. O primeiro fator, decorrente dos impactos da abertura comercial dos anos 1990 e dos diversos momentos de valorização da moeda local, teria provocado um tipo de “especialização regressiva da estrutura produtiva industrial” marcada pela redução da indústria no PIB; a diminuição do adensamento das cadeias produtivas, medida pela relação VTI/PIB; e a ampliação da participação dos setores menos intensivo em tecnologia na estrutura industrial.

A pequena diferenciação da estrutura produtiva, ou desindustrialização, é medida pela redução do valor da transformação industrial como porcentagem do PIB, que passou de 34,7% em 1986 para 18,4% em 2005. Este processo representaria uma “reespecialização da estrutura produtiva” ou uma terceira forma de doença holandesa no caso dos países latino americano, em particular do Brasil, onde a redução do peso da indústria de transformação no PIB não estaria associada ao aumento da renda per capita, ou a descoberta de uma base importante de recursos naturais ou uma grande expansão dos serviços não vinculados à produção, mas sim associada à política econômica implementada no decorrer dos anos 1990. Referindo-se as conseqüências desta política e à perda de adensamento das cadeias produtivas, CARNEIRO afirma que:

“A supressão radical da proteção à indústria – tarifária e não tarifária –, a desregulação do IDE, as privatizações e a recorrente apreciação das moedas locais tiveram como principal consequência a volta de um padrão de especialização produtiva fundada em vantagens comparativas estáticas, ou seja, essas políticas induziram a aderência da estrutura produtiva à adoção de fatores existente com ênfase nos recursos naturais (...). Nos dez anos que vão de 1996 a 2006, o único segmento a ampliar a sua participação no VTI total foi o intensivo em recursos naturais. Só a ele coube, também, a prerrogativa de adensar as cadeias produtivas, medida pela relação VTI/VBP. Em todos os demais segmentos observou-se o contrário: perda de participação do VTI no total e perda de adensamento de cadeias produtivas. Ou seja, os dados indicam que a desindustrialização no Brasil esteve associada à queda de valor adicionado da indústria por um duplo processo de especialização: o setorial e o das cadeias produtivas”. (CARNEIRO, 2009: 32-33).

Analisando os dados sobre a evolução da estrutura industrial (VTI) por intensidade tecnológica, CARNEIRO observa ainda que o setor que mais cresceu entre 1996 e 2006 (cerca de 10%, passando de 32,7% para 43,3%) foi o baseado em recursos naturais. O segmento intensivo em escala (metalurgia, papel e petroquímica), considerado

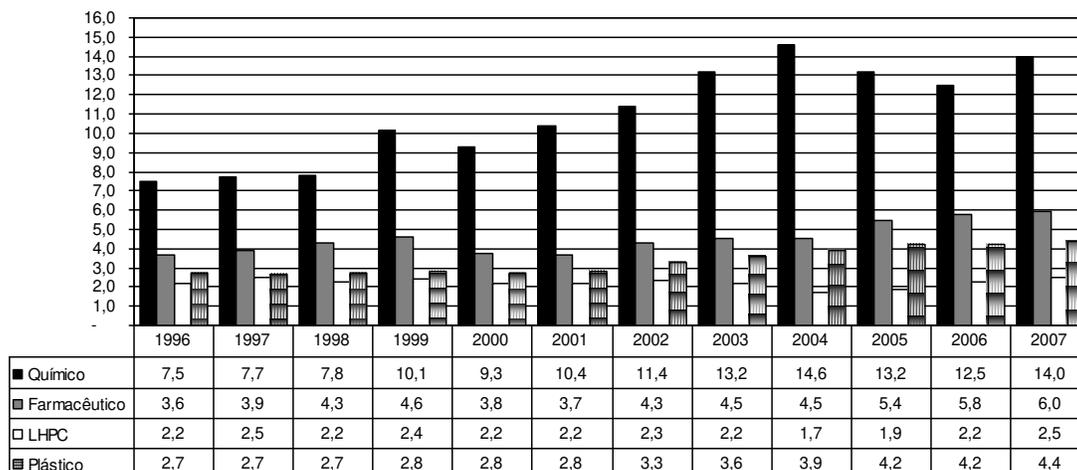
em grande parte um prolongamento da indústria baseada em recursos naturais, produtoras de commodities industriais, apesar da pequena redução de sua participação após a abertura econômica, mantiveram um peso em torno de 30% na estrutura industrial por intensidade tecnológica. Já a indústria baseada em ciência, que inclui a indústria farmacêutica e de equipamentos aeronáuticos e que no Brasil tem um peso bem menor quando comparada aos países desenvolvidos, manteve uma participação entre 5% e 4,5% no período devido à estabilidade de seus segmentos.

Segundo Wongtschowski²⁰, em uma indústria intensiva em capital e em tecnologia, como a química, os investimentos são rentáveis somente a partir de escalas mínimas de produção. Isso torna a oferta inelástica (insensível ao preço) no curto prazo e gera ciclos de baixa nos preços internacionais e, por consequência, nacionais. Além dessa característica da oferta, os preços são dependentes do nível de demanda, que é fortemente influenciada pelo crescimento da renda nacional. Assim, períodos de baixo crescimento econômico também refletem no baixo dinamismo da indústria química local. Tal limitação estimulou a indústria nacional a expandir suas exportações, o que, porém, não a livrou da dependência em relação às flutuações da demanda.

O segmento de produtos químicos de uso industrial e petroquímicos, caracterizado pela maior presença de capital nacional, foi o que registrou o aumento mais significativo na participação do valor adicionado da indústria de transformação entre 1996-2007, passando de 7,5% para 14%. O segmento farmacêutico, embora seja um setor de alto componente tecnológico, tem a maior parte da produção nacional vinculada a terceira e quarta etapa da cadeia produtiva deste segmento (responsáveis pela “montagem” e distribuição dos medicamentos), mantendo por este motivo menor participação no valor adicionado da indústria de transformação apesar do aumento relativo observado entre 1996-2007. Comportamento semelhante ao observado no segmento de LHPC, em que também é grande a presença de multinacionais e a importação de princípios ativos. Já no caso do segmento Plástico, caracterizado pela forte presença de micro e pequenas empresas de capital nacional, a pequena participação no valor adicionado da indústria de transformação se justifica pelo baixo grau de componente tecnológico na transformação da matéria prima em produtos finais na maioria das empresas deste segmento, ainda que sua participação relativa tenha aumentado de 2,7% em 1996 para 4,4% em 2007.

²⁰ WONGTSCHOWSKI, Pedro. Indústria química: risco e oportunidades. São Paulo: Edgard Blüchen, 1999.

Gráfico 1.18
Participação dos segmentos do ramo químico no valor adicionado da indústria de transformação.
Brasil, 1996-2007. (em %)



Fonte: PIA IBGE. Elaboração própria.

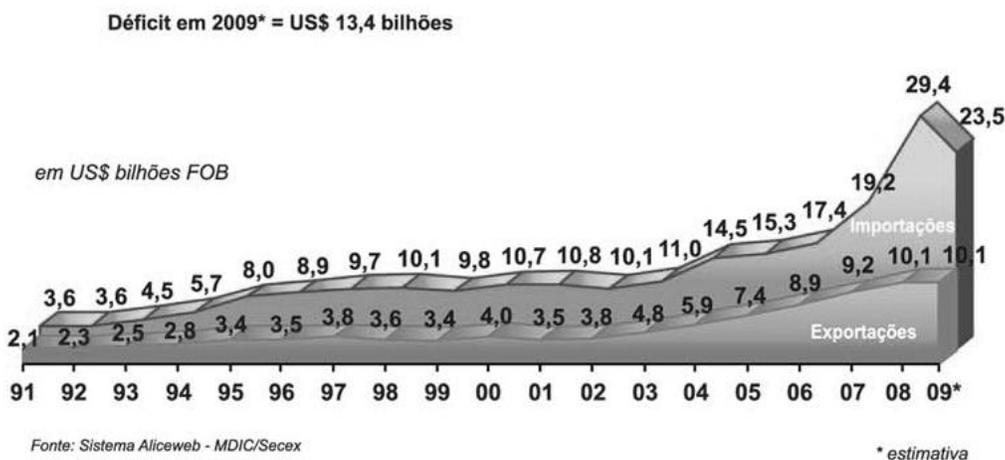
No caso da infraestrutura econômica e social, são vários os impactos negativos que a redução do investimento nesta área provoca sobre o setor produtivo, incluindo o setor químico, tendo em vista a incerteza que provoca quanto aos investimentos de longo prazo tendo em vista a indisponibilidade de insumos de uso geral, com energia elétrica melhor estrutura de transporte, impedindo um aumento da competitividade sistêmica e a redução de custos de produção que permitam a elevação da rentabilidade do investimento.

Os dados sobre o saldo comercial da indústria por intensidade tecnológica (SECEX/MDIC 2007) também confirmam a mesma tendência de reespecialização, sendo que no setor de alta tecnologia somente o de material aeronáutico apresenta superávit em sua balança comercial, sendo o setor farmacêutico altamente deficitário, junto com os demais setores da indústria de alta tecnologia, refletindo, segundo o autor, uma atividade de montagem, com alto coeficiente importado que utiliza o Brasil como plataforma para mercados específicos. No setor de média-alta tecnologia, da qual participa a indústria química, o único setor com saldo positivo é o de veículos, que no caso do Brasil é de propriedade de não residentes (empresas multinacionais estrangeiras).

O setor químico, incluindo a indústria farmacêutica, é um dos maiores responsáveis pelo déficit comercial da indústria brasileira. O aumento das exportações, apesar de significativo, não foi suficiente para reduzir o déficit na balança comercial da atividade,

pois persiste ainda uma forte dependência de matérias-primas importadas, sendo a indústria química uma das principais responsáveis pelo saldo negativo da balança comercial brasileira. Alguns motivos desse resultado são: baixo valor agregado da produção local (exporta commodities) e escala de produção nacional muito inferior a de outros países, além do que os principais ativos inovadores e rentáveis são, sem exceção, importados. Os dados recentes confirmam o déficit crônico da balança comercial do setor químicos, acumulando em 2009 um saldo negativo no valor de US\$ 13,4 bilhões. Em 2008 o déficit na balança comercial de produtos químicos foi de US\$ 19,3 bilhões. Os dados a seguir revelam a evolução deste indicador num período mais longo, entre 1990 e 2009.

Gráfico 1.19
Importações e exportações brasileiras de produtos químicos. 1990-2009.



Fonte: Sistema Alice. In. Anuário da indústria química brasileira – 2008 – ABIQUIM.

“Não há estímulo à ampliação do investimento para a produção doméstica de fármacos, pois os laboratórios que dominam as vendas de medicamento são predominantemente estrangeiros. A reduzida contestabilidade desses laboratórios, nos mercados relevantes, permite a maximização do lucro conjunto da filial-matriz por meio da utilização dos preços de transferência. Dessa forma, as filiais dos laboratórios tornam-se consumidoras cativas dos fármacos comercializados pelas matrizes e não se cria mercado expressivo para os fabricantes nacionais de fármacos. Em suma, as transformações ocorridas na indústria farmacêutica nacional no período em análise sugerem a combinação de reconversão industrial, modernização da tecnologia de produção e de gestão e aumento da produtividade, com desindustrialização, desverticalização da produção e redução do conteúdo tecnológico do processo produtivo. O resultado dessas transformações, no entanto, não significou expansão do consumo per capita de medicamentos ou preços mais acessíveis para a maioria da população. As evidências mostram que a

desvalorização cambial do real, em 1999, serviu como um estímulo positivo para o investimento das empresas nacionais. A expansão do mercado de medicamentos genéricos também pode se tornar uma fonte de estímulo à produção. No entanto, é muito cedo para avaliar se a ampliação do investimento das empresas nacionais de farmoquímicos vai constituir um padrão mais duradouro de crescimento da indústria – principalmente se não contar com o apoio de política industrial setorial. As transformações da indústria farmacêutica na década de 1990 resultaram no aumento da dificuldade da população ao acesso aos medicamentos. Qualquer desvalorização da moeda nacional cria pressão nos preços de medicamentos, pois o custo de importação de fármacos é cotado em dólares e os mercados relevantes (subclasses terapêuticas) são altamente concentrados. A pressão de preços de medicamento reduz o poder de compra do orçamento das famílias e não permite ao poder público ampliar os programas de assistência farmacêutica.”. (MAGALHÃES, 2003: 34).

Os limites estruturais para o desenvolvimento também são analisados pelo artigo de ALMEIDA a partir de um estudo sobre as contradições da atual política industrial. Para este autor, a “real” política industrial que está sendo implementada no país, no que pese o discurso de fomentar os setores mais intensivos em tecnologia e inovação, tem concentrado maiores esforços no fortalecimento da atual estrutura produtiva²¹, baseada na indústria de baixa e média-baixa intensidade tecnológica. Segundo ALMEIDA:

“O padrão de competitividade e especialização da balança comercial brasileira é típico de um país rico em trabalhadores não qualificados e recursos naturais. Entre 1996 e 2008, não houve grandes mudanças setoriais. Os setores industriais mais competitivos da indústria brasileira em 2008, medidos pelo saldo comercial, são exatamente os mesmos de 1996, apesar do esforço de política industrial do governo brasileiro desde 2003 para fomentar os setores intensivos em tecnologia. A única troca que houve entre os quatro setores de maior saldo da balança comercial foi a do setor têxtil, couro e calçados em 1996 e 2000 pelo setor produtos não industriais em 2008”. (ALMEIDA, 2009: 24-25).

O autor conclui ainda que, nos últimos doze anos, foram mínimas as alterações no padrão de competitividade brasileiro, mantendo-se a predominância dos setores intensivos em recursos naturais e *commodities*. Fato este que esteve refletido na evolução da proporção dos empréstimos concedidos pelo BNDES para a indústria no período 2002-2007, onde os setores de baixa e média-baixa tecnologia tiveram um aumento de 46,5% (R\$ 11,2 bilhões) para 60% (R\$ 15,2 bilhões) dos empréstimos diretos para a indústria,

²¹ Segundo ALMEIDA, “Prevalece no Brasil a exportação de commodities primárias e de produtos de baixa intensidade tecnológica e intensivos em recursos naturais, que juntos respondem por cerca de 60% do valor das exportações brasileiras. No caso do comércio mundial, as exportações de produtos de média e alta tecnologia respondem exatamente por este percentual (60%)”. (ALMEIDA, 2009: 21)

excluindo o financiamento às exportações e as operações indiretas por meio dos agentes financeiros, conforme indicado na tabela abaixo.

Tabela 1.4
Desembolsos totais do BNDES segundo a intensidade tecnológica das indústrias. Brasil, 2002-2007.
em R\$ milhões de 2007

	2002		2007	
	R\$ milhões	% do total	R\$ milhões	% do total
Indústrias de alta tecnologia	7.988	33,1%	2.412	9,5%
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	230	1,0%	271	1,1%
Instrumentos médicos de ótica e precisão	25	0,1%	67	0,3%
Farmaquímica, farmacêutica	161	0,7%	595	2,3%
Componentes eletrônicos e de informática	251	1,0%	507	2,0%
Aeronáutica e aeroespacial	7.321	30,3%	972	3,8%
Indústrias de média-alta tecnologia	4.939	20,4%	7.752	30,5%
Produtos químicos, exclusive farmacêuticos	1.235	5,1%	1.883	7,4%
Máquinas e equipamentos mecânicos	1.307	5,4%	1.716	6,8%
Máquinas e equipamentos elétricos	293	1,2%	837	3,3%
Veículos automotores, reboques e semirreboques	2.054	8,5%	3.065	12,1%
Equipamentos para ferrovia e material de transporte não elétrico	49	0,2%	251	1,0%
Indústrias de média-baixa tecnologia	4.717	19,5%	7.481	29,5%
Indústrias de baixa-tecnologia	6.513	27,0%	7.750	30,5%
Total	24.157	100,0%	25.395	100,0%

Fonte: BNDES.

Elaboração: José Mauro de Moraes (Técnico de Planejamento e Pesquisa, Diset/Ipea).

Obs.: Dados atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A partir da análise destes dados e dos processos de fusões e aquisições promovidos pelo BNDES, especialmente no setor de alimentos, ALMEIDA tem como uma de suas conclusões que:

“Apesar de uma aparente falta de foco e da ênfase no discurso pró-inovação presente hoje na política industrial do Brasil, a política industrial real toma a forma de uma política de incentivos voltada para a constituição de empresas globais com o apoio do BNDES aos processos de F&A em vários setores. Apesar de os processos de F&A resultarem em ganhos imediatos para algumas empresas e setores, eles ajudam a consolidar as atuais estrutura produtiva e inserção internacional brasileiras, baseadas em setores de baixa e média-baixa tecnologia. Assim, ao mesmo tempo que a política industrial deve sinalizar o que *quer-se ser*, corre-se o risco de esta política consolidar o que já se é: um país com uma estrutura industrial diversificada e especializado na exportação de produtos de baixo conteúdo tecnológico. Não existe solução fácil para este dilema. Os dados de comércio internacional do Brasil mostram que os setores mais competitivos em 2008 eram praticamente os mesmos de 1996.” (ALMEIDA, 2009: 54).

5. Caracterização dos principais segmentos

Em se tratando de um setor industrial com grande diferenciação entre seus segmentos, seja na conformação das cadeias produtivas, na dinâmica dos investimentos, no tamanho das empresas, no nível de capacidade tecnológica ou na intensidade do emprego da mão de obra, uma análise mais panorâmica sobre o desempenho do ramo químico brasileiro não poderá prescindir de uma análise também das especificidades dos segmentos que o compõe. Neste sentido, a caracterização mais geral do ramo química será sucedida de uma avaliação sobre a dinâmica de seus principais segmentos, a saber: 1) produtos químicos e petroquímicos; 2) produtos farmacêuticos; 3) produtos de higiene, perfumaria e cosméticos (LHPC); e 4) produtos plásticos²². Esta subdivisão, além dos aspectos quantitativos relacionados ao peso de cada um destes segmentos, também se baseia nos critérios adotados pelo movimento sindical dos trabalhadores do ramo químico, em que estes quatro segmentos são considerados os mais importantes para efeito das negociações dos acordos coletivos realizados pelos sindicatos de trabalhadores do ramo químico.

Para a avaliação dos segmentos será mantido, na medida do possível e considerando os dados disponíveis para cada um deles, a mesma estrutura de análise, incluindo a caracterização geral de cada segmento quanto a sua estrutura industrial, o desempenho recente e os limites estruturais característicos de cada uma destas conformações industriais. Esta tentativa de padronização na análise dos segmentos tem por objetivo criar parâmetros comuns que permitam uma melhor avaliação da interação entre a dinâmica macroeconômica e da política de desenvolvimento com o comportamento setorial, assim como permitir um melhor entendimento da heterogeneidade do ramo químico quando da análise do perfil sócio ocupacional dos segmentos que o compõem, o que será tratado no capítulo segundo desta dissertação. Os segmentos estão subdivididos de acordo com a Classificação Nacional da Atividade Econômica (CNAE 2.0).

²² O setor de materiais plásticos (e produtos de borracha) está classificado enquanto um segmento próprio na CNAE (Classificação Nacional das Atividades Econômicas) e por isso não é contabilizado pela ABIQUIM nos dados agregados da indústria química, que por sua vez incluem somente as estatísticas relativas aos produtos químicos orgânicos e inorgânicos. No entanto, tendo em vista que os sindicatos do ramo químico representam os empregados do setor de materiais plástico enquanto parte integrante de sua base, a inclusão deste setor torna-se relevante para este estudo. O segmento de produtos de borracha, por ter na grande maioria dos casos uma estrutura de representação sindical própria, não será considerado.

Quadro 1.1
Principais segmentos do ramo químico (CNAE 2.0). Brasil.

1. QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS
Fabricação de produtos químicos inorgânicos
<i>Fabricação de cloro e álcalis</i>
<i>Fabricação de intermediários para fertilizantes</i>
<i>Fabricação de adubos e fertilizantes</i>
<i>Fabricação de gases industriais</i>
<i>Fabricação de produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente</i>
Fabricação de produtos químicos orgânicos
<i>Fabricação de produtos petroquímicos básicos</i>
<i>Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras</i>
<i>Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente</i>
Fabricação de resinas e elastômeros
<i>Fabricação de resinas termoplásticas</i>
<i>Fabricação de resinas termofixas</i>
<i>Fabricação de elastômeros</i>
Fabricação de fibras artificiais e sintéticas
Fabricação de defensivos agrícolas e desinfestantes domissanitários
Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins
<i>Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas</i>
<i>Fabricação de tintas de impressão</i>
<i>Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins</i>
Fabricação de produtos e preparados químicos diversos
<i>Fabricação de adesivos e selantes</i>
<i>Fabricação de explosivos</i>
<i>Fabricação de aditivos de uso industrial</i>
<i>Fabricação de catalisadores</i>
<i>Fabricação de produtos químicos não especificados anteriormente</i>
2. PRODUTOS FARMACÊUTICOS
<i>Fabricação de produtos farmoquímicos</i>
<i>Fabricação de medicamentos para uso humano</i>
<i>Fabricação de medicamentos para uso veterinário</i>
<i>Fabricação de preparações farmacêuticas</i>
3. SABÕES, DETERGENTES, PRODUTOS DE LIMPEZA, COSMÉTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E PERFUMARIA
<i>Fabricação de sabões e detergentes sintéticos</i>
<i>Fabricação de produtos de limpeza e polimento</i>
<i>Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal</i>
4. PRODUTOS DE MATERIAL PLÁSTICO
<i>Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico</i>
<i>Fabricação de embalagens de material plástico</i>
<i>Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção</i>
<i>Fabricação de artefatos de material plástico não especificados anteriormente</i>

Fonte: MTE/RAIS.

5.1. Ramo Químico

Visto enquanto um ramo da atividade econômica que inclui um conjunto diferenciado de segmentos, a indústria química, segundo os dados do IBGE (2008), é um dos mais importantes e dinâmicos setores da economia brasileira, estando entre as dez maiores do mundo em termos de faturamento. Seus produtos participam de todos os segmentos da atividade industrial, especialmente na indústria de bens duráveis (metalúrgica, automobilística, eletro-eletrônicos), agroindústria (fertilizantes e defensivos

agrícolas), e produtos de consumo (farmacêutica, cosméticos, alimentos, detergentes, têxteis e tintas).

Tabela 1.5
Faturamento líquido da indústria química mundial. 2008.

Em US\$ bilhões

PAÍS	FATURAMENTO
ESTADOS UNIDOS	689
CHINA	549
JAPÃO	298
ALEMANHA	263
FRANÇA	159
CORÉIA	133
REINO UNIDO	123
ITÁLIA	123
9 ^ª posição → BRASIL	122
ÍNDIA	98
HOLANDA	82
RÚSSIA	78
ESPANHA	75

Fonte: ACC, CEFIC e Abiquim. Total mundial estimado: US\$ 3,7 trilhões.

Segundo a classificação da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) o ramo químico divide-se em dois grandes segmentos: o de *produtos químicos para uso industrial* (produtos inorgânicos; produtos orgânicos; resinas e elastômeros; produtos e preparados químicos diversos) e o de *produtos químicos de uso final* (produtos farmacêuticos; higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; adubos e fertilizantes; sabões, detergentes e produtos de limpeza; defensivos agrícolas; tintas, esmaltes e vernizes; e outros). A estes segmentos soma-se o de produção de transformados plásticos, que embora não seja considerado pela Abiquim para efeito de sua análise de desempenho econômico da indústria química, faz parte da mesma base de representação dos sindicatos de trabalhadores para efeito dos acordos coletivos realizados no âmbito do ramo químico na maioria dos estados do país. Por este motivo o segmento de transformados plásticos será considerado, para efeitos deste estudo, como parte do ramo químico devido a sua inclusão nas mesas de negociações coletivas realizadas entre os representantes das empresas e dos trabalhadores neste ramo. Por este critério de agregação, o conjunto do ramo químico no Brasil reúne 21.387 empresas e 656.736 empregos formais (RAIS 2008), sendo que o peso de cada um dos segmentos que o compõem subdivide-se da seguinte maneira: 1) o segmento de produtos Químico e Petroquímico reúne 26,4% das empresas e 26,5% dos

empregos; 2) o segmento de produtos Farmoquímicos e Farmacêutico reúne 5,1% das empresas e 13,8% dos empregos; 3) o segmento de Limpeza, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos (LHPC) reúne 14,7% e 11,3% dos empregos; 4) o segmento de transformados Plásticos representa 53,9% das empresas e 48,4% dos empregos.

Tabela 1.6
Distribuição das empresas e do emprego no ramo químico por segmento. Brasil, 2008.

<i>SEGMENTOS</i>	Empresas	(%)	Empregos	(%)
Químicos/Petroquímicos	5.639	26,4	173.853	26,5
Farmacêuticos	1.085	5,1	90.855	13,8
LHPC	3.137	14,7	73.933	11,3
Plásticos	11.526	53,9	318.095	48,4
Total	21.387	100	656.736	100

Fonte: MTE/RAIS 2008.

Do ponto de vista da distribuição regional, nota-se que o sudeste é a região do país que concentra a maior parte das empresas e dos empregos em todos os segmentos que compõem o ramo químico, concentrando 57,5% e 64,4% respectivamente. O farmacêutico é o segmento que apresenta a maior concentração na região sudeste, de 62,2% das empresas e 76,8% dos empregos. A segunda região em concentração do número de empresas e emprego é a região sul, com respectivamente 25% e 19,6% do total do país, sendo a região norte a de menor concentração, reunido apenas 2,1% do total das empresas e 2,6% do emprego.

Tabela 1.7
Distribuição das empresas e do emprego no ramo químico por segmento e grandes regiões. Brasil, 2008.

<i>REGIÕES</i>	<i>Químico/Petroquímico</i>		<i>Farmacêutico</i>		<i>LHPC</i>		<i>Plástico</i>		<i>TOTAL</i>	
	<i>empresas</i>	<i>empregos</i>	<i>empresas</i>	<i>empregos</i>	<i>empresas</i>	<i>empregos</i>	<i>empresas</i>	<i>empregos</i>	<i>Empresas</i>	<i>empregos</i>
Norte	2,5	1,4	2,7	0,2	2,4	2,4	1,8	3,9	2,1	2,6
Nordeste	10,6	10,9	9,1	4,7	18,2	13,8	8,7	8,8	10,6	9,4
Sudeste	56,7	67,0	62,2	76,8	52,6	66,9	58,8	58,9	57,5	64,4
Sul	24,7	17,9	16,9	8,1	20,9	11,2	27,2	25,8	25,1	19,6
Centro-Oeste	5,6	2,8	9,1	10,1	5,9	5,7	3,6	2,7	4,7	4,1
Brasil	5.639	173.853	1.085	90.855	3.137	73.933	11.526	318.095	21.387	656.736

Fonte: MTE/RAIS 2008.

De acordo com os dados do IBGE, a participação da indústria química no PIB total foi de 3,1% em 2008. Seu crescimento vem ocorrendo desde 1998 e os produtos químicos tiveram a terceira maior participação no PIB da indústria de transformação em 2007, com 11,2% do total. Do ponto de vista do rendimento dos principais setores industriais (tabela

1.4.3), o segmento de produtos químicos ocupou o segundo lugar no ranking nacional em 2006, com 12% de participação na receita total, equivalente a R\$ 178 bilhões.²³

Tabela 1.8
Principais setores industriais no Brasil, 2006.

INDÚSTRIA	Receita (R\$ milhões)	Participação (em %)
01. Alimentos e bebidas	262.377	17,8
02. Produtos químicos	177.984	12,1
03. Veículos	152.587	10,4
04. Combustíveis	148.904	10,1
05. Produtos metalúrgicos básicos	116.178	8,0
06. Máquinas e equipamentos	78.013	5,3
07. Extração de minerais metálicos	57.270	4,0
08. Produtos de plástico e borracha	51.328	3,5
09. Eletrônicos	45.848	3,1
10. Outros	377.281	27,7
Total	1.467.770	100,0

Fonte: IBGE / PIA.

No período entre 1990 e 2008 o faturamento líquido da indústria química (exclusive o segmento plástico) teve um crescimento médio de 7,8% a.a., índice muito acima dos 2,6% de variação média anual do PIB brasileiro neste mesmo período. Em 2008, o faturamento líquido da indústria química foi de R\$ 222,3 bilhões (um aumento de 10,6% em relação a 2007), ou cerca de US\$ 122 bilhões (17,9% de crescimento em relação ao ano anterior). O segmento de produtos químicos de uso industrial (*produtos inorgânicos; produtos orgânicos; resinas e elastômeros; produtos e preparados químicos diversos*), com vendas totais de R\$ 112,3 bilhões, responderam por 50% do total do faturamento líquido da indústria em 2008.

Os produtos químicos de uso final (produtos farmacêuticos; higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; adubos e fertilizantes; sabões, detergentes e produtos de limpeza; defensivos agrícolas; tintas, esmaltes e vernizes; e outros), tiveram o seguinte desempenho em termos de faturamento: o segmento de produtos farmacêuticos, com faturamento de R\$ 31 bilhões (ou US\$ 17,1 bilhões), foi responsável por 14% do faturamento total da indústria química em 2008; os 36% restantes estiveram distribuídos entre os adubos e fertilizantes (11,6%), higiene pessoal (8,5%), defensivos agrícolas (5,7%), sabões e detergentes (5,2%), tintas e vernizes (2,5%) e outros (2,3%). (ABIQUIM: 2009).

²³ Estes dados sobre a participação da indústria química no PIB nacional e no faturamento da indústria de transformação não incluem o segmento de transformados plásticos, que na tabela de faturamento (1.4.3) aparece junto com borrachas, segmento que não será analisado neste estudo.

5.2. Químico e petroquímico

Os setores químico e petroquímico referem-se a dois ramos industriais profundamente interligados, mas que possuem desdobramentos independentes para ambos os lados. A indústria petroquímica mundial está dividida entre três grandes grupos. Um primeiro vinculado a grandes multinacionais químicas diversificadas, entre as quais pode-se citar a Basf, a Bayer, a Dupont e a Dow, um segundo grupo de empresas integradas a partir do petróleo, onde encontram-se a Exxon Mobil, a BP Amoco e a Shell, e um terceiro grupo de empresas regionais, muitas das quais estatais, como é o caso da Pequiven na Venezuela, a Sinopec da China e a Sabic da Arábia.

No Brasil, essa indústria se desenvolveu a partir do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento durante a década de 70 e buscava atingir alguns objetivos estratégicos nacionais bastante específicos: incentivar a desconcentração industrial, apoiar o desenvolvimento regional e garantir capacitação tecnológica e empresarial nas regiões em que foram instaladas, entendendo-se este benefício como uma forma de compensá-las pelos efeitos negativos da atividade petroquímica. No bojo desse projeto de desconcentração, formou-se em 1972 a Petroquímica União, no ABC paulista; em 1978, era criada a Copene, em Camaçari, na Bahia; em 1982 era a vez do Rio Grande do Sul, com a Copesul fundada em Triunfo; os três pólos baseados no uso da nafta como insumo básico; e por fim, em 1990, foi criado o pólo de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, baseado no uso de gás natural como matéria-prima principal.

O projeto baseava-se na premissa de que o deslocamento da indústria petroquímica incentivaria a desconcentração das demais indústrias a ela relacionadas, entre as quais as do setor químico. Esse desdobramento das atividades complementares era essencial para que o projeto se justificasse em médio prazo. Entretanto, conforme veremos em seguida, esse segundo passo não ocorreu, ficando a indústria petroquímica com um problema de localização crônico para o seu desenvolvimento futuro.

A história da indústria química brasileira acompanhou o processo de desenvolvimento do setor petroquímico, ganhando importância a partir da década de 50,

com a criação da Petrobras e intensificando sua atividade ao longo da construção dos pólos regionais na década de 70. Entretanto, se a indústria petroquímica nasceu com o objetivo de fortalecer a desconcentração industrial, certamente não alcançou os resultados esperados do ponto de vista de seu impacto na indústria química. Esta se caracterizou por uma forte concentração geográfica, sobretudo na região sudeste, e particularmente no estado de São Paulo, onde se encontram hoje 57% e 40% respectivamente do total das indústrias do setor (RAIS/2008).

Ao contrário da indústria petroquímica, na qual o processo de alocação de recursos levou em conta fatores de caráter nacional estratégico, as decisões em torno da indústria química levaram em consideração fundamentalmente os fatores comerciais, centralizando os investimentos em virtude dos altos volumes de capital necessários a sua instalação e ampliação e, em especial, pela necessidade de reduzir custos e compensar o elevado déficit comercial presente no setor. Esse déficit é resultado da grande participação das importações na formação das matérias-primas da indústria química, em especial de produtos intermediários para fertilizantes.

Outro fator significativo para a concentração regional da indústria química é a forte participação de grandes empresas multinacionais no setor. Embora o número de empresas da área química seja elevado e majoritariamente formado por empresas de pequeno e médio porte (90%), a atuação das grandes empresas acaba sendo decisiva na organização do setor. A partir da década de 90, essa organização passou por uma profunda mudança em relação a sua estruturação produtiva. O fator determinante dessa transformação foram as privatizações, que afetaram principalmente a indústria de fertilizantes, tintas e o setor petroquímico como um todo.

Entre os petroquímicos, o intenso processo de fusões e aquisições remodelou a estrutura proprietária e patrimonial do setor, que nascera sob a égide da propriedade tripartite: Estado, capital privado nacional e capital privado internacional. Um marco

fundamental desse giro organizacional ocorreu com a aquisição do pólo de Camaçari pela Braskem, empresa controlada pela Odebrecht²⁴.

Em 2007, a Braskem adquiriu, em consórcio com a Ultra e a Petrobrás, a empresa Ipiranga, passando a ter o controle majoritário de uma das principais matérias primas do setor, o eteno. Na mesma direção e no mesmo ano, a Petrobrás adquiriu a Suzano Petroquímica e se aliou à Unipar, consolidando, em 2008, sua atividade no sudeste em uma grande empresa chamada Quattor, que inclui também as atividades do pólo petroquímico União e da Rio Polímeros.

Outro movimento importante foi o aumento da participação acionária da Petrobras na Braskem (que passou de 8,1% para 30% do capital votante) e desta nas empresas do grupo Petrobras. Esse movimento garantiu à Braskem o título de maior petroquímica da América Latina²⁵ e o controle de 40% da capacidade de produção dos três principais petroquímicos básicos do país: eteno, polietileno e polipropileno. Por último a consolidação da compra da Quattor pela Braskem, em 2009, gerou uma nova empresa da qual a Petrobras teria 49% do controle e a Braskem 51%.

Essa forte concentração societária atende aos padrões internacionais do setor que, como já mencionado, atua através de grandes grupos com integração vertical e horizontal ao longo da cadeia produtiva. A estratégia permite combinar o volume de vendas de produtos básicos, de preços mais instáveis, com a participação em segmentos avançados, onde os preços são mais estáveis e as margens mais elevadas. Mesmo com o avanço dos processos de fusões e aquisições, as empresas brasileiras ainda estão distantes das grandes

²⁴ O ponto de partida para a criação da Braskem foi a aquisição do controle da Copene, a central de matérias primas do Pólo Petroquímico de Camaçari, pelos Grupos Odebrecht e Mariani em julho de 2001. Posteriormente, em 16 de agosto de 2002, os grupos Odebrecht e Mariani integraram os seus próprios ativos do setor petroquímico à Copene, que passou a se chamar Braskem. Em uma segunda etapa desse processo, concluída no início de 2004, foram incorporadas à Braskem as empresas OPP Química S.A., Nitrocarbono S.A., Trikem S.A. e Proppet S.A. A incorporação da Petroquímica Triunfo, aprovada em 30 de abril de 2009, representou o último passo da integralização dos ativos petroquímicos da Petrobras na Braskem, e da consolidação do setor petroquímico brasileiro.

²⁵ Desde sua criação, a Braskem detém a liderança no mercado latino-americano de resinas termoplásticas. Em 2008, no mercado doméstico, sua participação de mercado alcançou 50% em polietileno, 53% em polipropileno e 51% em PVC. Posicionada entre as três principais companhias industriais privadas de capital nacional, a Braskem foi a primeira petroquímica do país a integrar operações de primeira e segunda gerações.

corporações internacionais, sendo que a Braskem ocupava, em 2009, o 50º lugar no ranking das maiores empresas mundiais por volume de vendas²⁶.

Assim, embora o Brasil tenha alcançado a auto suficiência em petróleo, continua dependente da importação de nafta e petroquímicos intermediários não produzidos no país. Mas a reorientação dos fatores relevantes nas decisões de investimento do setor estão consolidadas. O capital privado avança nas avaliações de custos, preços, rentabilidade privada, tecnologia intensiva, concentração e reengenharia, preparando-se especialmente para o aproveitamento das novas oportunidades surgidas com o pré-sal.

No setor químico, o efeito das privatizações teve um impacto significativo nos movimentos de terceirizações ao longo do setor, com vistas à redução de custos e ampliação das margens do setor. Mas a despeito da privatização no setor petroquímico, vale uma observação sobre o caso do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), onde a Petrobras atua sem uma sócia majoritária privada, como é a tendência nas demais empresas do setor. Os investimentos previstos para a COMPERJ são vultuosos, na ordem de US\$ 8,38 bilhões (BNDES).

"Sabe-se que os investimentos em petroquímicos básicos de mais longo prazo necessitam para sua viabilização de, por um lado, acessar matérias primas a um custo baixo (concorrência do Oriente Médio) e, por outro, terem demanda se expandindo a taxas crescentes devido aos elevados tamanhos mínimos de escala eficiente exigidos para uma operação economicamente viável (concorrência chinesa). Foi nesta dupla possibilidade que se construiu o projeto COMPERJ. De um lado, o aproveitamento de matéria prima alternativa (...) e, por outro, suprir o mercado brasileiro que estava crescendo a uma velocidade acelerada. Este é um projeto estratégico para a IQB (Indústria Química Brasileira) na medida em que ele permite a ampliação do segmento petroquímico a partir de matéria prima alternativa, reduzindo nossa necessidade de importação de nafta e de outros produtos petroquímicos básicos e resinas, ao mesmo tempo em que permite o aproveitamento do óleo pesado característico dos reservatórios brasileiros e de valor agregado mais baixo para a exportação". (BNDES, 2009)

Considerados juntos, os setores químico (excluindo plástico, farmacêutico e os produtos de LHPC) e petroquímico são formados por 5.632 estabelecimentos no Brasil

26 Os desafios atuais do setor encontram-se na capacidade de incorporação de novas tecnologias de produção, tais como a nanotecnologia, capazes de modificar significativamente o uso de matérias-primas e de criar produtos renováveis.

(RAIS/2008), 81% instalados nas regiões sul e sudeste e 11% no nordeste, gerando 173.853 postos de trabalho formais, equivalentes a 26,5% da indústria química em geral.

5.3. Farmacêutico

O setor farmacêutico apresenta quatro fases de organização de sua indústria: pesquisa e desenvolvimento; produção de farmoquímicos; produção de especialidades farmacêuticas e comercialização e marketing. Há uma situação de forte dependência entre o terceiro e quarto estágios e o segundo. Isso porque o insumo básico para a produção de especialidades farmacêuticas são os fármacos, produto da segunda fase de elaboração da indústria. Cada nova fase incorporada à produção de uma empresa ou de um país significa um avanço importante nas barreiras competitivas desse setor. As grandes empresas farmacêuticas atuam nas quatro fases da indústria.

Embora haja forte internacionalização no setor, esse processo não ocorre para todas as suas fases. Enquanto a produção de especialidades farmacêuticas, a comercialização e o marketing são segmentos mais dispersos, que buscam sintonia com a realidade do consumidor local e ganhos localizados para embalagens e equipamentos especializados, a produção de fármacos é bastante concentrada em países como os Estados Unidos, a Índia, a China e alguns países da Europa especialmente, Suíça, Alemanha, Grã-Bretanha e Suécia, sedes das maiores exportadoras.

Nos países em que os estágios finais da produção se estabeleceram, entre eles o Brasil, esse processo se deu na maioria das vezes através de subsidiárias das grandes empresas internacionais. Tais unidades de produção têm como característica serem bastante dependentes da importação de princípios ativos e compostos fundamentais dos medicamentos, produzidos por suas matrizes. No caso do Brasil, a indústria farmacêutica nacional importa, em média, 80% de seus insumos.

Tais fatores expõem o caráter oligopolista do setor. Embora existam 10.000 empresas produtoras no mundo²⁷, 1% destas concentram 90% da produção de todos os

²⁷ Segundo dados do Intercontinental Medical Statistics (IMS Health), o número de fabricantes de produtos farmacêuticos está por volta de dez mil empresas, dessas, apenas cem empresas respondem por cerca de 90% dos produtos farmacêuticos

produtos farmacêuticos e tal processo de concentração é progressivo. Estima-se que 45% do faturamento mundial da indústria seja alcançado por apenas dez das grandes empresas do setor. O fator determinante para a existência dessa grande concentração da rentabilidade no setor é a legislação de propriedade industrial a ela aplicada.

Tabela 1.9
As 10 maiores empresas da indústria farmacêutica. 1999-2007.

Empresas	% das vendas totais 1999	Empresas	% das vendas totais 2007
Novartis	4,4	Pfizer	6,7
Glaxo Wellcome	4,4	Glaxo Wellcome	5,7
Merc & Co	4,0	Novartis	5,1
Hoeschst M. Roussel	3,3	Sanofi-Aventis	5,0
Bristol-Meyers Squibb	3,2	AstraZaneca	4,5
Johnson&Johnson	3,1	Johnson&Johnson	4,4
American Home	3,1	Roche	4,2
Pfizer	3,1	Merc & Co	4,1
SmithKline Beecham	2,7	SmithKline Beecham	2,9
Roche	2,7	Lilly	2,5
Total 10 maiores	34,0	Total	45,1

Fonte: IMS Health (2006) e Queiroz & Gonzáles (2001).

Os produtos da indústria farmacêutica podem ser divididos entre aqueles que possuem patentes ainda vigentes e aqueles cujo prazo da patente já se encontra expirado. A patente assegura ganhos monopolísticos para as empresas, como forma de proteger os investimentos e os riscos envolvidos no desenvolvimento de produtos. Como resultado, concentra o rendimento e as decisões estratégicas da indústria nas duas primeiras fases de sua organização. Assim, as etapas de pesquisa e desenvolvimento e de produção de fármacos tornam-se a grande base de sustentação da indústria, sendo determinantes para a organização e a distribuição dos demais segmentos, seja pela influência em seus custos seja pela indicação do portfólio disponível.

Há duas décadas, o reconhecimento das patentes não era disseminado em grande parte dos países, cujas empresas acabavam criando segmentos de produtos alternativos aos importados a partir da cópia dos produtos desenvolvidos pelas grandes empresas internacionais. A pressão dos países centrais no início da década de 90 culminou com a

destinados ao consumo humano. A América do Norte é o maior mercado e os Estados Unidos, o país com maior nível de consumo e produção em termos monetários, seguido pelo Japão e pela Alemanha, concentrando cerca de 60% das vendas do setor (Pinto, 2003).

assinatura do acordo TRIPs²⁸ – Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property – Acordo Relativo aos Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual Relacionados com o comércio – no qual diversas nações, entre as quais o Brasil, passaram a proibir medicamentos similares e a respeitar a legislação das patentes. Pelo acordo, os produtos passíveis de responder às patentes podem ser tanto lançamentos apresentados pela primeira vez ao mercado, como medicamentos com efeitos semelhantes a um produto já existente, mas com características químicas diferentes do lançamento anterior, criando um mecanismo de certa renovação da disponibilidade de produtos patenteados²⁹.

Atualmente, os Estados Unidos são os maiores produtores e os maiores consumidores de medicamentos do mundo, seguidos da Europa e do Japão. Esses países são responsáveis, respectivamente, por 39%, 18% e 11% das vendas totais desse mercado. O conjunto dos países em desenvolvimento representa hoje 12% do total, mas estima-se que essa participação deva aumentar. Segundo dados da IMS Health a participação desses países no crescimento do setor farmacêutico passou de 16% em 2006 para 51% em 2008.

O principal fator para esse deslocamento é o aumento da concorrência mundial e o surgimento de novas estratégias de crescimento por parte dos laboratórios multinacionais, que aumentaram seus investimentos em fusões e aquisições descentralizadas como forma de acomodar custos e enfrentar a maior concorrência³⁰. Nesse cenário, a indústria farmacêutica brasileira vem crescendo. Segundo os dados do IMS Health, o crescimento médio anual do setor foi de 10,8% desde 1990, sendo responsável por 14% do faturamento

²⁸ A entrada em vigor no final da década de 1990 do Acordo de Propriedade Intelectual (TRIPS), no âmbito da Organização Mundial do Comércio significou o reconhecimento de patentes farmacêuticas por um grande número de países, entre eles o Brasil. Face ao acirramento da concorrência, o acordo resultou em espaços restritos de atuação nacional e eliminação de iniciativas empresariais farmacêuticas e biotecnológicas em diversos países (Capanema, 2006 e Morel, 2007. In Projeto PIB, BNDES: 2009).

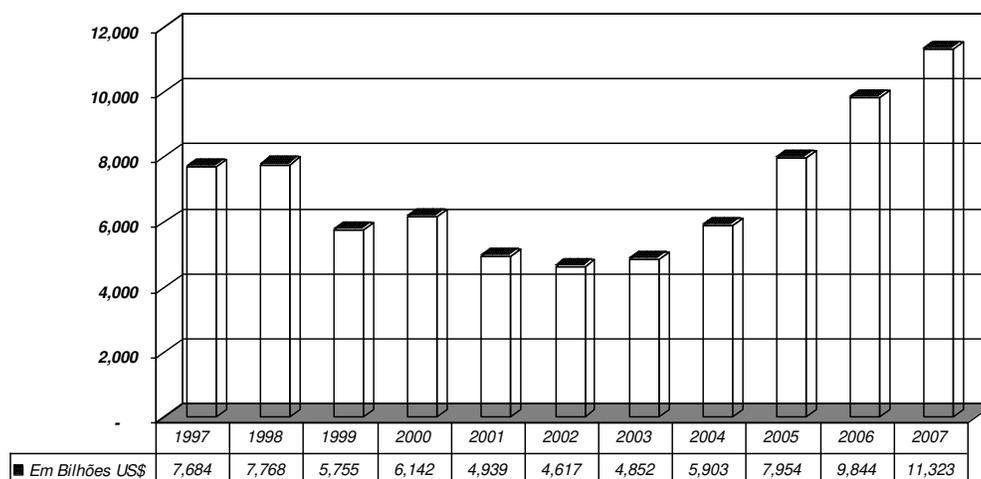
²⁹ “O efeito combinado do novo approach de C&T e do novo ambiente regulatório significou custos de P&D crescentes. Estima-se que no início da década de 1990 eram necessários cerca de US\$ 360 milhões para o desenvolvimento de um medicamento desde o tubo de ensaio até o consumidor final, comparativamente a cerca de US\$ 250 milhões na década anterior. O tempo médio de desenvolvimento de um medicamento cresceu para 8,1 anos na década de 1960, 11,6 anos na de 1970, 14,2 anos na de 1980 e 15,3 anos em meados da década de 1990 (Harvard Business Review, 1998). Estima-se, atualmente, que sejam necessários cerca de US\$ 890 milhões para o desenvolvimento de um novo medicamento (Febrapharma, 2008), se bem que seja questionável o impacto terapêutico de muitas inovações, havendo uma grande controvérsia no que é classificado pela indústria como gasto com P&D e com marketing (Gadelha et al, 2007)”. In Projeto PIB, BNDE: 2009

³⁰ O mercado farmacêutico mundial deve movimentar US\$ 1,3 trilhão até 2020, o que dobrará o valor movimentado hoje, devido à crescente demanda por medicamentos e tratamentos preventivos. Países emergentes como Brasil, China, Índia, México e Rússia devem responder por um quinto das vendas nesse setor, segundo pesquisa divulgada pela empresa de consultoria PricewaterhouseCoopers.

total da indústria química brasileira e empregando 90.855 trabalhadores formais em todo o Brasil (RAIS/2008). Segundo a mesma fonte o Brasil deverá assumir a oitava posição no ranking mundial da indústria farmacêutica em 2013, ocupando um importante espaço nessa maior diversificação regional do setor.

Gráfico 1.20
Faturamento da Indústria Farmacêutica. Brasil, 1997-2007.

em US\$ bilhões.



Fonte: IMS Health. * Últimos 12 meses móveis até Setembro de 2007.

Mas o crescimento da indústria brasileira também objetiva fortalecer seu posicionamento no mercado nacional. A criação da categoria de medicamentos genéricos no Brasil a partir de 1999 abriu possibilidades de expansão e diversificação da produção interna, reduzindo a predominância das multinacionais no suprimento do mercado brasileiro. A expansão da categoria dos genéricos, que respondia por apenas 5,3% do mercado em 2003, cresceu para 8,9% em 2005 e atingiu 19,6% do mercado em 2009, abre a possibilidade de ainda maior diversificação dos produtores nacionais³¹. Em 10 anos de presença no mercado brasileiro (1999-2009), a indústria de genéricos investiu perto de US\$ 170 milhões na construção e modernização de plantas industriais no Brasil. Desde o início do programa dos genéricos, as maiores indústrias deste setor no mundo iniciaram movimento de vendas de seus produtos no país e estudos para a instalação de plantas

³¹ Em países como Espanha, França, Alemanha e Reino Unido, onde o mercado de genéricos já se encontra mais maduro, a participação desses medicamentos é de 30%, 35%, 60% e 60%, respectivamente. Nos EUA, mercado onde os genéricos têm mais de 20 anos de existência, o índice é de aproximadamente 60% de participação em volume.

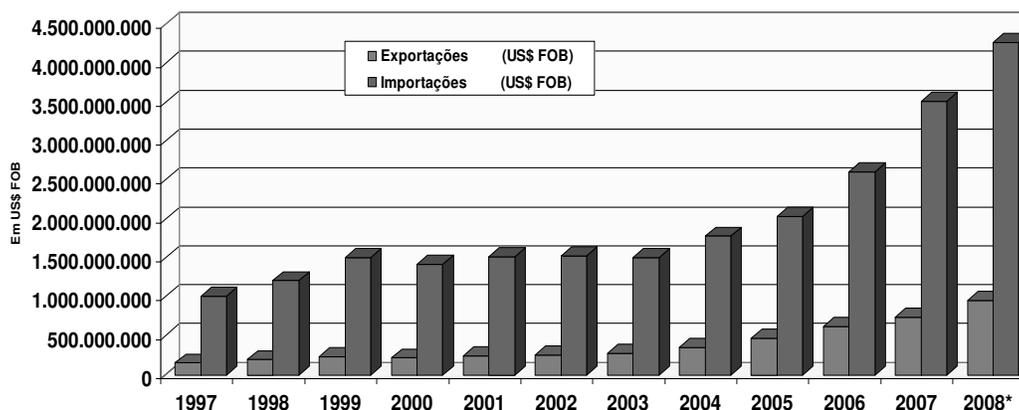
industriais no mercado local, contribuindo decisivamente para a ampliação da oferta para os consumidores. A previsão de investimentos até 2010 é em torno de 354 milhões de dólares.

O programa serviu também para o fortalecimento da indústria brasileira. Hoje, entre as seis maiores empresas farmacêuticas quatro são brasileiras. São empresas que apresentam crescimento acelerado e as quatro produzem genéricos. No mercado de Genéricos, por origem de capital, 88% é nacional, 3,6 % indianas, 1,8% alemã, 5,1% suíça, 1,1% americana e 0,3% canadense. Os medicamentos genéricos são, oficialmente, no mínimo 35% mais baratos que os medicamentos de referência. Mas na prática, na venda ao consumidor, chegam a atingir uma média de preços 50% menor que os produtos de marca. Existem no mercado brasileiro medicamentos genéricos para o tratamento de doenças do sistema cardio circulatório, anti infecciosos, aparelho digestivo/metabolismo, sistema nervoso central, antiinflamatórios hormonais e não hormonais, dermatológicos, doenças respiratórias, sistema urinário/sexual, oftalmológicos, antitrombose, anemia, anti helmíntico-parasitários, oncológicos e contraceptivos, ou seja, já é possível tratar com os medicamentos genéricos a maioria das doenças conhecidas. (www.progenericos.org.br/mercado.shtml).

“A entrada dos medicamentos genéricos no mercado brasileiro, se apoiada por uma política industrial adequada, pode ser uma oportunidade para diminuir a dependência da importação de fármacos e medicamentos e reduzir o grau de concentração econômica nos mercados relevantes. A utilização de instrumentos como o poder de compra governamental pode constituir um forte incentivo para aumentar o grau de internalização da cadeia produtiva de produtos farmacêuticos. O exemplo de países como a Espanha, Itália e, mais recentemente, Índia não pode ser desprezado. Esses países adotaram políticas públicas de incentivo e conseguiram desenvolver importantes empresas fabricantes de medicamentos e farmoquímicos genéricos com participação relevante até mesmo no mercado internacional”. (MAGALHÃES, 2003: 35).

Mas apesar do crescimento das empresas nacionais no mercado brasileiro, especialmente na produção de genérico, permanece no setor farmacêutico a grande dependência de insumos importados, fato este que torna a balança comercial do setor altamente deficitária, onde o aumento das exportações nos últimos quatro anos foi acompanhado pelo crescimento também das importações.

Gráfico 1.21
Produtos farmacêuticos - balança comercial. Exportações e Importações Brasileiras. 1997-2008
em US\$ FOB

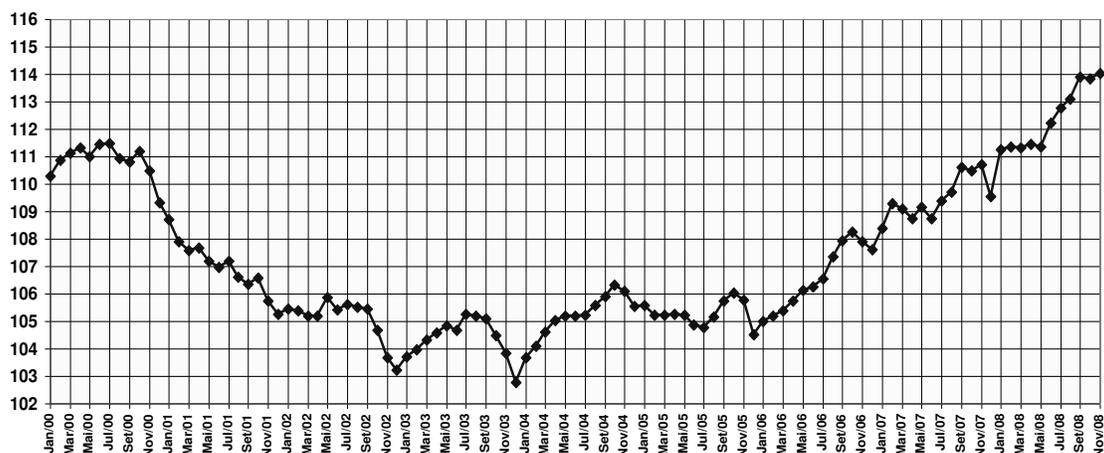


Fonte: MDIC / Secex – Sistema Alice. Elaboração: Febráfarma / Depto. de Economia. *Período Jan-Dez de 2008.

O melhor desempenho da indústria farmacêutica também teve reflexos sobre o emprego neste segmento, com uma recuperação do nível de ocupados a partir de 2004 no caso do Estado de São Paulo. Esta recuperação do emprego, entretanto, representou uma variação de apenas 4% em relação a 2000, indicando um descompasso entre o aumento do faturamento e do volume de vendas em relação à recuperação do nível de emprego. Contradição que reflete os processo de ajuste baseados na racionalização do emprego e os processos de fusões e aquisições realizadas neste segmento, geralmente acompanhados da redução de pessoal, ao mesmo tempo em que as empresas aumentam seu poder de mercado e seus níveis de faturamento.

Gráfico 1.22
Indústria Farmacêutica no Estado de São Paulo
 Índice de nível de emprego industrial. Período: Janeiro de 2000 a Novembro de 2008

Índice base: junho 1994=100



Fonte: Febrfarma / Depto. de Economia.

5.4. Produtos de limpeza, higiene, perfumaria e cosméticos

O setor de produtos de limpeza, higiene, perfumaria e cosméticos (LHPC) é um setor da indústria química com forte participação de grandes empresas internacionais, cujo perfil de atuação é global e de grande diversificação de produtos. Também participam no setor um grande número de pequenas empresas nacionais, focadas principalmente na produção de cosméticos e, em menor quantidade, no segmento de limpeza, incluídos aí sabões, detergentes sintéticos e produtos de polimento.

Apesar do grande número de fabricantes, que de acordo com a RAIS atingia 3.137 empresas em 2008 (14% do total do ramo químico), o setor se caracteriza por uma forte concentração, territorial e de faturamento. Do total dos produtores, aproximadamente 85% estão na região sul e sudeste. Também se calcula que apenas 15 grandes empresa seja responsável por 73% do faturamento total. Quanto ao tamanho do mercado, as vendas mundiais no mercado final (preço ao consumidor, em US\$ bilhões), em 2007, foram de US\$ 290,96 bilhões. Os Estados Unidos ocupavam a primeira posição com US\$ 51,33 bilhões, o Japão a segunda posição com US\$ 30,50 bilhões, e o Brasil a terceira posição com vendas de US\$ 22,23 bilhões. Abaixo do Brasil, Reino Unido, com US\$14,62 bilhões, França com US\$14,53 bilhões, Alemanha, com US\$14,47 bilhões. A China com US\$14,29 bilhões ocupava a sétima posição.

“As vendas mundiais da L’Oréal, empresa de cosméticos de maior faturamento, alcançaram US\$ 25,5 bilhões em 2007 (14,6% das vendas totais dessa indústria) seguida, em faturamento, por Procter & Gamble (US\$ \$19,5 bilhões, 11,2% das vendas da indústria), e Unilever (US\$ \$ 16,7 bilhões, 9,6% do total das vendas da indústria). Ou seja, três empresas representam 35,4% do total das vendas globais da indústria de cosméticos, evidenciando o significativo grau de concentração da indústria, e o poder de mercado dessas empresas. Aspecto ressaltado pelo fato de a estrutura ser atomizada, com predominância, em número, de pequenas empresas. Note-se que a receita da L’Oreal, na primeira posição, é 17,8 vezes superior à da Revlon, na décima oitava posição. A concentração por empresa soma-se a concentração por região geográfica de localização da matriz das multinacionais líderes da indústria, predominantemente na Europa, EUA e Japão. Nesse cenário de intensa concorrência, e com liderança e poder de mercado de grandes empresas multinacionais, a presença da brasileira Natura entre as 18 maiores é digna de destaque”. (Projeto PIB/BNDES: 2009).

Tabela 1.10
Principais países no mercado mundial de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. 2007.

Países	US\$ bilhões em 2007 (preço ao consumidor)	Crescimento (%)	Participação (%)
EUA	51,33	1,9	17,6
Japão	30,50	1,4	10,5
Brasil	22,23	22,6	7,6
Reino Unido	14,62	2,5	5,0
França	14,63	2,5	5,0
Alemanha	14,47	3,5	5,0
China	14,29	17,0	4,9
Itália	10,47	3,2	3,6
Rússia	9,87	12,8	3,4
Espanha	8,93	6,9	3,1
10 maiores	191,24	6,0	65,7
Mercado Mundial	290,96	5,9	

Fonte: ABIHPEC, julho de 2008, a partir de dados do Euromonitor, 2007. In. Projeto PIB/BNDES: 2009

Ainda segundo a RAIS, o volume total do emprego no setor em 2008 era de 73.933 (11,3% do emprego formal no ramo químico), sendo 48% desse total no Estado de São Paulo. O segmento de produtos de limpeza é responsável por 49% dos empregos, ficando os demais 37.716 postos, ou 51% do total, distribuídos entre os segmentos de cosméticos, perfumaria e higiene. O setor demonstrou uma elevada capacidade de gerar emprego, sendo que o número de postos de trabalho cresceu significativamente nos últimos 15 anos, quase triplicando o número total de trabalhadores quando considerada a cadeia completa. Analisando apenas o setor industrial, o emprego incrementou-se 49% entre 1994 e 2008.

O fator determinante para o crescimento, tanto do emprego quanto do faturamento, é a renda. O setor apresenta forte sensibilidade à renda, o que significa que aumentos na

renda disponível aumentam direta e significativamente o volume de suas vendas. Segundo a ABIQUIM, o faturamento dos segmentos de higiene, perfumaria e cosméticos apresentou um crescimento médio anual de 11% entre 1990 e 2008. No segmento de cosméticos, o mercado brasileiro atingiu a posição de terceiro maior do mundo, sendo responsável por aproximadamente 7% do mercado, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e do Japão que correspondem, respectivamente, a 19% e 11% do mercado mundial. Os produtos de limpeza, por sua vez, cresceram a uma média anual de 6,6% no mesmo período.

Outro fator com sensível impacto nas vendas é a apresentação do produto. Como consequência, parte importante dos custos dos produtos de LHPC estão nas embalagens, havendo investimento significativo em *design* e novos materiais para embalagens. Mas a indústria de embalagens não é a única com a qual o setor apresenta esse tipo de relação mais estreita. O segmento de LHPC frequentemente atua em conjunto com o setor farmacêutico no desenvolvimento e pesquisa de princípios ativos, fitoterápicos, e medicamentos originados de material botânico. Além disso, os insumos básicos utilizados na maioria dos produtos do setor são fornecidos pela indústria química brasileira, ficando os insumos importados restritos a algumas fragrâncias, desodorantes e produtos de higiene oral.

As empresas multinacionais são a maior expressão dessa interdependência setorial. Boa parte delas diversifica sua atuação entre os segmentos de limpeza, higiene, perfumaria e cosméticos, além de por vezes também possuírem participação nos setores farmacêuticos e de alimentos, alcançando expressivos ganhos de escala tanto no que se refere à pesquisa e desenvolvimento de princípios ativos e produtos quanto à obtenção de insumos. As multinacionais que se organizam em torno de uma atuação mais concentrada, sem avançar para outros segmentos da cadeia, são aquelas que buscam garantir ganhos adicionais de diferenciação e segmentação do mercado, por meio do destaque da qualidade e posicionamento dos produtos. Tais empresas costumam garantir o abastecimento nacional por meio da importação, enquanto as multinacionais que atuam de maneira mais diversificada e com produtos de uso mais difundido apresentam uma quantidade maior de unidades produtoras no Brasil.

No que se refere às empresas nacionais, pode-se observar que a maioria daquelas atuantes no segmento de higiene, perfumaria e cosméticos teve sua origem nas farmácias de manipulação. As estratégias utilizadas para consolidar a marca das empresas no mercado foram diferenciadas e aproveitaram-se da variedade de formas de distribuição do setor no mercado brasileiro. O setor conta com dois canais de distribuição adicionais, além dos tradicionais varejistas como supermercados e farmácias: a venda direta e as lojas franqueadas.

Uma estratégia utilizada tanto pelas empresas nacionais quanto pelas multinacionais é a da subcontratação. Essa prática é vista pelas empresas como uma forma de reduzir os custos e flexibilizar a produção. A subcontratação acontece em diversos níveis da atividade econômica, sendo expressiva na produção, para a qual muitas empresas utilizam unidades especializadas na manufatura, na promoção e desenvolvimento de marcas e até na distribuição. O fenômeno da subcontratação explica, em parte, a existência de um grande número de empresas no setor, apesar da concentração do faturamento e das vendas.

As empresas terceiristas, algumas especializadas na etapa de fabricação de cosméticos, outras capacitadas a desenvolver produtos, constituem um segmento, pelo fato de serem contratadas por outras empresas, mas ele próprio muito diversificado, pois a terceirização pode abranger atividades simples de envasamento de produtos fabricados na contratante; etapas do processo de fabricação; armazenagem; o processo de fabricação como um todo; formulação, etc. A empresa contratada pode exercer atividades mais restritas ou se encarregar de todas as atividades, desde o desenvolvimento e toda a documentação a ele relativa, compra de matéria-prima, até a embalagem do produto. Com contratos, incluindo cláusulas de sigilo, busca-se explicitar deveres e resguardar direitos de contratante (por exemplo, no caso de ser dele a fórmula) e contratados (por exemplo, quanto à interrupção das encomendas em prazo não compatível com os investimentos incorridos para atendê-las). (Projeto PIB/BNDES: 2009).

5.5. Plástico

O setor de transformação de material plástico é um produtor de matéria-prima para diversas indústrias. No Brasil, os principais consumidores do segmento são a construção civil, a indústria de alimentos, a indústria de embalagens e as linhas de utilidades domésticas. A produção do setor divide-se entre os segmentos de laminados e tubulares (5%), embalagens (32%), tubos e acessórios para a construção civil (3%) e artefatos

plásticos diversos (60%) (RAIS/2008). As empresas produtoras são majoritariamente de micro e pequeno porte. Dos 11.526 estabelecimentos contabilizados em 2008 pela RAIS, 71,6% são microempresas com até 19 trabalhadores, 22,8% são pequenas empresas que possuem até 99 trabalhadores, enquanto apenas 5,3% são empresas médias, sendo que as grandes, com mais de 500 trabalhadores, não chegam a 0,5% do setor. Na indústria, os trabalhadores alocam-se em sua maioria diretamente em atividades de produção (81%), ficando os demais divididos entre os serviços de administração e marketing.

Embora as empresas menores constituam a maioria das unidades produtivas do setor, há uma forte concentração da produção segundo o porte das empresas: 10% das indústrias concentram cerca de 80% do total da produção (Valor Econômico, 2004). Do ponto de vista regional também se observa uma elevada concentração da produção, sendo o ABC paulista o principal pólo produtor em termos de unidades, onde se concentra metade dos estabelecimentos.

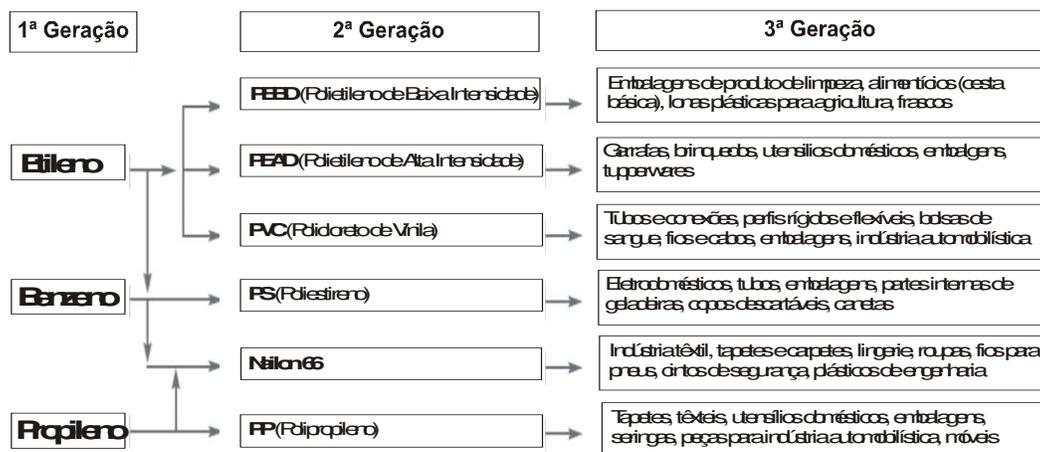
As transformadoras dependem de acesso a matérias primas que são produzidas numa estrutura oligopolizada (oligopsônio), em função da estrutura mais concentrada na produção das empresas de primeira e segunda geração³² que garante a esta um maior poder de barganha. Considerando as dificuldades de acesso a insumos importados (custos de transporte, problemas de assistência técnica e outros custos de internalização do produto), o segmento de transformadoras plásticas, marcado pela forte presença de MPE, apresenta pressões que contribuem para elevação de custos e limitam suas margens de lucro.

As unidades de transformados plásticos utilizam os produtos fornecidos pelas indústrias de segunda geração das seguintes formas: I) com o polietileno de baixa densidade, elas produzem embalagens para produtos de limpeza, alimentícios (cesta básica), lonas plásticas para agricultura, frascos, entre outros produtos; II) com o polietileno de alta densidade, elas produzem garrafas, brinquedos, utensílios domésticos, frascos,

³² A cadeia produtiva da indústria petroquímica é integrada por três grandes grupos de empresas, classificadas como empresas de 1ª, 2ª e 3ª geração. A central de matérias-primas petroquímicas, que produz basicamente três componentes (etileno, benzeno e propileno), a partir do nafta - um derivado do petróleo - e do gás residual de refinaria, integram as indústrias de 1ª geração. As indústrias de 2ª geração conformam-se pela produção, a partir das três matérias-primas básicas acima citadas, de seis principais tipos de produtos: i) polietilenos de baixa densidade; ii) polietilenos de alta densidade; iii) PVC; iv) poliestireno; v) nylon; vi) polipropileno. As indústrias de 3ª geração, a de Transformados Plásticos, produzem um amplo e diversificado conjunto de produtos, especialmente aqueles que chegam ao consumidor final.

embalagens e tupperwares; III) com o PVC, as indústrias geram inúmeros produtos para construção civil, como tubos e conexões, perfis rígidos e flexíveis, fios e cabos, além de bolsas de sangue; IV) o poliestireno é a matéria-prima aplicada à produção de peças para eletrodomésticos, tubos, embalagens, partes internas de geladeiras, copos descartáveis e canetas; V) o nylon é usado pela indústria têxtil na produção de tapetes e carpetes, lingerie, roupas, além de fios para pneus, cintos de segurança, correias e plásticos de engenharia; VI) o polipropileno é aplicado na fabricação de peças para a indústria automobilística, móveis, tapetes, têxteis, utensílios domésticos, embalagens e seringas descartáveis. O quadro abaixo ilustra a conformação da cadeia petroquímica.

Quadro 1.2
Cadeia Petroquímica



Fonte: Observatório Econômico. Boletim N°. 13, Ano 04. Santo André, Julho / Agosto / Setembro 2006.

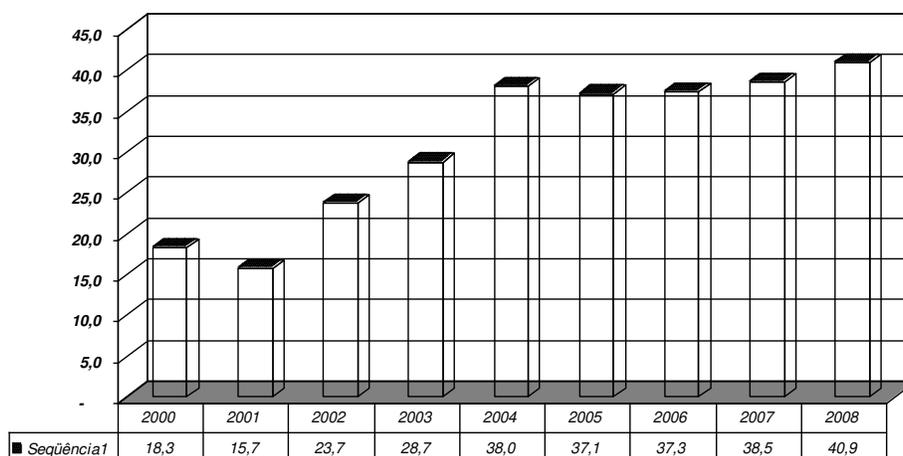
O consumo de plástico tem crescido ao longo dos últimos 10 anos, tendo acumulado 33% de crescimento entre 2000 e 2008. Nesse último ano, o faturamento do setor aumentou em 12,2% em relação a 2007, atingindo o patamar de 40,9 bilhões de reais. Esse valor corresponde a 1,45% do PIB brasileiro. Quando avaliado historicamente, observa-se um crescimento médio anual do faturamento do setor de 9,3% ao ano desde o ano 2000.

Do total do consumo brasileiro de plástico, estima-se que 17,5% sejam destinados a indústria alimentícia; 15,6% à construção civil; 14,5% à fabricação de embalagens (garrafas PET, embalagens industriais, etc.); 10,6% destinados à área agrícola; 9,3% para Utilidades Domésticas; 7,1% para a área de higiene e limpeza; 4,8% para fabricação de calçados;

2,4% para a área de eletroeletrônicos; 2% para cosmético farmacêutico; 1,3% para a indústria automobilística e 0,1% para fabricação de brinquedos³³. O setor plástico faturou R\$ 40,9 bilhões em 2008, representando um aumento de 12,2% relativamente ao ano anterior. Considerando a série desde o ano 2000, o setor cresce a uma taxa média de 9,3% ao ano. Em dólares, o montante do faturamento de 2008 do setor de transformação de plástico foi de US\$ 22,3 bilhões, que representou um aumento de 19% em relação ao ano anterior.

Gráfico 1.23
Faturamento da Indústria do Plástico. Brasil, 2000-2008.

em R\$ bilhões



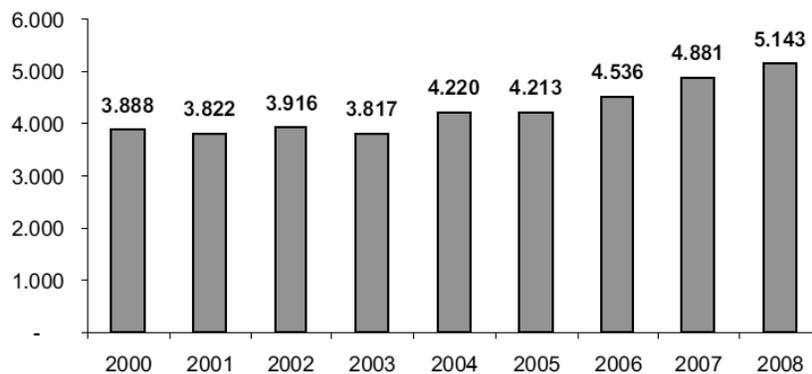
Fonte: Estimativa ABIPLAST considerando o volume total de consumo de artefatos plásticos.

Em 2008 o setor de transformação de material plástico processou 5,14 milhões de toneladas de resinas termoplásticas, representando um aumento de 5,3% relativamente à produção de transformados plásticos no ano anterior. Por sua vez o consumo aparente de transformados plásticos foi de 5,29 milhões de toneladas, 6,8% maior ao de 2007. Comparativamente ao ano 2000, o consumo de transformados plásticos cresceu de forma

³³ Alimentício (17,5%) (PP: bobinas, potes, tampas, big bags, frascos, garrafas, garrafões, galões; PEBD e PEBDL: liners, rótulos, sacaria, shrink, tampas, frascos; PEAD: baldes, caixas, tampas, potes, bombonas; EVA: liners, adesivos). Construção Civil (15,6%) (PEBD e PEBDL: lonas, sacaria, tubos; PEAD: chapas, perfis, tubos e caixas d'água; PVC: tubos, perfis, conexões, mangueiras, pisos). Embalagens (14,5%) (PEAD: frascos, tanques, baldes e bombonas para química; PET: vasilhames). Agrícola (10,6%) (PEBD e PEBDL: lonas, sacaria, tampas, tubos, mangueiras; PEAD: frascos, bombonas, tampas, potes, tubos, caixas; PP: sacarias, tecidos técnicos). Utilidades domésticas (9,3%) (PP: caixas, UD, PS: descartáveis). Higiene/limpeza (7,1%) (PEBD/PEBDL/PEAD: bobinas técnicas, capa fardo, srhink, tampas, frascos; PP: frascos, fibra para fraldas e absorventes). Calçados (4,8%) (calçados e fibras sintéticas). Eletroeletrônicos (2,4%) (*componentes para eletroeletrônicos). Cosmético/farmacêutico (2%) (PEAD: tampas, potes, frascos). Automobilístico (1,3%) (PEAD: tanques, peças técnicas; PP:*revestimento interno de veículos, para choques, para-lamas, painéis). Brinquedos (0,1%) (PS: brinquedos).

acumulada na razão de 33%, já que no ano de 2008 foram consumidas 1,3 milhões de toneladas a mais do que no ano de 2000.

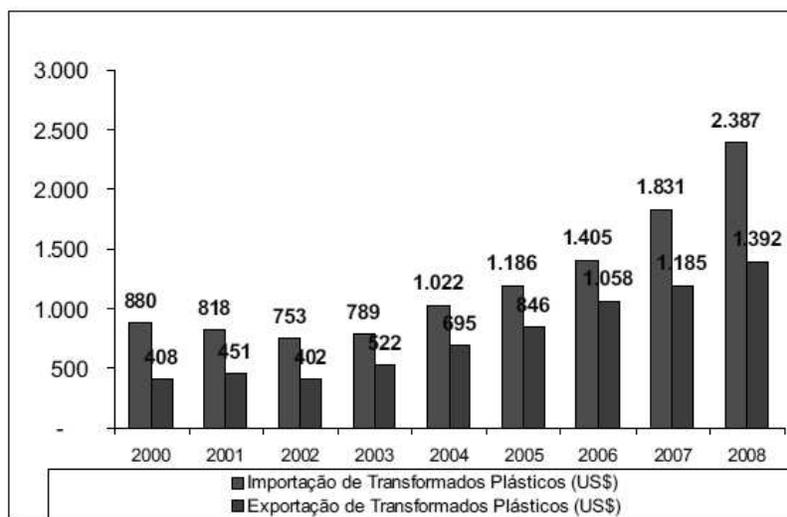
Gráfico 1.24
Produção de Produtos Transformados Plásticos. Brasil, 2000-2008.
em 1.000 toneladas



Fonte: ABIQUIM / MDIC.

Mesmo com os saltos da produção nacional, a balança comercial do setor plástico continua deficitária, tendo atingido seu patamar mais baixo desde 1997. Em 2008, o déficit foi de 996 milhões de dólares, 54% a mais do que no ano anterior. Os principais produtos importados são as resinas termoplásticas, cuja origem é a China. Os países do Mercosul são o principal destino das resinas termoplásticas produzidas no Brasil.

Gráfico 1.25
Importação e Exportação de transformados plásticos. Brasil, 2000-2008.
em US\$ Milhões



Fonte: Sistema ALICE / MDIC.

Em 2008 foram exportadas 332 mil toneladas de produtos transformados de plástico e importadas 487 mil toneladas. A quantidade de plástico exportado ficou praticamente no mesmo nível em relação ao ano anterior, interrompendo os constantes aumentos que produtos exportados que ocorriam desde o ano 2002. Já a importação de produtos plásticos aumentou 18,6%, mantendo o ritmo de crescimento gradual. Em valor as exportações de produtos transformados de plástico em 2008 totalizaram US\$ 1,3 bilhão, que significou um aumento de 17,4% em relação ao ano anterior. Já as importações somaram US\$ 2,3 bilhões correspondendo a um acréscimo de 30,4% em relação a 2007. O saldo da balança comercial de transformados plásticos foi deficitário em US\$ 996 milhões, 54,1% superior ao de 2007. Esse é o maior déficit registrado desde 1997, quando foi iniciado o acompanhamento desses valores. Do montante de US\$ 1,3 Bilhão exportado pelo Brasil em 2008, a Argentina respondeu por 26% do total, os Estados Unidos 14%, o Chile 7%, Países Baixos (Holanda) 6%, a Venezuela 5% e outros países 42%. Por sua vez as importações brasileiras de 2008 totalizaram US\$ 2,3 Bilhões. Desse total os Estados Unidos representaram 19%, a China 14%, Argentina 10%, Alemanha 10%, Itália 5% e outros países 42%.

Também devido à predominância de micro e pequenas empresas, o setor de transformados plásticos tem passado por um processo ainda lento de modernização tecnológica, motivado pela entrada de empresas estrangeiras, principalmente enquanto concorrentes no mercado de materiais plásticos para as indústrias automobilísticas, eletrônicas e de eletrodomésticos, além do aumento gradual da sofisticação do mercado consumidor de produtos finais. Essas MPE transformadoras de plástico, descapitalizadas e sem condições de pleitear financiamentos, não têm sido capazes de realizar os investimentos necessários e sustentar a demanda.

Em resumo, o ramo químico é composto por um conjunto de segmentos muito diferenciados entre si. Esta heterogeneidade estrutural, medida entre os segmentos por sua variedade quanto ao porte das empresas, o grau e o volume de investimentos, o nível de concentração e o grau de dependência em relação aos produtos importados, é uma realidade que deve ser considerada quando se analisar os impactos das políticas macroeconômicas, a evolução do perfil sócio ocupacional dos trabalhadores deste ramo de atividade, assim como o tipo de ação sindical desenvolvida em cada um dos segmentos, cujas diferenças

exigem o desenvolvimento de estratégias distintas de mobilização e representação dos trabalhadores. No próximo capítulo, analisaremos a evolução do perfil sócio ocupacional dos trabalhadores do ramo químico, buscando identificar os traços em comum e as especificidades de cada segmento em relação a composição da mão de obra nos períodos 1994-2004 e 2004-2008.

Capítulo 2

Transformações na configuração do trabalho

Neste capítulo analisaremos a evolução do perfil sócio ocupacional dos trabalhadores do ramo químico nos períodos 1994-2004 e 2004-2008, buscando verificar de que modo o caráter heterogêneo e diversificado desta cadeia produtiva se reflete na composição do emprego nos segmentos. Este conjunto de variáveis do emprego nos possibilitará realizar uma caracterização mais ampla sobre a estrutura ocupacional nos segmentos, observando os aspectos que lhes foram comuns e que estiveram relacionados às transformações da economia brasileira nos dois períodos selecionados, assim como as características mais específicas da composição do emprego nas diferentes estruturas industriais que participam do ramo químico.

A avaliação sobre a evolução do emprego e sua composição segundo o porte do estabelecimento, o gênero, as classes de renda, a faixa etária, o grau de instrução, o tempo de permanência na empresa e outras variáveis, buscará relacionar as implicações desta mudança do perfil sócio ocupacional para o desenvolvimento das estratégias sindicais nos segmentos, destacando as dificuldades e oportunidades que foram surgindo diante das novas realidades que eventualmente foram se apresentando para o movimento sindical.

1. O emprego nos segmentos do ramo químico

O crescimento do emprego formal no ramo químico teve uma dinâmica diferenciada nos períodos 1994-2004 e 2004-2008, onde o aumento do número de ocupações ao longo destes quatorze anos, em torno de 40% (de 466.285 em 1994 para 656.738 em 2008), mostrou-se muito mais intenso no período em que a economia brasileira obteve um maior crescimento médio do produto e da atividade industrial. Ou seja, dos 190.451 novos empregos gerados neste período, mais de 108 mil (57%) foram entre 2004-2008, numa média de 21,6 mil empregos por ano (3,9% a.a), frente os cerca de 8 mil empregos gerados

por ano entre 1994-2004 (1,8% a.a)³⁴. Esta diferenciação entre os dois períodos considerados se repetiu na maioria dos segmentos onde, com exceção do farmacêutico, o crescimento mais intenso do emprego ocorreu entre foi os anos de 2004 e 2008 (ver Tabela 2.1).

Tabela 2.1
Evolução do emprego no ramo e nos segmentos. Brasil, 1994-2004-2008.

Períodos	Ramo		Químico		Farmacêutico		LHPC		Plástico	
	Nº. Abs	%	Nº. Abs	%	Nº. Abs	%	Nº. Abs	%	Nº. Abs	%
1994-2004	(17.563)	(350,6)	19.829	77,0	9.184	37,0	57.215	42,43	81.855	42,98
2004-2008	22.573	450,6	5.932	23,0	15.652	63,0	77.629	57,57	108.596	57,02
1994-2008	5.010	100,0	25.761	100,0	24.836	100,0	134.844	100,0	190.451	100

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

Os impactos destas diferentes conjunturas provocaram uma mudança na participação dos segmentos no emprego total do ramo químico. O segmento químico/petroquímico, por exemplo, teve a sua participação no emprego do ramo reduzida em 9,7%, passando de 36,2% em 1994 para 26,5% em 2008, sendo que 8,6 pontos percentuais desta perda ocorreram somente no primeiro período (1994-2004). O segmento Farmacêutico sofreu uma perda mais amena em sua participação no emprego, indo de 14% em 1994 para 13,8% em 2008. O segmento de LHPC teve também uma alteração modesta em sua participação no emprego do ramo, só que neste caso tendo aumentado de 10,5 em 1994 para 11,3 em 2008. Já o segmento Plástico obteve um aumento significativo em sua participação no total do emprego do ramo químico, passando de 39,3% em 1994 para 43,9% em 2004 e 48,4% em 2008.

Chama atenção o grande crescimento do emprego no segmento plástico, de 70% nos últimos quatorze anos, com a criação de 134.844 vínculos formais entre 1994 (183.251) e 2008 (318.095). Este aumento da participação do plástico indica que o incremento do emprego no ramo químico foi bem mais intenso no segmento que reúne as piores características estruturais, devido ao predomínio de estruturas industriais menores, e mais atrasadas, e uma mão de obra menos especializada. O fato do crescimento do emprego no plástico ter sido comum aos dois períodos analisados pode estar relacionado com a maior facilidade existente para a instalação de novas unidades neste segmento, tendo em vista o baixo grau de investimento exigido para a compra de equipamentos e a remuneração da

³⁴ Fonte: MTE/RAIS. Refere-se ao total de vínculos ativos no mês de dezembro de cada ano do levantamento.

mão de obra. Fato este que acaba dificultando o papel de representação dos sindicatos, tendo em vista o maior universo de ocupações precárias, mal remuneradas e vinculadas a um grande número de pequenas unidades produtivas dispersas em que há uma menor capacidade de mobilização dos trabalhadores e uma maior dificuldade para a fiscalização do cumprimento do contrato coletivo de trabalho.

Apesar do maior crescimento do emprego formal ter sido no segmento menos estruturado, intensivo no uso de mão de obra, o crescimento do emprego no conjunto do ramo químico, especialmente no segundo período analisado, reforça a conclusão sobre o papel determinante do crescimento econômico para a melhor estruturação do mercado de trabalho formal, em particular nas atividades industriais. Representando, de conjunto, condições mais favoráveis para a ação sindical em conjunturas em que a pressão do desemprego é amenizada, como ocorreram entre os anos de 2004 e 2008.

1.1. O emprego nos subsetores

Para uma visão mais detalhada sobre a composição do emprego no ramo químico, apresentamos uma breve análise do comportamento recente do emprego nos subsetores de cada segmento (Tabela 2.2). No caso do segmento químico/petroquímico o *subsetor* de maior peso no emprego é o de *Fabricação de produtos e preparados químicos diversos*, com 38,7% de participação, apesar da redução de 10,8% em relação a 1994 quando representava 49,3% do emprego neste segmento. Em segundo lugar está o *subsetor* de *Fabricação de produtos químicos inorgânicos* (19,4% em 2008); seguidos pelos subsectores de *Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins* (16,9% em 2008); *Fabricação de produtos químicos orgânicos* (11,4% em 2008); *Fabricação de resinas e elastômeros* (6,8% em 2008); *Fabricação de defensivos agrícolas e desinfetantes domissanitários* (4,3% em 2008); *Fabricação de fibras artificiais e sintéticas* (2,4% em 2008).

Entre os *subsectores* que compõem o segmento farmacêutico o de maior peso interno em relação ao número de empregos é o de *Fabricação de medicamentos para uso humano*, cuja participação relativa teve uma elevação expressiva de 21,4% entre 1994 e 2008 (evoluindo de 59,7% do emprego farmacêutico em 1994 para 68,8% em 2004 e 81,1% em

2008). O subsetor que teve a maior perda em sua participação no emprego foi o de *Fabricação de produtos farmoquímicos* (caindo de 25,1% do emprego em 1994 para 6,8% em 2004 e 6,5% em 2008). Esta drástica redução relativa da participação do *subsetor de farmoquímicos* em relação ao de *medicamentos para uso humano* no emprego total do segmento farmacêutico reflete o enfraquecimento das unidades industriais de pesquisa frente às unidades industriais de montagem, responsáveis pela terceira e quarta fase da cadeia de fabricação dos remédios. Os demais subsetores são os de *Fabricação de medicamentos para uso veterinário* e *Fabricação de preparações farmacêuticas*.

Metade dos empregos no segmento de LHPC (2008) está concentrada e *Fabricação de produtos de limpeza e polimento* (25,1% e 23,9%, respectivamente), e o restante na *Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal* (51% em 2008). No caso do segmento plástico, o subsetor de maior peso é o de *Fabricação de artefatos de material plástico*, cuja participação relativa no emprego sofreu oscilação no período (em 1994 representava 65,7%, passando para 58,3% em 2004 e 60,2% em 2008). A redução do peso deste subsetor entre 1994 e 2004 esteve relacionada com o crescimento do subsetor de *Fabricação de embalagens de material plástico* (período em que teve um aumento em sua participação relativa no emprego do segmento de 28,9% para 36,2%), ainda que em 2008 esta diferença tenha novamente diminuído.

Tabela 2.2

Distribuição do emprego no ramo químico por segmentos e subsetores. Brasil, 1994-2004-2008.

SEGMENTOS E SUBSETORES	1994		2004		2008	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
QUÍMICO/PETROQUÍMICO	168.843	36,2	151.280	27,6	173.853	26,5
<i>Fabricação de produtos químicos inorgânicos</i>	25.252	15,0	31.854	21,1	33.812	19,4
<i>Fabricação de produtos químicos orgânicos</i>	16.698	9,9	22.439	14,8	19.863	11,4
<i>Fabricação de resinas e elastômeros</i>	10.864	6,4	10.208	6,7	11.887	6,8
<i>Fabricação de fibras artificiais e sintéticas</i>	4.331	2,6	4.021	2,7	4.178	2,4
<i>Fabricação de defensivos agrícolas e desinfetantes domissanitários</i>	4.269	2,5	6.316	4,2	7.502	4,3
<i>Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins</i>	23.771	14,1	23.398	15,5	29.405	16,9
<i>Fabricação de produtos e preparados químicos diversos</i>	83.658	49,5	66.234	43,8	67.206	38,7
FARMACÊUTICO	65.094	14,0	84.923	15,5	90.855	13,8
<i>Fabricação de produtos farmoquímicos</i>	16.314	25,1	5.804	6,8	5.906	6,5
<i>Fabricação de medicamentos para uso humano</i>	38.852	59,7	58.218	68,6	73.655	81,1
<i>Fabricação de medicamentos para uso veterinário</i>	2.954	4,5	5.664	6,7	7.486	8,2
<i>Fabricação de preparações farmacêuticas</i>	6.974	10,7	15.237	17,9	3.808	4,2
LHPC	49.097	10,5	58.281	10,6	73.933	11,3
<i>Fabricação de sabões e detergentes sintéticos</i>	13.727	28,0	15.336	26,3	18.560	25,1
<i>Fabricação de produtos de limpeza e polimento</i>	9.137	18,6	13.706	23,5	17.657	23,9
<i>Fabricação de cosméticos, perfumaria e higiene pessoal</i>	26.233	53,4	29.239	50,2	37.716	51,0
PLÁSTICO	183.251	39,3	240.466	43,9	318.095	48,4
<i>Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico</i>	9.908	5,4	13.207	5,5	15.413	4,8
<i>Fabricação de embalagens de material plástico</i>	53.005	28,9	87.100	36,2	101.614	31,9
<i>Fabricação de tubos e acessórios para uso na construção</i>	-	-	-	-	9.666	3,0
<i>Fabricação de artefatos não especificados anteriormente</i>	120.338	65,7	140.159	58,3	191.402	60,2
TOTAL	466.285	100	548.140	100	656.736	100

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

2. O emprego segundo o porte dos estabelecimentos

Os dados sobre a distribuição do emprego no ramo químico segundo o porte das empresas³⁵ indicam uma forte redução do peso das ocupações na grande empresa nestes últimos quatorze anos, na maioria dos segmentos. Esta redução foi concentrada no período de 1994 a 2004, com o fechamento de 23.404 postos de trabalho nas grandes empresas do ramo. No segmento químico/petroquímico, a redução do emprego na grande empresa neste primeiro período foi de 42,9% na média (20% a menos nas empresas de 500 a 999 empregados e 72% a menos nas empresas com 1.000 ou mais empregados). No segmento de LHPC, esta redução foi de 28,6% no mesmo período. E no plástico de 17,5%. Apenas o segmento farmacêutico, sujeito a um intenso processo de fusões e aquisições que fortaleceram a participação das grandes empresas multinacionais no mercado brasileiro no decorrer dos anos de 1990, não apresentou redução do número de ocupações na grande empresa, cuja evolução no período 1994-2004 representou um aumento de impressionantes

³⁵ IBGE: critério por número de empregados (Indústria). Micro: com até 19 empregados; Pequena: de 20 a 99 empregados; Média: 100 a 499 empregados; Grande: mais de 500 empregados.

51,7% na média (33% nas empresas de 500 a 999 empregados e 84,5% nas com 1.000 ou mais empregados).

Em contrapartida, o emprego na micro e na pequena empresa teve uma forte expansão entre 1994-2004 em todos os segmentos do ramo químico (ver Tabela 2.3). O caso mais impressionante, e que corrobora a análise anterior sobre a evolução das ocupações nos segmentos menos estruturados, é o do segmento plástico, em que o aumento das ocupações neste período foi de 79% nas micros (aumentando sua participação no emprego de 11,6% para 15,8%) e de 71% nas pequenas empresas (aumentando sua participação no emprego de 28,5% para 37,2%).

Esta dinâmica sofreu uma reversão no período mais recente (2004-2008), quando o emprego na grande empresa voltou a crescer em todos os segmentos, inclusive no segmento plástico, em que a participação do emprego na grande empresa passou de 8,9% para 10,9%. O segmento farmacêutico continuou mantendo o mesmo ritmo de crescimento observado no período anterior, com 51% a mais de postos de trabalho gerados na grande empresa. E o segmento LHPC, refletindo o fortalecimento do setor de cosméticos no Brasil, ampliou o emprego na grande empresa em 57%.

Apesar da recuperação do emprego na grande empresa no período recente, esta não foi suficiente para reverter a grande redução sofrida entre os anos de 1994-2004. No segmento químico/petroquímico, por exemplo, apesar da variação positiva de 11,5% entre 2004-2008, a participação do emprego na grande empresa em relação ao conjunto do segmento permaneceu muito abaixo do patamar inicial (19,3% em 1994, 11,3% em 2004 e 11,8% em 2008). No segmento de LHPC, em que a variação entre 2004 e 2008 foi de 57,1%, a participação do emprego na empresa ficou abaixo de 1994 (34,8%), com 21% em 2004 e 26% em 2008. A participação da grande empresa na composição do emprego no ramo químico em 2008 teve a seguinte proporção nos segmentos: químico/petroquímico (11,9%); farmacêutico (44,2%); LHPC (26%) e plástico (10,9%).

Tabela 2.3

Ocupados por segmentos do ramo químico, segundo o porte das empresas. Brasil, 1994-2004-2008.

PORTE	Químicos			Farmacêuticos			LHPC			Plásticos		
	1994	2004	2008	1994	2004	2008	1994	2004	2008	1994	2004	2008
Distribuição (%)	Químicos			Farmacêuticos			LHPC			Plásticos		
	1994	2004	2008	1994	2004	2008	1994	2004	2008	1994	2004	2008
Micro	10,6	14,3	13,5	7,3	6,2	4,0	12,7	19,4	18,0	11,6	15,8	15,9
Pequena	26,2	33,4	32,9	20,6	18,0	12,1	20,6	26,1	25,3	28,5	37,2	34,8
Média	43,9	41,0	41,7	45,2	44,6	39,7	31,8	33,6	30,8	45,8	38,1	38,3
Grande	19,3	11,3	11,9	26,9	31,2	44,2	34,8	21,0	26,0	14,1	8,9	10,9
<i>De 500 a 999</i>	10,8	8,9	7,9	17,4	17,8	22,0	11,6	14,8	13,5	11,6	8,9	8,5
<i>1000 ou +</i>	8,5	2,4	4,0	9,5	13,4	22,2	23,3	6,2	12,4	2,6	-	2,5
Total	168.843	164.470	173.853	65.094	84.923	90.855	49.097	58.281	73.933	183.251	240.466	318.095
Variação (%)	Químicos			Farmacêuticos			LHPC			Plásticos		
	1994-2004	2004-2008		1994-2004	2004-2008		1994-2004	2004-2008		1994-2004	2004-2008	
Micro	31,5	-0,4		10,16	-31,1		80,9	17,3		79		32,9
Pequena	24	4,1		13,96	-27,8		50,2	23,2		71,2		23,9
Média	-9	7,5		28,7	-4,8		25,1	16,4		9,3		33,1
Grande	-42,9	11,5		51,7	51,4		-28,6	57,1		-17,5		62,8
<i>De 500 a 999</i>	-20,2	-5,7		33,58	32		51,9	15,9		0,7		26,2
<i>1000 ou +</i>	-72,1	74,6		84,53	77		-68,6	156		-100		-*
Total	-2,6	5,7		30,46	7		18,7	26,9		31,2		32,3

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

*O número de empregos formais nas empresas com 1.000 ou mais empregados no segmento Plástico no ano de 2008 foi de 7.834. Entre 1994 e 2004 o número de empregos nas empresas deste porte é igual a zero nos dados da RAIS.

Os dados sobre a evolução do emprego segundo o porte dos estabelecimentos no ramo químico indicam os efeitos negativos do período 1994-2004 sobre o nível das ocupações na grande empresa. Os constrangimentos provocados pelo baixo crescimento médio do PIB e a desenfreada abertura da economia, associado ao ajuste defensivo adotado pelas empresas neste período, como a terceirização de vários serviços e a redução dos níveis hierárquicos, provocaram forte redução do emprego, especialmente nas grandes empresas. Esta realidade limitou a capacidade de ação sindical na medida em que reduziu o potencial de organização e mobilização dos trabalhadores nos setores industriais mais dinâmicos. Mesmo no segmento farmacêutico, onde houve aumento do número de ocupações na grande empresa, é preciso considerar que grande parte das ocupações está lotada nos escritórios de vendas, onde o acesso dos representantes sindicais se torna mais difícil. O melhor desempenho da economia no período 2004-2008 proporcionou uma recuperação relativa, mais ainda muito limitada, do emprego nas grandes empresas, se comparado com o ano de 1994³⁶.

³⁶ É importante chamar a atenção para o fato de que o crescimento do número de pequenas empresas verificado nos dados da Rais nos período analisados pode refletir, além do crescimento real do número dos estabelecimentos deste porte, uma melhor captação da própria pesquisa devido ao seu aperfeiçoamento e o consequente aumento de sua amostragem ao longo dos anos. Um efeito estatístico que não contradiz o fenômeno, já revelado por outros estudos, do grande crescimento da participação das micro e pequenas empresas na estrutura industrial brasileira.

3. O emprego segundo o gênero

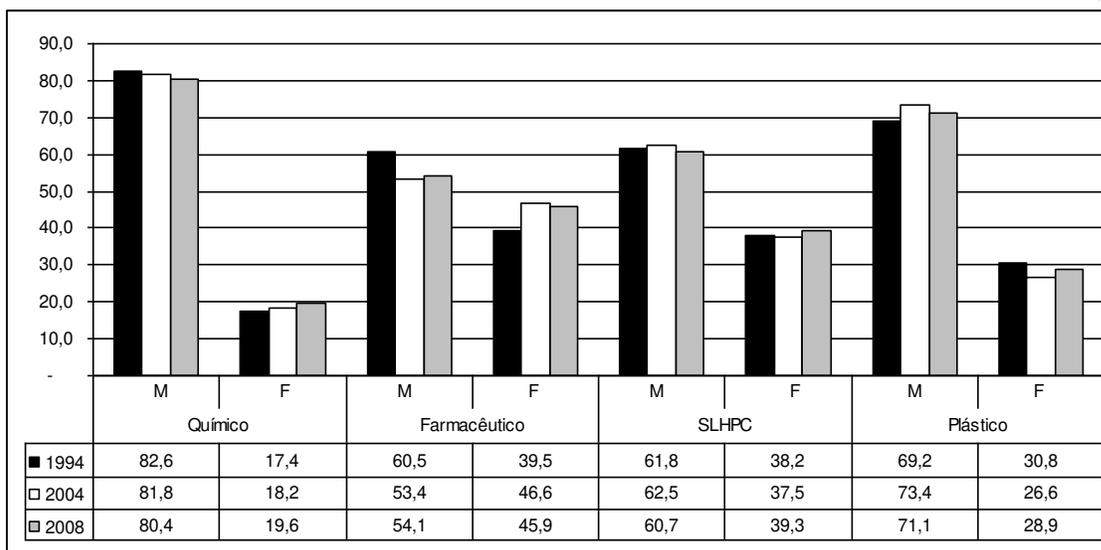
A composição do emprego segundo o gênero indica como traço comum a todos os segmentos o maior número de empregados do sexo masculino em relação aos do sexo feminino em 2008. O segmento químico/petroquímico é o que tem a mais elevada proporção de empregados homens, cerca de 80%. O segmento farmacêutico, por outro lado, é o que apresenta o maior equilíbrio na composição da mão de obra segundo o gênero, com 54,1% de homens e 45,9% de mulheres. No segmento de LHPC e plástico a participação relativa dos empregados do sexo masculino em 2008 era de 60,7% e 71%, respectivamente.

Entre os segmentos o farmacêutico foi o que apresentou o maior crescimento do número de empregos do sexo feminino ao longo do período 1994-2008, o que contribuiu para uma redução expressiva da diferença em relação aos empregados do sexo masculino, cuja proporção foi de 60,5% em 1994, 53,4% em 2002 e 54% em 2008. No segmento LHPC, segundo em número de participação feminina, a composição do emprego segundo o gênero manteve basicamente a mesma proporção entre os períodos 1994-2004 e 2004-2008. No químico/petroquímico o aumento da participação da mulher foi muito pequeno, de apenas 2,2% no período 1994-2008, sendo que no segmento plástico houve inclusive uma pequena regressão da participação feminina, que passou de 30,8% em 1994 para 26,6% em 2004 e 28,9% em 2008.

As diferenças em relação à composição do emprego segundo o gênero refletem as especificidades da estrutura industrial, em que a participação feminina mostra-se mais elevada naqueles segmentos em que é menor o número de empregados na produção e maior nos serviços administrativos e nas atividades de vendas, como no caso do segmento farmacêutico e de LHPC. Este aumento da participação feminina em alguns segmentos tem coincidido com o maior número de demandas ligadas ao direito das mulheres e também no maior espaço conquistados pelas mesmas dentro das estruturas sindicais, com a criação de secretarias sindicais específicas e a inclusão de cláusulas vinculadas às relações de gênero nas convenções coletivas.

Gráfico 2.1
Empregados nos segmentos do ramo químico segundo o gênero. Brasil, 1994-2004-2008.

(em %)



Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

Apesar do crescimento da participação da mulher em alguns segmentos, a proporção de empregados do sexo masculino (70%) em relação aos do sexo feminino (30%) no conjunto do ramo químico, continua muito acima da observada no mercado de trabalho nacional. Segundo BRUSCHINI, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e coordenadora do Grupo de Pesquisas Socialização de Gênero e Raça, os indicadores para o Brasil revelam que a porcentagem de mulheres no conjunto de trabalhadores foi de 39,6% em 1993 para 43,5% em 2005, representando uma proporção 13,5% superior a observada no ramo químico no caso do sexo feminino. (BRUSCHINI, 2007).

Além disso, os dados sobre a remuneração revelam uma grade diferenciação entre o rendimento médio dos empregados do sexo masculino e os do sexo feminino em todos os segmentos do ramo químico. O segmento de produtos químico/petroquímico, com 80% de empregados homens, é o que apresenta a menor diferença salarial segundo o gênero: em 1994 a renda média das mulheres foi o equivalente a 66% da renda média dos homens. Proporção que chegou a 85% em 2008. No plástico (onde está a menor média salarial do ramo químico), a diferença salarial segundo o gênero faz com que o salário médio das mulheres (R\$ 973) esteja muito abaixo da média do ramo químico como um todo (R\$ 1.636). No segmento farmacêutico, em que é maior a participação feminina no conjunto do

emprego, as mulheres recebiam 52% a menos que os homens em 1994; 39% em 2004; e 32% em 2008.

Considerado o conjunto do ramo químico, o rendimento médio das mulheres teve o seguinte comportamento em relação ao dos homens: R\$ 1.128 em 1994 (rendimento médio das mulheres 43,8% menor que o dos homens); R\$ 1.477 em 2004 (29,3% menor que o dos homens); R\$ 1.636 em 2008 (25% menor que o dos homens). O aumento da renda média das mulheres foi de 30,9% entre 1994-2004 (3,1% a.a.) e de 10,7% entre 2004 e 2008 (2,1% a.a.).

Tabela 2.4
Nível de remuneração nos segmentos do ramo químico segundo o gênero. Brasil, 1994-2004-2008.

1994	Masculino	Feminino	Total	Feminino/Masculino
Químicos	2.498	1.645	2.349	(34,1)
Farmacêuticos	2.838	1.346	2.250	(52,6)
SLHPC	1.744	1.172	1.525	(32,8)
Plásticos	1.273	743	1.110	(41,6)
Total	2.007	1.128	1.761	(43,8)
2004	Masculino	Feminino	Total	Feminino/Masculino
Químicos	2.884	2.414	2.798	(16,3)
Farmacêuticos	3.224	1.941	2.627	(39,8)
SLHPC	1.449	1.074	1.309	(25,9)
Plásticos	1.328	889	1.211	(33,1)
Total	2.091	1.477	1.917	(29,3)
2008	Masculino	Feminino	Total	Feminino/Masculino
Químicos	3.060	2.594	2.968	(15,2)
Farmacêuticos	3.878	2.601	3.293	(32,9)
SLHPC	1.569	1.205	1.427	(23,2)
Plásticos	1.395	973	1.274	(30,3)
Total	2.183	1.636	2.019	(25,1)
Renda Média - crescimento médio anual	1994-2004		2004-2008	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Químicos	1,5	4,7	1,2	1,5
Farmacêuticos	1,4	4,4	4,1	6,8
SLHPC	(1,7)	-0,8	1,7	2,4
Plásticos	0,4	2,0	1,0	1,9
Total	0,4	3,1	0,9	2,1

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

No caso do estado de São Paulo, o contrato coletivo de trabalho estabelece em uma de suas cláusulas o *pagamento de salário igual para trabalho igual*. Mas trata-se de um direito que se aplica apenas no âmbito de uma mesma empresa, localizada em uma mesma localidade³⁷. Por este motivo, há uma grande diferenciação salarial entre homens e

³⁷ Cláusula 24 - TRABALHO IGUAL, SALÁRIO IGUAL. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade, cor, raça, idade ou estado civil. Trabalho de igual valor, para os fins desta cláusula, será o que for feito com igual

mulheres que ocupam a mesma função em diferentes empresas ou em plantas industriais da mesma empresa. Este fato certamente contribui para a diferenciação da renda média segundo o gênero em cada segmento, e mais ainda quando esta variável é analisada no conjunto do ramo químico. No entanto, tendo em vista que estes dados sobre a renda média não trata da diferença salarial segundo o gênero a partir da posição assumida na ocupação, o fato de os homens apresentarem uma renda média muito superior ao das mulheres se explica (além das diferenças salariais existentes nas mesmas funções) pela maior concentração de empregados do sexo feminino nas menores faixas de renda, além de uma reduzida participação nas funções de maior hierarquia e de melhor remuneração. Ainda que esta diferenciação tenha diminuído nos últimos quatorze anos, no conjunto dos segmentos do ramo químico, persiste ainda um quadro salarial em que o emprego feminino continua sofrendo forte discriminação. Sendo ainda um grande desafio para os sindicatos a luta pela generalização da conquista, ainda limitada, observada na convenção coletiva no estado de São Paulo.

4. O emprego segundo as classes de renda

Os dados sobre a distribuição do emprego segundo a classe de renda em salários mínimos revelam a forte redução, na estrutura ocupacional de todos os segmentos, da participação dos empregos melhor remunerados, especialmente no período 1994-2004, em que esta queda foi ainda mais intensa. No segmento químico/petroquímico, por exemplo, a participação dos empregados com mais de 10 salários mínimos passou de 46,8% da mão de obra em 1994 para 27,8% em 2004 e 21,5% em 2008. Em contra partida, os empregados na faixa de até 03 salários mínimo neste segmento aumentaram sua participação de 13% em 1994 para 31% em 2004 e 38,2% em 2008.

No segmento farmacêutico, em que a redução da participação das maiores faixas foi mais amena, igualmente o aumento da participação das menores faixas salariais foi bastante expressivo, em que os empregos até 03 salários mínimos passaram de 14,5% em 1994 para 37,3% em 2004 e 38,5% em 2008, confirmando a tendência de aumento mais intenso destas

produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não seja superior a dois anos na mesma função. (Fonte: Convenção Coletiva de Trabalho. Setor Farmacêutico, 2009/2011. FETQUIM/SP). Nota: esta cláusula também se aplica ao setor químico, incluindo os demais segmentos.

faixas no primeiro período em que a economia brasileira obteve um baixo crescimento médio do produto e um pior desempenho da atividade industrial. No segmento LHPC e plástico, em que a participação das maiores faixas salariais já não eram tão expressivas, também foi significativo o aumento das menores faixas, aumento ainda mais a concentração do emprego na base da pirâmide salarial nestes segmentos. No segmento LHPC os empregos com até 03 salários mínimos passaram de 26,2% em 1994 para 60,3% em 2004 e 67,7% em 2008. No plástico o aumento da participação desta faixa salarial foi de 26,7% em 1994 para 57,9% em 2004 e 69,2% em 2008.

Tabela 2.5
Empregados nos segmentos do ramo químico por faixas salariais. Brasil, 1994-2004-2008.

Valores em salário mínimo

PART. (%)	Químicos			Farmacêuticos			SLHPC			Plásticos		
	1994	2004	2008	1994	2004	2008	1994	2004	2008	1994	2004	2008
Até 1,50	3,7	9,7	9,2	3,8	10,6	12,6	8,1	17,1	23,7	5,7	12,0	19,3
1,51 a 3,00	9,3	21,4	29,0	12,7	26,7	25,9	18,1	43,2	44,0	21,0	45,9	49,8
3,01 a 5,00	16,3	19,0	19,9	19,4	16,9	14,1	22,5	19,1	16,2	34,3	23,0	17,9
5,01 a 10,00	23,9	22,0	20,4	20,7	18,6	17,7	23,4	13,1	10,5	24,8	13,4	9,7
10,01 a 20,00	24,3	16,6	13,8	19,0	13,8	17,8	17,2	5,4	4,1	10,3	4,4	2,6
Mais de 20,00	22,5	11,2	7,7	24,3	13,5	12,0	10,7	2,1	1,6	3,9	1,3	0,7
Total	161.367	161.328	168.213	63.487	83.283	88.621	47.335	56.837	71.715	176.370	234.493	308.083
VAR. (%)	Químicos			Farmacêuticos			SLHPC			Plásticos		
	1994-2004	2004-2008		1994-2004	2004-2008		1994-2004	2004-2008		1994-2004	2004-2008	
Até 1,50	161,2	(0,8)		260,6	27,2		151,9	74,8		179,3	111,4	
1,51 a 3,00	129,9	41,0		176,2	3,0		186,1	28,5		190,8	42,6	
3,01 a 5,00	16,4	9,1		14,3	(11,2)		1,9	7,3		(10,8)	2,3	
5,01 a 10,00	(8,0)	(3,3)		17,4	1,3		(32,5)	0,9		(28,2)	(5,2)	
10,01 a 20,00	(31,5)	(13,5)		(5,0)	37,2		(62,3)	(4,7)		(42,6)	(21,8)	
Mais de 20,00	(50,0)	(28,4)		(27,4)	(5,5)		(76,0)	(8,4)		(56,1)	(28,6)	

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

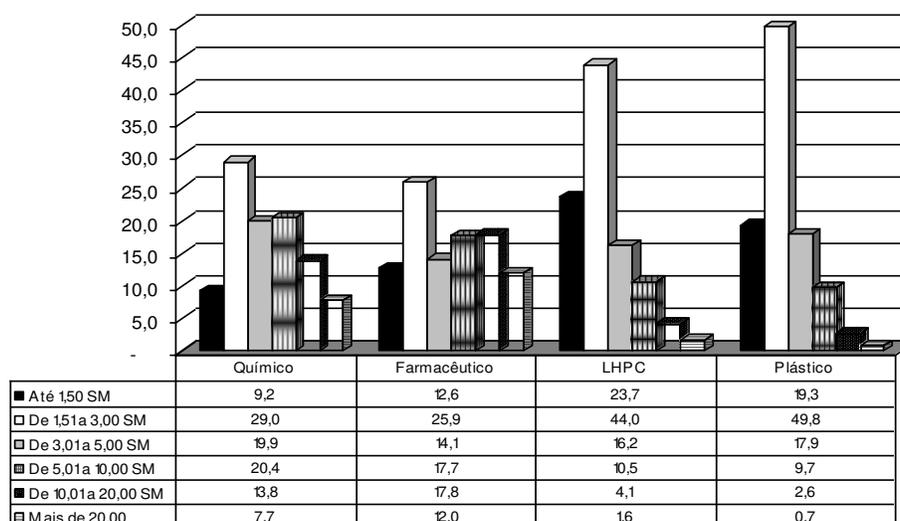
Além da redução na participação do número de empregados melhor remunerados, percebe-se ainda a grande diferenciação no que diz respeito ao peso de cada uma das faixas salariais na estrutura de remuneração em cada segmento. Segundo os dados da RAIS de 2008, o segmento de produtos farmacêuticos é o que tem a maior concentração de empregos nas faixas salariais superiores, com aproximadamente 30% de seus empregados recebendo acima de 10 SM.

No segmento químico/petroquímico a proporção dos empregados com mais de 10 salários mínimos neste mesmo ano era de 21,5%. Enquanto que nos segmentos de LHPC e plástico a concentração nesta maior faixa salarial era de apenas 5,7% e 3,3%, respectivamente. Entre 2004-2008 foi reduzido o ritmo de crescimento das menores faixas e de queda nas maiores, sendo que apenas o segmento farmacêutico apresentou uma

variação positiva no número de empregados na faixa salarial entre 10 e 20SM no período recente (37,2%), após forte queda na participação, embora este crescimento não tenha recuperado o mesmo nível anterior (19% em 1994, 13,8% em 2004 e 17,8% em 2008).

Nesta análise sobre a estrutura da remuneração é preciso levar em consideração a influência que o aumento real do salário mínimo, acima dos índices de ganho real obtidos no ramo químico, teve neste rearranjo, em que foi profundamente alterada a composição do emprego segundo as classes de renda. No entanto, tendo em vista que a maior alteração na participação das faixas salariais se deu no período de 1994-2004, quando o aumento real do salário mínimo foi ainda tímido, é possível concluirmos a maior influência para esta alteração foi exercida pelas estratégias de redução de custos adotadas pelas empresas ao longo dos anos 90, onde a alta rotatividade permitiu a recontração a partir de faixas salarial inferiores e o aumento da terceirização e do desemprego (incluindo a redução dos níveis hierárquicos) exerceram uma forte pressão sobre os salários. A composição das faixas salariais no ramo químico, com a existência de uma estrutura salarial mais aproximada nos segmentos químico/petroquímico e farmacêutico e mais dispersa nos segmentos de LHPC e plástico (ver Gráfico 2.6), contribuiu para que outras formas de remuneração fossem assumindo maior importância em determinadas empresas. Nos segmentos menos estruturados, por exemplo, onde é maior a concentração de empregados nas menores faixas salariais, a luta pela valorização do salário de base (o piso salarial da categoria) tem tido maior peso do que nos segmentos mais estruturados, em que as outras formas de remuneração como a PLR (nas maiores empresas os valores da PLR muitas vezes é superior ao negociado nas convenções coletivas), acabaram adquirindo, com a redução dos índices de inflação após a estabilização monetária, tanta (ou mais) importância que o aumento direto dos salários.

Gráfico 2.2 - Emprego nos segmentos do ramo químico por faixa salarial. Brasil, 2008. (Em %)



Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

5. Emprego, renda média e massa salarial

A evolução do emprego e da renda média³⁸ também teve um comportamento diferenciado na comparação entre os períodos selecionados. O emprego no conjunto do ramo químico, por exemplo, apresentou uma taxa de crescimento médio anual muito mais intensa entre 2004 e 2008 (3,7%) do que o observado no período 1994-2004 (1,9%). Na análise por segmento esta diferença é ainda mais significativa, sendo que em LHPC o crescimento médio anual do emprego no segundo período foi quase três vezes o do primeiro, e no plástico praticamente duas vezes maior. O único segmento em que o crescimento médio anual do emprego foi mais intenso entre 1994 e 2004 foi o farmacêutico. A mesma tendência pode ser observada quando se verifica os dados sobre a variação da massa salarial nos dois períodos selecionados, refletindo o melhor desempenho do emprego e dos salários nos anos recentes (ver Tabela 2.6).

Em relação à composição do emprego no ramo químico, tivemos a redução da participação dos segmentos mais estruturados (químico/petroquímico) e o aumento da participação dos segmentos menos estruturados (plástico). O segmento plástico, por exemplo, com maior participação de micro e pequenas empresas e um nível mais elevado

³⁸ A renda média e a massa salarial foram calculadas com base ao valor do salário mínimo real de dezembro em cada ano selecionado, deflacionados pelo INPC (IBGE) para valores de 2008. Os valores corrigidos para o salário mínimo são os seguintes: 1994 (R\$ 210,65); 2004 (R\$ 327,35); 2008 (R\$ 432,07).

de empregos precários, aumentou significativamente sua participação no emprego total do ramo químico, passando de 39,3% em 1994 para 44% em 2004 e 48,4% em 2008.

Tabela 2.6
Emprego e massa salarial por segmento do ramo químico. Brasil, 1994-2004-2008.

Crescimento médio anual (Em %)

SEGMENTOS	Emprego		Massa Salarial (R\$)	
	1994-2004	2004-2008	1994-2004	2004-2008
Químicos	(0,1)	0,9	1,8	2,1
Farmacêuticos	3,2	1,2	5,4	6,6
LHPC	2,0	5,1	0,3	7,3
Plásticos	3,3	6,1	4,5	7,5
Total	1,9	3,7	3,0	4,9

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

Considerando o conjunto do ramo químico, o rendimento médio passou de 8,4 salários mínimos em 1994 para 5,9 em 2004 e 4,7 em 2008, indicando novamente o efeito do aumento real do salário mínimo. O segmento farmacêutico consolidou-se enquanto o setor com a maior renda média do ramo químico, passando da segunda posição em 1994 (R\$ 2.250) e 2004 (R\$ 2.627) para a primeira posição em 2008 (R\$ 3.293), ultrapassando o segmento químico/petroquímico. O segmento plástico continuou sendo o de menor renda média, de R\$ 1.110 em 1994, R\$ 1.211 em 2004 e R\$ 1.274 em 2008. O segmento de LHPC registrou uma redução da média salarial nos últimos quatorze anos, de R\$ 1.525 em 1994 para R\$ 1.309 em 2004 e R\$ 1.427 em 2008.

Tabela 2.7
Nível de emprego e remuneração nos segmentos do ramo químico. Brasil, 1994-2004-2008.

1994	Empregos	(%)	Massa de SM	Méd. em SM	Média (R\$)	MASSA (R\$)	Massa (%)
Químicos	165.960	36,1	1.850.277	11,1	2.349	389.760.833	48,20
Farmacêuticos	64.290	14,0	686.585	10,7	2.250	144.629.168	17,89
LHPC	48.495	10,6	351.177	7,2	1.525	73.975.509	9,15
Plásticos	180.353	39,3	950.533	5,3	1.110	200.229.808	24,76
Total	459.098	100	3.838.573	8,4	1.761	808.595.318	100
2004	Empregos	(%)	Massa de SM	Méd. em SM	Média (R\$)	MASSA (R\$)	Massa (%)
Químicos	164.093	30	1.402.540	8,5	2.798	459.121.328	43,8
Farmacêuticos	84.578	15	678.651	8,0	2.627	222.156.366	21,2
LHPC	58.066	11	232.174	4,0	1.309	76.002.103	7,3
Plásticos	239.794	44	887.400	3,7	1.211	290.490.367	27,7
Total	546.531	100	3.200.764	5,9	1.917	1.047.770.164	100
2008	Empregos	(%)	Massa de SM	Méd. em SM	Média (R\$)	MASSA (R\$)	Massa (%)
Químicos	171.123	26,5	1.175.603	6,9	2.968	507.942.576	38,9
Farmacêuticos	89.682	13,9	683.543	7,6	3.293	295.338.515	22,6
LHPC	72.813	11,3	240.449	3,3	1.427	103.890.864	8,0
Plásticos	313.308	48,4	923.531	2,9	1.274	399.029.897	30,5
Total	646.926	100	3.023.126	4,7	2.019	1.306.201.852	100

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

Os dados sobre a variação da ocupação e da renda do trabalho para o conjunto do ramo químico reiteram a observação sobre o maior dinamismo do período 2004- 2008 sobre o crescimento do emprego, da renda média e da massa de rendimentos (Tabela 2.8). O que de modo geral reflete a melhora observada no conjunto da economia brasileira no mesmo período, em que a massa total de rendas do trabalho cresceu de forma considerável, principalmente em 2005 e 2006, não somente devido ao forte aumento do número de pessoas ocupadas, mas também devido ao aumento da renda média do trabalho. (BALTAR, 2009).

Tabela 2.8
Ocupação e renda do trabalho no ramo químico. Brasil, 1994-2004-2008.

Períodos	Variação Anual			
	Ocupação	Renda Média	Massa de Rendimento	PIB
1994-2004	1,9	0,9	3,0	3,1
2004-2008	3,7	1,1	4,9	4,8

Fonte: MTE/RAIS. IPEA. Elaboração própria.

“Efetivamente, desde a desvalorização do real em 1999 e com as sucessivas desvalorizações que ocorreram no período 2001 a 2003, o aumento da inflação e a contenção da atividade da economia foram acompanhados pela diminuição no poder de compra da renda média do trabalho. Simetricamente, desde 2004, a queda da inflação e a reativação da economia deram ensejo à recuperação no poder de compra da renda média do trabalho, mas a comparação das variações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), nas datas de referência da PNAD, do Deflator Implícito do Produto, medido anualmente, dos reajustes nominais do salário mínimo e do poder de compra da renda média do trabalho, sugere que a evolução deste último reflete os movimentos combinados da cronologia da inflação, os reajustes do salário mínimo e das categorias profissionais.” (BALTAR, 2009: 4-5).

6. O emprego segundo a faixa etária

Em relação à faixa etária, os dados indicam que a expressiva maioria dos trabalhadores do ramo químico tem até 39 anos de idade, representando 73% do total da mão-de-obra em 2008. Deste universo, os trabalhadores entre 30 e 39 anos de idade representam 1/3 do número de empregados do ramo; 20% dos empregados têm 18 a 24 anos; e 21% de 25 a 29 anos – o que indica, considerando a soma das duas faixas anteriores, um expressivo contingente de jovens e adultos jovens na composição total do emprego no ramo químico. Os empregados de maior idade, de 40 a 49 anos e de 50 ou mais anos representam 25% do total dos empregados no ramo.

Do ponto de vista dos segmentos, o de produtos plásticos é o que apresenta a maior parcela de trabalhadores jovens, entre 18 e 24 anos (25%), com uma participação 10% acima do verificado nos segmentos químicos e farmacêuticos e 5% acima do segmento de LHPC. O segmento farmacêutico, por sua vez, é o que reúne o maior número de trabalhadores na faixa etária entre 30 a 39 anos, cerca de 40%, enquanto nos químicos e LHPC o grupo de 30 a 39 anos de idade representa 31% e nos plásticos 29%. O segmento químico é onde a faixa etária entre 40 e 49 anos tem a maior participação (23%) enquanto nos farmacêuticos, LHPC e plásticos este grupo representa entre 18% e 16% dos ocupados.

Tabela 2.9
Empregados nos segmentos do ramo químico segundo a faixa etária. Brasil, 1994-2004-2008.

(em %)

FAIXA ETÁRIA	Químicos			Farmacêuticos			SLHPC			Plásticos		
	1994	2004	2008	1994	2004	2008	1994	2004	2008	1994	2004	2008
Até 17 anos	1,3	0,5	0,4	1,4	0,5	0,5	1,7	0,8	0,7	3,2	1,1	1,1
18 a 24 Anos	15,2	15,5	14,2	18,2	20,1	15,8	22,6	23,3	20,9	26,6	26,7	24,3
25 a 29 Anos	19,3	18,4	19,1	20,6	22,7	23,2	21,3	21,7	22,2	21,1	21,1	21,6
30 a 39 Anos	36,5	33,1	31,8	33,9	33,5	35,4	31,8	31,7	31,6	29,6	30,1	29,5
40 a 49 Anos	20,9	23,9	23,4	18,0	17,1	18,3	16,0	16,4	17,4	14,2	15,7	16,8
50 a 64 Anos	6,4	8,3	10,7	7,2	5,7	6,4	6,0	5,8	6,9	4,7	5,0	6,5
65 Anos ou Mais	0,3	0,3	0,4	0,5	0,4	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3
Ignorado	0,1	-	-	0,1	-	-	0,2	-	-	0,2	-	-
(%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total	168.843	164.470	173.853	65.094	84.923	90.855	49.097	58.281	73.933	183.251	240.466	318.095

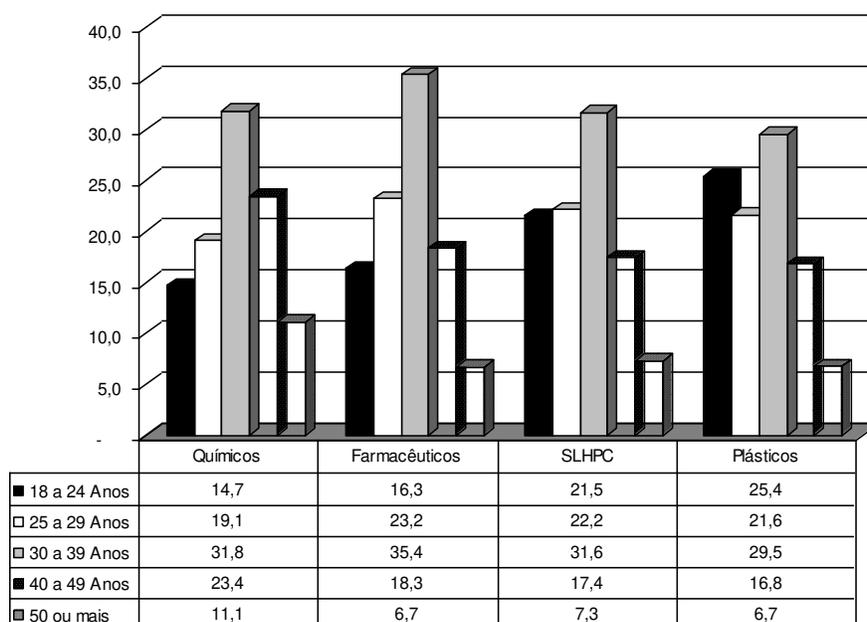
Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

A estrutura etária dos segmentos do ramo químico manteve-se razoavelmente estável entre 1994-2008, com poucas variações na participação de cada grupo. Os grupos de idade que apresentaram uma alteração mais significativa em sua participação foram os de 40 a 49 anos e de 50 a 64 anos, em que ambos tiveram sua participação elevada para a maioria dos segmentos, com um crescimento médio de 1,5% e 1,8% no ramo químico, respectivamente. O segmento químico foi o que apresentou maior variação do grupo etário entre 50 e 64 anos no período 1994 e 2008, de 4,3% (passando de 6,4 para a 10,7% de participação). Devido a maior participação de jovens, o segmento plástico é o que apresenta a menor dispersão dos grupos etários.

Gráfico 2.3

Empregados nos segmentos do ramo químico segundo a faixa etária. Brasil, 2008.

(em %)



Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

A composição do emprego segundo a faixa etária no ramo químico não sofreu mudanças estruturais no período 1994-2008. Em todos os segmentos, a proporção dos grupos etários permaneceu praticamente a mesma ao longo destes quatorze anos. Neste sentido, o que chama atenção, é o grande número de jovens ocupados no segmento plástico (25%). Esta maior presença de jovens está relacionada com a menor exigência de qualificação profissional dos ocupados neste segmento, caracterizado pelo menor conteúdo tecnológico e as maiores taxas de rotatividade do ramo químico.

7. O emprego segundo o grau de escolaridade

Diferentemente da estrutura etária, que se manteve relativamente estável, o grau de escolaridade no ramo químico e seus segmentos passou por uma profunda alteração ao longo do período 1994-2008, onde a participação dos trabalhadores com segundo grau completo deu um salto de 15% em 1994 para 34,9% em 2004 e 44% em 2008, na média do ramo químico, tendo ultrapassado os 40% de participação em todos os segmentos.

O segmento de produtos de LHPC e de plástico foram os que tiveram a maior elevação proporcional da participação do número de trabalhadores com o segundo grau completo. A participação deste nível educacional passou de 14% em 1994 para 36,9% em 2004 e 49,7% em 2008 no segmento de LHPC e de 10% em 1994 para 33,8% em 2004 e 46,4% em 2008 no segmento plástico.

No entanto, apesar do grande crescimento do número de trabalhadores com o segundo grau completo, os segmentos de LHPC e plástico continuaram com uma forte participação de ocupações com menores graus de instrução, com respectivamente 26% e 33% dos trabalhadores com até a oitava série completa e com um pequeno número de empregados com o ensino superior já concluído (8,4% em LHPC e 4,7% no segmento plástico).

Tabela 2.10
Empregados nos segmentos do ramo químico segundo o grau de instrução. Brasil, 1994-2004-2008.

Distribuição e Variação (em %).

GRAU DE INSTRUÇÃO	Químicos			Farmacêuticos			LHPC			Plásticos		
	1994	2004	2008	1994	2004	2008	1994	2004	2008	1994	2004	2008
Analfabeto	1,6	0,7	0,2	0,8	0,1	0,1	1,5	0,3	0,3	1,5	0,3	0,2
4ª Incompleta	8,2	5,1	2,5	3,7	1,6	0,7	7,4	3,0	1,9	7,8	2,9	2,0
4ª Completa	14,3	6,5	4,2	9,6	2,7	1,6	16,0	6,1	3,3	20,6	6,7	4,1
8ª Incompleta	13,9	9,4	7,2	13,8	6,0	3,2	21,4	11,5	8,0	26,4	14,2	10,0
8ª Completa	12,5	13,2	11,6	16,8	10,3	5,3	18,8	19,5	13,5	19,9	23,2	17,9
2º Grau Inc.	9,6	7,4	6,9	10,8	8,3	5,8	10,1	12,0	10,3	8,6	12,0	11,3
2º Grau Com.	20,0	33,2	40,8	22,8	40,1	41,7	14,1	36,9	49,7	10,1	33,8	46,4
Superior Inc.	6,7	6,7	7,2	8,0	9,1	12,0	3,9	3,7	4,6	2,1	2,9	3,2
Superior Com.	13,2	17,7	19,1	13,7	21,8	29,1	6,5	7,1	8,4	3,0	4,0	4,7
Mestrado	-	-	0,3	-	-	0,3	-	-	0,1	-	-	0,0
Doutorado	-	-	0,1	-	-	0,2	-	-	0,0	-	-	0,0
Ignorado	0,1	-	-	0,0	-	-	0,2	-	-	0,1	-	-
(%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total	168.843	164.470	173.853	65.094	84.923	90.855	49.097	58.281	73.933	183.251	240.466	318.095
Variação a.a	Químicos		Farmacêuticos		SLHPC		Plásticos					
	1994-2004	2004-2008	1994-2004	2004-2008	1994-2004	2004-2008	1994-2004	2004-2008				
Analfabeto	(5,7)	(13,4)	(7,7)	(11,1)	(7,8)	2,7	(7,7)	(0,7)				
4ª Incompleta	(3,9)	(9,9)	(4,3)	(10,6)	(5,2)	(4,2)	(5,2)	(1,9)				
4ª Completa	(5,6)	(6,4)	(6,3)	(7,4)	(5,5)	(6,1)	(5,7)	(3,6)				
8ª Incompleta	(3,4)	(3,9)	(4,3)	(8,6)	(3,6)	(2,5)	(2,9)	(1,3)				
8ª Completa	0,3	(1,6)	(2,0)	(9,0)	2,3	(2,5)	5,3	0,4				
2º Grau Inc.	(2,5)	(0,3)	(0,0)	(4,9)	4,0	1,9	8,4	5,0				
2º Grau Com.	6,2	6,0	13,0	2,3	21,0	14,2	34,1	16,3				
Superior Inc.	(0,2)	2,6	4,9	8,1	1,0	11,8	7,9	9,3				
Superior Com.	3,0	2,8	10,7	8,6	3,0	10,2	8,0	10,9				
Total	(0,3)	1,1	3,0	1,4	1,9	5,4	3,1	6,5				

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

Químico e farmacêutico são os segmentos com o maior nível de escolaridade no ramo químico. No químico 19% dos trabalhadores tem o nível superior completo, embora um contingente ainda elevado de 24% tenha até a oitava série completa. No farmacêutico 29% dos trabalhadores tem o nível superior completo, sendo que apenas 10% têm até a oitava série completa. Os segmentos farmacêutico e plástico representam os dois extremos em relação ao nível de escolaridade.

O aumento da escolaridade média no ramo químico, e no segmento plástico em particular (devido a alta participação das micro e pequenas empresas), acompanha a tendência nacional observada mais recentemente pelo estudo do DIEESE intitulado “Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa” (2008). Os dados desta pesquisa demonstram que dos 5,2 milhões de ocupados nas microempresas do país em 2002, 28% tinham o Ensino Médio completo (1.466.649 empregados). Já em 2006, essa proporção aumentou para 37,9% de um total de 6,2 milhões de ocupados (2.342.148 empregados). A mesma tendência pode ser verificada nas pequenas empresas, em que o número de empregados com ensino médio saltou de 27,1% em 2002 para 36% em 2006, de um universo de 7,1 milhões de empregados. Entre 1994 e 2008 o segmento plástico aumentou de 10% para 46% o número de empregados com ensino médio completo.

8. Tempo de permanência no emprego

Os dados sobre o tempo de permanência no emprego no ramo químico apresentam uma dinâmica semelhante ao do mercado nacional de trabalho, com alta rotatividade da mão de obra. Segundo os dados do CAGED (Cadastro geral de empregados e desempregados), 40% das pessoas que trabalham com carteira assinada perdem o emprego todos os anos; 50% dos empregos duram menos de 24 meses; 25% duram menos de oito meses. Apenas 25% têm duração maior que cinco anos. No caso do ramo químico, 30% dos empregados perdem o emprego antes de completarem um ano de empresas, 48% duram menos de 24 meses e 16% duram menos de seis meses. Apenas 27% têm duração maior que cinco anos.

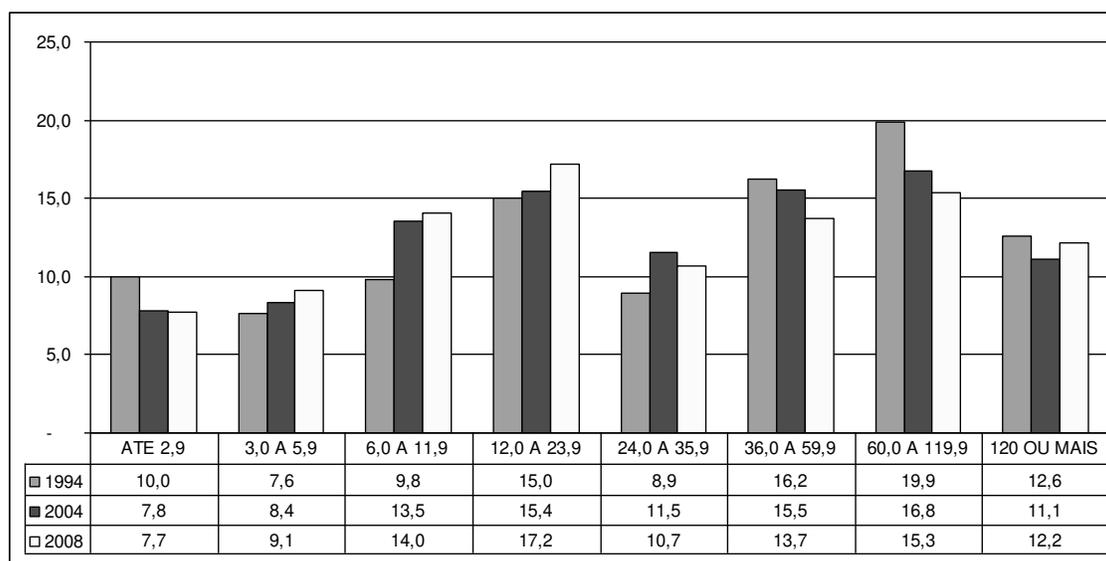
Entre os segmentos o segmento plástico é o que apresenta a maior rotatividade no emprego, com 34% das ocupações que perdem o emprego antes de completarem um ano e

18,5% com tempo de permanência menor do que seis meses. O segmento químico/petroquímico é o que apresenta a rotatividade menos acentuada entre os empregados: 25% não chegam a completar doze meses de emprego e 36% permanecem por mais de cinco anos (36,6%). No segmento LHPC e plástico apenas 26% e 21%, respectivamente, permanecem por mais de cinco anos no emprego. (RAIS, 2008).

A análise sobre a variação do número de ocupados indica o aumento da participação das ocupações com tempo de permanência no emprego entre 06 e 11,9 meses. O segundo setor que mais cresceu a sua participação no emprego total do ramo e dos segmentos foi dos trabalhadores que permanecem entre dois até quase três anos (35,9 meses – representando 10% do emprego no ramo químico). Os demais setores reduziram sua participação, com destaque para os empregados com tempo de permanência entre 03 e 05 anos no emprego e os que permanecem por mais de cinco anos. A redução na participação relativa do conjunto do setor químico se deu em todas as faixas de maior tempo de permanência no emprego. Na faixa de 36 meses a 59,9 meses a redução foi de 2,5% na participação em relação ao total, passando de 16,2 em 1994 para 13,7% em 2008. Na faixa de 60 meses a 119,9 meses a participação no total do emprego sofreu uma redução de 4,6%, passando de 19,9% para 15,3% .

Gráfico 2.4
Ocupados no ramo químico segundo o tempo de permanência no emprego. Brasil, 1994-2004-2008.

(em %)



Fonte: MTE – RAIS. Elaboração própria.

Considerando a três primeiras faixas de tempo de permanência no emprego, que vai até 11,9 meses, a participação no total de empregos oscilou de 24% em 1994 para 29,7% em 2004 e 31% em 2008, indicando um crescimento contínuo nos diferentes anos e atingindo 1/3 dos empregados com tempo de permanência no emprego inferior a um ano. As três faixas de maior tempo de permanência no emprego sofreram uma redução de 7 pontos percentuais, onde a participação no total passou de 48,7% em 1994 para 43,4% em 2004 e 41,2% em 2008. Os dados sobre o tempo de permanência no emprego indicam que a maior parte das ocupações criadas no ramo químico nos dois períodos analisados foram aquelas de menor tempo de duração na empresa, indicando a persistência de uma alta taxa de rotatividade. Este fato representa uma enorme dificuldade para a organização sindical, tendo em vista que a cada ano, pelo menos 1/3 da mão de obra é substituída. Esta rotatividade interrompe o vínculo, estabelecido pela sindicalização, de uma grande parcela de empregados com os sindicatos. Segundo alguns dirigentes sindicais a situação não é ainda pior devido à migração do emprego dentro do próprio segmento, em que boa parte dos empregados que foram desligados de uma empresa acabam sendo readmitidos por outra do mesmo segmento ou do próprio ramo. Há casos em trabalhadores permanece por vários anos vinculados ao ramo químico, tendo passando por várias empresas. Este fenômeno é mais frequente no segmento plástico, devido a menor exigência de qualificação, mas também se repete em todos os segmentos do ramo químico.

9. Estrutura funcional nas empresas do ramo químico

Os dados sobre a estrutura funcional das empresas indicam uma forte redução da participação dos empregados ligados à produção no período 1994-2004, em trono de 10% no conjunto do ramo químico (61,8% em 1994; 52,7% em 2004 e 53,9% em 2008). Os empregados nos serviços administrativos também reduziram sua participação na estrutura funcional das empresas neste primeiro período, passando de 17% da mão de obra em 1994 para 12% em 2004 (proporção que se manteve inalterada até 2008). O grupo que apresentou a maior elevação entre 1994 e 2004 foi o de profissionais das ciências, das artes e técnicos, cuja participação saltou, respectivamente, de 7,4% para 16,9% no conjunto do ramo químico, passando à segunda posição em número de empregados na estrutura funcional das empresas. Os trabalhadores de comércio e vendas mantiveram praticamente a

mesma participação ao longo do período 1994-2008, enquanto o grupo dos trabalhadores em serviços gerais sofreu uma pequena redução.

Tabela 2.11
Estrutura funcional nas empresas do ramo químico. Brasil, 1994-2004-2008.

(em n.º. absoluto e %)

Ocupações no Ramo Químico	Químico		Farmacêuticos		LHPC		Plásticos		TOTAL	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
1994										
Total	168.496	100	65.094	100	49.097	100	183.251	100	465.035	100
Trabalhadores na produção	88.165	52,3	28.296	43,5	28.615	58,3	142.328	77,7	287.404	61,8
Serviços administrativos	38.423	22,8	12.576	19,3	8.805	17,9	20.230	11	80.034	17,2
Profissionais das ciências, das artes e técnicos	19.661	11,7	5.447	8,4	3.072	6,3	6.300	3,4	34.480	7,4
Trabalhadores de Comercio e vendas	8.640	5,1	11.793	18,1	4.445	9,1	4.470	2,4	29.348	6,3
Serviços Gerais	7.468	4,4	3.828	5,9	2.664	5,4	6.309	3,4	20.269	4,4
Dirigentes	5.583	3,3	2.899	4,5	1.206	2,5	2.891	1,6	12.579	2,7
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	556	0,3	172	0,3	55	0,1	138	0,1	921	0,2
Ignorado	-	-	83	0,1	235	0,5	585	0,3	1.250	0,3
2004										
Total	164.434	100	84.871	100	58.276	100	240.384	100	547.965	100
Trabalhadores na produção	72.961	44,4	27.445	32,3	30.139	51,7	158.025	65,7	288.570	52,7
Serviços administrativos	23.400	14,2	12.070	14,2	8.959	15,4	24.862	10,3	69.291	12,6
Profissionais das ciências, das artes e técnicos	34.141	20,8	21.880	25,8	6.977	12,0	29.592	12,3	92.590	16,9
Trabalhadores de Comercio e vendas	10.055	6,1	15.745	18,6	7.508	12,9	12.157	5,1	45.465	8,3
Dirigentes	9.234	5,6	4.931	5,8	2.025	3,5	5.726	2,4	21.916	4,0
Serviços Gerais	7.792	4,7	2.681	3,2	2.453	4,2	9.415	3,9	22.341	4,1
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	6851	4,2	119	0,1	215	0,4	607	0,3	7.792	1,4
Ignorado	15	0,0	48	0,1	2	0,0	8	0,0	73	0,0
2008										
Total	173.853	100	90.855	100	73.933	100	318.095	100	656.736	100
Trabalhadores na produção	80.458	46,3	23.257	25,6	35.719	48,3	214.843	67,5	354.277	53,9
Serviços administrativos	24.608	14,2	12.029	13,2	11.832	16	34.798	10,9	83.267	12,7
Profissionais das ciências, das artes e técnicos	37.434	21,5	29.997	33	8.740	11,8	34.253	10,8	110.424	16,8
Trabalhadores de Comercio e vendas	11.529	6,6	17.187	18,9	12.274	16,6	16.309	5,1	57.299	8,7
Dirigentes	10.021	5,8	6.055	6,7	2.713	3,7	7.644	2,4	26.433	4
Serviços Gerais	7.003	4	2.227	2,5	2.512	3,4	9.686	3	21.428	3,3
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	2.789	1,6	100	0,1	136	0,2	537	0,2	3.562	0,5
Ignorado	11	0	3	0	7	0	25	0	46	0

Fonte: MTE – RAIS. Elaboração própria.

Os dados sobre a participação dos grupos funcionais apresentam grande diferenciação entre os segmentos. O grupo de trabalhadores na produção, por exemplo, tem um peso maior do que a média do ramo químico no segmento plástico, representando 67% do emprego; enquanto no segmento farmacêutico este grupo teve uma participação de apenas 25% em 2008, após ter sofrido uma grande redução de 43,5% em 1994 para 32,3% em 2004. O grupo dos empregados nos serviços administrativos apresentou perda de participação em todos os segmentos; enquanto os profissionais das ciências e das artes e os técnicos de nível médio obtiveram grande elevação em sua participação.

A redução da participação dos empregados nos serviços administrativos e aumento dos técnicos, principalmente no período 1994 a 2004, refletem duas questões já comentadas

anteriormente: a redução dos níveis hierárquicos nas empresas e o grande aumento do número de empregados com segundo grau completo em todos os segmentos. No segmento farmacêutico e de LHPC há uma grande participação de empregados de comércio e de vendas na estrutura funcional das empresas (18,9% e de 16,6%, respectivamente), enquanto nos segmentos químico/petroquímico e plástico este grupo representa apenas 6% e 5%. A maior participação destes grupos no segmento farmacêutico reflete uma característica peculiar deste setor, onde há um grande número de empregados vinculados aos escritórios de administração e às atividades de vendas, locados em espaços de trabalho desvinculados das plantas de produção e, na maioria dos casos, pouco acessíveis aos sindicatos.

A tabela abaixo (Tabela 2.11) apresenta o desdobramento dos dois grupos de maior participação na estrutura funcional das empresas: os empregados na produção e os profissionais das ciências, das artes e técnicos de nível médio. Este detalhamento justifica-se pela participação expressiva do primeiro grupo na estrutura funcional das empresas e pelo grande aumento da participação do segundo grupo ao longo do período analisado.

Tabela 2.12
Grupos e subgrupos ocupacionais. Brasil, 2008.

(em n.º. absoluto e %)

GRUPOS E SUBGRUPOS	Químicos		Farmacêuticos		LHPC		Plástico		Total	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Trab. da produção de bens e serviços industriais	80.458	100	23.257	100	35719	100	214.843	100	354.277	100
funções transversais	24.578	30,5	8.880	38,2	22.326	62,5	74.925	34,9	130.709	36,9
indústrias de processos contínuos e outras indústrias	38.048	47,3	10.865	46,7	8.345	23,4	53.822	25,1	111.080	31,4
transformação de metais e de compósitos	3455	4,3	544	2,3	1.274	3,6	27.203	12,7	32.476	9,2
indústrias têxtil, do curtimento e do vestuário	2459	3,1	508	2,2	309	0,9	22.033	10,3	25.309	7,1
Oper. de produção, captação, tratamento e distribuição	4.497	5,6	1.475	6,3	1.918	5,4	16.138	7,5	24.028	6,8
Trab. de inst. siderúrgicas e de materiais de construção	1.244	1,5	102	0,4	243	0,7	6.807	3,2	8.396	2,4
Trab. da indústria extrativa e da construção civil	3.370	4,2	640	2,8	664	1,9	3.099	1,4	7.773	2,2
Trab. da fabricação de alimentos, bebidas e fumo	831	1,0	156	0,7	477	1,3	1.816	0,8	3.280	0,9
Trab. de máquinas de fabricação de celulose e papel	597	0,7	18	0,1	43	0,1	2.597	1,2	3.255	0,9
Trab. da fabricação e instalação eletroeletrônica	301	0,4	36	0,2	43	0,1	2.773	1,3	3.153	0,9
Trab. das indústrias de madeira e do mobiliário	869	1,1	24	0,1	63	0,2	2.131	1,0	3.087	0,9
Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins	91	0,1	1	0,0	3	0,0	1.234	0,6	1.329	0,4
Montadores de aparelhos e inst. de precisão e musicais	118	0,1	8	0,0	11	0,0	265	0,1	402	0,1
Profissionais das ciências e das artes	12.732	100	7.543	100	2.535	100	5.923	100	28.733	100
ciências sociais e humanas	5933	46,6	3.037	40,3	1.142	45,0	3.265	55,1	13.377	46,6
ciências exatas, físicas e da engenharia	5391	42,3	1.414	18,7	979	38,6	1.793	30,3	9.577	33,3
ciências biológicas, da saúde e afins	703	5,5	2.134	28,3	281	11,1	117	2,0	3.235	11,3
Comunicadores, artistas e religiosos	174	1,4	375	5,0	59	2,3	540	9,1	1.148	4,0
Pesquisadores e profissionais policientíficos	230	1,8	342	4,5	14	0,6	44	0,7	630	2,2
Profissionais das ciências jurídicas	254	2,0	179	2,4	44	1,7	90	1,5	567	2,0
Profissionais do ensino	47	0,4	62	0,8	16	0,6	74	1,2	199	0,7
Técnicos de nível médio	24.702	100	22.454	100	6.205	100	28.330	100	81.691	100
nas ciências administrativas	8.204	33,2	14.873	66,2	1.991	32,1	5.220	18,4	30.288	37,1
das ciências físicas, químicas e engenharia	8.900	36,0	1.528	6,8	1.376	22,2	12.063	42,6	23.867	29,2
outros técnicos de nível médio	3967	16,1	4.049	18,0	1.849	29,8	9.060	32,0	18.925	23,2
polivalentes	2354	9,5	1.029	4,6	259	4,2	382	1,3	4.024	4,9
das ciências biológicas e bioquímicas	578	2,3	832	3,7	293	4,7	197	0,7	1.900	2,3
em serviços de transportes	569	2,3	110	0,5	161	2,6	497	1,8	1.337	1,6
dos serviços culturais e das comunicações	122	0,5	31	0,1	271	4,4	893	3,2	1.317	1,6
Professores leigos e de nível médio	8	0,0	2	0,0	5	0,1	18	0,1	33	0,0

Fonte: MTE – RAIS. Elaboração própria.

10. Síntese das transformações

Os dados sobre a evolução do perfil sócio ocupacional, discutidos neste capítulo, revelam como tem se manifestado, do ponto de vista do trabalho, a heterogeneidade entre as conformações industriais existentes no ramo químico, assim como a influência exercida pelos diferentes contextos macroeconômicos sobre o comportamento do emprego e suas implicações para o desenvolvimento da ação sindical. Sinteticamente, podemos concluir que as melhores condições macroeconômicas verificadas no período 2004-2008 exerceram forte influência positiva sobre o conjunto ou a maioria das variáveis relacionadas ao perfil sócio ocupacional dos trabalhadores do ramo químico. O que, por sua vez, proporcionou melhores condições para a atuação sindical, num quadro de menor desemprego e maiores ganhos em termos salariais, embora tenham sido mantida a profunda desigualdade entre os diferentes segmentos.

O crescimento do emprego formal no ramo químico, de modo mais intenso no período 2004-2008, resultou na criação de mais de 200 mil postos de trabalho e refletiu um momento de melhor desempenho econômico nos diversos segmentos. Ainda que a maioria destes empregos tenha sido gerada nos segmentos menos estruturados, como no plástico, em que o aumento do número de ocupações neste segundo período foi de aproximadamente 70%. Por este motivo, a recuperação do emprego teve uma expressão mais limitada no âmbito das grandes empresas, que mantiveram sua participação no total das ocupações num patamar ainda muito inferior do observado em 1994, antes, portanto, que os constrangimentos provocados pelo baixo crescimento médio do PIB, a desenfreada abertura da economia e a reestrutura defensiva das empresas tivessem provocado o fechamento de milhares de postos de trabalho nas grandes empresas.

O melhor desempenho da economia brasileira no período recente também permitiu uma maior recuperação do rendimento médio e o aumento da massa salarial no conjunto dos segmentos do ramo químico, encurtando inclusive a distância entre as remunerações dos empregados do sexo masculino e os do sexo feminino, cuja desigualdade ainda é muito elevada. O aumento da massa salarial foi, inclusive, expressão não apenas do maior número de ocupações, mas também do aumento da renda média do trabalho, devido aos maiores ganhos salariais obtidos pelas categorias profissionais no período recente, em que mais de 80% das campanhas salariais obtiveram ganho real, com reajustes acima da inflação (DIEESE). Este quadro proporcionou maiores margens para a ação sindical em busca de uma maior valorização salarial, referenciando-se no melhor desempenho da economia e no aumento da rentabilidade das empresas no período 2004-2008.

Apesar disso, a diferença estrutural entre os segmentos continua sendo um grande entrave para que se alcance uma maior igualdade das condições de trabalho e de remuneração para todos os empregados do ramo químico. A maior recuperação dos rendimentos do trabalho observada no período recente não eliminou, por exemplo, as grandes diferenças salariais existentes entre os segmentos, em particular no caso do segmento plástico, em que a média salarial está muito abaixo do valor médio do ramo. Do mesmo modo que a maior participação de jovens no emprego do segmento plástico reflete a menor exigência de qualificação profissional deste segmento, caracterizado pelo menor

conteúdo tecnológico, as maiores taxas de rotatividade no emprego e o menor número de empregados com formação superior.

A estrutura funcional das empresas também sofreu mudanças importantes nos últimos anos, onde os fatos mais destacados e que refletem o processo de reestruturação das empresas, foram a forte redução da participação dos empregados ligados à produção, especialmente entre 1994-2004; o grande aumento dos profissionais das ciências, das artes e técnicos; e a redução do número de pessoal nos serviços administrativos, refletindo principalmente a redução dos níveis hierárquicos nas grandes empresas. Além destes fatores, é importante destacarmos a grande participação, no segmento farmacêutico e LHPC, dos empregados ligados ao setor de comércio e vendas.

Em resumo, ainda que a melhoria das condições macroeconômicas verificadas no período 2004-2008 tenha incidido positivamente nas transformações do perfil sócio ocupacional e resultado na melhor composição do emprego no conjunto do ramo químico, as mesmas não foram fortes o suficiente ao ponto de criarem uma maior homogeneidade entre os segmentos na relação as variáveis de renda, tempo de permanência no emprego, faixa etária, gênero ou grau de instrução. Motivo pelo qual persiste ainda uma grande desigualdade estrutural e das condições de trabalho neste universo setorial, em que o maior desafio dos sindicatos continua sendo a luta pela maior igualdade das condições de trabalho, remuneração e organização sindical num ramo produtivo marcado ainda pelas profundas desigualdades entre seus segmentos.

Capítulo 3

Constituição dos atores, ação sindical e negociação coletiva

Nos primeiros dois capítulos desta dissertação buscamos identificar como se deu a interação entre a dinâmica macroeconômica nacional e o desempenho de alguns dos mais importantes segmentos do ramo químico no Brasil, incluindo a realização de um diagnóstico sobre as transformações no perfil sócio ocupacional dos trabalhadores e as influências que as mesmas exerceram sobre o desenvolvimento da atividade sindical nos diferentes segmentos. A evolução do quadro econômico evidencia que o ambiente para a ação sindical após 2004 altera-se, pois há a combinação de crescimento com formalização. O perfil sócio ocupacional mostra que os trabalhadores são muito pulverizados e heterogêneos, o que se reflete na pulverização da negociação coletiva.

O presente capítulo será destinado à análise da estratégia sindical e da relação entre capital e trabalho no ramo químico, destacando a evolução da negociação coletiva nos últimos anos. Para isso buscaremos realizar um balanço dos avanços e retrocessos no âmbito das negociações dos *Contratos Coletivos de Trabalho* realizados no ramo químico no estado de São Paulo, num contexto em que as transformações econômica, sociais e políticas ocorridas no Brasil nos últimos vinte anos influíram na redefinição das estratégias de ação sindical com a introdução de novas temáticas ao processo negocial e de novos desafios para a atuação dos principais atores deste processo.

A primeira parte deste capítulo apresentará a composição das bancadas de negociação, identificando a forma de representação dos sindicatos e das entidades patronais que participam deste processo. Na segunda parte, apresentaremos uma caracterização sobre a composição das entidades sindicais dos trabalhadores, organizadas a partir de diferentes concepções políticas e de ação sindical. A terceira parte analisa o motivo histórico e político para a divisão das bancadas de negociação, incluindo as mudanças recentes na

negociação do segmento farmacêutico. A quarta e última parte deste capítulo avalia a evolução da negociação coletiva em diferentes contextos econômicos, sociais e políticos.

A escolha do Estado de São Paulo para a realização deste balanço das negociações coletivas se justifica tanto pela sua importância econômica na composição do ramo químico brasileiro, concentrando mais de 50% das empresas e dos empregos na maioria dos segmentos, como pela sua importância política, tendo em vista que nele se concentram os maiores sindicatos e entidades patronais assim como as diferentes vertentes políticas que compõem o movimento sindical do ramo químico brasileiro. Por outro lado, é no Estado de São Paulo onde a organização sindical abrange a complexidade do ramo químico, tendo em vista que os seus diferentes segmentos (químico/petroquímico, farmacêutico, LHPC e plásticos), constituem uma mesma base de representação exercida no universo de cada um dos sindicatos e federações existentes. O que confere a estes atores um maior grau de complexidade no exercício de sua representação sindical, tendo em vista a grande heterogeneidade existente quanto à natureza das estruturas industriais e o perfil da mão de obra nos diferentes segmentos.

Segundo os dados da RAIS (2008), o ramo químico no Estado de São Paulo é composto por 309.107 trabalhadores formais, distribuídos em 353 cidades. Deste total, percebe-se uma concentração de aproximadamente 70% do emprego em apenas 31 cidades, com até 2 mil trabalhadores vinculados ao ramo químico. Municípios onde se encontram as entidades sindicais mais representativas nas negociações coletivas e com maior poder de mobilização, vinculadas aos maiores complexos industriais do ramo químico no estado de São Paulo e próximas de outros municípios também com elevado grau de concentração da mão de obra.

A cidade de São Paulo é a que apresenta a maior concentração do número de ocupações no estado, reunindo 25,5% do total de empregos formais do ramo químico e representando também o maior número de empregados em todos os segmentos, com 17% do emprego no segmento químico/petroquímico; 43,2% do emprego no farmacêutico; 33,3% no segmento de LHPC; e 23,3% no plástico. Estes dados confirmam a tendência de concentração da mão de obra em um menor número de cidades, especial na capital do

estado, com destaque para a grande concentração dos empregados do segmento farmacêutico e de LHPC e a menor concentração do segmento químico e petroquímico.

Tabela 3.1
Cidades com maior número de empregados no ramo químico. Estado de São Paulo, 2008.

CIDADE	QUÍMICO	FARMACÊUTICO	LHPC	PLÁSTICO	TOTAL
São Paulo	17,0	43,2	33,3	23,2	25,5
Guarulhos	6,7	9,1	2,2	6,1	6,5
Diadema	3,9	1,2	7,9	5,4	4,4
São Bernardo do Campo	4,3	2,3	7,9	3,2	3,7
Barueri	1,3	3,8	1,0	2,9	2,4
Jundiaí	1,3	-	0,5	3,8	2,2
Campinas	1,9	5,1	0,4	1,4	2,1
Cotia	1,7	3,5	3,2	1,5	2,0
Sorocaba	1,5	0,1	0,1	3,1	1,9
Mauá	2,5	0,3	0,1	1,5	1,5
Taboão da Serra	1,3	2,5	3,5	1,0	1,5
Sumaré	3,8	0,3	-	0,7	1,5
Santo André	3,4	0,1	0,1	0,9	1,4
Suzano	2,9	1,8	-	0,6	1,4
Cajamar	1,5	-	7,5	0,6	1,2
Paulínia	3,5	0,8	-	0,1	1,2
Hortolândia	0,2	5,1	1,0	0,2	1,1
Rio Claro	1,4	-	0,3	1,4	1,1
Ribeirão Preto	1,1	2,2	0,3	0,7	1,0
Cubatão	3,4	-	-	-	1,0
Osasco	1	0,1	1,6	1,1	0,9
Limeira	1,8	-	0,1	0,7	0,9
Embu	0,1	1,0	0,1	1,3	0,9
Itaquaquecetuba	0,4	-	0,6	1,4	0,8
Jaguariúna	0	1,4	0,2	1,2	0,8
São Caetano do Sul	0,6	-	0,2	1,3	0,8
São Jose dos Campos	1,1	0,8	0,1	0,7	0,8
Louveira	0,1	-	7,7	0,4	0,7
Indaiatuba	0,6	0,7	0,5	0,7	0,7
Santana de Parnaíba	0,4	0,3	0,5	1,0	0,7
Valinhos	0,8	0,3	0,1	0,8	0,6
ATÉ 2.000 (%)	71,4	85,8	81	69,1	73,4
Total Estado	89.259	52377	20776	146.695	309.107
(%) Total	28,9	16,9	6,7	47,5	100

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

Em relação à participação dos segmentos no conjunto das ocupações formais existentes no ramo químico no estado de São Paulo, os dados da RAIS indicam que a maioria dos empregos está concentrada no segmento de produtos plásticos, com 146.695 postos de trabalho (47,5%). Em segundo lugar está o segmento químico/petroquímico, com 89.259 (28,9%); seguido pelo farmacêutico, com 52.377 (16,9%) e o segmento de LHPC, com 20.776 (6,7%). Há uma especificidade em relação aos números do emprego formal que deve ser esclarecida, já que nem todas as ocupações registradas na RAIS como sendo do ramo químico fazem parte efetiva da base de representação dos sindicatos do ramo químico

no estado de São Paulo. Essa pequena distorção se explica pelo fato de que algumas categorias profissionais contabilizadas pela RAIS como sendo parte do ramo químico, optam por contribuir com outros sindicatos, a exemplo dos técnicos, enfermeiros, desenhistas, secretários, engenheiros e técnicos de vendas. Por outro lado, um conjunto de trabalhadores que deveriam ser considerados como parte do ramo químico, muitas vezes está vinculado a empresas terceirizadas, a cooperativas e a empresas localizadas em outras categorias. Mas apesar desta ressalva, os números fornecidos pela RAIS são ainda muito próximos dos anunciados pelas Federações e Sindicatos dos trabalhadores do ramo químico. O caso que merece um maior destaque quando a esta diferenciação é o dos técnicos, notadamente os *Técnicos de Vendas Especializadas*, que totalizam 15.862 empregados no estado de São Paulo e não são considerados pelos sindicatos do ramo químico parte de suas bases de representação.

No conjunto do estado de São Paulo os *Técnicos de Vendas Especializadas* representam 4,9% do total de empregados no ramo químico, com uma grande concentração na capital e cidades da grande São Paulo, a exemplo de Cotia e Guarulhos, sendo que o maior número destas ocupações se encontra no segmento farmacêutico, em que é muito significativo o peso das atividades de vendas³⁹. Os dados a seguir (Tabela 3.2) mostram as 10 primeiras cidades em concentração desses profissionais no estado, destacando a maior concentração no segmento farmacêutico. Trata-se das cidades em que está instalado a maior parte dos escritórios de representação e de vendas das empresas e que apresenta, portanto, a maior incidência destes profissionais, com a maioria estando alocada na capital São Paulo, que reúne um contingente de 10.086 *Técnicos de Venda Especializada* (63,5% do total no estado), sendo a maioria ligada ao segmento farmacêutico (77% do total no estado).

³⁹ No caso das grandes empresas de cosméticos como a Natura e a Avon há um grande número de vendedores autônomos que atuam no “mercado de vendas diretas”, aquelas de porta em porta ou através de revistas, sem vínculo formal de emprego e desprovidos de benefícios e direitos, e que não estão incluídos na base de representação dos sindicatos e nem nos dados sobre o emprego formal fornecido pela RAIS. De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas (ABEVD), o *canal de vendas* fechou o ano de 2007 com 1,879 milhão de revendedores ativos em todo o Brasil, um número 17,8% maior que o registrado em 2006. Estima-se que estes revendedores tenham uma renda mensal média de 1,5 salário mínimo. Conferir (<http://www.vendedorautonomo.com.br/textos.php?codigo=356>), fev/2010.

Tabela 3.2 - Técnicos de vendas especializadas. Estado de São Paulo, 2008.

Técnicos de Vendas Especializadas	Farmacêutico	TOTAL
São Paulo	8.416	10.086
Guarulhos	945	1.190
Cotia	541	627
Sumaré	-	404
São Bernardo do Campo	136	390
Itapecerica da Serra	354	358
Barueri	194	300
Diadema	06	200
Suzano	-	200
Ribeirão Preto	149	164
Sub Total das maiores concentrações em relação ao estado	10.741	13.919
Total	10.879	15.862

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração própria.

Os números acima deixam claro, portanto, a importância do estado de São Paulo na constituição do ramo químico em nível nacional. Além da grande participação no universo de empresas e no número de ocupados, é neste Estado que se encontram as maiores estruturas industriais nos diferentes segmentos, as principais entidades sindicais e patronais, e grande parte das experiências de organização e negociação coletiva desenvolvidas pelos trabalhadores nas duas últimas décadas, sendo uma amostra bastante significativa da dinâmica setorial em nível nacional.

1. A configuração das bancadas de negociação

Atualmente, os sindicatos dos trabalhadores do ramo químico no estado de São Paulo⁴⁰ constituem três bancadas de negociação com as entidades patronais que participam da CEAG-10/FIESP (Comissão de Estudos e Assessoria do Grupo 10) - grupo de negociação formado em 1983 na Federação das Indústrias no Estado de São Paulo (Fiesp) e que reúne em uma única bancada os diversos sindicatos patronais ligados a Indústria Química. No plano Nacional, a CEAG 10/SP compõe a CONART 10 - Comissão Nacional de Assessoria em Relações do Trabalho - que é um órgão consultivo e de assessoramento à CNI (Confederação Nacional da Indústria) para assuntos trabalhistas e sindicais.

Após a unificação das datas bases no início dos anos 90, os contratos coletivos de trabalho do ramo químico no estado de São Paulo passaram a ser negociados no dia 1º de

⁴⁰ Por força de Lei, os trabalhadores do ramo químico no estado de São Paulo, pelo menos até o final dos anos oitenta, eram representados exclusivamente pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo.

novembro de cada ano, reunindo os segmentos químico/petroquímico, farmacêutico, LHPC e plástico em uma única mesa de negociação. A partir de novembro de 2004 o segmento farmacêutico passou a negociar separadamente, fixando sua data base no dia 1º de abril e constituindo uma mesa própria de negociação somente com os sindicatos patronais ligados a este segmento. Tanto na data base do dia 1º de novembro (químico/petroquímico, LHPC e Plástico) como na do dia 1º de abril (farmacêutico) a dinâmica das negociações compreende a assinatura de três convenções coletivas, refletindo as três diferentes estruturas de representação sindical existentes atualmente no estado de São Paulo, com duas Federações Estaduais (FEQUIMFAR - Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo, filiada a Força Sindical; e FETQUIM - Federação dos Trabalhadores do ramo Químico do Estado de São Paulo, filiada a CUT), e uma terceira bancada dirigida pelo Sindicato dos Químicos de São José dos Campos e Região do Vale do Paraíba, filiado a CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas)⁴¹.

Do ponto de vista da representatividade destes atores, a FETQUIM (filiada a CUT) é a federação que reúne o maior número de trabalhadores em todos os segmentos do ramo químico no estado de São Paulo (176 mil trabalhadores), equivalente a 57% do total e com a seguinte representação por segmento: 52% do químico/petroquímico; 72,5% farmacêutico; 74,8% LHPC; e 51% dos empregados no segmento plástico. A FEQUIMFAR representa 41% do total dos trabalhadores do ramo químico no estado de São Paulo (126 mil trabalhadores), com aproximadamente a mesma proporção nos segmentos químico/petroquímico (44%) e plástico (46%) e uma menor participação nos segmentos de produtos farmacêuticos (26%) e de LHPC (24%). Os sindicatos do Vale do Paraíba representam apenas 1,97% do total dos empregados formais no estado (cerca de 6 mil trabalhadores), com a maioria vinculada ao segmento químico e plástico.

⁴¹ Seus representantes atuam de forma articulada, mas não oficial, com a bancada da FETQUIM e por razões de natureza política, acabam por constituir uma terceira “mesa de negociações”.

Tabela 3.3
Representação das bancadas de negociação por segmento – São Paulo, 2008.

<i>CONVENÇÕES*</i>	QUÍMICOS	FARMACÊUTICOS	COSMÉTICOS	PLÁSTICOS	TOTAL
<i>FETQUIM</i>	52,99	72,54	74,79	51,42	57,02
<i>VALE DO PARAÍBA</i>	2,85	0,84	0,46	2,06	1,97
<i>FEQUIMFAR</i>	44,17	26,63	24,75	46,51	41,00
SÃO PAULO	100	100	100	100	100
	89.259	52.377	20.776	146.695	309.107

Fonte: MTE/RAIS. * Exclusive Produtos de Limpeza. Elaboração própria.

Esta proporção é alterada quanto se avalia a composição das Federações segundo o número de sindicatos filiados. Sob este parâmetro, a FEQUIMFAR é a que detém o maior número de sindicatos filiados, com 31 entidades⁴² vinculadas aos segmentos do ramo químico selecionados para este estudo, refletindo uma estrutura sindical mais fragmentada e dispersa em nível estadual. Em contrapartida, a FETQUIM, que representa a maioria dos trabalhadores em todos os segmentos do ramo químico (57%) no estado de São Paulo, conta com apenas 03 grandes sindicatos filiados (Sindicato dos Químicos de São Paulo; Sindicato dos Químicos do ABC; Sindicato dos Químicos Unificados de Campinas, Osasco e Vinhedo), refletindo uma estrutura de representação sindical mais coesa e unificada.

Na análise das estruturas de representação, cabe ressaltar ainda a diferença existente entre o modelo de organização adotado pelos sindicatos e o adotado pelas entidades patronais no estado de São Paulo. Atualmente, os sindicatos dos trabalhadores se organizam segundo o ramo de atividade, num modelo de representação que foi moldada a partir do final dos anos 80 por meio das novas formas de organização que contestavam a representação oficial e pressionaram por mudanças. A organização por ramo de atividade foi concebida enquanto uma forma vertical de organização, em que os sindicatos de base estariam representados em Federações estaduais e Confederações nacionais. No âmbito da CUT, a organização por ramo foi adotada objetivando uma maior unificação das lutas reivindicatórias e campanhas salariais realizadas dentro de um mesmo ramo de atividade, incluindo a unificação das bases dos diferentes segmentos. Enquanto esta concepção de organização por ramo de atividade não havia se tornado hegemônica, a FEQUIMFAR impunha uma dinâmica estadual de negociações baseada nos critérios da CLT para a

⁴² A FEQUIMFAR tem 33 entidades sindicais filiadas, entre elas o Sindicato da Borracha de São Paulo e Região que não participa do grupo CEAG-10 / FIESP. A negociação coletiva coordenada pela FEQUIMFAR, teve nos últimos anos 31 entidades de base signatárias da Convenção Coletiva.

divisão das categorias profissionais, o que resultava na realização de 05 datas-base no interior do ramo químico no estado de São Paulo, com campanhas salariais muito mais dispersas e pulverizadas.

Diferentemente dos sindicatos de trabalhadores, a representação patronal se organiza, ainda hoje, segundo aos preceitos da CLT, compreendendo uma estrutura de representação baseada em sindicatos setorizados. Os segmentos econômicos que compõem o setor químico estão organizados em 12 sindicatos patronais, organizados da seguinte forma: 01 sindicato com base interestadual (Sindicato da Indústria de Abrasivos de SP, MG, RJ, SC, ES, PR e PE); 07 sindicatos com representação no estado de São Paulo (Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas; Indústria de Explosivos; Indústria de Material Plástico; Indústria de Perfumaria e Artigos de Toucador; Indústria de Produtos Químicos para fins Indústrias e da Petroquímica; Indústria de Resinas Sintéticas; Indústria de Tintas e Vernizes); e 04 sindicatos nacionais (Indústria de Matérias Primas para Fertilizantes; Indústria de Produtos para a Saúde Animal; Indústria de Re-refino de Óleos Minerais; e Indústria de Defensivos Agrícolas).

2. Caracterização das entidades sindicais dos trabalhadores

A **FEQUIMFAR**, filiada à Força sindical, é composta por 31 entidades de 1º grau⁴³ do ramo químico, representando 41% das ocupações do ramo químico no estado de São Paulo (126.745 empregados). Seus Sindicatos estão presentes em mais de 200 cidades, com uma estrutura de representação sindical dispersa e pulverizada pelo interior do estado de São Paulo. Apesar deste grande número de municípios com sindicatos vinculados a FEQUIMFAR, 90% dos empregados representados por esta Federação concentram-se em apenas 36 cidades, sendo a maioria delas localizadas em regiões metropolitanas ou em cidades de elevada concentração industrial.

Nota-se ainda que na base da FEQUIMFAR a maior preponderância é dos trabalhadores vinculados ao segmento plástico, seja em relação ao conjunto do ramo químico no estado de São Paulo (46,51%) ou em relação aos outros segmentos da sua

⁴³ Entidades de 1º grau são os sindicatos de base, ainda que possuam bases regionais ou estaduais. De 2º grau as federações estaduais e de 3º grau as confederações nacionais.

própria base (53,85%). O segmento farmacêutico e de LHPC tem uma participação bem mais reduzida nesta Federação, de 26% e 24% do total do estado, respectivamente. Esta conformação, de uma maioria de trabalhadores vinculados ao segmento menos estruturado, como é o caso do segmento plástico, associado a maior dispersão de sua estrutura de representação em vários municípios, torna-se um fator objetivo de maior dificuldade para a organização sindical no âmbito desta Federação. Dificuldade esta que é agravada por uma concepção sindical de cunho mais corporativista e assistencialista, geralmente predominante nos sindicatos e federações alinhados com a estratégia de ação sindical defendida pelo sindicalismo de resultados.

Tabela 3.4
Representação da FEQUIMFAR no ramo químico e nos segmentos. São Paulo, 2008.
Municípios com mais de 1.000 empregados no ramo químico.

	<i>QUÍMICOS</i>	<i>FARMACÊUTICOS</i>	<i>COSMÉTICOS</i>	<i>PLÁSTICOS</i>	<i>TOTAL</i>
TOTAL DO RAMO	89.259	52.377	20.776	146.695	309.107
RAMO X FEQUIMFAR	44,17	26,63	24,75	46,51	41,00
(N) FEQUIMFAR	39.423	13.946	5.142	68.234	126.745
(%) FEQUIMFAR	31,10	11,00	4,06	53,84	100,00
PRINCIPAIS CIDADES	QUÍMICOS	FARMACÊUTICOS	COSMÉTICOS	PLÁSTICOS	TOTAL
Guarulhos	5.948	4744	454	8.933	20.079
Jundiaí	1192	5	113	5.637	6.947
Sorocaba	1313	64	13	4.595	5.985
Suzano	2.600	919	0	896	4.415
Rio Claro	1214	0	61	2.057	3.332
Ribeirão Preto	954	1153	53	1.060	3.220
Cubatão	3.009	0	0	0	3.009
Limeira	1.623	0	22	1.037	2.682
Itaquaquecetuba	362	0	127	2.091	2.580
Jaguariuna	34	708	50	1.744	2.536
Louveira	68	20	1595	598	2.281
Indaiatuba	577	351	111	1.074	2.113
Arujá	313	0	3	1.669	1.985
Itupeva	594	0	157	1.015	1.766
Mogi das Cruzes	1.143	2	128	374	1.647
Lorena	432	0	289	901	1.622
Bragança Paulista	154	811	18	594	1.577
Bauru	83	70	115	1.237	1.505
Pedreira	70	0	0	1.360	1.430
Itapecerica da Serra	32	786	1	508	1.327
Salto	536	14	6	742	1.298
Franca	439	26	190	561	1.216
Franco da Rocha	190	22	20	982	1.214
Americana	499	0	0	714	1.213
Itapira	9	1088	14	102	1.213
Pindamonhangaba	375	103	0	728	1.206
Araras	78	56	77	988	1.199
Cerquilha	205	0	0	990	1.195
Piracicaba	588	29	6	509	1.132
Guaratingueta	910	0	0	215	1.125
Sao Jose do Rio Preto	112	341	112	514	1.079
Santa Barbara Oeste	80	0	2	985	1.067
Pompeia	0	0	0	1.055	1.055
Elias Fausto	5	0	0	1.038	1.043
Itatiba	445	2	150	433	1.030
Atibaia	271	168	110	454	1.003
Acima de 1.000	26.457	11.482	3.997	48.390	90.326
(%)	67,11	82,33	77,73	70,92	71,27
Outros	12.966	2464	1145	19.844	36.419
TOTAL FEQUIMFAR	39.423	13.946	5.142	68.234	126.745

Fonte: MTE/RAIS. Exclusive Produtos de Limpeza. Elaboração própria.

Nas Convenções Coletivas de 2008 e de 2009, assinaram em conjunto com a FEQUIMFAR as seguintes entidades sindicais: Sindicato dos Trabalhadores de Americana, Charqueada, Limeira, Nova Odessa, Piracicaba, Santa Bárbara d'Oeste; Araçatuba e Região; Araras e Região; Bauru e Região; Botucatu e Região; Cosmópolis, Itapira e Artur Nogueira; Guaíra e Região; Guaratinguetá; Guarulhos, Mairiporã e Região; Ipiaussu e Região; Itapecerica da Serra e São Lourenço da Serra; Itapetininga e Região; Itatiba,

Atibaia e Região; Jaguariúna e Região; Jundiaí e Região; Jundiaí e Região (Plásticos); Lorena, Piquete e Região; Marília e Região; Pindamonhangaba, Roseira, Aparecida, Potim e Arapeí; Presidente Prudente e Região; Ribeirão Preto e Região; Rio Claro e Região; Salto e Região; Santa Rosa de Viterbo e Santa Rita do Passa Quatro; São Carlos; São João da Boa Vista e Região; São José do Rio Preto e Região; São Paulo (Abrasivos), Ferraz de Vasconcelos, Mogi das Cruzes e São Bernardo do Campo; Sorocaba e Região; Suzano e Região e Sindicato dos Trabalhadores do Vale do Ribeira.

A **FETQUIM**, representando 57% dos empregados do ramo químico no estado de São Paulo (176.260), é caracterizada por uma maior concentração de suas bases em grandes centros urbanos e por terem estruturas de representação sindicais mais unificadas. Embora a FETQUIM seja filiada a CUT, nem todos os sindicatos que a integram o são. O Sindicato dos Químicos Unificados, por exemplo, desfilou-se da Central Única dos Trabalhadores em dezembro de 2008 e faz parte de um movimento nacional de sindicatos de diferentes categorias reunidas na *Intersindical*⁴⁴. A FETQUIM está presente em 31 cidades do estado de São Paulo, concentrando-se em três regiões: capital e cidades da grande São Paulo; cidades do ABC; e as cidades que compõem a região metropolitana de Campinas. Abaixo (Tabela 3.5) temos a composição interna desta Federação, segundo a base de representação dos três grandes sindicatos que a integram.

⁴⁴ A INTERSINDICAL é uma iniciativa de organização que reúne sindicatos de trabalhadores de diversas categorias profissionais em nível nacional que se desfilaram da CUT (Central Única dos Trabalhadores) entre os anos de 2005 e 2007. Este movimento enfrentou uma primeira forte divergência interna dois anos após sua formação sobre a necessidade ou não de se formar uma nova central sindical no país. Os setores favoráveis à criação de uma nova central sindical iniciaram um movimento visando concretizar este objetivo junto com outros sindicatos e movimento populares, reunindo, além da Intersindical, o Conlutas, MAS, MTST, MTL e a Pastoral Operária Metropolitana de SP. Um Seminário Nacional, realizado por estes setores nos dias 1 e 2 de novembro de 2009 na cidade de São Paulo, e que contou com a participação de mais de mil delegados de vários estados e categorias do país, decidiu convocar para os dias 10 e 11 de junho de 2010 um *Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT)* com o objetivo de fundar esta nova central sindical.

Tabela 3.5 - Base dos sindicatos filiados a FETQUIM por municípios. Estado de São Paulo, 2008.

CIDADES	QUÍMICOS	FARMACÊUTICOS	COSMÉTICOS	PLÁSTICOS	TOTAL
Caieiras	277	-	83	775	1.135
São Paulo	15.212	22602	6916	34.017	78.747
Taboão da Serra	1.145	1287	734	1.511	4.677
Embu	128	545	31	1.963	2.667
Embu Guaçu	0	358	34	55	447
TOTAL SÃO PAULO	16.762	24.792	7.798	38.321	87.673
Mauá	2266	160	15	2.255	4.696
Ribeirão Pires	26	19	0	412	457
Rio Grande da Serra	12	0	0	31	43
Santo André	3.040	44	19	1.324	4.427
São Bernardo do Campo	3.842	1188	1648	4.703	11.381
São Caetano do Sul	510	0	38	1.907	2.455
Diadema	3.490	615	1636	7.984	13.725
TOTAL ABC	13.186	2.026	3.356	18.616	37.184
Campinas	1.670	2.677	74	1.999	6.420
Hortolândia	160	2.683	217	283	3.343
Monte Mor	99	51	356	157	663
Paulínia	3.080	441	9	176	3.706
Sumaré	3.434	171	-	1.053	4.658
Valinhos	714	157	17	1.112	2.000
Vinhedo	222	2	591	538	1.353
Aracariçuama	253	-	-	179	432
Barueri	1.126	1.994	206	4.192	7.518
Cajamar	1.357	-	1.557	928	3.842
Vargem Grande Paulista	185	259	1	291	736
Santana de Parnaíba	381	131	97	1.406	2.015
Sao Roque	289	-	150	302	741
Osasco	859	31	327	1.668	2.885
Itapevi	645	634	-	388	1.667
Jandira	1.071	85	93	230	1.479
Mairinque	157	-	-	305	462
Carapicuíba	161	24	20	1.129	1.334
Cotia	1.485	1.834	669	2.161	6.149
TOTAL UNIFICADOS	17.348	11.174	4.384	18.497	51.403

Fonte: MTE/RAIS. Exclusive Produtos de Limpeza. Elaboração própria.

A convenção coletiva de trabalho assinada pela FETQUIM conta com a adesão do Sindicato dos Químicos de São Paulo, representando 87.673 trabalhadores - com base nas cidades de Caieiras, Embú, Embú-Guaçu, Taboão da Serra e São Paulo; Sindicato dos Químicos do ABC, representando 37.184 trabalhadores - com base nas cidades de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul; e o Sindicato dos Químicos Unificados, representando 51.403 trabalhadores - com base nas seguintes regionais e cidades: regional Campinas (Campinas, Hortolândia, Monte Mor, Paulínia, Sumaré), regional Vinhedo (Valinhos e Vinhedo), e regional Osasco (Araçariçuama, Barueri, Cajamar, Vargem Grande Paulista, Santana de Parnaíba, São Roque, Osasco, Itapevi, Jandira, Mairinque, Carapicuíba e Cotia). Há um relativo equilíbrio de forças entre os Sindicatos que fundaram a FETQUIM, com uma maior predominância do Sindicato dos Químicos de São Paulo que possui cerca de 50% da representação interna desta Federação. Os Sindicatos dos Químicos do ABC e dos

Químicos Unificados representam, respectivamente, 21% e 29% do total de empregados que compõem a base da Federação. Quanto à distribuição nos segmentos, os dados indicam um maior equilíbrio entre os três sindicatos no segmento químico, com cada um tendo aproximadamente 1/3 da representação. No segmento farmacêutico há uma maior predominância do Sindicato dos Químicos de São Paulo, que representa 65% dos trabalhadores no âmbito da FETQUIM. No segmento de LHPC os Químicos de São Paulo detém 50%, enquanto os do ABC e os Unificados representam respectivamente 21% e 28% desta base. Por último, no segmento plástico, esta proporção praticamente se repete. Com uma distribuição mais concentrados em grandes centros urbanos, a FETQUIM apresenta a seguinte representação nos segmentos: químicos/petroquímicos (53%); farmacêuticos (75%); LHPC (74%); e plástico (51%).

Tabela 3.6
Representatividade dos sindicatos ligados a FETQUIM. Estado de São Paulo, 2008.

SINDICATOS	QUÍMICOS		FARMACÊUTICOS		LHPC		PLÁSTICOS		TOTAL	
TOTAL SÃO PAULO	16.762	35,4	24.792	65,3	7.798	50,2	38.321	50,8	87.673	49,7
TOTAL ABC	13.186	27,9	2.026	5,3	3.356	21,6	18.616	24,7	37.184	21,1
UNIFICADOS	17.348	36,7	11.174	29,4	4.384	28,2	18.497	24,5	51.403	29,2
TOTAL FETQUIM	47.296	100	37.992	100	15.538	100	75.434	100	176.260	100
TOTAL RAMO	89.259		52.377		20.776		146.695		309.107	
FETQUIM / RAMO	53,0		72,5		74,8		51,4		57,0	

Fonte: MTE/RAIS. Exclusive Produtos de Limpeza. Elaboração própria.

Por fim, a representação do **Sindicato dos Químicos de São José dos Campos e Região**⁴⁵ reunindo 6.102 trabalhadores na base (2% do total do ramo no estado de São Paulo), completa a bancada dos trabalhadores. Este setor se caracteriza por uma representação regional, em especial nas cidades de São José dos Campos, Jacareí e Caçapava. A entidade é filiada a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e não possui uma entidade oficial de 2º grau que os represente nas mesas de negociações. Por este motivo, o Sindicato dos Químicos de São José dos Campos acaba tendo uma articulação informal com a FETQUIM na negociação das cláusulas da Convenção Coletiva, embora assinem em separado uma convenção coletiva própria.

⁴⁵ São José dos Campos, Jacareí, Santa Branca, Caçapava, Taubaté, Caraguatatuba, Tremembé, Paraibuna, Ubatuba, São Sebastião e Ilha Bela,

Tabela 3.7
Representatividade dos sindicatos ligados ao CONLUTAS no ramo químico.
Estado de São Paulo, 2008.

CIDADES	QUÍMICOS	FARMACÊUTICOS	COSMÉTICOS	PLÁSTICOS	TOTAL
São José dos Campos	949	394	27	1.053	2.423
Jacareí	985	45	28	306	1.364
Caçapava	226	-	-	1.026	1.252
Taubaté	226	-	39	628	893
Tremembe	148	-	-	-	148
São Sebastião da Gramma	-	-	1	14	15
Paraibuna	5	-	-	-	5
Santa Branca	1	-	1	-	2
TOTAL CONLUTAS	2.540	439	96	3.027	6.102
CONLUTAS / RAMO	2,8	0,8	0,5	2,1	2,0

Fonte: MTE/RAIS. Exclusive Produtos de Limpeza. Elaboração própria.

3. A razão da divisão das bancadas

A atual divisão na representação dos trabalhadores do ramo químico no estado de São Paulo é expressão das duas principais correntes de pensamento que surgiram no movimento sindical após o processo de redemocratização do país. Basicamente, as duas formas de organizar a campanha salarial (considerando que o Vale do Paraíba se articulou na história recente com os sindicatos filiados a FETQUIM) são decorrências de duas concepções de sindicalismo, que se articulam em torno da CUT e da Força Sindical. Cada um a sua maneira, foram novidades no movimento sindical brasileiro a partir dos anos 80 e início dos 90 e redefiniram radicalmente a configuração sindical do estado de São Paulo, principal eixo econômico do país e palco privilegiado para o surgimento desses movimentos que resultaram na fundação das duas principais centrais sindicais hoje existentes no país: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical⁴⁶. Também estão no estado de São Paulo as principais entidades que impulsionaram nacionalmente estas duas centrais sindicais. A disputa travada entre essas forças políticas se concentrou historicamente nas regiões mais industrializadas do país e nas categorias profissionais com maior poder de mobilização, a exemplo dos metalúrgicos, bancários, professores e também os químicos.

⁴⁶ Para um estudo mais aprofundado e atual sobre a Força Sindical, ver CARDOSO e RODRIGUES, 1993; e TRÓPIA, 2007.

3.1. A Força Sindical e o surgimento da FEQUIMFAR

Cerca de 50% da representação da Força Sindical está concentrada no Estado de São Paulo, onde esta Central conta com 550 entidades filiadas e representa aproximadamente 4,5 milhões de trabalhadores. A Força Sindical foi fundada em 08 de março de 1991 em um congresso realizado no Memorial da América Latina na capital paulista. Organizou-se rapidamente e em 1993 realizou o Congresso de fundação da Força Sindical no estado de São Paulo. Esta nova proposta de ação sindical foi articulada por líderes sindicais oriundos do sindicalismo oficial, mas defendendo uma renovação sindical, baseada na concepção do “sindicalismo de resultados”, cuja maior referência na época era a o sindicalismo norte-americano (AFL-CIO)⁴⁷. Essa concepção foi ganhando força no decorrer dos anos 90 impulsionado pela vitória de Collor de Melo nas eleições presidenciais de 1989, num contexto ideológico marcado pela hegemonia do neoliberalismo e a derrubada do muro de Berlim. Momento em que muitas vezes se levantaram para pronunciar o “fim do socialismo” e pregar relações mais amistosas e de colaboração entre as forças do capital e do trabalho. A Força Sindical, segundo declaração de seus próprios líderes, nasceu rejeitando a forma de organização da CUT e se propunha a organizar o autodenominado “sindicalismo moderno”, em que o eixo principal da ação sindical está na busca de colaboração com as empresas e os governos como o melhor caminho para se obter resultados e ganhos imediatos para os trabalhadores.

A fundação da FEQUIMFAR ocorreu em 1958, no contexto de redemocratização da sociedade e de ascensão das lutas sindicais, tais como a greve dos 400 mil (iniciada em uma indústria química, a Netroquisa). (FONTES, 1997 e NEGRO, 2004). No contexto dos anos 50, os dirigentes dos Sindicatos dos Químicos de São Paulo, Santo André, Itatiba e Campinas iniciaram articulações com o intuito de fundar uma Federação. A Lei, no entanto, exigia que as Federações fossem compostas por pelo menos cinco entidades, enquanto estes setores dispunham apenas de quatro sindicatos de base. Para atender a este requisito o Sindicato dos Químicos de São Paulo se fraciona em duas entidades, o Sindicato dos Químicos e o Sindicato dos Plásticos, garantindo assim a existência de mais uma

⁴⁷ Federação Americana do Trabalho - Congresso de Organizações Industriais, tradução livre.

entidade⁴⁸, condição para a própria criação da FEQUIMFAR. Mesmo com maioria dos sindicatos atrelados a estrutura oficial, a entidade chega em 1964 com uma direção que conduzia algumas lutas e reivindicações importantes da categoria. Neste ano, com o golpe militar, a FEQUIMFAR sofre intervenção da ditadura, sua diretoria é deposta e seu presidente, Francisco Dezen, é preso e torturado. O Interventor imposto pelo regime militar só deixa a entidade após a eleição de 1967, quando é eleito um novo presidente que conduz a entidade, mantendo uma linha política de colaboração com o regime militar até 1988.

Com a redemocratização e a promulgação da constituição de 1988, em que se ampliou o direito de organização sindical, a FEQUIMFAR também retoma seu funcionamento regular, ao mesmo tempo em que vê sua hegemonia contestada por outras forças do movimento sindical, em especial do “sindicalismo CUT” (Veras, 2003). O monopólio da representação dos trabalhadores do ramo químico no estado vai perdendo gradativamente sua força, já que as oposições começam a vencer eleições em importantes entidades sindicais ligadas aos segmentos do ramo químico. Com uma estratégia de disputar espaços com a CUT, a Força Sindical ganhou hegemonia entre os pequenos sindicatos químicos dispersos no estado, sendo a maioria deles historicamente ligados à estrutura oficial. Após vários sindicatos de base terem se convencido a se filiar nesta Central, a FEQUIMFAR aprovou em seu IV Congresso, realizado em 1998, a sua filiação à Força Sindical. A partir deste processo os sindicatos químicos que não eram filiados a CUT passaram a ser representados, quase que por inércia, pela FEQUIMFAR, que passou a congrega a maioria dos sindicatos espalhadas pelo estado de São Paulo. Em novembro de 2006 é fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Químicos, também ligada a Força Sindical, sendo filiada em nível internacional a ICEM (Federação Internacional dos Trabalhadores da Química, Energia, Minas e Indústrias Diversas).

Tamanha é a importância do ramo químico no estado de São Paulo para a Força Sindical que Danilo Pereira da Silva, então presidente da FEQUIMFAR (atual vice-presidente), foi indicado para presidir a Força Sindical no estado de São Paulo nos dois últimos congressos realizados no estado. Pereira venceu os congressos de 2005 (III

⁴⁸ A legislação exigia um mínimo de 05 entidades para fundar uma Federação. A divisão nos Químicos de São Paulo também teve relação com as diferenças de concepção: um setor defendia um sindicalismo mais livre e outro um mais atrelado ao estado.

Congresso) e foi reeleito em 2008 (IV Congresso). Também vale ressaltar que o atual presidente da FEQUIMFAR, Sérgio Luiz Leite, é o 1º secretário nacional da Força Sindical, demonstrando que o peso do ramo químico nesta Central não está restrito apenas ao nível estadual.

3.2. A CUT e a formação da FETQUIM

No final dos anos 70 um movimento que ficou conhecido como “novo sindicalismo”⁴⁹, contribuiu de forma decisiva para a retomada das mobilizações dos trabalhadores no país, após a longa noite da ditadura militar. Em um contexto social e político de maior questionamento do regime militar, o movimento de oposição sindical à estrutura sindical controlada pelo Estado e de denúncia da paralisia das direções sindicais até então vinculadas a ditadura ou às entidades de representação oficial. As oposições e direções sindicais contrárias ao sindicalismo oficial corporativo, estavam presentes em importantes regiões do estado em que as indústrias químicas tinham implantação, como na região da Grande São Paulo, ABC, Campinas e Vale do Paraíba, passando a articularem-se no interior das empresas para lutarem por reposição salarial e a melhoria das condições de trabalho. Este processo de organização das oposições sindicais ligadas ao “novo sindicalismo” foi um fenômeno que se espalhou por diversos estados e que resultou na formação da Central Única dos Trabalhadores, em 28 de agosto de 1983⁵⁰. Os Químicos de Campinas, de Osasco, Vinhedo, São Paulo, ABC e São José dos Campos foram protagonistas diretos deste processo histórico⁵¹.

O novo quadro sindical brasileiro – que surge a partir das lutas contra a ditadura militar e que ganha impulso com a fundação da CUT - põe na ordem do dia as discussões sobre a organização das estruturas verticais, a unificação das datas-bases e campanhas salariais e a criação de departamentos por ramos de atividade. Em abril de 1989 é criado o Departamento Nacional dos Químicos da CUT, com o objetivo de articular nacionalmente

⁴⁹ Pra uma leitura mais aprofundada da organização sindical neste período ver Leôncio Martins Rodrigues, Roberto Vêras de Oliveira (2003), Ivan Jackson Rodrigues (200..) e Éder Sader (1988).

⁵⁰ O Congresso contou com 5.054 delegados eleitos em assembleias de todo o país, representando 911 oposições e direções sindicais.

⁵¹ Os químicos de São Paulo e do ABC participaram da fundação da CUT em 1983 já na condição de direção dos sindicatos desta categoria, enquanto nas demais cidades os químicos da CUT atuavam ainda enquanto grupos de oposições sindicais. Os plásticos de São Paulo que eram vinculados a CUT também participaram da fundação da CUT na condição de oposição sindical, já que as eleições para o sindicato nesta cidade só foram ganhas em 1985.

o ramo e incentivar a criação de departamentos estaduais. O Departamento Nacional dos Químicos da CUT transforma-se, no ano de 1992, em confederação, nascendo então a Confederação Nacional do Ramo Químico (CNQ-CUT). No congresso da CNQ-CUT, realizado em agosto de 1995, formam-se secretarias regionais do ramo e ampliam-se as discussões para a integração de outros setores, como o do petróleo, vidro e papel. Nesse congresso é decidida a filiação da CNQ à antiga ICEF, atual ICEM (Federação Internacional dos Trabalhadores da Química, Energia, Minas e Indústrias Diversas). Atualmente, a CNQ conta com 58 Sindicatos filiados, além de 02 federações e um Sindicato nacional, representando cerca de 280.000 trabalhadores químicos em todo o país.

A história da CUT sempre foi marcada pela disputa interna, por ser composta por tendências. A partir do III Congresso Nacional da CUT em 1988, as diferenças de concepção política e sindical foram se acirrando no interior desta Central, até que no IV e V Congressos, realizados respectivamente em 1991 e 1994, estas diferenças se transformaram em fortes disputas entre os setores reunidos na *CUT pela Base*, e os setores que integravam a maioria da direção da Central, reunidos na *Articulação Sindical*. Esta disputa se reproduziu em nível nacional em todo o movimento sindical cutista e deu origem à formação de um movimento autodenominado *Esquerda Química*, constituído em 2005 no interior da CNQ. Na visão deste grupo⁵², era necessário que a CUT e a CNQ mantivessem um enfrentamento mais direto contra as políticas neoliberais, privilegiando a mobilização e não os processos de negociação, amparado na idéia de um sindicalismo mais propositivo defendido pela maioria da direção da CUT a partir de meados dos anos 90.

Participavam da *Esquerda Química* os dirigentes sindicais dos Sindicatos dos Químicos de Campinas, Osasco, Vinhedo, São José dos Campos⁵³, parte da direção dos químicos de São Paulo e também Sorocaba⁵⁴. Em 1996, um encontro estadual decide que a *Esquerda Química* atuaria de forma conjunta nas campanhas salariais e unificariam mobilizações, além de atuar de forma unitária no interior da CNQ. Essa ação contribui para

⁵² Sem pretender entrar em maiores detalhes sobre as posições defendidas pelos diferentes grupos, esta referência à formação da *Esquerda Química* é importante para entendermos a origem da divisão interna na CNQ e o modo como ela se expressa atualmente no interior da FETQUIM.

⁵³ Nos anos 90 chamava-se Sindicato dos Químicos de Jacareí e Região. Foi nesta cidade que nasceu a entidade.

⁵⁴ O Sindicato dos Químicos de Sorocaba e Região foi filiado a CUT e sua direção participou por um período da *Esquerda Química*. No final dos anos 90 esta entidade decide sair da CUT e atualmente está filiada a FEQUIMFAR e a Força Sindical.

uma reorganização da representação dos Químicos no interior da CNQ-CUT e foi decisiva para a constituição do Sindicato dos Químicos Unificados, atualmente filiado a FETQUIM. O Sindicato dos Químicos de São José dos Campos, embora inicialmente participasse da *Esquerda Química* e da tentativa de organização do sindicato dos Químicos Unificados, se afasta mais rapidamente da CUT e decide se filiar à Conlutas, não participando até o final do processo de unificação dos sindicatos dos químicos de Campinas, Osasco e Vinhedo que resultaram na formação do Sindicato dos Químicos Unificados.

Logo após organizarem a CNQ, os sindicatos filiados a CUT no Estado de São Paulo iniciam (em 2003) um movimento pela fundação de uma Federação Estadual, que representasse os trabalhadores do ramo químico e unificasse os sindicatos que não estavam de acordo com a organização oficial coordenada pela FEQUIMFAR. Na visão dos sindicatos de origem cutista, a Federação conduzia as campanhas salariais de forma burocrática, sem o envolvimento e a mobilização dos trabalhadores, resultando que quase a totalidade das datas-bases era julgada pela Justiça do Trabalho, sem que houvesse um processo de negociações entre os sindicatos e as entidades patronais. Além disso, as campanhas salariais eram fragmentadas e dispersas, com a realização de 05 datas-bases diferentes. A Federação, por força de lei, era depositária de 15% do valor recolhido da *Contribuição Sindical*⁵⁵ (ou Imposto Sindical) dos trabalhadores do ramo químico em nível estadual, estando incluídos neste montante a contribuição sindical paga pelos trabalhadores vinculados aos sindicatos cutistas.

Em Junho de 2007, finalmente a Federação dos Trabalhadores do ramo Químicos da CUT no Estado de São Paulo é reconhecida pelo Ministério do Trabalho e passa a representar, além de politicamente, também oficialmente os Sindicatos dos Químicos do ABC, Químicos Unificados de Campinas, Osasco e Vinhedo e o Sindicato dos Químicos de

⁵⁵ A contribuição sindical está prevista nos artigos 578 a 591 da CLT. Possui natureza tributária e é recolhida compulsoriamente pelos empregadores no mês de janeiro e pelos trabalhadores no mês de abril de cada ano. O art. 8º, IV, in fine, da Constituição da República prescreve o recolhimento anual por todos aqueles que participem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, independentemente de serem ou não associados a um sindicato. Tal contribuição deve ser distribuída, na forma da lei, aos sindicatos, federações, confederações e à "Conta Especial Emprego e Salário", administrada pelo MTE. O objetivo da cobrança é o custeio das atividades sindicais e os valores destinados à "Conta Especial Emprego e Salário" integram os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Compete ao MTE expedir instruções referentes ao recolhimento e à forma de distribuição da contribuição sindical (Competência do MTE: artigos 583 e 589 da CLT).

São Paulo. O Sindicato dos Químicos de São José dos Campos, que decidiu sair da CUT em Setembro de 2005, não se integrou à nova Federação (FETQUIM).

3.3. A CONLUTAS

Dois anos após a vitória de Lula nas eleições presidenciais, um conjunto de entidades se reúne em Luziânia, no Distrito Federal, e decidem se desfiliar da CUT. Os delegados presentes naquele encontro realizado no dia 16 de junho de 2004 entendiam que era necessário construir uma nova alternativa no campo sindical. Os militantes presentes lançaram um manifesto na qual anunciavam a opção de ruptura com a Central Única dos Trabalhadores. Em maio de 2006, na cidade de Sumaré no Estado de São Paulo, é fundada a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). Seu primeiro Congresso, em Julho de 2008, aprova seus estatutos e solicita seu registro junto ao Ministério do Trabalho. A estrutura da Conlutas inova ao apresentar a coexistem no seu interior de movimentos sociais, populares e estudantis. O Sindicato dos Químicos de São José dos Campos é o único sindicato químico no estado filiado a Conlutas⁵⁶, mas acaba se articulando informalmente com a FETQUIM durante os processos de negociação do contrato coletivo de trabalho.

3.4. A convenção coletiva dos segmentos de limpeza e farmacêutico

Dois segmentos do ramo químico no estado de São Paulo realizam negociações fora da data-base do dia 1º de novembro, data em que são negociados entre os sindicatos e as entidades patronais os contratos coletivos de trabalho dos segmentos químico/petroquímico, LHPC e Plástico. Os motivos desta separação são diferenciados e implicam, no caso do segmento farmacêutico, em uma discussão razoavelmente polêmica entre os dirigentes sindicais sobre os resultados deste processo iniciado a partir de 2004, quando este segmento passou a realizar sua data base separadamente, no dia 1º de abril. Uma parte dos dirigentes sindicais avalia que a separação da data base do segmento farmacêutica foi correta, na medida em que a realização de negociações mais específicas teria maior potencial para ampliação das conquistas, tendo em vista o maior poder econômico deste segmento. Outra parte dos dirigentes sindicais considerou a separação da data base uma decisão equivocada,

⁵⁶ A atual estrutura organizativa da Conlutas prevê uma coordenação estadual e um grupo de trabalho ligado ao ramo químico, mas estes organismos não são reconhecidos pelo CEAG-10/FIESP.

por compreenderem que a mesma enfraqueceria a negociação coletiva do conjunto dos segmentos, que até então se dava de forma unificada onde todos participavam de uma mesma mesa de negociação.

3.4.1. O caso do segmento de Limpeza

No final dos anos 80, uma articulação entre lideranças ligadas a sindicatos de base do ramo químico resultou na fundação de uma entidade estadual própria para representar os trabalhadores das indústrias de limpeza no estado de São Paulo. Apesar de atípico, o acordo entre as lideranças permitiu que à época nenhuma entidade contestasse seu registro junto ao Ministério do Trabalho, consolidando-se enquanto entidade sindical de base estadual, com data base e contratos coletivos próprios, desvinculado dos demais segmentos do ramo químico. Ou seja, é uma negociação total separada das realizadas pelas Federações no âmbito do CEAG-10.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos de Limpeza do Estado de São Paulo (SITIPLESP) foi fundado em 19 de maio de 1988 e tem data-base em 1º junho. A entidade assina suas convenções com o Sindicato Nacional das Indústrias de Produtos de Limpeza. Operando na prática como uma entidade de 2º grau, o SITIPLESP é uma constituição *sui generis*, pois não acompanha a dinâmica estadual de negociações e não está enquadrado na estrutura sindical tradicional. Sua base é de extensão estadual, representando 14.348 trabalhadores (RAIS 2008), e está presente na maior parte dos municípios de São Paulo, abrangendo os trabalhadores das indústrias fabricantes de produtos de limpeza, sabão, saponáceo, detergentes, lã de aço, palha de aço, inseticidas, raticidas, amaciantes, desinfetantes, desentupidores, ceras, pomadas e pasta para polimentos, removedores, substância para tratamento da água, alvejantes, amido e gomas, desodorizadores de ambiente e produtos de higiene pessoal. Por estar fora do escopo desta pesquisa, este setor não será avaliado nesta dissertação.

3.4.2. O caso do segmento Farmacêutico

O segmento farmacêutico, com cerca de 40.000 empregos formais⁵⁷ no estado de São Paulo, passou a realizar, desde 2004, seu próprio processo de negociação coletiva, transferindo sua data base do dia 1º de novembro (data em que era realizada a negociação unificada entre todos os segmentos do ramo químico) para o dia 1º de abril. Embora esta separação da data base não tenha representado nenhuma alteração em relação às estruturas de representação sindical existentes, já que o segmento farmacêutico continuou sendo representado pelos mesmos sindicatos do ramo químico. A mudança na representação se deu apenas em relação à bancada patronal, que passou a ser composta apenas pela entidade ligada ao segmento farmacêutico no estado de São Paulo (SINDUSFARMA - Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo).

O Quadro 3.1 resume as principais diferenças que surgiram entre as negociações coletivas nos segmentos após a divisão da data base dos farmacêuticos em 2004, tomando como referência para esta comparação a Convenção Coletiva de Trabalho do segmento Farmacêutico, assinada em abril de 2009, e a Convenção assinada pelos demais segmentos do ramo químico no estado de São Paulo (químico/petroquímico, LHPC e plástico), válida para o período 2008/2010, incluindo as informações do aditivo anual da Convenção homologado em dezembro de 2009. Neste quadro podemos perceber que as alterações mais importantes da convenção dos farmacêuticos na comparação com os demais segmentos são os relativos ao reajuste dos salários (com reajustes menores que os obtidos pelos demais segmentos), o piso salarial, a jornada de trabalho e a participação nos lucros e resultados. Em relação às cláusulas sociais, observa-se uma pequena melhora no acordo dos farmacêuticos, com maiores prazos e garantias se comparadas ao acordo dos demais segmentos. Por fim, há uma adição de cláusulas que criam novos benefícios na convenção dos farmacêuticos, como no caso do subsídio aos medicamentos, e outras que buscam avançar em alguns aspectos relacionados com a organização sindical, relativos à sindicalização e a organização de grupos de trabalhos temáticos.

⁵⁷ É importante ressaltar, novamente, que entre os empregados do segmento farmacêutico existe uma elevada concentração de técnicos e de outras ocupações vinculadas a outras entidades sindicais, que não as do ramo químico. Segundo os dados da RAIS (2008) há 52.377 empregados ligados ao segmento farmacêutico no estado de São Paulo. No entanto, pela própria estimativa dos sindicatos, cerca de 10.000 não descontam o imposto sindical para os sindicatos do ramo químico, pertencendo à base de representação sindical de outras categorias profissionais.

Quadro 3.1
Principais diferenças entre as Convenções de Trabalho dos farmacêuticos e demais segmentos do Ramo Químico – Estado de São Paulo, 2009.

CLÁUSULAS CONTRATUAIS	FARMACÊUTICOS	DEMAIS SEGMENTOS
REAJUSTE DE SALÁRIOS	Reajuste de 6,0% para os salários nominais até R\$ 4.800,00 . Para os salários nominais superiores a R\$ 4.800,00 , o valor fixo de R\$ 288,00 .	Reajuste de 6,0% para os salários nominais até R\$ 5.811,77 . Para os salários nominais superiores a R\$ 5.811,77 o valor fixo de R\$ 349,71 .
ABONO INDENIZATÓRIO	As empresas concederão, em caráter excepcional, uma única vez, um abono indenizatório no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a ser pago até 31 de agosto de 2009, aos empregados em atividade em 31/03/2009. O pagamento do abono indenizatório será estendido aos empregados afastados por acidente do trabalho nos últimos doze meses ou em gozo de licença maternidade, bem como aos empregados abrangidos pelas Leis 6.708/79 e 7238/84.	NÃO CONSTA
SALÁRIO NORMATIVO	O salário normativo de R\$ 780,00 por mês.	O salário normativo de R\$ 815,00 por mês.
FÉRIAS	O empregado que retornar do período de férias e for dispensado sem justa causa, antes de decorridos 20 dias , fará jus a uma indenização especial de valor equivalente a 01 (um) salário nominal Não poderão ser descontados do período aquisitivo das férias os afastamentos por acidente de trabalho ou doença profissional no primeiro ano do afastamento do empregado, a partir da vigência dessa convenção	O empregado que retornar do período de férias e for dispensado sem justa causa, antes de decorridos 15 dias , fará jus a uma indenização especial de valor equivalente a 01 (um) salário nominal NÃO CONSTA
LICENÇA PARA EMPREGADA ADOTANTE	Quando da adoção na faixa etária de 13 (treze) a 36 meses as empresas concederão as suas expensas uma licença adicional de 60 dias.	Quando da adoção na faixa etária de 13 (treze) a 24 meses as empresas concederão as suas expensas uma licença adicional de 60 dias.
JORNADA DE TRABALHO	40 horas semanais	44 horas semanais
COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO DOENÇA, ACIDENTE DE TRABALHO, DOENÇA PROFISSIONAL E 13º SALÁRIO	Quando o empregado não tiver direito ao auxílio previdenciário, por não ter ainda completado o período de carência exigido pela Previdência Social, a empresa pagará seu salário nominal entre o 16º.e o 200º. dia de afastamento, respeitando também o limite máximo de contribuição previdenciária. O empregado afastado por auxílio-doença terá, ao seu retorno ao serviço, garantia de emprego ou salário, por igual período ao do afastamento, limitado esse direito ao máximo de 50 dias .	Quando o empregado não tiver direito ao auxílio previdenciário, por não ter ainda completado o período de carência exigido pela Previdência Social, a empresa pagará seu salário nominal entre o 16º.e o 150º. dia de afastamento, respeitando também o limite máximo de contribuição previdenciária. O empregado afastado por auxílio-doença terá, ao seu retorno ao serviço, garantia de emprego ou salário, por igual período ao do afastamento, limitado esse direito ao máximo de 45 dias .
MUDANÇA DE MUNICÍPIO	Para aqueles (fncionários) que acompanharem a empresa e comprovadamente mudaram o seu domicílio e forem dispensados no período inferior a 06 meses da mudança, será garantida uma indenização de um salário nominal do empregado.	Para aqueles (fncionários) que acompanharem a empresa e comprovadamente mudaram o seu domicílio e forem dispensados no período inferior a 02 meses da mudança, será garantida uma indenização de um salário nominal do empregado.
FALTAS E HORAS ABONADAS	As empresas não descontarão as ausências da empregada gestante para realização de exames e/ou consultas médicas, mediante justificativa ou declaração elaborada pelo médico ou responsável, desde que entregue ao serviço médico da empresa ou departamento pessoal da mesma. Até 16 (dezesseis) horas por ano, para acompanhar cônjuge, companheiro(a) ou filho em exames clínicos, desde que coincida com o horário de trabalho e cuja prescrição médica exija acompanhante.	NÃO CONSTA NÃO CONSTA
AUXÍLIO-FUNERAL	No caso de falecimento de empregado, a empresa pagará ao beneficiário legal, na forma	No caso de falecimento de empregado, a empresa pagará ao beneficiário legal, na forma da legislação

	da legislação previdenciária, numa única vez, a título de auxílio-funeral, contra apresentação do atestado de óbito, o valor correspondente a 05 salários normativos em vigor na data de pagamento do benefício.	previdenciária, numa única vez, a título de auxílio-funeral, contra apresentação do atestado de óbito, o valor correspondente a 04 salários normativos em vigor na data de pagamento do benefício.
AUXÍLIO-CRECHE	O reembolso (para despesas com guarda e vigilância dos filhos) será devido independentemente do tempo de serviço na empresa e cessará 30 meses após o término do licenciamento compulsório, ou antes, deste prazo na ocorrência de cessação do contrato de trabalho; o prazo de trinta meses é válido apenas para a opção de reembolso	O reembolso (para despesas com guarda e vigilância dos filhos) será devido independentemente do tempo de serviço na empresa e cessará 24 meses após o término do licenciamento compulsório, ou antes, deste prazo na ocorrência de cessação do contrato de trabalho; o prazo de trinta meses é válido apenas para a opção de reembolso
DIRIGENTE SINDICAL - ABONO DE AUSÊNCIAS	O limite será de 30 ausências remuneradas, não cumulativas, por vigência da Convenção, quando houver um dirigente sindical na empresa; quando houver dois dirigentes o limite total será de 60 ausências , e no caso de três dirigentes o limite será de 90 ausências remuneradas e não cumulativas consideradas coletivamente.	O limite será de 25 ausências remuneradas, não cumulativas, por vigência da Convenção, quando houver um dirigente sindical na empresa; quando houver dois dirigentes o limite total será de 50 ausências , e no caso de três dirigentes o limite será de 75 ausências remuneradas e não cumulativas consideradas coletivamente.
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS	O pagamento da PLR corresponderá, para as empresas com até 100 empregados ao valor de R\$ 800,00 e para as empresas acima de 100 funcionários ao valor de R\$ 930,00 .	O pagamento da PLR corresponderá a R\$ 600,00 .
NOVAS CLÁUSULAS ADICIONADAS NA CONVENÇÃO DE TRABALHO DOS FARMACÊUTICOS		
SINDICALIZAÇÃO	Com o objetivo de incrementar a sindicalização dos empregados, as empresas colocarão a disposição dos respectivos Sindicatos da categoria profissional, duas vezes por ano até 02 (dois) dias, locais e meios para esse fim. O período será agendado de comum acordo pelas partes com antecedência prévia de pelo menos 15 (quinze) dias, sendo essa atividade desenvolvida no recinto da empresa, fora do ambiente da produção, em locais previamente autorizados e, preferencialmente, nos períodos de descanso da jornada normal de trabalho	
PERFIL PROFISSIONÁRIO PREVIDENCIÁRIO	As empresas se obrigam a apresentar o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) no ato da homologação do empregado, ou por ocasião do pagamento da rescisão contratual quando não houver homologação.	
CONTA SALÁRIO	Fica assegurado no prazo de 90 (noventa) dias, a realização, em conjunto com a entidade sindical de trabalhadores e as empresas, de consulta aos trabalhadores acerca do interesse em manter a conta salário ou conta bancária, que eventualmente é adotada pela empresa.	
CESTA BÁSICA OU VALE-ALIMENTAÇÃO	Será concedido a todos os empregados Auxílio Alimentação no valor mensal de R\$ 45,00. Tal benefício poderá ser concedido mediante o fornecimento de cesta de alimentos ou vale-alimentação.	
ACESSO DE MEDICAMENTOS AOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA	Envolve a implementação do programa de acesso apenas para medicamentos de venda sob prescrição médica e mediante apresentação da receita médica. As empresas com mais de 100 (cem) empregados subsidiarão aos seus empregados e dependentes previstos no plano de assistência médica (de acordo com tabela de salários).	
CONCILIAÇÃO VOLUNTÁRIA DE DIVERGÊNCIAS	Com o objetivo de conciliar as divergências oriundas do cumprimento e aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, sempre que houver conflito ou divergência entre as partes, as mesmas recorrerão a Comissão Paritária	
GRUPOS DE TRABALHO	As comissões e ou grupos de trabalho que ainda não iniciaram os trabalhos terão prazo de trinta dias para apresentar cronograma de trabalho, a partir da assinatura da presente convenção. <i>(Ao lado figuram as comissões previstas no acordo).</i>	a) Organização no local de trabalho
		b) Qualificação e requalificação profissional
		c) Pesquisas qualitativas e quantitativas
		d) Comissões permanentes de negociação
		e) segurança do trabalho, saúde e meio ambiente
		f) Assédio moral e sexual, gênero, raça e etnia

Fonte: Convenções de Trabalho dos Farmacêuticos (2009/2011) e dos demais segmentos (2008/2010). Elaboração própria.

Os dirigentes sindicais favoráveis a esta mudança de data base argumentavam que a realização das negociações em separado favoreceria os trabalhadores do segmento farmacêutico, na medida em que o maior poder econômico das empresas deste segmento abriria espaço para maiores concessões econômicas e sociais na convenção coletiva desta categoria. Além disso, a realização das datas bases em períodos diferenciados (1º de

novembro para os demais segmentos e 1º de abril para o segmento farmacêutico), segundo a visão destes setores, permitiria aos sindicatos uma maior dedicação no acompanhamento específico das empresas e na mobilização da categoria nestes diferentes segmentos. Outro argumento favorável à divisão da data base era o de que tal decisão permitiria a constituição de uma mesa de negociação entre os sindicatos e as entidades patronais do segmento farmacêutico que possibilitasse uma discussão mais pormenorizada sobre as condições de trabalho, remuneração e organização dos trabalhadores em diferentes empresas deste segmento. Algo que não seria possível no modelo anterior, em que as entidades patronais de todos os segmentos participavam de uma mesma mesa de negociação, impedindo o tratamento de temas mais específicos. Estes setores também argumentam que na situação anterior, em que a data base era unificada, a possibilidade de maiores concessões era bloqueada pela demanda dos segmentos com menor poder econômico, como era o caso do segmento plástico, que com um maior número de representantes nas mesas de negociação acabavam pressionando “para baixo” os termos da negociação entre os sindicatos e as entidades patronais. O exemplo concreto utilizado posteriormente pelos setores que defenderam a divisão da data base dos farmacêuticos para justificar o acerto desta decisão foi a conquista obtida pelos trabalhadores deste segmento com a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salários.

Os dirigentes sindicais contrários a este processo argumentavam que a divisão da data base do segmento farmacêutico representaria uma contradição com o movimento protagonizado pelos sindicatos cutistas ao longo dos anos 80 e 90, em que a realização de campanhas salariais e de convenções coletivas unificadas por ramo de atividade era considerada uma medida indispensável para aumentar a coesão e a capacidade de mobilização dos trabalhadores, visando uma maior igualdade nas cláusulas negociadas no contrato coletivo de trabalho entre os trabalhadores dos diferentes segmentos. Estes setores também alegavam que a separação da data base dos farmacêuticos representou logo de imediato uma perda salarial para os trabalhadores: enquanto os demais setores do ramo químico conquistaram 8% de reajuste em 2004, com um aumento real nos salários de 2,28%, o segmento farmacêutico obteve um reajuste de 5,72%, representando apenas a reposição da inflação acumulada no período. Em abril de 2005, já com a nova data base em

vigor, o reajuste salarial foi de 3,08%, novamente representando apenas a reposição da inflação acumulada desde novembro de 2004 – período de ajuste entre a separação da data base e sua efetivação. O aumento da PLR de R\$ 400,00 para R\$ 550,00 no primeiro acordo após a divisão da data-base teria sido, na opinião dos críticos da separação, uma medida inócua, tendo em vista que quase todas as empresas farmacêuticas já adotavam programas de PLR específicos que, minimamente, representavam o dobro deste valor. Em relação a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, argumentavam que através de acordos específicos algumas empresas do segmento farmacêutico já haviam reduzido a jornada de trabalho, ainda a extensão desta medida para o conjunto da categoria farmacêutica no estado de São Paulo tenha ocorrido somente após a separação da data-base.

Talvez o argumento mais contundente utilizados contra a divisão da data base dos farmacêuticos naquele momento tenha sido o de que esta medida atenderia diretamente os interesses das entidades patronais, já que sua realização no mês de abril facilitaria a pressão dos empresários sobre o governo no sentido de obterem maiores índices de reajustes dos preços dos medicamentos, utilizando como argumento a necessidade de repassar aos preços dos remédios o aumento concedido aos trabalhadores. No documento enviado à assessoria econômica do Tribunal do Trabalho, os sindicatos patronais do segmento farmacêutico argumentam que *“os mecanismos que determinam a formação de preços dos medicamentos no Brasil estão definidos nas normas de regulação para o setor farmacêutico (Lei n. 10742, de 06/10/2003 e Resolução CMED n.1, de 27/02/2004) cuja legislação não contemplou, no seu contexto, a incorporação do reajuste salarial da categoria”*.

4. Negociação coletiva e ação sindical em diferentes contextos

As diferentes conjunturas econômicas, sociais e políticas que se sucederam no país a partir dos anos de 1980 exerceram influência sobre as estratégias de ação sindical e condicionaram de modo objetivo os avanços e retrocessos obtidos por diversas categorias profissionais e seus respectivos sindicatos ao longo deste período, no que diz respeito à negociação dos contratos coletivos de trabalho no Brasil. Se nos anos oitenta, apesar do contexto de uma economia em crise marcada pela recessão e a escalada inflacionária, o movimento sindical conseguiu obter avanços na institucionalização de direitos sociais e

trabalhistas, enquanto expressão do processo mais amplo de redemocratização da sociedade brasileira; nos anos noventa, frente à acelerada abertura da economia, a estabilização monetária, o baixo crescimento médio do produto e a explosão do desemprego, os sindicatos passaram a enfrentar um cenário bastante adverso, em que as empresas, buscando adaptar-se ao novo cenário competitivo, passaram a adotar uma série de medidas de ajustes que visavam reduzir os custos do trabalho e, apoiados nas alterações promovidas pelo próprio governo, flexibilizar a legislação trabalhista. Este cenário defensivo para a ação sindical perdurou pelo menos até o ano de 2004, quando a economia brasileira voltou a registrar um maior crescimento médio do produto e do emprego formal, em uma nova conjuntura em que os sindicatos voltaram a obter maiores reajustes reais de salários e alguns avanços nas cláusulas sociais dos contratos coletivos de trabalho.

Considerando as condicionalidades impostas por estes diferentes contextos econômicos, sociais e políticos, passaremos agora a analisar de que modo eles se expressaram no âmbito das negociações coletivas do ramo químico ao longo deste período, com destaque para os impactos percebidos a partir dos anos noventa. O balanço deste processo, além dos avanços e retrocessos nos termos do contrato coletivo de trabalho, buscará identificar quais as estratégias de ação foram adotadas pelos sindicatos nos diferentes períodos e que novos temas foram sendo introduzidos na agenda de mobilização dos sindicatos. Para esta análise é importante destacarmos que, apesar da existência de diferentes bancadas de negociação e da diversidade de vertentes políticas entre os sindicatos do ramo químico no estado de São Paulo, a convenção coletiva assinada pelas duas Federações de trabalhadores ligadas ao ramo químico no estado são negociadas na mesma data base (1º de novembro) e tem basicamente a mesma configuração, coincidindo inclusive na grande maioria das cláusulas que compõem os dois acordos (com exceção do segmento farmacêutico, que desde 2004 realiza sua data base no dia 1º de abril, conforme explicitado anteriormente). Essa coincidência entre as convenções coletivas nos permite realizar um balanço comum a respeito dos avanços e retrocessos do ponto de vista dos direitos conquistados pelos trabalhadores do conjunto do ramo químico no estado de São Paulo, observando os contratos coletivos de trabalho assinados nos últimos anos no âmbito das duas Federações.

4.1. Negociação coletiva nos anos 80 e 90

No decorrer dos anos de 1980, no que pese o longo processo de estagnação de nossa economia, o movimento sindical brasileiro obteve conquistas e avanços importantes no campo da negociação coletiva⁵⁸. O movimento pela redemocratização política do país teve em seu bojo um rico processo de reorganização do movimento sindical, num contexto de retomada das mobilizações e movimentos grevistas da classe trabalhadora nas principais categorias profissionais do país e que deram impulso a formação de uma nova geração de dirigentes sindicais, com a consolidação de direitos democráticos e avanços importantes em termos de direitos trabalhistas, em grande parte consolidados pela constituinte de 1986-88 ou Constituição de 1988.

O marco inicial para a avaliação deste processo no âmbito do ramo químico foi a vitória da oposição sindical cutista nas eleições do sindicato dos químicos de São Paulo e no sindicato dos químicos do ABC, em 1982, quando o processo de negociação entre o sindicato e as entidades patronais sofreu uma importante mudança de rumos em comparação com o período anterior, em que as negociações eram conduzidas pela Federação dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica do Estado de São Paulo e estavam restritas, na maioria das vezes, às discussões com o empresariado apenas no período da data base.

“Até o início dos anos 1980, praticamente não existia negociação coletiva. A Federação dos Trabalhadores da Indústria Química e farmacêutica do estado de São Paulo centralizava a discussão da renovação das condições de trabalho, por meio da interposição de dissídios coletivos no Tribunal Regional do Trabalho, cuja sentença normativa atingia todos os sindicatos no estado. Nesse período, a Federação representava 22 sindicatos espalhados em cinco datas-bases diferentes. As diferenças se davam apenas nos índices de reajuste, que variavam de acordo com a data-base”. (TEIXEIRA, 2002: 176)

A partir da vitória das oposições cutistas nas eleições sindicais as novas diretorias dos sindicatos dos químicos de São Paulo e do ABC imprimiram uma outra dinâmica às negociações, incorporação um grande número de novas demandas e privilegiando uma maior “organização das bases e assumindo uma postura de enfrentamento mais direto com

⁵⁸ Para um estudo mais aprofundado sobre o padrão de regulação do mercado de trabalho no Brasil ver José Dari Krein (2007).

o setor empresarial”. (BRANDÃO, 1991. In TEIXEIRA, 2002: 177). Com isso os sindicatos dos químicos lograram diversificar e ampliar os temas da pauta de negociação, embora nem todos os pontos negociados tenham se convertido em acordo. De modo geral, foram obtidos avanços, com o visível aumento do número de cláusulas salariais acordadas nos temas relacionados à melhoria das condições de trabalho e na estabilidade para grupos específicos de trabalhadores, incluindo os adicionais e gratificações.

Em relação aos adicionais e gratificações, houve um aumento significativo das cláusulas de adicional noturno e por hora extra em relação ao fixado por lei. A estabilidade para o trabalhador acidentado passou de 180 dias para 270 dias no acordo de 1989-1990, 300 dias em 1990-1991 e 330 dias a partir de 1992-1993. Também houve avanços na estabilidade para o trabalhador próximo da aposentadoria e ampliação da estabilidade da gestante para mais de 30 dias além do estipulado por lei. Duas cláusulas relacionadas às condições de trabalho foram incluídas no acordo coletivo: 1) condições de trabalho das gestantes; 2) recusa ao trabalho por risco grave ou eminente. Em 1984 estes sindicatos obtiveram uma de suas maiores conquistas desta década com a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais - direito generalizado para todos os trabalhadores somente na Constituição de 1988. Apesar do esforço dos sindicatos, o direito a organização no local do trabalho jamais foi incluído nos instrumentos coletivos.

Outro destaque importante deste período foi a centralidade adquirida pelas reivindicações salariais, em que a escalada inflacionária levou os sindicatos a pleitearem o reajuste integral em intervalos de tempo cada vez mais curtos: reajuste anual (1978); reajuste trimestral (1982-1985); escala móvel de salários (1986-1987); reajuste mensal (1988); e por fim o reajuste semanal (1989), quando neste ano a inflação havia atingido o índice anual de 1.789% (IGP-FGV). No caso do Sindicato dos Químicos os índices acordados, em geral, foram suficientes para recompor as perdas acumuladas, havendo anos inclusive em que os reajustes dos salários foram superiores aos índices previstos nas leis salariais, como em 1985 e 1987. (BRANDÃO, 1991. In. TEIXEIRA, 2002).

“(...) ao longo da década de 80, o ramo químico, com a vitória das oposições sindicais no início da década, ampliou as pautas de reivindicações, com importantes avanços para os trabalhadores. Novos temas foram para as mesas de negociação,

como cláusulas ligadas à saúde, condições de trabalho, jornada, creche, entre outros. A década de 80 foi marcada por elevados índices inflacionários e sucessivos planos econômicos, no intuito de se debelar a inflação. Os pacotes econômicos sempre impunham perdas aos trabalhadores. As mobilizações em torno da reposição da inflação, associadas a um clima político de intensa euforia com a abertura política, o surgimento de partidos de esquerda com forte expressão nacional e a fundação da CUT conformavam um quadro político-sindical bastante positivo para as grandes mobilizações. E, atuando nesta conjuntura favorável, o Sindicato dos Químicos e Plástico de São Paulo realizou assembléias na rua, reunindo, em inúmeras oportunidades, cerca de 5 mil trabalhadores. Naquele período, as diferenças entre os diversos setores que compõem o ramo químico persistiam, mas eram camufladas pela existência de uma pauta comum: a recuperação das perdas salariais causadas pela inflação” (TEIXEIRA, 2002: 125-126).

A partir dos anos 90, num quadro de explosão do desemprego urbano e flexibilização dos direitos trabalhistas, os sindicatos tiveram a sua capacidade de mobilização reduzida e passaram a desenvolver uma estratégia de ação sindical voltada quase que exclusivamente para a manutenção das conquistas obtidas na década anterior. Entre as medidas mais importantes enfrentadas pelos sindicatos destaca-se: 1) o fim da política salarial, que acabou com qualquer mecanismo oficial de reposição dos salários e estabeleceu a “livre negociação” entre os sindicatos e entidades patronais, em condições adversas para os primeiros; e 2) a adoção de um conjunto de medidas de flexibilização em relação à alocação do trabalho, ao tempo de trabalho e a remuneração.

Quadro 3.2
Principais iniciativas institucionais nas relações de trabalho, após o Plano Real. Brasil, 1994-2000.

TEMA	INICIATIVAS
Trabalho por tempo determinado (Lei 9.601/98)	FLEXIBILIZAÇÃO DA ALOCAÇÃO DO TRABALHO
	. A essência está em desvincular o contrato por prazo determinado da natureza dos serviços prestados;
	. muda os critérios de rescisão e reduz as contribuições sociais;
Denúncia da Convenção 158 da OIT (Decreto 2100/96)	. cria o banco de horas.
	. Ela é ratificada e 10 meses depois foi denunciada pelo governo brasileiro;
	. Elimina mecanismos de inibição da demissão imotivada.
Cooperativas profissionais ou de prestação de serviços (Lei 8.949/94)	. Reafirma a possibilidade de demissão sem justa causa
	. possibilita que trabalhadores se organizem em cooperativas de prestação de serviços e executem o trabalho dentro de uma empresa, sem caracterização de vínculo empregatício e, portanto, sem os direitos trabalhistas assegurados na legislação e na Convenção Coletiva.
	. Jornada de até 25 horas semanais,
Trabalho em tempo parcial (MP 1709/98)	. O salário e os demais direitos trabalhistas serão em conformidade com a duração da jornada trabalhada;
	. Não prevê a participação do sindicato na negociação.
	. Suspensão do contrato de trabalho, por um período de 2 a 5 meses, vinculada a um processo de qualificação profissional, desde que negociado entre as partes;
Suspensão do Contrato de trabalho (MP 1726/98)	. O trabalhador, caso seja demitido após o término da suspensão, tem direito de receber as verbas rescisórias e uma multa de um salário.
	. amplia a possibilidade de utilização da lei (6.019/74) de contrato temporário; generalizando a possibilidade de utilização do contrato de trabalho precário.
Trabalho temporário (Portaria 2, 29/06/96)	. disciplina os limites das despesas com pessoal e estabelece o prazo de dois anos
Setor público: demissão	

(Lei nº. 9.801/99 e Lei complementar nº. 96/99)	para as demissões por excesso de pessoal. . regulamenta a demissão de servidores públicos estáveis por excesso de pessoal.
Banco de Horas (Lei 9.061/1998 e MP 1709/98)	FLEXIBILIZAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO . Possibilita que a jornada seja organizada anualmente conforme as flutuações da produção ou serviço (anualização da jornada); . Amplia para um ano, o prazo de compensação das jornadas semanais extraordinárias de trabalho, através de acordo ou convenção coletiva.
	Liberação do Trabalho aos Domingos (MP 1.878-64/99) Autorizado, a partir de 9 de novembro de 1997, o trabalho aos domingos no comércio varejista em geral, sem a previsão de passar por negociação coletiva.
PLR – Participação nos Lucros e Resultados (MP 1029/94)	FLEXIBILIZAÇÃO DA REMUNERAÇÃO . viabiliza o direito de os trabalhadores participarem dos lucros e resultados da empresa, através da negociação; . determina que o valor da remuneração, em PLR, não incide sobre os encargos trabalhistas e não é incorporado ao salário; . introduz a possibilidade de mediação e arbitragem pública ou privada . define uma periodicidade mínima de 06 meses na distribuição de benefícios de PLR; . Focaliza a negociação na empresa; . Abre a possibilidade da remuneração variável; . Retira o foco da mobilização por salário real/produtividade; . Introduz os temas da agenda da empresa na negociação; . É uma alternativa ao fim da política salarial, ao possibilitar algum ganho de remuneração sem reajuste nos salários.
	Política Salarial (Plano Real) (MP nº. 1053/94) . Elimina a política de reajuste salarial, através do Estado; . Proíbe as cláusulas de reajuste automático de salários; . Procura induzir a “livre negociação”, mas com controle para não haver reajuste real nem nas negociações e nem no Judiciário.
	Salário Mínimo (MP1906/97) . acaba com um índice de reajuste oficial de correção do salário mínimo. O seu valor será definido pelo Poder Executivo, sob apreciação do Congresso Nacional. . salário mínimo regional/estadual (1999)

Fonte: Elaboração KREIN, José Dari (2001).

As novas condições de concorrência ditadas pela abertura da economia e o novo cenário macroeconômico levaram as empresas a adotarem um conjunto de medidas de ajuste defensivo visando a aumentar a competitividade por meio da elevação da produtividade e a redução dos custos do trabalho. Com isso, teve início um processo de maior mobilização das entidades patronais, que endureceram as negociações na tentativa de impor retrocesso nas cláusulas econômicas e sociais consolidadas na década anterior, em especial, no caso do ramo químico, as que tratavam da estabilidade para o portador de sequelas de acidente do trabalho ou doença profissional (direito retirado pelo TRT de São Paulo em 1992); hora extra; adicional noturno, estabilidade para o aposentado, complementação de aposentadoria e reposição da inflação. Os ganhos salariais por produtividade foram retirados da convenção coletiva. Ela passou a ser considerada apenas nas negociações de PLR, geralmente como uma das metas do programa.

A redução da inflação a partir de 1994 fez com que o reajuste dos salários perdesse a força que tinha antes nas campanhas salariais, enquanto um fator de maior mobilização da categoria, tendo em vista que os índices de inflação a partir de então foram muito menores

que os observados nos anos 80. O elevado nível de desemprego reduziu o número de associados, dificultando a mobilização dos trabalhadores e a ação dos sindicatos nos diversos segmentos do ramo químico. Segundo TEIXEIRA, a queda no volume de emprego na base dos sindicatos dos químicos de São Paulo e do ABC foi, respectivamente, de 21% e 23% entre os anos de 1994 e 1998. Além disso, as maiores empresas do ramo químico passaram a adotar suas próprias políticas de recursos humanos, com o pagamento do 14º salário e a adoção de medidas de flexibilização das remunerações, como o pagamento de prêmios e de PLR (Participação nos Lucros e Resultados.). A PLR⁵⁹ foi um dos principais instrumentos de flexibilização da remuneração, tendo sido adotada em um período em que os salários não obtiveram quase nenhum ganho real. Tal medida foi incorporada na convenção coletiva dos químicos a partir de 1995, um ano após sua edição em forma de medida Provisória. O patronato sugeriu a adoção da PLR como compensação de um reajuste menor nos salários, já que ela não é considerada salário, não incidindo, portanto, sobre o seu valor os encargos sociais. Outros setores patronais, beneficiando-se do fato de que a MP não previa a participação dos sindicatos na negociação da PLR, iniciou “negociações” sem qualquer participação dos sindicatos. Somente em 1997, após uma ação de vários sindicatos em nível nacional, incluindo a CNQ, a MP incluiu uma cláusula determinando a presença dos sindicatos nas negociações.

Ainda na esfera da negociação e da ação sindical do ramo químico nos anos 90, outras experiências merecem destaque: 1) a Câmara Setorial do complexo químico e 2) o acordo das prensas injetoras. A primeira experiência, iniciada durante o governo Itamar Franco (1992-1994) e encerrada no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso⁶⁰, foi a de negociação tripartite levada a cabo pelo Sindicato dos Químicos de São Paulo e a CNQ, visando estabelecer uma discussão entre sindicatos, empresas e governo sobre questões mais amplas relacionadas ao funcionamento da cadeia produtiva do complexo químico. A negociação do preço da Nafta, do preço dos medicamentos, a comercialização

⁵⁹ PLR: regulamenta pela Medida Provisória nº. 794, de 29/12/94 (DOU de 30/12/94) e reedições posteriores, foi transformada em Lei nº. 10.101, de 19/12/00, (DOU de 20/12/00).

⁶⁰ As experiências das Câmaras Setoriais, que ocorreram principalmente no governo Itamar Franco, foram sendo gradualmente interrompidas com a nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda e depois com sua eleição para presidente da república, em que as iniciativas tripartites foram sendo deslegitimadas pelo Estado a favor do relacionamento bipartite das chamadas “câmeras escuras”, organizadas entre o governo e setores empresariais sem a participação dos sindicatos. (VILELA, 2002).

dos genéricos e as questões de saúde e segurança no trabalho foram alguns dos novos temas introduzidos pelos sindicatos a partir da constituição das câmaras setoriais, cuja experiência mais significativa nesta época foi a do setor automotivo. Os sindicalistas que foram críticos a este processo argumentavam que esta política de negociações tripartite levaria o sindicato a assumir uma postura de *gerenciador indireto* dos interesses do capital e da empresa. No caso do complexo químico, segundo alguns atores sindicais que participaram deste processo, o maior bloqueio para o avanço de discussões de caráter mais amplo, voltadas à elaboração de uma política industrial para o complexo químico, esbarrou na postura imediatista dos empresários, interessados somente nos temas relacionados ao desempenho econômico das empresas como a política tarifária, a carga tributária e o consumo. Tais divergências de perspectiva e de interesse acabaram inviabilizando o avanço de negociações na câmara do complexo químico, sem que fosse possível se chegar a um acordo mais amplo para o setor. De todo modo, os dirigentes sindicais que participaram desta experiência afirmam que o saldo deste processo foi positivo, especialmente por ter subsidiado os sindicatos com informações técnicas que posteriormente ajudaram na formulação de políticas, como a dos genéricos e da farmácia solidária, além de ter sido um passo inicial para a consolidação posterior do *Acordo das Pensas Injetoras* no segmento plástico. Avaliação que continua guardando controvérsias com os dirigentes sindicais que foram críticos a estas experiências.

O *Acordo das Pensas Injetoras*, negociado entre o sindicato e as entidades patronais em 1995, foi considerado o mais importante acordo obtido em relação a prevenção de acidente de trabalho no ramo químico, tendo em vista que metade dos acidentes de trabalho no segmento plástico eram causados por estas máquinas, obsoletas e sem segurança. O acordo previa o direito de recusa (o trabalhador pode se recusar ao trabalho que apresente risco eminente à saúde ou a vida) e mais recentemente foi ampliado para as máquinas extrusoras e de moinho⁶¹.

“A Convenção de Segurança em Máquinas Injetoras de Plástico do Estado de São Paulo é fruto de um esforço para superar a grave situação de risco de

⁶¹ Uma questão observada pelos dirigentes sindicais sobre o acordo é que sua abrangência, limitada ao estado de São Paulo, tem provocado a transferência de parte das máquinas substituídas no estado (as novas máquinas tem um selo de segurança emitido pela comissão de acompanhamento do acordo) para outros parques produtivos em que o acordo não tem vigor, como no caso dos estados da Bahia e Rio Grande do Sul.

acidentes do trabalho, que resultam em mutilações e esmagamentos de membros superiores (mãos e braços) de trabalhadores que operam essas máquinas. Em 1993, o então Sindicato dos Trabalhadores Plásticos de São Paulo constatou junto ao Centro de Reabilitação Profissional (CRP) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) da Capital e Grande São Paulo que só esta máquina fora responsável no ano anterior por metade dos casos de reabilitação profissional na região. Naquele período foi observado que não existia qualquer orientação legal ou norma de proteção no país para este tipo de máquina. O Atraso tecnológico era particularmente grave no aspecto de segurança. Países desenvolvidos como a França, por exemplo, já possuíam norma de segurança para este equipamento desde 1964”. (VILELA, 2002:199).

Ainda no contexto dos anos 90, a grande diferenciação entre as estruturas industriais nos segmentos que compõem o ramo químico, com diferentes graus de estruturação e dinamismo entre as empresas, foi um outro elemento de dificuldade para os sindicatos na negociação dos contratos coletivos neste período. Enquanto as maiores empresas tinham condições de conceder vantagens econômicas muitas vezes superiores às fixadas na convenção coletiva, esvaziando o poder de mobilização dos sindicatos nestes setores, as menores empresas, em que os trabalhadores dependiam mais das convenções coletivas, pressionavam para o rebaixamento dos patamares da negociação. O resultado geralmente era um acordo mediano, que por sua vez desencadeava um processo a parte, de negociações por empresas, como forma de obter maiores avanços em relação ao acordo negociado nas empresas com maior poder de concessão. Embora a negociação por empresa possa ser vista enquanto uma tática de mobilização adotada pelos sindicatos para ampliar as conquistas da convenção coletiva nas empresas com maior poder econômico, tal processo, contraditoriamente, acabava aprofundando a diferenciação entre os trabalhadores dos diferentes segmentos do ramo químico, em particular daqueles em que predominam as empresas de menor porte e com menores condições econômicas para ampliar o patamar já estabelecido nas convenções coletivas. Com isso, vai se aprofundando a diferenciação entre os segmentos e a dificuldade de se criar pautas comuns, capazes de atender aos interesses do conjunto dos trabalhadores do ramo.

4.2. Negociação coletiva e novas agendas (2004-2008)

A partir de 2004, quando o país retoma uma trajetória de maior crescimento do PIB e da atividade industrial, com o crescimento do emprego formal, os sindicatos conseguem

recuperar, ainda que parcialmente, sua capacidade de mobilização, obtendo maiores ganhos reais de salários e alguns avanços nas cláusulas do contrato coletivo de trabalho. Nesta nova conjuntura, os sindicatos do ramo químico passaram a ter resultados mais satisfatórios em relação a sua pauta de reivindicação econômica, especialmente em relação à reposição salarial quando a partir de então passaram a registrar ganhos reais por meio da conquista de reajustes acima da inflação. Embora os reajustes salariais acima da inflação tenha sido uma tendência comum a várias categorias profissionais neste período, os sindicatos do ramo químico no estado de São Paulo estiveram entre aqueles que haviam conquistados os melhores índices de ganho real. As campanhas salariais de 2007 e 2008, dos trabalhadores do ramo químico⁶² organizados nos sindicatos que participam da bancada de negociações da FETQUIM, conquistaram respectivamente reajustes de 6,7% (aumento real de 1,83%) e de 9% (ganho real de 1,87%) - índices acima da maioria das 100 categorias profissionais que participam do levantamento feito pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) sobre o resultado das negociações coletivas realizadas no Brasil a cada ano.

Segundo os dados deste estudo, cerca de 55% dos acordos coletivos do setor industrial realizados em 2008 obtiveram um reajuste entre 1% e 1,5% acima da inflação, sendo que apenas 25% das categorias profissionais conseguiram ganhos reais acima de 1,5%, como foi o caso dos trabalhadores do ramo químico no Estado de São Paulo. Refletindo a desaceleração da economia após crise econômica internacional de 2008 apenas 8% dos acordos coletivos realizados em 2009 obtiveram aumento real de 1,5% acima da inflação, embora a maioria dos acordos (86%) tenham conseguido índices superiores ao INPC do IBGE. O segmento farmacêutico, cuja data base é realizada separadamente, obteve em 2008 e 2009 reajustes menores, de 6,5% e 6%, representando ganhos reais de 0,95% e 0,08% respectivamente.

⁶² A pauta apresentada pelas duas federações do ramo químico no estado de São Paulo nas campanhas salariais de 2009 foram as seguintes: 1) FEQUINFAR: aumento Real de 7% mais a reposição da inflação (INPC), PLR no valor de 02 pisos salariais; piso salarial de R\$ 850,00; redução da Jornada; auxílio Refeição; melhoria nas condições de trabalho (saúde e segurança, mulher, raça e etnia, qualidade de vida), acesso à informação; 2) FETQUIM: reajuste de 10% (INPC + 5,94% de aumento real) - salário normativo de R\$ 900,00 - PLR de dois salários normativos - redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salário - pessoas com deficiência: implantar um processo de qualificação profissional.

Os dados da tabela 3.8 demonstram a diferença em relação aos reajustes salariais obtidos no período de 1996 a 2008. Nos primeiros oito anos desta série (1996-2003), quando a economia brasileira obteve um crescimento médio anual de apenas 1,9% do PIB, os reajustes salariais ficaram abaixo da inflação medida pelo INPC do IBGE na maioria dos anos, com exceção apenas em 2001 e 2002, quando os reajustes salariais foram iguais à inflação do período. Em contrapartida, durante os cinco anos transcorridos entre 2004 e 2008, período em que a economia brasileira obteve um crescimento médio anual de 4,8% do PIB e menores índices de inflação, os reajustes salariais dos trabalhadores do ramo químico no estado de São Paulo conquistaram ganhos reais em todos os anos.

Tabela 3.8
Reajuste na data base em relação à inflação*. Ramo químico. Est. de São Paulo, 1996-2008.

Data-base	Reajuste na data base	INPC / IBGE	diferença
1996	8,0%	11,98%	- 3,69%
1997	3,7%	4,29%	- 0,57%
1998	2,0%	2,98%	- 0,96%
1999	6,5%	6,89%	- 0,37%
2000	7,5%	6,15%	1,27%
2001	8,16%	8,16%	Igual
2002	10,26%	10,26%	Igual
2003	16,0%	16,15%	- 0,13%
2004	8,0%	5,72%	2,2%
2005	8,0%	5,42%	2,4%
2006	3,5%	2,71%	0,77%
2007	6,7%	4,78%	1,83%
2008	9,0%	7,26%	1,62%
Aumento Real			4,46%

Fonte: Convenções coletivas e IBGE. Elaboração Marilane Teixeira. *(INPC/IBGE).

Com relação a PLR, os dados apresentam a mesma tendência anterior, em que na maioria do período entre 1995 e 2003 os índices foram de 0%; enquanto no período entre 2004 e 2008 verificamos uma série continuada de reajuste nos valores da PLR, atingindo uma média anual de 7,7% neste período e refletindo de modo claro a melhora do quadro econômico, em que uma das manifestações foi o aumento da rentabilidade das empresas em geral e as do ramo químico em particular, conforme os dados sobre o desempenho setorial apresentados no primeiro capítulo desta dissertação.

Tabela 3.9
Variação da PLR no ramo químico. Estado de São Paulo, 1995-2008.

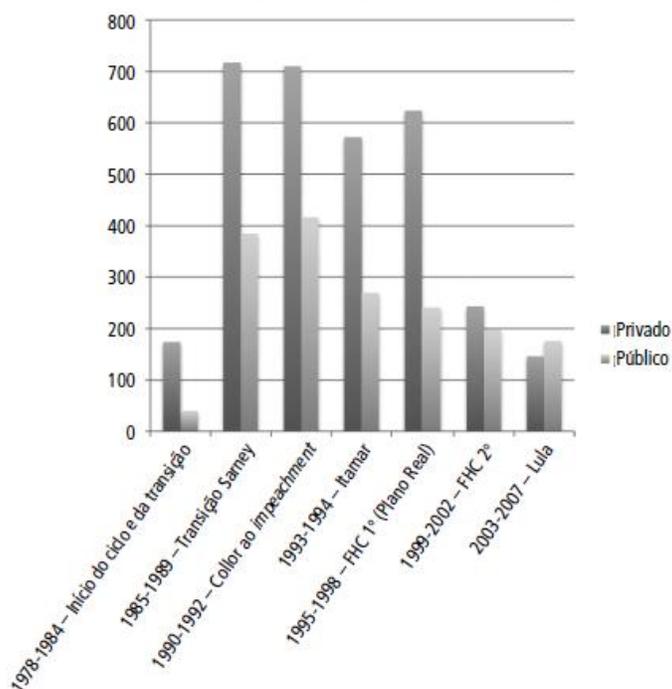
Ano	Valor da PLR	Reajuste Praticado
1995	R\$ 300,00	-
1996	R\$ 300,00	0
1997	R\$ 300,00	0
1998	R\$ 300,00	0
1999	R\$ 320,00	6,67%
2000	R\$ 340,00	6,25%
2001	R\$ 340,00	0
2002	R\$ 350,00	2,94%
2003	R\$ 380,00	8,57%
2004	R\$ 400,00	5,26%
2005	R\$ 440,00	10,0%
2006	R\$ 462,00	5,0%
2007	R\$ 500,00	8,23%
2008	R\$ 550,00	10%

Fonte: Convenções coletivas. Elaboração Marilane Teixeira.

Em relação ao número de greves realizadas neste período, os dados do DIEESE indicam que 2008 foi o ano com maior ocorrência de greves (411), com destaque para o aumento do número de paralisações na esfera privada, que passou de 149 greves em 2007 para 224 neste último ano. Entre as reivindicações, o reajuste salarial e os planos de cargos e salários destacaram-se na esfera pública. Na esfera privada, os reajustes salariais e o auxílio-alimentação foram as reivindicações mais registradas⁶³. Mas apesar do maior número de greves realizadas em 2008, a média do período 2004-2008, em que as condições macroeconômicas foram melhores, ainda está abaixo da média verificada nos governos FHC e muito longe do que significou o movimento grevista nos anos oitenta e noventa.

⁶³ Em 2007 a exigência de reajuste salarial também foi a principal reivindicação das categorias no conjunto das greves analisadas pelo Dieese, atingindo quase a metade do total (49%). Outras reivindicações são: implantação ou reformulação de Plano de Cargos e Salários (26%); auxílio alimentação (18%); novas contratações (14%); aumento no piso salarial (14%); PLR (13%); descumprimento de acordo, descumprimento de lei e por questões relativas a condições de trabalho (12% cada); atraso no pagamento de salários (11%); isonomia salarial (10%); melhora nos serviços públicos (8%).

Gráfico 3.1
Greves por setores de atividade e períodos políticos. Brasil, períodos selecionados.



Fonte: NORONHA, 2009.

No caso do ramo químico as greves mais frequentes no período 2004-2008 foram às realizadas por empresas, antes e após a assinatura do acordo coletivo, objetivando exercer pressão sobre as negociações ou conseguir melhores índices de reajustes e ampliação de cláusulas sociais nas negociações realizadas por empresas. Sendo, portanto, um quadro diferenciado em relação os anos 80 e 90 em que a realização de greves gerais nacionais e por categorias eram mais comuns. A última grande greve unificada dos sindicatos do ramo químico nos estado de São Paulo foi realizada pelos sindicatos *cutistas* em meados de 1992.

Outra pauta importante retomada pelo movimento sindical brasileiro no ultimo período foi a da redução da jornada de trabalho, sem redução de salários. A maior conquista obtida em relação à jornada de trabalho foi no segmento farmacêutico, quando em 2006 o acordo coletivo estabeleceu que a jornada de trabalho fosse reduzida de 44 para 42 horas, passando em 2008 para 40 horas. Os demais segmentos do ramo químico no estado de São Paulo continuam com 44 horas semanais.

Além da questão salarial e deste avanço em relação a jornada de trabalho no segmento farmacêutico, as convenções coletivas assinadas no período 2004-2008

avançaram na ampliação de algumas cláusulas sociais para todos os segmentos, relacionadas à melhoria das condições de trabalho, necessidades especiais, gênero, ensino e prevenção, expressos nos seguintes pontos: **1) Terceirizados:** garantia do direito à segurança, saúde e treinamento adequado. As tomadoras de serviços devem informar todos os riscos dos locais onde exercem as atividades; **2) Pessoas com deficiência:** criação de um fórum tripartite envolvendo sindicatos, entidades patronais e Ministério do Trabalho que avance nas políticas de qualificação profissionais para este segmento; **3) Direitos da Mulher:** a) *Aborto legal:* 15 dias de licença em caso de aborto legal, mais estabilidade de 60 dias ou garantia de salário após a realização do aborto. b) *Gestantes:* Além do previsto na constituição, há garantia de emprego ou salários no período de confirmação da gravidez até cinco meses após o parto; **4) Estudantes:** garantia de manutenção de horário compatível com os horários de estudo e abono das faltas para a realização do ENEM e do *Provão* do Ensino Superior; **5) Filhos excepcionais:** aumento do auxílio de 80% para 90%; **6) Prevenção:** discussão sobre a proteção do meio ambiente, prevenção da AIDS, nanotecnologia e saúde da mulher na SIPAT⁶⁴.

Além destas cláusulas a FETQUIM destaca ainda a inclusão de outros temas considerados importantes, como a recomendação para que as empresas reconheçam a união estável de pessoas do mesmo sexo, em relação aos direitos sociais e trabalhistas ou a proibição de qualquer tipo de discriminação quanto a raça, idade, gênero, orientação sexual, estado civil e nacionalidade nos processos de seleção. Um outro tema relativo aos direitos das mulheres, incorporado nas negociações coletivas, diz respeito à implementação pelas empresas da Lei nº. 11.770, promulgada em setembro de 2008, que amplia para 180 dias (seis meses) o período de licença maternidade para as trabalhadoras. A lei não obriga o setor privado a adotar o novo prazo, válido para as trabalhadoras do setor público, mas oferece benefícios fiscais em troca do benefício, que deve ser reivindicado pelas mulheres em cada empresa. Um dos problemas apontados pelas lideranças sindicais, além da pressão que deve ser exercida, é que as empresas, para receber os benefícios fiscais devem estar

⁶⁴ SIPAT: semana voltada à prevenção, tanto no que diz respeito a acidentes do trabalho quanto a doenças ocupacionais. É uma das atividades obrigatórias para todas as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalho, devendo ser realizada com frequência anual.

regularizadas perante aos órgãos públicos, sendo que boa parte delas não se encontram nesta situação.

Os problemas relacionados à saúde do trabalhador também ganharam destaque na agenda dos sindicatos nos anos recentes, envolvendo temas como segurança, prevenção, condições adequadas de trabalho e o atendimento de uma demanda crescente de conflitos em relação ao INSS. Os problemas mais freqüentes enfrentados pelos sindicatos na relação com o INSS estão relacionados com as seguintes questões:

1) As regras estabelecidas pela COPES (Cobertura Previdenciária Estimada - Artigo 1º, do Decreto nº. 5.844, de 13 de julho de 2006). Popularmente conhecida como *Alta Programada*, consiste na prefixação de data de alta médica pelo perito da autarquia previdenciária, independentemente de submeter o segurado a novo exame médico. Por este mecanismo, já na perícia inicial em que é confirmado o diagnóstico de doença ocupacional que impede o exercício da atividade profissional e demanda a concessão do benefício de auxílio-doença para o acidentado, o médico perito estipula o prazo que entende suficiente para o retorno do acidentado ao trabalho, com imediata suspensão do pagamento do benefício, sem que seja realizada nova avaliação do paciente. Esta estimativa de tempo para a recuperação do paciente é calcula por um programa de computador que calcula, a partir do código da doença, o tempo médio de recuperação do paciente e a data para o encerramento do benefício. Por pressão dos sindicatos foi negociada a possibilidade de prorrogação do prazo inicialmente fixado para o retorno ao trabalho. O problema desta prorrogação é que o pagamento do benefício fica suspenso entre o prazo que se esgotou e a nova perícia, prevista para no máximo quinze dias, mas que em muitos caso pode durar meses, resultando em ônus para o trabalhador já que nenhuma das partes (INSS e empresas) está obrigada a pagar por este custo⁶⁵.

2) Nexo causal e nexo ocupacional. Os trabalhadores obtiveram uma importante conquista com a edição da MP 316. A partir desta data, o trabalhador vítima de acidente no trabalho ou que apresente doença relacionada ao trabalho passa a ter o *nexo ocupacional*

⁶⁵ O grande número de casos semelhantes levou os sindicatos a colocarem uma cláusula específica na Convenção Coletiva dos farmacêuticos estabelecendo que o trabalhador que apresentar pedido de prorrogação ou reconsideração para a manutenção do benefício de incapacidade laborativa, terá o salário assegurado desde a data de solicitação até a conclusão pericial, limitado a um período de 60 dias. (FETQUIM, 2009).

(relação entre a doença e o trabalho) automaticamente estabelecido, sendo afastado por Auxílio-Doença por Acidente do Trabalho (B-91), conforme determina a Medida Provisória nº. 316, assinada no dia 11 de agosto de 2006. Caso a empresa não concorde, ela é que terá que provar que o trabalho não foi a causa da doença ou acidente, invertendo assim o ônus da prova. Antes da MP 316, o trabalhador é que precisava provar que contraiu a doença durante sua atividade profissional (o chamado nexa causal). Agora, as empresas que possuem funções ou situações de risco que reconhecidamente podem levar à doença ocupacional é que precisam provar que não são as responsáveis pelo comprometimento da saúde do trabalhador. Antes da MP 316, quando a empresa não emitia a CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, o trabalhador era afastado por “doença comum” (B-31), sem relação com seu trabalho, e isso implicava na interrupção do contrato de trabalho e no não recolhimento do FGTS, além de outras perdas.

O *MOVIDA BRASIL* (Movimento em Defesa da Segurança, Saúde e da Qualidade de Vida da Classe Trabalhadora), que conta com a participação de vários sindicatos, inclusive os do ramo químico, defende desde 2005 a instalação de uma CPI no Congresso Nacional para apurar a convivência em laudos entre Peritos do INSS e Médicos das Empresas. Segundo os sindicatos, muitos médicos peritos do INSS são também médicos das empresas, representando um claro conflito de interesses. Normalmente, numa demanda entre as empresas que os pagam e o trabalhador, a decisão dos peritos, salvo raras exceções, sempre é favorável aos empresários.

“A imprensa nacional tem divulgado que o percentual de benefícios por incapacidade negados pela perícia do INSS encontra-se, atualmente, num patamar de 20% a 30%. Nessa faixa encontram-se os segurados que estão requerendo o benefício por incapacidade, os que já se encontravam afastados e os que, após alta médica, têm de retornar ao trabalho mesmo com laudos, exames, receitas e atestados demonstrando que ainda permanecerem seqüelas incapacitantes”.
(www.conjur.com.br/2006-out-09/abismo_entre_lei_inss_faz).

Os acidentes de trabalho tem sido um outro tema constante nas negociações entre os sindicatos e as entidades patronais no ramo químico, em particular no segmento plástico, onde há o maior número de acidentados devido a natureza do trabalho. Apesar do *acordo das prensas injetoras* ter representado um importante avanço, reduzindo o número de acidentados no segmento plástico, os dirigentes sindicais reclamam que uma das

reivindicações que não foi atendida pelas entidades patronais é a que garante a estabilidade para os trabalhadores lesionados. Neste caso, não se trata apenas dos trabalhadores mutilados (casos de acidentes diretos, que tem diminuído na categoria química), mas principalmente dos lesionados, atingidos por outros tipos de doenças do trabalho, tendo em vista a resistência das empresas em reconhecer o vínculo causal entre a atividade exercida e a doença. Mesmo que a MP 316 tenha transferido o ônus da prova para a empresa, a estabilidade no emprego para os trabalhadores vítimas de acidente de trabalho não está contemplada nas convenções coletivas⁶⁶.

Este tema deve continuar tendo importância nas negociações do ramo químico e das demais categorias, tendo em vista a tendência de crescimento do número de acidentes de trabalho nos últimos anos, segundo os dados do Diesat (Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho). Entre 2001 e 2008 o crescimento do número de acidentes de trabalho no Brasil foi de aproximadamente 120%, tendo passado de 340 mil para 747 mil ocorrências. A indústria é a maior geradora desses acidentes sobre a base dos 41,9 milhões de trabalhadores com carteira assinada, ao participar com quase metade dos casos, de exatos 341.943 trabalhadores vitimados, ou 45,73% do total - seguida de perto pelo setor prestador de serviços, com 335.171 acidentes, ou 44,83% do total. O custo direto com pagamentos de benefícios gerados por acidentes de trabalho e decorrentes de aposentadorias especiais – insalubres, penosas e perigosas e doenças ocupacionais - tirou dos cofres da Previdência Social R\$ 11,6 bilhões em 2008, um número recorde. Estas estatísticas de acidentes de trabalho refletem somente os acidentes registrados pela Previdência Social. Estima-se que ainda haja no Brasil uma alta taxa de subnotificação de acidentes de trabalho⁶⁷.

O segmento plástico, fragmentado devido ao grande número de micro e pequenas empresas, é o que apresenta a maior dificuldade de acompanhamento por parte dos

⁶⁶ O Ministério da Previdência define como acidente do trabalho aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional, permanente ou temporária, que cause a morte, a perda ou a redução da capacidade para o trabalho. Consideram-se acidente do trabalho a doença profissional e a doença do trabalho. Equiparam-se também ao acidente do trabalho: o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a ocorrência da lesão; certos acidentes sofridos pelo segurado no local e no horário de trabalho; a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade; e o acidente sofrido a serviço da empresa ou no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado e vice-versa. (Fonte: Ministério da Previdência Social).

⁶⁷ Fonte: <http://diesat.blogspot.com/search/label/Acidente%20de%20Trabalho>.

sindicatos na fiscalização sobre o cumprimento do acordo coletivo. Para fazer frente a estas dificuldades os sindicatos, além da tentativa de se fazer presente na *porta das empresas* e estabelecer contato direto com os trabalhadores, por meio do trabalho de base, e em atividades mais gerais como seminários e assembléias, se utiliza de dois mecanismos para obter informações: 1) *por meio da rescisão* - grande parte do levantamento de informações sobre a situação das empresas é feita no momento da rescisão do contrato de trabalho, quando o trabalhador se dirige ao departamento jurídico dos sindicatos e possibilita, na entrevista realizada, a tomada de informações sobre o funcionamento da empresa em que trabalhava; 2) *pela experiência da rotatividade* – quanto os trabalhadores recorrem ao sindicato para reclamarem o cumprimento dos seus direitos baseado na experiência anterior de trabalho – considerando a grande rotatividade entre as empresas do mesmo segmento, em particular no plástico, quando os trabalhadores saem de uma empresa que cumpre as cláusulas da convenção coletiva para outra empresa que não o cumpre, os trabalhadores procuram o sindicato para reivindicar a isonomia, permitindo assim uma maior fiscalização.

Outro tema que tem provocado o início de um debate no âmbito dos sindicatos do ramo químico é sobre os impactos que pode trazer à saúde dos trabalhadores e ao meio ambiente a introdução das nanotecnologias nos processos produtivos das indústrias químicas e farmacêuticas. Ausência de estudos mais aprofundados comprovando que estes materiais não representam riscos tem sido um motivo de preocupação para os sindicatos⁶⁸. A Secretaria de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente do sindicato dos químicos do ABC tem desenvolvido iniciativas sobre este tema, promovendo alguns debates e publicações junto com outros segmentos⁶⁹.

Os sindicatos filiados a FETQUIM também tem desenvolvido outras atividades de cunho mais político ou que não fazem parte diretamente da negociação coletiva. O

⁶⁸ Os estudos realizados pela *Embrapa meio ambiente* tem apontado para alguns riscos importantes que podem decorrer do uso de produtos baseados em nano tecnologias, tais como: alterações nos fatores de coagulação sanguínea; inibição da proliferação de células dos rins; inibição do crescimento de raízes em plantas; danos ao DNA e aberrações cromossômicas. (www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/item/17266/1/CIIC_PO0902014.pdf).

⁶⁹ Um dos resultados práticos destas atividades foi a elaboração de uma cláusula sobre nanotecnologia que foi defendida pela FETQUIM nas negociações coletivas do segmento químico, em novembro de 2008, e do segmento farmacêutico, em abril de 2009, reivindicando que as empresas informassem aos sindicatos e as CIPAS quando da introdução desta tecnologia em seus processos produtivos junto com uma avaliação dos riscos para a saúde do trabalhador e as medidas de segurança que deveriam ser adotadas. Ainda que as empresas tenham aceitado apenas parcialmente esta proposta, admitindo que este tema seja debatido durante as semanas de prevenção ao acidente de trabalho (SIPAT), tal iniciativa foi considerada pioneira nos processos de negociações coletivas.

Sindicato dos Químicos de São Paulo, por exemplo, tem desenvolvido a experiência de organização de redes internacionais de trabalhadores em empresas do mesmo grupo econômico, sendo parte constitutiva das redes de trabalhadores nas empresas *Quattor*, *AkzoNobel*, *Solvaya* e *BASF América do Sul*. Estas redes têm buscado estabelecer negociações sobre temas do trabalho decente e desenvolvimento sustentável.

O Sindicato dos Químicos do ABC tem participado de programas governamentais de incentivo ao desenvolvimento produtivo local e de apoio às pequenas e médias empresas, fazendo parte, por exemplo, do programa de qualificação profissional desenvolvido pelo BNDES para o segmento de produtos plásticos, especialmente no ABC. É nesta região que o sindicato dos químicos também tem participado de projetos de desenvolvimento econômico e social como a instalação do Pólo de Cosméticos de Diadema⁷⁰ e a Jornada Cidadã no Combate à Exploração e Violência Sexual Infantil.

Os Químicos Unificados tem desenvolvido importante ação na área ambiental, sendo a mais recente e de maior repercussão a campanha desenvolvida em conjunto com a *Atesq* (Associação dos Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas) contra os crimes ambientais da Shell/BASF, na planta industrial no bairro Recanto dos Pássaros, no município de Paulínia. As duas entidades foram premiadas, no final de 2009, pela *University off Massachusetts Lowell* (EUA), que lhe concedeu o prêmio de reconhecimento público internacional pela luta que desenvolveram em defesa da saúde dos trabalhadores e do meio ambiente⁷¹. Este sindicato também participa de redes internacionais que desenvolvem campanhas de solidariedade, como é o caso INSR⁷² e da campanha SOS

⁷⁰ “Em 23 de março de 2004, a Lei Municipal 2.237 criou oficialmente o Pólo Brasileiro do Cosmético. Desde novembro de 2004 o Pólo se transformou em associação independente, com razão social e personalidade jurídica própria. Atualmente (2007), a cidade de Diadema concentra cerca de 10% de toda a indústria cosmética nacional. Um grande impulsionador deste panorama é o Pólo de Cosméticos de Diadema, uma associação empresarial, sem fins lucrativos que age para melhorar a competitividade de seus membros. A entidade segue o modelo de um APL – Arranjo Produtivo Legal - denominação dada a agrupamentos de empresas que existem num determinado local e que colaboram entre si”. (Fonte: Portal Fator Brasil - http://www.revistafator.com.br/ver_noticia.php?not=26131)

⁷¹ A Justiça do trabalho paulista determinou, no início de 2009, que as empresas Shell e Basf devem contratar um plano de saúde vitalício para ex-funcionários expostos a riscos de contaminação na unidade de fabricação de agrotóxicos, em Paulínia. A decisão se estende para familiares de empregados e prestadores de serviços e trabalhadores autônomos que se permaneceram no local. O histórico e as informações recentes desta campanha levada a cabo pelos Unificados e a Atesq, assim como as informações sobre esta premiação internacional, podem ser encontrados na página do sindicato na internet (www.quimicosunificados.com.br/index.php).

⁷² INSR - Rede Internacional de Solidariedade – rede de sindicalistas contra o neoliberalismo que reúne sindicatos europeus e sul-americanos na realização de campanhas.

Colômbia⁷³. Não se trata das mesmas redes mencionadas acima, por não serem redes corporativas e terem um caráter político mais amplo.

Em resumo, o balanço das negociações coletivas indica que as maiores dificuldades de avanços foram observadas nos momentos em que a conjuntura brasileira apresentou seus piores índices de desempenho econômico, em que foi crescente a pressão patronal pelo rebaixamento dos acordos visando à redução dos custos do trabalho no bojo das medidas de ajustes de caráter defensivo que foram adotadas pelas empresas ao longo dos anos de 1990.

A capacidade de resistência às adversidades deste período foi maior nos sindicatos em que as direções eram oriundas do “novo sindicalismo”, ainda que as divergências sobre a melhor forma de estabelecer o enfrentamento nesta etapa defensiva tenham sido crescentes e tenha provocado divisões no interior das organizações de origem cutista frente a vários temas. A maior resistência oferecida por estes setores contra a ofensiva patronal impôs uma nova dinâmica para as negociações coletivas, antes realizadas sem maiores mobilizações dos trabalhadores e de forma extremamente fragmentada, com a introdução de novos temas relacionados às questões de saúde que resultaram em acordos pioneiros como foi o das prensas injetoras no segmento plástico, elevando, apesar das dificuldades da conjuntura, o patamar das negociações se comparado com o período anterior em que estas eram coordenadas pela Federação oficial.

O período recente de maior recuperação da economia brasileira, entre 2004 e 2008, mostrou-se um fator objetivo que possibilitou maiores conquistas salariais e o avanço de algumas cláusulas negociadas nas convenções coletivas. As negociações de PLR, no entanto, continuaram tendo grande apelo junto aos trabalhadores, especialmente quando as empresas registraram maior aumento da sua produtividade e lucratividade. Nesta nova conjuntura os sindicatos retomaram em parte sua capacidade de mobilização e novamente buscaram ampliar os temas discutidos no processo negocial, em que tem ganhado muita importância os temas relacionados às questões de saúde do trabalhador, a organização nos

⁷³ SOS Colômbia - campanha de denúncia internacional sobre os efeitos da exploração do petróleo na Colômbia, onde corporações petrolíferas internacionais levaram a completa militarização da região de Arauca. Forças paramilitares fazem a repressão sobre as organizações sociais, com seqüestros, assassinatos e expulsões de moradias.

locais de trabalho, a ampliação do direito das mulheres e de grupos específicos de trabalhadores.

A negociação por empresas, contudo, continuou tendo grande importância na estratégia de ação sindical durante todo este período, independentemente dos contextos econômicos que se sucederam, mantendo a tendência de aprofundamento das diferenciações entre os segmentos e da falta de uma pauta de reivindicações com maior capacidade de unificação dos trabalhadores. A separação da data base do segmento farmacêutico (ainda que objetivamente tenha resultado numa importante conquista para os trabalhadores deste segmento, com a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais) foi, neste sentido, uma medida que contribuiu para o aprofundamento desta diferenciação entre os segmentos.

Considerações Finais

A análise realizada nesta dissertação buscou identificar de que forma a dinâmica macroeconômica nacional influenciou o desempenho do ramo químico brasileiro e seus segmentos em diferentes períodos, em que foram observadas importantes mudanças em relação a evolução da estrutura produtiva, ao perfil sócio ocupacional e a dinâmica das negociações coletivas e da organização sindical neste âmbito setorial.

O período 1994-2004, caracterizado pelo menor dinamismo da economia brasileira e mudanças estruturais importantes, impôs fortes restrições ao desenvolvimento do ramo químico no país. O baixo crescimento econômico e o novo cenário competitivo inaugurado pela abertura da economia nacional a partir dos anos noventa, forçaram um conjunto de ajustes defensivos por parte das empresas do ramo químico, que concentraram esforços em medidas que visavam à redução de custos no curto prazo. As medidas voltadas para a racionalização do emprego resultaram em demissões, redução dos níveis hierárquicos, cortes de salários e a adoção de novas estratégias organizacionais apoiadas na flexibilização dos contratos, das formas de remuneração e do tempo de trabalho. Os investimentos⁷⁴ voltados para a ampliação da capacidade produtiva foram mínimos e estiveram focados principalmente na aquisição de alguns novos equipamentos.

No caso do segmento petroquímico a abertura da economia significou o fim das políticas de proteção de preços internos, e as privatizações contribuíram para a dispersão e a perda de densidade da cadeia produtiva neste setor, trazendo consigo um largo processo de terceirização da mão de obra. O segmento químico de produtos finais apresentou aumentos significativos no coeficiente de penetração das importações após a abertura da economia, passando de 19% para 33% entre 1990 e 2000. No segmento farmacêutico um maior número de fusões e aquisições elevou a participação das multinacionais no mercado brasileiro, reforçando a indústria de “mistura e montagem de medicamentos”, altamente

⁷⁴ “Na década de 90, a despeito da liberalização comercial, das privatizações, da reforma do marco regulador e, principalmente, da estabilização econômica, a taxa de investimento média da economia (15,9%) foi inferior à da década de 80 (17,7%)”. (MARKWALD, 2001: 07).

dependente dos princípios ativos importados das matrizes – o que torna a balança comercial deste segmento a mais deficitária do ramo químico, que de conjunto é um dos maiores responsáveis pelos déficits na balança comercial brasileira. Com a criação da categoria de medicamentos genéricos no Brasil a partir de 1999 houve uma maior expansão e diversificação da produção interna, reduzindo a predominância das multinacionais no suprimento do mercado brasileiro. Mas esta expansão foi ainda muito pequena e atingiu, dez anos depois, apenas 19% do mercado nacional de medicamentos, em que se manteve a forte dependência de insumos importados e grandes remessas de lucro para exterior. No segmento de LHPC também foi aprofundada a presença das empresas estrangeiras, que ampliaram sua margem de controle sobre o mercado nacional – estima-se que apenas 15 empresas, a maioria multinacional, das mais de três mil existentes neste segmento, controlem cerca de 70% da produção nacional. No segmento plástico, composto por um grande número de pequenas empresas, o processo de reestruturação produtiva foi mais lento e seletivo, mantendo uma estrutura industrial precária com grande número de equipamentos obsoletos, baixos salários e alta rotatividade do emprego.

O ajuste dos anos noventa aprofundou as restrições ao desenvolvimento da atividade industrial no país, que já sofria com a ruptura do padrão de financiamento e de crescimento acelerado provocado pela crise da dívida externa, a retração do investimento público e a escalada inflacionária dos anos oitenta. Tais restrições tiveram fortes impactos na reestruturação das empresas e na redução do emprego no conjunto da estrutura industrial, submetida ao constrangimento do novo padrão de concorrência inaugurado pela abertura comercial e sufocada pelas altas de juros, que fizeram com que a indústria nacional reduzisse ainda mais sua capacidade de investimento na esfera produtiva, aprofundasse sua desnacionalização por meio de fusões e aquisições e mantivesse seu atraso e dependência em nível tecnológico. A pressão exercida pelo desemprego, junto à ofensiva das entidades patronais e do próprio governo, que visavam reduzir os custos do trabalho por meio de ajustes e mudanças na legislação trabalhista, colocou os sindicatos em uma conjuntura defensiva, com maiores dificuldades para o processo de negociação coletiva e a organização sindical, em particular no ramo químico, onde a heterogeneidade entre os segmentos foi aprofundada e se refletiu na maior abertura do leque salarial e na maior

diversificação das condições de trabalho, com uma forte redução do emprego na grande empresa e o aumento do emprego nos segmentos menos estruturados e mais precarizados.

No período 1994-2004 os sindicatos do ramo químico obtiveram os menores índices de reajuste salarial e as menores correções dos valores da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), em comparação com o período posterior. Devido às dificuldades de mobilização do conjunto da categoria, novas estratégias de ação foram sendo desenvolvidas neste período, como por exemplo, a realização de negociações por empresas em cada segmento, onde se buscava ampliar os benefícios salariais e sociais que haviam sido negociados nas convenções coletivas. A negociação por empresa teve um papel contraditório: ao mesmo tempo em que possibilitou melhores condições salariais e de trabalho para uma parcela da categoria, principalmente nas grandes empresas, aprofundou a diferenciação em relação às empresas menos estruturadas. Talvez a negociação mais importante e de maior alcance deste período tenha sido a realizada no segmento plástico, relativo aos acidentes de trabalho, e que resultou no acordo das prensas injetoras.

Entre 2004-2008 o Brasil viveu um período de recuperação de sua atividade econômica, com maior crescimento médio do PIB, da arrecadação e do consumo do governo. A melhoria das condições macroeconômicas, devido a fatores externos e internos, criou uma dinâmica favorável ao crescimento do emprego, do crédito e do investimento, com impactos positivos sobre o conjunto da atividade industrial e do ramo químico em particular. Desde o fim da paridade cambial, em 1999, os segmentos do ramo químico foram aumentando sua participação no PIB brasileiro e no valor agregado da indústria de transformação; movimento que foi consolidado no período recente de melhor desempenho da economia brasileira. O faturamento líquido das empresas e o aumento do número de empregos formais nos segmentos do ramo químico também apresentaram forte elevação neste mesmo período, onde foram criados cerca de 200 mil postos de trabalho formais, refletindo a tendência nacional de aumento do grau de formalização do mercado de trabalho.

Também se verificou uma sensível melhora do perfil sócio ocupacional no período 2004-2008, com a retomada do emprego nas grandes empresas (embora sua participação no

total do emprego no ramo tenha permanecido em patamares inferiores aos de 1994); o aumento do rendimento médio e da massa salarial, tendo encurtado inclusive a distância entre os rendimentos dos empregados segundo o gênero (historicamente muito desiguais); uma relativa melhora do nível de escolaridade em alguns segmentos, especialmente nos melhores estruturados; uma redução relativa menos intensa do que a verificada no período anterior em relação ao número de empregados nas maiores faixas de renda. Além disso, no plano das negociações coletivas, verificou-se a obtenção de melhores índices de reajuste salarial, com aumentos acima da inflação na maioria dos anos, com maior valorização dos salários de base e da participação nos lucros e resultados (PLR).

O cenário macroeconômico mais favorável ao emprego e a renda do trabalho criou melhores condições para a ação sindical que, diferentemente dos anos noventa, voltou a obter conquistas salariais e avanços em algumas cláusulas sociais, em especial para grupos específicos de trabalhadores (terceirizados, pessoas com deficiência, mulheres e estudantes). A diferença de concepção sindical e de orientação política verificada na composição dos sindicatos do ramo químico no estado de São Paulo, embora tenha tido maior repercussão sobre a ação sindical nos anos noventa, não foi um fator preponderante neste novo contexto, onde as conquistas salariais, em particular, tiveram maior relação com a melhoria das condições macroeconômicas do país do que com as diferentes concepções sindicais no âmbito das convenções coletivas.

Mas os avanços proporcionados pelo período recente de melhor desempenho da economia brasileira não representou a eliminação da heterogeneidade entre os segmentos do ramo químico, que continuaram refletindo seus limites estruturais em relação à composição da renda, da escolaridade, da qualidade do emprego e do nível de organização sindical. Em decorrência deste fato, de modo geral foi mantida a mesma estratégia sindical adotada nos anos noventa, de negociação por empresas, como mecanismo para a ampliação dos benefícios negociados no contrato coletivo de trabalho para o conjunto dos segmentos.

Exemplo disso foi a separação da data base do segmento farmacêutico, a partir de 2004, fazendo com que esta tendência de setorialização das negociações ganhasse nova forma e impulso no ramo químico no estado de São Paulo. Com a redução da jornada de

trabalho de 44 para 40 horas semanais, o segmento farmacêutico, que já contava com a maior média salarial do ramo químico entre 2004-2008, consolidou sua posição de segmento mais estruturado. Por outro lado, o segmento plástico continuou sendo o menos estruturado do ramo, com a menor média salarial, menor nível de escolaridade, maior rotatividade, maior participação de jovens e o maior número de empregos vinculados às menores faixas de rendimentos. Inclusive no período de melhor desempenho econômico, as pequenas e micro empresas destes segmentos, na maioria dos casos descapitalizadas e sem condições de pleitear financiamentos, não têm sido capazes de realizar os investimentos necessários para sustentar o aumento da demanda interna.

Outro elemento importante da análise, e que reflete o processo de reestruturação das empresas verificada nos dois períodos, foi a mudança na estrutura funcional das empresas, com a redução do número de empregados diretamente vinculados a produção (especialmente entre 1994-2004); o aumento significativo do número de empregados em funções técnicas, refletindo o aumento das escolaridade média; a grande redução do número de ocupados nos serviços administrativos, em particular nas grandes empresas onde o processo de eliminação de hierarquias foi mais intenso; e o aumento do número de empregados ligados aos setores de vendas e serviços, como no caso dos segmentos farmacêuticos e de LHPC. Além disso, a terceirização continuou um fenômeno estrutural comum a todos os segmentos, na medida em que permaneceu sendo adotado pelas empresas enquanto um instrumento de redução dos custos, mesmo no período de melhor desempenho da economia brasileira.

Em relação a estrutura sócio ocupacional podemos concluir que, apesar do melhor desempenho da economia brasileira e seus impactos positivos sobre as atividades das empresas, a diferenciação entre as estrutura industriais permaneceu sendo um traço marcante entre os segmentos do ramo químico, seja na esfera da remuneração, do tamanho das empresas (incluindo o poder de mercado e de investimento em novas tecnologias), na diferenciação da jornada de trabalho, dos diversos níveis de escolaridade ou nas desigualdades relacionadas ao gênero. Neste sentido, a diferença estrutural entre os segmentos continua sendo um dos empecilhos para a ação sindical na tentativa de se alcançar um padrão de remuneração e de direitos mais igualitários entre todos os

segmentos. O que torna a formulação de reivindicações gerais – como a elaboração de políticas públicas de regulação setorial – uma necessidade fundamental para unificar e elevar o patamar de ação sindical dos trabalhadores do ramo químico, visando uma maior igualdade intersetorial enquanto um dos grandes desafios para os sindicatos que atuam neste verdadeiro mosaico ocupacional que é o ramo químico brasileiro.

Em relação às negociações coletivas podemos concluir que a melhoria das condições macroeconômicas, refletidas nos melhores índices de reajuste dos salários e no aumento do emprego formal, criou melhores condições para a ação sindical e a negociação coletiva no âmbito do ramo químico entre os anos 2004 e 2008. Se nos anos noventa tivemos uma postura mais ofensiva adotada pelas entidades patronais - que pressionavam pelo rebaixamento dos acordos coletivos aproveitando-se do quadro de crise e semiestagnação da economia nacional -, no período de crescimento recente, os sindicatos voltaram a pressionar por aumentos reais de salários, redução da jornada de trabalho, ampliação do direito de organização, ampliação das cláusulas sociais, maior participação nos lucros e resultados e melhores condições de trabalho e de saúde para os trabalhadores. A mudança de cenário permitiu ainda uma maior estabilidade das negociações que, a partir de 2006-2007, passaram a ser realizadas a cada dois anos, sendo realizada no intervalo de um ano a negociação de um termo aditivo voltado quase que exclusivamente às cláusulas econômicas relacionadas à correção dos salários e a PLR, não incluindo discussões sobre as cláusulas sociais já consolidadas.

Evidentemente que a melhoria dos fundamentos macroeconômicos verificados no período 2004-2008 não representou uma condição única para a resolução das profundas desigualdades estruturais entre os segmentos do ramo químico. Neste sentido, faz falta a adoção de uma política de desenvolvimento voltada para o fortalecimento da estrutura industrial brasileira, ao mesmo tempo capaz de criar maior igualdade nas condições de trabalho por meio da regulação pública, assim como ampliar o financiamento da produção e o acesso a novas tecnologias, visando reduzir o coeficiente de importação e o nível de dependência externa nos diversos segmentos. Esta é uma condição fundamental, junto com o crescimento econômico, para a superação do modelo liberal de baixo dinamismo, responsável pela deterioração da infraestrutura e a adoção de um padrão de

internacionalização assimétrica e subordinado a condições de concorrência profundamente desiguais. O questionamento destes limites estruturais para o desenvolvimento do país e da indústria nacional, associados à defesa de iguais condições de remuneração e condições de trabalho, enquanto parte de uma política pública setorial, talvez seja um ponto de partida para uma maior unificação dos trabalhadores, para além das questões específicas e corporativas de cada segmento ou ramo de atividade.

Referências Bibliográficas

- ABIEF - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE EMBALAGENS PLÁSTICAS FLEXÍVEIS. In. <http://www.abief.com.br>
- ABIPLAST - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO PLÁSTICO. Histórico da Balança Comercial dos Produtos Transformados de Plástico (1996-2006).. In. <http://www.abiplast.org.br>.
- _____, Perfil 2005 - Indústria Brasileira de Transformação de Material Plástico. Abril, 2006.
- ABIQUIM - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA. Anuário da Indústria Química Brasileira. Edição 2008.
- _____, RAC – Relatório de Acompanhamento Conjuntural. Ano 16. Nº 01. Janeiro de 2007. Equipe de Economia e Estatística da Abiquim. In. www.abiquim.org.br.
- _____, Custo da Mão-de-Obra na Indústria Química Brasileira. Edição 2006.
- AMITRANO, Cláudio Roberto. O modelo de crescimento da economia brasileira no período recente: condicionantes, características e limites. In. A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula. Organizador Ricardo Carneiro. São Paulo - Editora Unesp, 2006.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In. Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil nos anos 90. Org. Marcelo Weishaupt Proni e Wilnês Henrique – São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade e PRONI, Marcelo Weishaupt. Sobre o Regime de Trabalho no Brasil: Rotatividade da mão-de-obra, Emprego Formal e Estrutura Salarial. In. Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado? 2º edição, 1997. Editora Escrita. São Paulo.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade, DEDECCA, Claudio Salvadori e HENRIQUE, Wilnês. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In. Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado? 2º edição, 1997. Editora Escrita. São Paulo.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; SANTOS, Anselmo; PRONI, Marcelo Weishaupt; GARRIDO, Fabiano. PROJETO PIB. ESTUDO TRANSVERSAL 3. ESTRUTURA DO EMPREGO E DA RENDA. Unicamp, Instituto de economia, Cesit, 2009.
- BASTOS, Valéria Delgado - Inovação Farmacêutica: padrão setorial e perspectivas para o caso brasileiro. In. http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/texto_07_12.pdf

- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello e CARNEIRO, Ricardo. Bloqueio ao crescimento. *Política Econômica em Foco*, nº3 – jan./abr. 2004.
- BELUZO, Luiz Gonzaga e ALMEIDA, Júlio Gomes. Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro, Cível. Brasileira, 2002.
- BIONDI, Aloysio. O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado. Coleção Brasil Urgente. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- BRANDÃO, S.M.C. Política salarial e negociações coletivas. O caso das categorias metalúrgicas, química e têxtil do município de São Paulo, 1978-1989. Tese de Mestrado. Campinas, novembro de 1991.
- BRUSCHINI Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. <http://www.fcc.org.br/seminario/BRUSCHINI.pdf>. São Paulo, abril de 2007.
- CARDOSO, A. M. e RODRIGUES, Leôncio Martins. Força sindical: uma análise sociopolítica. São Paulo, Paz e Terra, 1993, 172 p.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. Um Referente Fora de Foco: Sobre a Representatividade do Sindicalismo no Brasil, 1997. Vol.40, n.2
- CARIO, Silvio Antonio F. Petroquisa: de instancia ativa a agente passivo na gestão da indústria brasileira petroquímica. *Estudos Econômicos FEE*. Porto Alegre, v.28, n.1, 2000: 36-48.
- CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo, Ed. UNESP/IE – UNICAMP, 2002.
- _____, Impasses do desenvolvimento brasileiro: aspectos estruturais. *Debates Contemporâneos, economia social e do trabalho*, 7: economia e trabalho: Brasil e México / organizadores Paulo Eduardo Andrade Baltar, José Dari Krein e Carlos Salas. UNICAMP, CESIT. IE – Instituto de economia. 2009.
- CARUSO, Luiz Antonio Cruz e PIO Marcello José. Recomendações: setor petroquímico. Brasília: SENAI/DN, 2005. (Série Antena Temática, 2).
- CASTRO, A.B., SOUZA, F.E. A economia Brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO – CODETEC. Relatório final sobre o setor farmoquímico: estudo, análise e projeções futuras. Campinas, 1992.
- CORRÊA, Marcia Marisa e OLIVA, Eduardo de Camargo. O Grande ABC Paulista: Políticas Públicas e Perspectivas de Desenvolvimento de um Arranjo Produtivo do Plástico. In. www.anpad.org.br
- DAVIDOFF CRUZ, Paulo. Endividamento externo e transferência de recursos reais para o exterior: os setores públicos e privados na crise dos anos oitenta. In: *Nova Economia*, v. 4, n 1, agosto de 1985.
- DEDECCA, C. – Racionalização Econômica e trabalho no capitalismo avançado. IE- Unicamp. Campinas, 1999.

- FILHO, Eneuton Dornellas Pessoa de Carvalho. Evolução do emprego público no Brasil nos anos 90. Tese de Doutorado. Biblioteca CEDOC/IE/UNICAMP. Campinas, 2002.
- FONTES, Paulo. Trabalhadores e Cidadãos. Nitro Química: a Fábrica e as Lutas Operárias nos anos 50. São Paulo, Annablume, 1997.
- FRENKEL, Jacob. Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impacto das zonas de livre comércio – Cadeia farmacêutica. Campinas, Unicamp, dezembro de 2002.
- FUNCEX. Boletim de Comércio Exterior, Ano XI, N° 1, Janeiro de 2007. <http://www.funcex.com.br/bolcomex.asp>
- FURTADO, João. Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio. Cadeia: Petroquímica. Nota Técnica Final. UNICAMP – IE – NEIT. Campinas, Fevereiro de 2003.
- GARUTI NORONHA, Eduardo. Greves e estratégias sindicais no Brasil. In. Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado? 2° edição, 1997. Editora Escrita. São Paulo.
- HIRATUKA, C. ; GARCIA, R. ; SABBATINI, Rodrigo . A indústria petroquímica brasileira: limites e possibilidades nas configurações produtivas globalizadas. In: João Furtado e Marcelo Pinho. (Org.). Indústria Brasileira: limites e possibilidades nas configurações produtivas globalizadas. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2003, p. 39-84.
- INP – INSTITUTO NACIONAL DO PLÁSTICO. Prumo – Projeto de Unidades Móveis. Tecnologia e Serviços. In. www.inp.org.br
- KOROLKOVAS, Andrejus e BURCKHALTER, Joseph H. Química farmacêutica. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Dois, 1998.
- KPMG. Pesquisa de fusões e aquisições 2007 - 1º trimestre: espelho das transações realizadas no Brasil, 2007. Disponível em: <<http://www.kpmg.com.br>>.
- KREIN, José Dari. Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil 1990-2005. Tese de doutorado. UNICAMP – CESITE – IE, Instituto de Economia. 2007.
- _____, As mudanças institucionais e as relações de trabalho no Brasil após o Plano Real. Unicamp/Cesit, 2001. Pesquisa: Mercado de Trabalho, Políticas de Emprego e Renda, e o Futuro do Emprego no Estado de São Paulo. Convênio: Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo – SERT e Fundação Economia de Campinas - FECAMP.
- LAPLANI, Mariano e SARTI, Fernando. Prometeu acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI. In. A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula. Organizador Ricardo Carneiro. São Paulo - Editora Unesp, 2006.
- _____, Investimento Direto Estrangeiro e o Impacto na Balança Comercial nos Anos 90. Ipea, 1999. In. http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_99/td_629.pdf.

- LEE, Steven. Global pharmaceuticals – Winning strategies in the major manufacturing markets. Financial Times Pharmaceutical and Healthcare Publishing, 1995.
- LIMA, Maria de Souza Ilca. Setor Petroquímico. Série: Ocupações Emergentes, 3. Brasília, SENAI/DN 2004.
- LOPREATO, Francisco Luiz C. Um olhar sobre a política fiscal recente. (Texto para discussão). Campinas: instituto de Economia/UNICAMP, 2002.
- MAGALHÃES, L. G.; SAFATLE, L.; e LEAL, J. Diretrizes para uma política industrial para medicamentos e farmoquímicos. Rio de Janeiro, Ipea, 2003.
- MAGALHAES, Luis Carlos G. de; Estratégias empresariais de crescimento na industria farmacêutica brasileira - investimentos, fusões e aquisições, 1988-2002. Brasília: IPEA, NOV 2003.
- MATOSO, J. e BALTAR, P. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. Cadernos do Cesit, n. 21, Campinas, IE/UNICAMP. 1996.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. Conseqüências do neoliberalismo. Economia e Sociedade. Revista do Instituto de Economia da Unicamp. N°1, agosto de 1992.
- _____, O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 10° edição, 1998. Biblioteca CEDOC/UNICAMP/IE.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - Secretaria do Desenvolvimento da Produção. Cadeia Produtiva da Indústria de Transformação Plástica – Perfil. Fórum de Competitividade. Abril, 2004.
- NEGRO, Antonio Luigi. Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. Coleção Mundo do Trabalho. Editora Boitempo, 2004.
- NETO, José Francisco Siqueira. Relações de trabalho no Serviço Público. In. Sindicalismo no setor Público Paulista. Secretaria da Administração e Modernização do serviço público. Fundação do desenvolvimento administrativo - FUNDAP. São Paulo.
- NORONHA, Eduardo G. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. Lua Nova [online]. 2009, n.76, pp. 119-168. ISSN 0102-6445.
- NORONHA, Eduardo G.. Greves e estratégias sindicais no Brasil. In. Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado? 2° edição, 1997. Editora Escrita. São Paulo.
- NOVAIS, Fernando A. e MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In. História da Vida Privada no Brasil. Companhia das Letras.
- OBSERVATÓRIO ECONÔMICO. A hora e a vez do transformador plástico. In. Observatório Econômico. Boletim N°. 13, Ano 04. Santo André, Julho / Agosto / Setembro 2006.

- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa. Contrato coletivo e relações de trabalho no Brasil. In: Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado? 2º edição, 1997. Editora Escrita. São Paulo.
- OLIVEIRA, G. Mudanças estruturais e tendências da indústria farmacêutica no Brasil e no mundo. In: Sessão Especial sobre Economia da Saúde do XXIX Encontro Nacional de Economia. Salvador: Anpec/Ministério da Saúde, 2001.
- PAULANI, Leda Maria. Quando o Medo Vence a Esperança (um balanço da política econômica do primeiro ano do governo Lula). Departamento de Economia da USP. Maio/2004.
- PINTO, M. Relatório setorial preliminar indústria farmacêutica. Laboratórios Nacionais. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/portaldpp>>.
- PLÁSTICOS EM REVISTA. O Plástico no Brasil. Edição de Agosto/2005. In: www.exportplastic.com.br
- POCHMANN, Marcio. O emprego no desenvolvimento da nação. 2008. Editora Boitempo. São Paulo.
- _____, O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. 1º edição, 2001. Editora Boitempo. São Paulo.
- QUADROS, W. J. A. Evolução Recente das Classes Sociais no Brasil In: Trabalho, Mercado e Sociedade: O Brasil nos Anos 90 ed. São Paulo : EDUNESP, 2003, v.1
- _____, Classes Sociais e Desemprego no Brasil. Revista Economia e Sociedade. Campinas - SP: v.20, 2003.
- QUEIROZ, S., GONZÁLES, A. J. V. Mudanças recentes na estrutura produtiva da indústria farmacêutica. In: NEGRI, B.; GIOVANNI, G. (Org.). Brasil: radiografia da saúde. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2001.
- SANTOS, Anselmo Luis. Trabalho em pequenos negócios no Brasil: impactos da crise do final do século XX. Tese de Doutorado. UNICAMP – CESIT – IE, Instituto de economia. 2006.
- SCHUTTE, Giorgio Romano. Elo perdido: Estado, globalização e indústria petroquímica no Brasil. São Paulo: Annablume, 2004.
- SILVA, Leonardo Mello. A generalização difícil: a vida breve da Câmara Setorial do Complexo Químico seguida de estudo de seus impactos em duas grandes empresas do ramo em São Paulo. Annablume: Fapespe, 2000.
- SOUZA, Maria Carolina A. F. de. Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio. Cadeia: Plásticos. Nota Técnica Final. UNICAMP – IE – NEIT. Campinas, Dezembro de 2002.
- TEIXEIRA, Francisco Lima Cruz. Indústria de transformação de plástico: mudanças estruturais e tecnológicas e impactos na formação profissional. Brasília: SENAI-DN, 2005.
- TEIXEIRA, Marilane. “Estratégia e negociação coletiva. Químicos e Plásticos de São Paulo (1982-2002)”. A Química da Cidadania. Viramundo, 2002.

_____, As transformações no mundo do trabalho e as negociações coletivas no ramo químico. In. Debate & Reflexões, Nº. 10, Dezembro/2002. Escola Sindical São Paulo – CUT.

Terceirização no ramo químico: situação atual e perspectivas para a ação sindical. Coordenação Nacional do Ramo Químico da CUT – CNQ/CUT. São Paulo, julho de 2009.

TRÓPIA. Patrícia Vieira. Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

VALOR ECONÔMICO. Valor Análise Setorial – Indústria do Plástico. 2004. In. www.valoronline.com.br

WONGTSCHOWSKI, Pedro. Indústria química: risco e oportunidades. São Paulo: Edgard Blüchen, 1999.